



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO” – UNESP
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS
CAMPUS DE ARARAQUARA - SP**

ANA PAULA COSTA DE ARRUDA

**O COTIDIANO DA CIDADE DE MACAPÁ NAS CRÔNICAS DOS JORNAIS
MACAPAENSES DE 1968 A 1990**



ARARAQUARA

2022

ANA PAULA COSTA DE ARRUDA

O COTIDIANO DA CIDADE DE MACAPÁ NAS CRÔNICAS DOS JORNAIS
MACAPAENSES DE 1968 A 1990

Tese de doutorado, apresentada ao Programa de Pós - Graduação em Estudos Literários da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Estudos Literários.

Linha de pesquisa: Teorias e Crítica da Narrativa

Orientadora: Profa. Dra. Karin Volobuef

Bolsa: CAPES DINTER

ARARAQUARA

2022

A779c Arruda, Ana Paula Costa de
 O cotidiano da cidade de Macapá nas crônicas dos jornais
 macapaenses de 1968 a 1990 / Ana Paula Costa de Arruda. --
 Araraquara, 2022
 222 f. : il., fotos

 Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
 Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara
 Orientadora: Karin Volobuef

 1. Narrativas dos jornais impressos e a cidade de Macapá. 2.
 Crônicas. 3. Memória e Identidade. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

**O COTIDIANO DA CIDADE DE MACAPÁ NAS CRÔNICAS DOS JORNAIS
MACAPAENSES DE 1968 A 1990**

Tese de doutorado, apresentada ao Programa de Pós - Graduação em Estudos Literários da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Estudos Literários.

Linha de pesquisa: Teorias e Crítica da Narrativa

Orientadora: Profa. Dra. Karin Volobuef

Bolsa: CAPES DINTER

Data da defesa: 8/3/2022

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Karin Volobuef
ORIENTADORA

Prof. Dr. Luiz Barros Montez
Membro Titular - Universidade federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. Marcelo Lachat
Membro Titular - Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Prof. Dr. Antonio Manoel dos Santos Silva
Membro Titular - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP-SJRP)

Profa. Dra. Juliana Santini
Membro Titular - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/FCL) –
Araraquara

Dedico este trabalho a Deus, inteligência suprema,
causa primária de todas as coisas.

Ao meu pai, João Victor M. de Arruda (*in
memoriam*), por ter ajudado a construir a Macapá
que narro nesta tese.

À minha mãe, Sueli Maria, pelas venturas e
desventuras compartilhadas ao longo da vida.

Ao meu amado filho, Antônio Pedro, por me
ensinar o verdadeiro amor.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Importante agradecer ao Programa de Doutorado Interinstitucional (DINTER) em Estudos Literários, conveniado entre a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP- FCL-Ar) e à Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), pois a iniciativa relacionada à cooperação entre as instituições tornou possível que a qualificação *stricto sensu* se realizasse e fosse devidamente finalizada.

Com grande manifestação de afeto, à minha orientadora, Professora Dra. Karin Volobuef, pelo incentivo na caminhada, quando as forças pareciam declinar, e pelas valiosíssimas orientações que possibilitaram a reconfiguração de algumas rotas de escrita além do sereno reconhecimento de todos os esforços envolvidos nesta trajetória.

À Professora Dra. Natali Fabiana da Costa e Silva pelo acompanhamento e suporte ao longo do processo formativo, mas igualmente pela gentileza e carinho que demonstrou em todas as ocasiões.

Ao querido amigo, Professor Dr. Victor Cantuária, pelo constante auxílio no esclarecimento de dúvidas. E aos demais colegas do DINTER com os quais foi possível compartilhar experiências, espaços de aprendizado e debater ideias. Cada tese resultado desse Programa certamente haverá de fortificar o cenário de pesquisa não apenas nos Estudos Literários, não apenas no circuito acadêmico brasileiro e não apenas circunscrito à produção em língua portuguesa.

Ao muito querido Fredson Luís Alves, gratidão.

Aos colegas da Biblioteca Pública de Macapá, nas figuras do seu gestor José Pastana, do Prof. Carlos Alfrane e do Prof. Paulo Tarso que me deixaram o “trânsito livre” no setor de obras raras, onde estão os exemplares dos jornais Nôvo Amapá, Marco Zero e Jornal do Dia. Estendo meu agradecimento a Adélia representando todos os demais funcionários desta casa, onde fui carinhosamente sempre bem recebida.

Ao Professor Manoel Azevedo, mestre Maneca, que fez nascer esta tese quando ainda conversávamos sobre o projeto.

Aos meus alunos e a cada um daqueles que ajudaram a construir esta narrativa.

*Escrita é autoestranhamento. Sua superação, a
leitura do texto, é, pois, a mais alta tarefa de
compreensão.*

(Hans-George Gadamer)

RESUMO

A presente tese é um estudo sobre O cotidiano da cidade de Macapá nas crônicas dos jornais macapaenses de 1968 a 1990. Com o objetivo de analisar crônicas produzidas em Macapá que versem sobre temas regionais, veiculadas em jornais locais, a fim de apreender as peculiaridades das “identidades local”, através da natureza e dos temas nelas tratados, em relação ao contexto ao qual elas se reportam traçando assim, um painel do processo de transformação do Território Federal do Amapá em Estado do Amapá. Nessa busca por uma identidade tecida por identidades é que esta reflexão tem como eixo norteador, lançar um olhar sobre as narrativas, compreendendo-as, conjuntamente com os estudos sobre memória e identidade, como um dos documentos de uma época, mas considerando-as, sobretudo, como criação, contribuindo para os estudos literários que tratam as narrativas como um acontecimento que provoca reações, estímulos, experiências múltiplas e variadas, dependendo da história de cada indivíduo. Sendo assim, a crônica foi a melhor escolha, pois ela pode ser comparada a uma espécie de instrumento para a compreensão da vida cotidiana, captada em todos os ângulos. Para melhor conformar as atividades propostas nesta pesquisa às técnicas metodológicas existentes, o tipo de pesquisa abordado foram a histórico-documental, tendo como fonte de pesquisa os acervos de obras raras da Biblioteca Pública de Macapá e o Arquivo Público do Amapá e a análise de conteúdo, uma ferramenta metodológica que contempla as fases descritivas, inferencial e interpretativa, a fim de criar significados, a partir de *vestígios* encontrados no decorrer da leitura do *corpus* que compõe esse estudo. Para melhor realização dessas cogitações, as crônicas foram analisadas, principalmente, considerando teóricos como Bahabha, Bauman, Halbwachs e Schwarcz para os quais a cidade e os jornais são parte concreta de suas recordações, recorrendo, inúmeras vezes, à lembrança sobre o que se perdeu com o passar do tempo e Rodrigues, Souza, S. Lobato, dentre outros, cujo o tratamento teórico está voltado para a região norte e mais designadamente para o processo de construção do Estado do Amapá. Assim, a riqueza simbólica revelada nos textos apresentados nos jornais *Nôvo Amapá*, *Marco Zero* e *Jornal do Dia* tem um papel fundamental na construção da realidade social e contribui de forma significativa para a constituição identitária macapaense.

Palavras-chave: Jornal; Crônica; Memória; Identidade; Macapá.

ABSTRACT

The present thesis is about the daily routine of Macapá City in regional chronicles journals from 1968 to 1990. The objective is to analyze chronicles produced in Macapá which deal with regional themes and are published in local journals, in order to catch peculiarities of “local identities,” through nature and all the themes related and contextualized to them. In this way, it will be possible to have a scenario of the process of changing of Federal Territory of Amapá into the State of Amapá. In this search for an identity built by identities, the guidelines of this reflection takes a look over the narratives, understanding them, with the studies about memory and identity, as one of the documents of a time, but considering them, above all, as a creation, contributing to literary studies which treat narratives as an event that provokes reactions, stimuli, multiple and variety experiences, depending on the history of each individual. Therefore, the chronicle was the best choice because it can be compared as a kind of instrument to understand everyday life, captured from all angles. In order to adequate better the proposed activities in this work to the methodological techniques, the types of research addressed were Historical-documental and Content Analyzes. The first one has as source of research the collections of rare works from the Public Library of Macapá and the Public Archive of Amapá, and the second is a methodological source that includes descriptive phases, and also inferential and interpretative phases to create meanings from traces found during the reading of *corpus* that compound this study. To carry out these considerations, the chronicles were analyzed, mainly, considering theorists as Bahabha, Bauman, Halbwachs, and Schwarcz, for whom the city and newspapers are concrete parts of their memories, resorting, uncountable times, to a memory that was lost over time and also other studios like Rodrigues, Souza, S. Lobato, among others which theoretical treatment is about the North region, and more specifically on the process of building the State of Amapá. Thus, the symbolic richness revealed in the texts presented on journals like *Novo Amapá*, *Marco Zero* and *Jornal do Dia* that have main role in the construction of the social reality and contributes significantly to the constitution of local identity.

Keywords: Journal; Chronicle; Memory; Identity; Macapá.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Mapa da região entre os rios Oiapoque e Araguari.....	31
Figura 2 -	Base aérea militar norte-americana na cidade do Amapá (1945).....	41
Figura 3 -	Página inicial do jornal <i>Correio Brasiliense</i> (1808).....	66
Figura 4 -	Página da primeira edição do jornal <i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> (1808).....	67
Figura 5 -	Imagem da primeira página <i>O Patriota</i> (1813).....	68
Figura 6 -	<i>O Paraense</i> , n. 1, 22 maio de 1820, p. 1.....	70
Figura 7 -	Página do jornal <i>The Porto Velho Times</i> (1909).....	72
Figura 8 -	Primeira página do <i>Pinsonia</i>	74
Figura 9 -	Cutelo do jornal <i>Pinsonia</i> - Entrada da Biblioteca Elcy Lacerda.....	75
Figura 10 -	Página do jornal <i>Pinsonia</i> (1899).....	77
Figura 11 -	Página do jornal <i>A Voz Católica</i>	84
Figura 12 -	Macapá-Metrópole.....	116
Figura 13 -	Operação “engasga”.....	152
Figura 14 -	Curiaú sobre a Festa de São Joaquim.....	159
Figura 15 -	A coluna do Jorge.....	161
Figura 16 -	Prefeito Azevedo Costa entregando a chave da cidade ao Presidente José Sarney.....	166
Figura 17 -	Chuvas castigam nossa cidade.....	175
Figura 18 -	Paulista propõe a venda do Amapá para os gringos	183
Figura 19 -	Amapá Estado.....	209

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 AMAPÁ: um pouco de história	27
1.1 Amapá fase pré-territorial: breves considerações	27
1.2 O território federal do Amapá	36
1.3 A cidade de Macapá: da urbanização aos anos 80	49
2 OS PRIMEIROS CAMINHOS DA IMPRENSA NO BRASIL E NA AMAZÔNIA	59
2.1 Periódicos como fonte de pesquisa: algumas considerações	59
2.2 Os primeiros jornais impressos no Brasil	64
2.3 Os primeiros jornais impressos na Amazônia e em Macapá	69
3 ENTRELAÇAMENTOS ENTRE CRÔNICA E JORNAL IMPRESSO	90
3.1 Os jornais e o registro do cotidiano em transformação	98
3.2 O <i>Nôvo Amapá</i>: o novo impresso oficial	110
3.3 <i>Jornal Marco Zero</i>: fase transitória	154
3.4 <i>Jornal do Dia</i>: Estado à vista	174
CONSIDERAÇÕES FINAIS	214
RERERÊNCIAS	217

INTRODUÇÃO

“O lugar onde vivo”. Essa frase falou, gritou em mim quando me deparei com ela em 2014, ao ingressar como docente formadora na Olimpíada de Língua Portuguesa. Essa experiência me possibilitou ver que era possível tratar do nosso lugar de maneira específica, identitária, inclusive por ser uma competição nacional em que cada estudante fala de seu lugar por meio de gêneros literários como poema, crônica e memória de modo a singularizar seu lugar.

Diante de tal possibilidade, a questão ganhava vida própria, não cabia mais em mim afinal como é, como nasceu “O lugar onde vivo?”. Assim, da afirmação, passei à interrogação, e constatei que sabia tão pouco sobre a região norte do Brasil e quase nada sobre o Estado do Amapá. Verdade que sempre vivi sendo confundida com os paraenses, mas não me importava, pois acreditava que não fazia diferença porque eu passava períodos em Belém, e minha família – paterna e materna- é belenense.

Como se pode perceber, as opções dentro de uma pesquisa acadêmica nunca têm uma só motivação. Sempre são várias angústias e indagações que nos levam a selecionar determinado objeto e construí-lo por certos caminhos. O fato é que existia essa inquietação pessoal, potencializada mais tarde na vida profissional, quando passei a ministrar a disciplina Literatura Amapaense, e assim adveio mais uma constatação: a escassez de informações, de estudos sobre textos que abordem sobre as peculiaridades das “identidades local”¹, construídas e expressadas pelo homem através da linguagem, das suas atitudes e crenças; expressadas também no fazer diário, nas escolhas, no trabalho, nas festividades, enfim, em tudo que envolve o homem e sua relação com o meio.

Somado à inquietação pessoal, o trabalho com a disciplina Literatura Amapaense, o desejo de aprofundar os estudos sobre as identidades dos formadores da sociedade amapaense foi ampliado ao ser objeto de reflexão a partir dos primeiros trabalhos desenvolvidos como participante no projeto de pesquisa “Resgate da História Literária da Amazônia” e atualmente no projeto “Macapá conta estórias e histórias: literatura e memória às margens da cidade”, da Universidade Federal do Amapá, coordenados pelo Professor Doutor Yurgel Caldas.

¹ “Identidades local” grafada intencionalmente dessa maneira como provocação; refere-se aos vários agentes que dão suporte ao povo que passa a se formar e que estão relacionados, ou seja, passa a existir uma unidade cultural, religiosa, social que ainda que distintas se agrupam, se complementam e se repulsam formando um perfil do macapaense.

Essas pesquisas me instigaram e contribuíram de forma significativa para investigar, discutir e trazer para o primeiro plano, como são dispostos os processos narrativos utilizados na construção das identidades macapaenses. Essa construção identitária está diretamente ligada a três momentos históricos do Amapá: o primeiro, e o da fase pré-territorial, quando a área (território) pertencia aoPará, o segundo, quando ocorre o seu desmembramento do estado do Pará, com a criação do Território Federal (1943); e o terceiro, ao se tornar um Estado da Federação do Brasil (1988), daí a escolha por esses recortestemporais.

No percurso dessa pesquisa, pude averiguar que na segunda metade do século XX houve uma produção significativa na Amazônia, de crônicas regionais. Fato, este, que me instigou a investigar também os textos publicados nos jornais que circularam na capital, Macapá, no período de 1968 até 1990, considerados significativos na construção das identidades macapaenses e os jornais, pois eram os principais meios difusores dessas identidades. Nessa direção, as histórias das pessoas, os comportamentos cotidianos, as crenças, a formação da cidade, espaços muitas vezes escondidos e esquecidos nas páginas dos jornais *Nôvo Amapá*, *Marco zero e Jornal do Dia*, algumas quase diluídas pelo tempo, materializam imagens de Macapá. Vale ressaltar que durante as visitas ao “campo basilar da pesquisa”, a Biblioteca Pública de Macapá, ao arquivo restrito de obras raras, constatei o fato de que os jornais estão se deteriorando o que me trouxe, por um lado, preocupação, uma vez que são parte da memória material do Amapá, que correm o risco de desaparecer. Por outro lado, aumentou meu compromisso de resgatar, dentre os poucos textos ainda legíveis, e investigar nas páginas desgastadas desses periódicos, as histórias locais, os comportamentos cotidianos e as imagens neles produzidas.

Por isso, dentre as várias narrativas que compõem esta tese (fotos, reportagens e artigos)², a crônica foi a principal escolha, visto que, como narrativa de acontecimentos, ela pode ser comparada a uma espécie de instrumento para a compreensão da vida cotidiana, captada em todos os ângulos, Candido (1992, p. 14 - 20) afirma que, na crônica, “tudo é vida, tudo é motivo de experiência e reflexão, ou simplesmente de divertimento, de esquecimento momentâneo de nós mesmos”. E tudo porque “a crônica está sempre ajudando a estabelecer ou restabelecer a dimensão das coisas e das pessoas”, não necessitando, para tal, de nenhum “cenário excelso”, já que a perspectiva do cronista “não é a dos que escrevem do alto da montanha, mas do simples rés do chão”.

² No desenvolvimento desta pesquisa outros gêneros textuais se impuseram para dialogar com as crônicas, ampliando e contextualizando o recorte temporal no qual os jornais estão inseridos.

Desse modo, o ponto central de nosso problema residiu no questionamento sobre a natureza das crônicas de temática regional, escritas ou não por amapaenses, seu caráter histórico, folclórico, fantástico, reflexivo ou lúdico. Foram foco de nossa atenção também a expressão das crenças, dos valores e costumes do macapaense, que lhe desvende a identidade, a sua relação com o contexto local, de modo a possibilitar o resgate e a preservação da memória. Considerando os fatores que determinam os temas recorrentes, seu espaço geográfico, momento político, histórico e econômico. Importante salientar que os temas que parecem repetitivos (política, educação e emancipação do Amapá) aparecem ao longo desta tese com as marcas de seus contextos, reforçando a importância da delimitação temporal marcada pela escolha dos jornais *Nôvo Amapá*, *Marco Zero* e *Jornal do Dia*. Também foi investigado a contribuição do escritor para a cultura local, o que representou e qual foi o seu lugar. Ressaltando que as narrativas instauraram condições para a criação de um panorama histórico incorporado por diferentes sujeitos locais e externos sobre o Amapá.

Seguindo essa suposição, é possível perceber que os sujeitos que pensaram essa ocupação, o fizeram sob determinados pontos de vista e abordá-los significará observar Macapá a partir de seus atores. São eles políticos-militares, poetas, religiosos, jornalistas, enfim, pessoas de estratos distintos da sociedade, nascidos, radicados ou que passaram pelo Amapá e que atribuíram sentido ao vivido, sendo aqui considerados como intérpretes para acompanhar a terminologia sugerida por Reis (2007, p. 07), segundo a qual as sociedades humanas, “por serem temporais, não permitem um conhecimento imediato, total, absoluto e definitivo. A história só se torna visível e apreensível com a sucessão temporal”. Assim, essa pesquisa se forma a todo instante ao se valer da sucessão temporal, escavando sobretudo o passado como lugar próprio da memória, afinal;

Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como um homem que escava. Antes de tudo, não deve temer voltar sempre ao mesmo fato, espalhá-lo como se espalha a terra, revolvê-lo como se revolve o solo. Pois ‘fatos’, nada são além de camadas que apenas à exploração mais cuidadosa entregam aquilo que recompensa a escavação, ou seja, as imagens que desprendidas de todas as conexões mais primitivas, ficam como preciosidades nos sóbrios aposentos de nosso entendimento tardio, igual a torsos na galeria do colecionador [...]. E se ilude, privando-se do melhor, quem só faz o inventário dos achados e não sabe assinalar no terreno de hoje o lugar no qual é conservado o velho (BENJAMIN, 1987, p. 239).

Entender que seria um processo árduo apreender o presente sem “escavar” o passado, é o que tornou impossível não considerar o jornal como fonte e documento de reconstituição

histórica e, por isso, como suporte da memória. Sobre esse ponto, Visentini (1997) oferece uma interessante reflexão para o pesquisador, quanto ao uso de jornal como objeto de estudo:

Eles podem ser bem mais, muito mais que folhas mortas, de um tempo igualmente morto, à espera do meu labor, por exemplo. Eles são dotados de ação. Quero dizer que muitas dessas páginas amadas por nós e prediletas na ação do exame, não são textos nada neutros [...] eles expressam práticas políticas, de lutas políticas, sendo, naquele momento, consubstanciação dessa mesma prática, práxis, de sujeitos concretos (VESENTINI, 1997, p. 37).

Por isso, por não serem “folhas mortas” é que os jornais aqui tratados representam a fonte mais significativa de informações sobre o Território Federal do Amapá, principalmente quando se quer saber como foi o período de reabertura política, e todas as nuances que envolveram os anos da década de 1980. Faço tal afirmativa, pois há obras e teses que discutem o período do Amapá Contestado e sobre a Criação do Território Federal, material pouco, mas existente. No entanto, como mencionei, a construção do panorama referente aos anos 80 e à transição para a condição de Estado dependeram eminentemente do que as páginas dos jornais narraram.

O cotidiano impresso nos jornais permitiu pensar metodologicamente sobre o território como suporte de memória e de identidade. Para pensar a cidade como espaço de representação, faz-se necessário refletir a respeito das analogias que os sujeitos estabelecem com ela e com seus processos de interação e suas relações de poder. Suas dinâmicas que acomodam o espaço em suas marcas identificatórias e que o tornam familiar, o que remete a concebê-lo como território. No entanto, como se está lidando com elementos identitários de espaços diversos, é preciso não desconsiderar que tais territórios já trazem consigo processos desterritorializantes, pois aqueles que vieram para o Amapá, por exemplo, deixaram suas regiões e estados procurando se reterritorializar e, assim, construir memórias que possibilitem uma relação de identificação com esse novo espaço.

Considerando essas relações, ainda que não tomadas de forma aprofundada, é que a proposta desta tese se voltou para a busca de identidades legitimadas pelos jornais de maior circulação em Macapá, no período de 1968 até 1990, recorrendo, para fins de maior clareza e objetividade, aos conceitos de território, identidade e memória, de maneira a dar conta da proposta apresentada. Esses conceitos requerem, porém, uma reflexão prévia.

Os conceitos de território, identidade e memória, analisados sob o olhar de teóricos da sociologia, são apropriados não somente para dar conta do caminho de pesquisa apresentado, como também para a construção dos enunciados em seu processo de legitimação. A partir

dessas considerações, têm-se também a possibilidade de se pensar sobre a função do jornal, em vista de sua relação com a sociedade. Assim, sem nenhuma pretensão de esgotar a discussão, a forma como os conceitos devem ser relacionados é fundamental para delimitar de onde o pesquisador aborda os acontecimentos sobre os quais se propõe a refletir e para dar conta dos temas apresentados. Desta forma, importa considerar a relação Território e Identidade observando a situação e o contexto, uma vez que “[...] a identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das idéias quanto no da realidade concreta (HAESBAERT, 1999, p. 172).

Sobre essa relação de aproximação entre o campo das ideias e da realidade concreta, em se tratando do Amapá, Sarney e Costa (1999, p.14) afirmam que o “Amapá é o único estado do Brasil que se tornou brasileiro pela vontade de ser brasileiro”, e esse é um fato que deve ser considerado, pois é o que forma as relações políticas e culturais do Amapá. Essa sensação de pertencimento significa que precisamos nos sentirmos como parte de algum lugar. O sentimento de pertencimento social é inerente ao ser humano, uma vez que todos, de alguma forma, buscam pertencer a algum território/lugar, seja por demandas geográficas, sociais ou culturais.

Sobre a relação espaço e território importa o posicionamento de Raffestin (1993, p. 143), ao considerar que o território se forma a partir do espaço e afirma que “ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente, o ator ‘territorializa’ o espaço”. Esse processo de assimilação ao qual se refere Raffestin é caracterizado por relações de poder, enquanto aspecto principal para o entendimento do território, sendo exercido por pessoas ou grupos, sem o qual não se determina o território.

Mesmo sem pretender escavar o domínio significativamente fértil das Ciências Sociais, faz-se necessário focar que aqui o conceito de território é associado a uma dimensão de apropriação e/ou sentimento de pertencimento, seja esta apropriação no sentido de controle efetivo por parte de instituições ou grupos sobre um dado segmento do espaço, seja na apropriação mais afetiva de uma identidade territorial (HAESBAERT, 2004).

De qualquer modo, as identidades aqui tratadas foram consideradas pelas relações estabelecidas com o território e com seus relatos fundadores. Demarcações que se estabelecem pela apropriação de territórios, bem como pela defesa desse espaço das invasões estrangeiras, como ocorreu no Amapá, quando ainda contestado franco-brasileiro, em lutas desencadeadas de 1697 até 1900.

Nessa busca pelo pertencimento há a necessidade de nos diferenciarmos dos outros e, nessa perspectiva, Haesbaert (2004, p. 78-79) afirma que o território representa “o conjunto de

nossas experiências ou em outras palavras, relações de domínio e apropriação, no/com/através do espaço”. Importante especificar que para o referido teórico, um diferencial presente em sua concepção de território passa pelas relações de poder, considerando que o território, independentemente do sentido, está relacionado tanto com poder na forma mais concreta de dominação, quanto na forma simbólica a partir de múltiplas relações de poder.

Dentre estas múltiplas relações de poder, Haesbaert (2004, p. 79) trata do “poder mais material das relações econômicas-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estreitamente cultural”. Nesse sentido o território é essencial na construção identitária de uma comunidade, uma vez que uma identidade se forma a partir de uma relação de reciprocidade com o espaço que é ao mesmo tempo econômico, político e cultural. Nesse sentido:

[...] sempre e ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de ‘controle simbólico’ sobre o espaço onde vivem e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 1997, p. 42).

Ainda sobre a construção da identidade territorial, Haesbaert (1999) enfatiza que existem duas grandezas que nestas reflexões não são tratadas como excludentes entre si: uma relacionada à memória coletiva, edificada em torno do passado para confirmar uma diferenciação e construir, com maior êxito, uma identidade, e outra pertinente aos referenciais espaciais, considerando tanto o passado quanto o presente, que podem ter várias origens. Concebendo a identidade social alicerçada pelo território e materializada nesse processo de apropriação é que se permeia, também, a ação de se reterritorializar. Nessa perspectiva, vale trazer alguns trechos de uma das crônicas de Cordeiro Gomes³, que diz:

Quando cheguei, quase todos os amigos com quem falava, já haviam sido batizados pela malária. Às vezes, quando a no espaço fluuava “com seus véus de noivado constelada” eu me dirigia ao Trapiche “Eliezer Levy” e ali ficava horas perdidas, remoendo a minha saudade e perguntando-me:

Que esperança havia feito eu ancorar neste pôrto?

Foram dias tristes. Era a primeira vez que saía da proteção dos meus pais. Uma namorada distante me deixava mais saudosos ainda. Meus olhos estavam perdidos no que havia deixado para trás. Meu amor todo havia ficado do outro lado do rio. Do outro lado do rio estavam o Tom, o Padre Alcides Paranhos, a Virginia esperando nenê e a mamãe sonhando que eu seria o médico da casa,

³ Carlos Cordeiro Gomes foi jornalista, cronista esportivo, desportista e poeta paraense, nascido na Vigia, que se radicou no Amapá até sua morte. (Fonte: Personagens Ilustres do Amapá, volume II, Dep. de Imprensa Oficial, 1997).

de avental branco, no Pôsto Médico, casado com a namorada que me deixava mais saudoso ainda. E haja poesia:

[...]

Tinha dezesseis anos de idade, e aos dezesseis anos tudo é válido. Todas as noites, com exceção dos sábados que estava dançando na residência do velho Sabá Canuto, ia ao Trapiche “Eliezer Levy” chorar sozinho. Não sei quantas vezes pensei em morrer, compartilhar como o mar, do meu segrêdo, da minha mágoa. Essas noites, como se a lua quisesse parodiar do meu sofrimento, me surgia mais linda, mais branca, dando côres especiais a praia “Araxá”, as mangueiras da Praça da Matriz, a residência governamental e os casebres antigos reminiscências do Macapá paraense. O coração cheio de saudade me fazia muito infeliz. Recordava-me, nesses momentos, de uma vez que cai doente:

[...]

Depois Macapá encheu-se de gente. As ruas foram se asfaltando. Casei-me; já não penso mais em voltar. Regressão seria se eu estivesse longe de Macapá. Plantei – reconheço que aqui era que deveria plantar – a minha semente e estou esperando pelos seus frutos. Não sei se chegarei a tempo da colheita de dançar a valsa de quinze anos da Debora Carla. Do Macapá antigo guardo os versos de Álvaro da Cunha, a bondade branca do Mestre Julião, as noites do Trapiche “Eliezer Levy”, quando cheio de angústia desejava morrer, porque o meu amor todo havia ficado do outro lado do rio. Hoje, o meu amor todo está aqui, numa casa do bairro de Jacareacanga ... (GOMES, 1970, [n. p.]).

A crônica acima evidencia a íntima relação do cronista em seu processo de partida de sua terra, Belém/PA, e o árduo processo de construção de uma identidade em dois momentos específicos: um demonstrado no seguinte questionamento feito: “Que esperança havia feito eu ancorar neste pôrto?”; e outro ao identificar, em meio a sua saudade, características, referências de seu estado natal, quando se reporta à fase em que Macapá pertencia ao Pará, em “... e os casebres antigos, reminiscências do Macapá paraense” (GOMES, 1970). Essa Macapá paraense retratada na arquitetura das casas, cópias das habitações herdadas desse mesmo movimento de pertencimento, não mais entre cronista e cidade, mas sim entre espaços geográficos: Macapá/Belém, que denota uma relação de poder muito comum na região Amazônica durante o Ciclo da Borracha. A cópia funcionou como, de acordo com Loureiro (2015, p. 92), “imposição de signos com repercussão fortemente ideologizante” o que culminou na valorização do que vem de fora, ao mesmo tempo em que essa reprodução das casas reforça o pertencimento: “Macapá paraense”.

Desta feita, a identidade não é algo dado, mas sempre um processo constante de identificação. Para Borges (1997, p. 168), a identidade com o território entrevê “identidade com a terra, identidade com a luta, iguais e diferentes, caminhando para construir um sujeito coletivo”. De tal modo, intermediando avanços e recuos, caminhos diferentes ou que se apoiam, espelhamentos por meio do outro que a construção do sujeito individual e coletivo se faz. Assim, o lugar pode ser considerado como suporte da identidade pela participação intensa dos

indivíduos e dos grupos. De maneira semelhante, Hall (2006, p. 48) afirma que “as identidades nacionais são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação”. Assim, a identidade cultural pode ser entendida como busca permanente, uma relação entre passado e presente em constante formação, pois:

A identidade cultural não está fixa, é sempre híbrida. Mas é precisamente porque surge de formações históricas muito específicas, de histórias específicas, de repertórios, de repertórios culturais de enunciação, que pode constituir-se de em um ‘posicionamento’ que nós chamamos, provisoriamente de identidade (HALL, 2003, p. 21).

Desta feita, os territórios, os lugares e a paisagem não podem ser compreendidos senão em referência ao universo cultural em que estão inseridos. Sobre esse posicionamento, Mathias Bossé (2004), outro autor que discute território em uma dimensão mais subjetiva, simbólica, ressalta que historicamente os geógrafos se interessavam particularmente pela “identidade dos lugares” e pelos papéis que esses desempenham na “formação de consciências individuais e coletivas” (BOSSÉ, 2004, p.158). Nessas ponderações sobre território, também é importante considerar que para além de um espaço simbólico, dessa “identidade dos lugares”, há uma concepção de espaço vivido e, por isso transformado, que na perspectiva de Lefebvre, são:

Os espaços de representações, ou seja, o espaço vivido através das imagens e símbolos que o acompanham, portanto, espaço dos “habitantes”, dos “usuários”, mas também de certos artistas e talvez dos que descrevem e acreditam somente descrever: os escritores e filósofos. Trata-se do dominado, portanto, suportado, que a imaginação tenta modificar e apropriar. De modo que esses espaços de representação tenderiam (feitas as mesmas reservas precedentes) para sistemas mais ou menos coerentes de símbolos e signos não verbais (LEFEBVRE, 2006, p. 40).

Essa apropriação que se dá partir do espaço vivido, das experiências construídas aos poucos, em que os espaços passam a ter e a ser representações, é percebida de maneira mais significativa no último parágrafo da crônica de Cordeiro Gomes. Em uma gradação, o cronista apresenta uma transformação que é ao mesmo tempo da cidade e de si mesmo “... Macapá encheu-se de gente. As ruas foram se asfaltando. Casei-me ... Regressão seria se eu estivesse longe de Macapá”. E a afirmação mais significativa desse processo, como se agora simbolicamente houvesse raiz: “Plantei” (GOMES, 1970). Agora enraizado, racionalmente pertencendo a Macapá, o lugar com o qual compartilhara tamanha angústia é a representação definitiva da apropriação, do novo olhar e sentimento que ele tem da cidade; fundido em seu repertório de signos e símbolos passado e presente ao seu repertório cultural “Do Macapá antigo

guardo os versos de Álvaro da Cunha, a bondade branca do Mestre Julião⁴, as noites do Trapiche “Eliezer Levy⁵[...]” (GOMES, 1970, [n. p.]).

Portanto, constata-se que o lugar é o referencial da experiência vivida, pleno de significação, é mais que um espaço ou uma paisagem, nele estão as raízes de seus moradores, porque à medida que o ser humano intensifica as experiências vividas nos lugares, ativam-se os sentimentos de pertencimento e afetividade. Diante dessas relações de representações transformadas pela vivência e imaginação do cronista e dos habitantes da cidade, não há como deixar de conceber o espaço produzido socialmente. Essa relação alude à possibilidade de uma história do espaço, a qual é o foco nestas reflexões, quando se traz à tona alguns elementos do passado histórico do Amapá para analisarmos como os espaços sociais foram se construindo historicamente, no pressuposto de que:

O conceito de espaço reúne o mental e o cultural, o social e o histórico. Reconstituindo um processo complexo: descoberta (de espaços novos, desconhecidos, continentes ou o cosmo) – produção (da organização espacial própria a cada sociedade) – criação (de obras: a paisagem, a cidade como monumentalidade e o décor). Isso evolutivamente, geneticamente (como uma gênese), mas segundo uma lógica: a forma geral da simultaneidade; pois todo dispositivo espacial repousa sobre a justaposição na inteligência e na junção material de elementos dos quais se produz a simultaneidade [...] (LEFEBVRE, 2006, p. 6).

O espaço passa a assumir, nessa concepção, o lugar de dimensões simbólicas e culturais que o transformam em território a partir de uma identidade própria, específica criada pelos seus habitantes que se apropriam dele, não como propriedade, mas com a concretização, com a manifestação das relações políticas, sociais, econômicas e culturais, como ocorre com o cronista. Portanto, os símbolos, as imagens e todo o aparato cultural tornam-se valores, por vezes invisíveis, que para uma comunidade, consolidam-se em ações cotidianas.

Portanto, a relação território/identidade materializa-se em um processo de movimento, que se constitui ao longo do tempo como fundamental elemento, o sentimento de pertencimento do indivíduo ou do grupo com o espaço de convivência. Assim, a ideia de identidade que forma cada município amapaense, inclusive Macapá, objeto deste trabalho, parece ter sido provocada a partir de um determinado contexto social, econômico e político. Entende-se, por isso, que a geração de “um espaço social apropriado, no qual a sociedade geradora toma forma apresentando-se e representando, apesar de não coincidir com ela e mesmo que seu espaço seja

⁴ Julião Tomaz Ramos líder da comunidade negra do Amapá após a criação do Território Federal do Amapá, em 1943. (Fonte: Personagens Ilustres do Amapá, volume II, Dep. de Imprensa Oficial, 1997)

⁵ Ponto turístico da cidade de Macapá, inaugurado em 1945.

tanto sua queda quanto seu berço, isso não se realiza num dia” (LEFEBVRE, 2006, p. 36). Isto é, os espaços vão se conformando na oscilação da história, não havendo um único espaço social, mas sim múltiplos estabelecidos muitas vezes pela relação entre o passado e o presente que, longe de se anularem, se interdependem.

Assim, estabelecer uma relação entre crônicas e outras narrativas impressas nos jornais de Macapá, memória e identidade é possível quando se considera que de acordo com Maria Turano (2000), o papel da escrita em nossa cultura é fundamental e a memória do conhecimento passa também através dessa escrita – uma escrita que materializada na crônica propõe, sugere, convida a imaginar potencializando um movimento próprio da memória. Considerando que na memória há uma intranquilidade que vai do presente em direção ao passado, “temos que nos interrogar acerca da maneira como os indivíduos e grupos recordam a si mesmos e ainda, de que maneira acontece a reconstrução das recordações” (TURANO, 2000, p. 3). Essa construção da memória pode ser percebida em outra crônica de Cordeiro Gomes que, já em seu primeiro parágrafo, confronta presente e passado ao trazer o “homem exausto” retornando à casa de sua infância

O homem exausto retorna à casa antiga. Fantasmas, visões, enchem agora o homem exausto, que mais exausto ainda e mais triste, caminha pelo corredor silencioso. Percorre uma a uma as suas dependências. Não há pressa. Não sei como o homem define essa sensação de bem-estar, de ver novamente tudo aquilo que cercava o seu mundo feliz de criança. Gratas recordações bailam no seu pensamento... (GOMES, 1970, [n. p]).

A primeira crônica de Cordeiro Gomes trata da chegada a Macapá e da saudade que sentia de sua terra, Belém. Agora, ao voltar a Belém, seu sentimento é de estranhamento, demonstrando que o recurso à memória pode possibilitar muito mais, à medida que permite descortinar situações conflitivas, discriminações, jogos de poder entre pessoas e grupos sociais e processos como o de construção de identidades, uma vez que memória e identidade se entrecruzam. Assim sendo, a memória não pode ser vista como algo somente individual, mas como atuante no interior de grupos sociais como se percebe em outro parágrafo da Crônica em questão:

[...]. Havia tanta saudade presente, que pensou em rezar. Lembrou-se que há muito tempo não rezava. Da primeira comunhão, de terno branco; os cânticos puxados pela professora Noêmia na Igreja; de sua família sentada, como sempre, na fila da frente. Privilégio que era em face do pai do homem exausto ser o presidente do Partido Social Democrático. Já vão longe aqueles tempos! O contato com uma sociedade sofisticada, sem o mínimo requisito de humanidade distorceram a fé religiosa do homem exausto, que chegou na grande cidade cheirando a incenso, de tão puro que era. (GOMES, 1970, s/p).

Longe de ser somente individual, o cronista apresenta um deslocamento do indivíduo “homem exausto” para o menino, filho do “presidente do Partido Social Democrático”, que por isso merecia a primeira fila na igreja. Esse deslocamento individual-coletivo é analisado por Maurice Halbwachs (2009), em sua obra *A memória coletiva*, ao deslocar o foco da lembrança individual para a social. Para ele, “a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (HALBWACHS, 2009, p. 51). Desse modo, as lembranças seriam coletivas, mesmo que de acontecimentos nos quais somente o sujeito estivesse envolvido, e com objetos que somente ele houvesse visto. Isso porque o ser humano nunca está só, ainda que não se distinga a presença material de outros homens, “só temos capacidade de nos lembrar quando nos colocamos no ponto de vista de um ou mais grupos e de nos situar novamente em uma ou mais correntes do pensamento coletivo” (HALBWACHS, 2009, p. 36). Assim, o coletivo se impõe para reedificar passado e presente, como pode ser observado no seguinte trecho da mesma crônica:

Vem a chuva molhando tudo, até a sua saudade. A calçada molhada, a rua molhada, a casa gotejante e a noite chegando no último transporte de Belém do Pará. O homem exausto não sabe até agora se a sua primeira namorada entendeu a sua fuga, o seu desejo de viajar quilômetros. Havia tanta saudade presente que o homem exausto saiu assim mesmo. A chuva que molhava o seu corpo era um pretexto para a sua alma. E no primeiro bar, misturou-se à plebe que olhou para o homem exausto com desconfiança. Ali, ouviu ainda, detalhes da fuga da Maria do Carmo, filha do prefeito. Foi o maior escândalo da “paróquia”!... (GOMES, 1970, [n. p.]).

Assim termina a crônica, com o “homem exausto” reconciliado com seu passado ao lavar seus sentimentos e lembranças com chuva e ao se misturar com a “plebe” esse homem se reintegra, se identifica, se reconhece em seu contexto presente. Desta feita, mais uma vez é necessário considerar que a memória não pode ser vista como algo somente individual, mas como atuante no interior de grupos sociais.

Esse “homem exausto” que revisita o passado para se reconhecer no presente, no coletivo, tem na saudade seu ponto de reflexão. Sobre a saudade, Da Matta (1992, p. 5) pondera que ela é uma categoria social e, assim, por meio dela “podemos invocar e dialogar com pedaços do tempo, fazendo trazer os tempos especiais e desejados de volta”. Dessa forma, saudade e memória se interpenetram e se concretizam no sentimento de saudade que o cronista manifesta ao retratar passado individual e coletivo, deixando transparecer, também, o processo de pertencimento, de reconhecimento.

Sobre a construção a partir da relação com o coletivo, salienta-se que essa é a questão central da obra de Halbwachs e tem servido de base para muitos estudos no campo social, por

permitir uma reflexão sobre o passado, mediante a *sociologia da memória coletiva*, elaborada pelo sociólogo francês em 1925. Ainda em *A memória coletiva*, o autor ressalta que, de um lado, a memória se apoia no passado vivido e, de outro, ela se conserva no grupo, e a lembrança é “uma imagem engajada em outras imagens” (HALBWACHS, 2009, p. 94). Ou ainda, como se percebe nas crônicas de Cordeiro Gomes, a lembrança é, de forma ampliada “uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada” (HALBWACHS, 2009, p. 91). Na crônica em questão, a “imagem de outrora” alterada é vislumbrada na casa deteriorada e na figura de um homem que, repetidas vezes, é apresentado como “exausto”.

Ainda nesse processo de espelhamento entre o “homem exausto” e a casa de sua infância, considerando a significação dos espaços simbólicos da cidade de Belém, evocada pelas lembranças do cronista, vale enfatizar a importância da casa como um lugar sugestivo, como um espaço de representatividade, pois, conforme Bachelard (2000, p. 20), “com a imagem da casa, temos um verdadeiro princípio de integração psicológica” que, por um lado, pode ser transformada, na medida em que o tempo passa e o sujeito vai se modificando, por outro, ultrapassa a temporalidade para estabelecer laços imaginários entre o passado e o presente. O referido autor acrescenta ainda que “a imagem da casa se torna a topografia do nosso ser íntimo” (BACHELARD, 2000, p. 20). Assim sendo, a casa pode revelar de forma contundente um pouco da intimidade na relação entre os sujeitos e os espaços da cidade.

Desse modo, as lembranças podem ser simuladas quando, ao entrar em contato com as lembranças de outros sobre pontos comuns em nossas vidas, acabamos por expandir nossa percepção do passado, contando com informações dadas por outros integrantes do mesmo grupo. Por outro lado, afirma Halbwachs, não há memória que seja somente “imaginação pura e simples” (HALBWACHS, 2009, p. 97) ou “representação histórica que tenhamos construído que nos seja exterior, ou seja, todo este processo de construção da memória passa por um referencial que é o sujeito” (HALBWACHS, 2009, p. 97). E é justamente a memória de um indivíduo, de um país ou de uma região que está na base da formulação de uma identidade.

De acordo com Bosi (1987), lembrar significa aflorar o passado, combinando-o com o processo corporal e presente na percepção, ao misturar dados imediatos com lembranças. A memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo atual das representações. Assim, cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, como em “sua família sentada, como sempre, na fila da frente. Privilégio que era em face do pai do homem exausto ser o presidente do Partido Social Democrático...”

(GOMES, 1970), ou ainda na fuga da filha do prefeito comentado em um dos locais mais agregadores de uma cidade: o bar.

Outro teórico da memória, Michael Pollak (1992), observa que há uma relação entre memória e identidade, sendo a memória um fenômeno construído (consciente ou inconsciente), como resultado do trabalho de organização (individual ou socialmente). Sendo um elemento constituinte do sentimento de identidade, a memória, tanto individual como coletiva, “é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de um indivíduo ou de um grupo em sua construção de si” (POLLAK, 1992, p. 204).

Pollak (1992) define a identidade como imagem que a pessoa adquire ao longo da vida, referente a ela própria, ou seja, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação e também para ser percebida pelos outros da forma que se deseja. A construção de identidade é um fenômeno que se produz em referência aos critérios de aceitabilidade, admissibilidade e credibilidade, que se faz por meio da negociação direta com os outros. Esses critérios perpassam a percepção do cronista ao relatar: “E no primeiro bar, misturou-se à plebe que olhou para o homem exausto com desconfiança. Ali, ouviu ainda, detalhes da fuga da Maria do Carmo, filha do prefeito. Foi o maior escândalo da “paróquia”!...” (GOMES, 1970). Trazendo esse momento de fusão com o povo/plebe, o cronista sai do individual e se integra significativamente ao coletivo negociando o pertencimento, já que foi olhado com desconfiança pelos populares no bar. Interessante notar que a crônica termina com reticências, sinalizando aceitação pelo grupo e indicando o processo natural que a vida e os fatos se justapõem e continuam.

Ampliando as ponderações sobre a identidade, mas especificamente a respeito das nacionais, Hall (2006, p. 48) afirma que “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação”. Ainda nessa perspectiva, Chartier (2002, p. 17), ao analisar a construção de identidades, aponta que “as representações não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas”, ou seja, a identidade nacional ou local é uma representação construída por grupos que possuem interesses em impor sua visão ideológica.

Também na obra *Identidade*, de Zygmunt Bauman (2005), encontramos longa discussão sobre possíveis “identidades”, sentimentos de pertencimento a determinadas comunidades, círculos culturais, nação. O autor trabalha a ideia de que o pertencimento ou a identidade, nesses casos, não é definitivo nem tão sólido assim, mas negociável e revogável; tudo depende das decisões que o indivíduo toma, do caminho que percorre e da maneira como age. Para o referido

autor, “as identidades ganharam livre curso, e agora cabe a cada indivíduo, homem ou mulher, capturá-las em pleno vôo, usando os seus próprios recursos e ferramentas” (BAUMAN, 2005, p. 35).

Igualmente é pertinente considerar a ligação entre memória e identidade social, mais especificamente no âmbito das histórias de vida. Hobsbawm e Ranger (2002), em *Invenção das Tradições*, analisam como grupos que precisam de coesão forjam, muitas vezes, pelo passado, rituais e imagens a partir das quais buscam se fortalecer no tempo presente e que possuem, acima de tudo, uma função identitária e simbólica facilmente perceptível. As identidades nacionais, assim, não são coisas com as quais nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação.

Nesses processos que nos formam e transformam, os teóricos referenciados bem como as crônicas de Cordeiro Gomes trazidas nessas ponderações, servem para potencializar de forma mais perceptível as analogias que os sujeitos estabelecem para que se efetivem os processos que estruturam percepções de território, identidade e memória.

A partir desses pressupostos teóricos e sob a perspectiva da análise histórico-documental, soma-se a análise de conteúdo que possibilitou, a partir dos jornais *Nôvo Amapá*, *Marco Zero* e *Jornal do Dia*, a constituição do corpus da pesquisa e análise. Entendendo que a análise de conteúdo, segundo Bardin (2009), considera os *vestígios* como ponto de partida para o trabalho do analista como se fosse um detetive. Desta maneira, conforme a teórica, tal atitude daria ao pesquisador condições de conhecer o emissor da mensagem e o meio que ele se insere. Podemos considerar como essencial para o cumprimento das etapas de leitura, a realização de “análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferências e interpretação” (BARDIN, 2009, p. 30).

Cumpridas essas etapas, ou seja, feitas a leitura e análise dos textos, a exploração do material e, a partir das inferências estabelecidas, as interpretações permitiram compor um texto, que além desta introdução e das considerações finais, está dividido em três capítulos.

O primeiro capítulo, intitulado **Amapá**, lança o olhar sobre a fase pré-territorial e a questão do Contestado franco-amapaense, passando pela criação do Território Federal do Amapá, enfatizando **A cidade de Macapá** em seus processos de urbanização e transformação em capital.

O segundo capítulo tece considerações sobre **os periódicos como fonte de pesquisa**, seguindo para a imprensa periódica no Brasil e na região Amazônica, destacando a imprensa macapaense desde o primeiro periódico, *Pinsonia*, até o *Jornal do Dia*.

O terceiro capítulo denominado **Entrelaçamentos entre Jornal impresso e Crônica**, evidencia aspectos teóricos fundamentais para as análises e interpretações das narrativas, todas perpassadas pela perspectiva teórica sobre memória e identidade, estabelecendo a relação entre **Os jornais e o Cotidiano em transformação**, focando, a partir de então, os jornais *Nôvo Amapá* e *Marco Zero* delimitando uma fase transitória, e o *Jornal do Dia* e a transformação do Território Federal em Estado da Federação Brasileira, relacionando, desta forma, a materialidade desses impressos e os conteúdos neles veiculados, com especial atenção às relações que permitem entrever as identidades macapaenses.

1 AMAPÁ: UM POUCO DE HISTÓRIA

1.1 Amapá na fase pré-territorial: breves considerações

A terra é como um livro a decifrar - seja como um romance ou um poema. Porque cada cultura, cada grupo e às vezes até mesmo cada indivíduo preenche seu espaço não apenas com um conjunto de instrumento e “utilitários”, mas também de emoção e sensibilidade.

(Eric Dardel)

Para decifrar uma terra é necessário olhar seu passado histórico. Do mesmo modo, importa ressaltar que assim como aconteceu com todo o restante do país, o Estado do Amapá também recebeu influência dos colonizadores portugueses, espanhóis e, por sua aproximação geográfica, dos franceses. Ressaltando que além dessas influências, o estado do Amapá foi durante muitos anos, visto como extensão do estado do Pará, havendo o desmembramento somente em 1943, quando foi criado o já extinto Território Federal do Amapá. Mesmo tendo se passado muitos anos, o Amapá ainda é visto por muitos como dilatação do Pará, ou ainda, como Currutelas⁶ do Pará e essa visão é provocada por termos hábitos, linguajar e culinárias semelhantes ao nosso estado vizinho.

Nessa miríade de povos e, conseqüentemente, de culturas é que nasce o Amapá, cuja etimologia apresenta duas possibilidades: na língua Tupi, o nome "amapá" significaria "o lugar da chuva" (*ama*, "chuva" e *paba*, "lugar", "estância", "morada") e segundo a tradição, porém, o nome teria vindo do nheengatu, significando "terra que acaba" ou "ilha". O fato é que independentemente desses significados, temos hoje um estado relativamente novo tentando se reconhecer nacional e regionalmente.

Na busca por esse reconhecimento, vale observar que a nossa História oficial não conta que o Brasil foi descoberto pelo Amapá. Essa informação desfaz a ideia de que o Brasil teria sido descoberto por Pedro Álvares Cabral por “acaso”, depois de ter desviado sua rota em direção às Índias. De acordo com o historiador português Jorge Couto:

⁶ Currutela significa pequenas vilas à beira de estradas em locais isolados, fora das cidades, geralmente com prostíbulos frequentados por garimpeiros, tropeiro etc. ([https://www.dicio.com.br/corruptela/#:~:text="](https://www.dicio.com.br/corruptela/#:~:text=)). Considerando seu significado, *Currutelas* foi o termo usado na música de Osmar Junior “Sentinela Nortente”, em 1989 em parceria com Amadeu Cavalcante para denunciar uma relação pejorativa do estado do Pará e do restante do País em relação ao Amapá e a Guiana Francesa. (*Sentinela Nortente* Disponível em: <https://www.youtube.com/watch>).

O primeiro português a chegar ao Brasil foi o navegador Duarte Pacheco Pereira, um gênio da Astronomia, Navegação e Geografia e homem da mais absoluta confiança do rei de Portugal, D. Manuel I. Duarte Pacheco descobriu o Brasil um ano e meio antes de Cabral, entre novembro e dezembro de 1498, ele foi o primeiro português a confirmar que existiam terras para lá do Oceano Atlântico. Desembarcou aqui num ponto localizado às proximidades da fronteira do Maranhão com o Pará. De lá, iniciou uma viagem pela costa norte, indo a ilha do Marajó e Foz do rio Amazonas. Quando regressou a Portugal, o rei ordenou-lhe que a expedição deveria ser mantida em sigilo. O motivo para que a descoberta fosse tratada como “segredo de estado” era bastante simples. Parte das terras encontravam-se em área espanhola, de acordo com a divisão estabelecida pelo famoso Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, quatro anos de Duarte Pacheco chegar à Amazônia (COUTO, 1995, p. 121).

Tal informação faz pensar o quanto da nossa História nos é ignorado ou alterado por razões que desconhecemos e não caberia aqui fazer conjecturas. Sendo assim, há de se considerar que os quadros histórico e geográfico que compõem o que hoje é o estado do Amapá, é um panorama a ser decifrado, é um campo minado. Em um cenário bastante resumido, uma história que começa oficialmente ainda no ano de 1492, quando Cristóvão Colombo descobrira a América e, a Espanha solicita ao Papa Alexandre VI uma bula que lhe afiançasse a posse da nova Terra. Assim, em 1493, foi assinada a Bula Inter Coetera que garantiria a Portugal as terras que ficassem até 100 léguas a oeste dos Açores e as que ficassem além, pertenceriam à Espanha. Tal situação só alimenta a peleja entre os dois países pois,

Insatisfeito, o rei português conseguiu a assinatura de um tratado diretamente com a Espanha, em 7 de junho de 1494, tratado este que ampliava para 370 léguas o que estabelecia a bula papal e que recebeu o nome de Tordesilhas, assinado que foi naquela cidade. Parece claro que os portugueses sabiam da existência de terras onde hoje é o Brasil. O meridiano previsto neste tratado passaria aproximadamente onde hoje se encontra Belém do Pará e Laguna, em Santa Catarina. Assim, antes mesmo de o Brasil haver sido “descoberto”, Portugal já possuía o domínio de quase todo o Atlântico Sul e a parte de terra firme que ficava a leste dessa linha (MORAES; ROSÁRIO, 2009, p. 12).

Já em 1499, Américo Vespúcio ao participar da expedição de Alonso de Hojeda, sob as ordens de Castela e Aragão, os reis católicos da Espanha, percorreu terras amapaenses, conforme carta-documento, “na qual narra sua passagem por aquela área, atravessando a Linha do Equador, passando pelas ilhas Cavianas de Dentro, dos Porcos e do Pará” (MORAES; ROSÁRIO, 2009, p. 12). No ano seguinte, 1500, outro navegador espanhol, Vicente Pinzon descobre a foz do rio Amazonas, percorrendo o rio Oiapoque, rio este “que por muito tempo

ficou conhecido com o nome desse navegador e que mais tarde foi o elemento ‘chave’ para o embate entre Brasil e França na celebre questão de fronteira⁷ (SOUZA, 2017, p. 30).

Importa considerar que esta discussão sobre a peleja entre a descoberta de Cristóvão Colombo e os interesses de Espanha está tratada resumidamente, pois, dentre tantos olhares de cobiça, o mais pertinente para este momento, é a relação conflituosa entre Amapá e Guiana Francesa. E, na tentativa de entender essa relação e as “identidades” que formam essa gente e seu ambiente, há de se considerar a luta pelo território, o lugar e a identidade perpassando pelo olhar do “Outro”.

Em sendo assim, para enfatizar os conflitos ocorridos no Contestado Franco-brasileiro, importantes para demarcação da área territorial atual do Amapá é que Sarney e Costa (1999) afirmam que o “Amapá é o único estado do Brasil que se tornou brasileiro pela vontade de ser brasileiro. Aqui a história se contorceu, houve enfiamento e sangue”. Nessa vontade de ser brasileiro, a qual os teóricos se referem, e que se traduziu em duelo e derramamento de sangue está inscrita a relação de poder, as relações de força que se dão no embate entre franceses e brasileiros, pela posse das terras da Planície Amazônica. Sobre esse aspecto vale considerar que:

[...] além de constituir heranças históricas materializadas a partir das relações sociais produzidas pelos atores sociais. Esse processo de construção territorial possui dimensão cultura, portanto simbólica, materializada no espaço e nas relações sociais produzidas por meio dos embates narrados em episódios que mesmo pouco conhecidos, se mantêm vivos pelos recursos da memória. Desse modo é instigante conhecer a história do Contestado Franco-brasileiro porque, como já mencionado anteriormente, pouco se sabe desse episódio na longínqua fronteira do norte do Brasil (SOUZA, 2017, p. 37).

Vale considerar, conforme Santos (2013, p.48), que desde os tempos coloniais, sempre houve alguma circulação entre as populações das áreas que constituiriam a Guiana Francesa e o Amapá. Contudo, é a partir do século XVII que os Portugueses estreariam a conquista da Amazônia, detectando a presença de um grande número de índios da nação Tucuju⁸, que passam então a denominar “Terra dos Tucujus”. Ainda no século XVII, os franceses tentam a primeira abordagem em solo amapaense quando são banidos da ilha de São Luís, no Maranhão, em 1615

⁷ Desde o século XVI, a região norte do Brasil foi tema de disputas entre os países europeus, principalmente entre Portugal e a França. Por isso, a região delimitada pelo rio Oiapoque ser tratada como área contestada.

⁸ Tucuju, vocábulo de origem Tupi, é uma transliteração de Tucumã, espécie de palmeira típica da Amazônia, com frutos graúdos e óleos com os quais se faz licor, mingau e outras iguarias. (SOUZA, 2017, p. 200).

e se estabelecem na ilha oceânica de Maracá, no Amapá. Sobre essa particularidade é pertinente saber que:

Em 1633, para consolidar sua posição no continente sul americano, os franceses fundaram a companhia Francesa do Cabo Norte e a cidade de Caiena, com isso procurando ampliar cada vez mais suas ações colonizadoras. [...] Portugal, por sua vez, cria a Companhia do Cabo do Norte, como estratégia geopolítica de ocupação do território litigioso. Tendo como fronteira, em sua parte setentrional, o rio Oiapoque ou Vicente Pinzon (SOUZA, 2014, p. 28).

Outro acontecimento importante foi a presença dos Jesuítas na Companhia do Cabo Norte. Respaldados pela Carta Régia de março de 1693, os frades da Província de Santo Antônio, que acompanhando as tropas de guarda-costas convertiam os gentios, organizando-os em centros de povoamento. Sobre esse processo de povoamento, esclarece Reis (1993), que o entendimento de fronteira dos portugueses, aliava aspectos físicos e naturais aos humanos e uma série de Atos Régios, regulando a presença de colonos na região, fixando as obrigações de soldados e missionários definindo o modo de gerir a vida em relação à fronteira, deixam clara a intenção de sustentar, oficialmente, a fronteira no Oiapoque/Vicente Pinzon, sob a soberania lusitana. A partir de então, a apropriação de Portugal resulta em um processo de fortificação como forma de assegurar a territorialidade, com envio de missionários para percorrerem a região, com aspiração colonizadora até aos paralelos da Serra do Tumucumaque.

Em 1751, o reforço militar no Regimento de Mendonça Furtado para dar cumprimento e fazer impender aos limites do Estado “foi respaldado pela instrução de número vinte e oito que lhe ordenava a determinar vistorias nas fortificações existentes e providenciar os devidos reparos” (SANTOS, 2013, p. 175). Para além dessas determinações, continua o teórico, o mesmo documento chamava a atenção de Mendonça Furtado para a proposição feita, por seu antecessor em 8 de março de 1749, para a necessidade de construir uma fortificação na localidade de Macapá, com o objetivo de aquartelar um grande quantitativo de soldados na região. Após análises e avaliações feitas, devia informar ao Conselho Ultramarino a dimensão que considerava adequada e a forma de construí-la com custo e tempo reduzidos. Assim, dispostos a examinar pessoalmente os problemas conjunturais a serem solucionados é que:

Em 1752, Mendonça Furtado visitou as fortificações do Grão-Pará e as considerou em inferiores condições às informações que lhes foram repassadas, exceção feita ao Forte do Paru, graças ao empenho do comandante, o capitão Caetano Correa Pinto. Constatada a caótica situação, passou a defender a construção em Macapá de uma grandiosa fortaleza. Apenas tinha dúvidas se seria uma fortificação com as muralhas circundando a povoação ou localizada às proximidades. Fizera o reconhecimento das terras adjacentes e averiguado

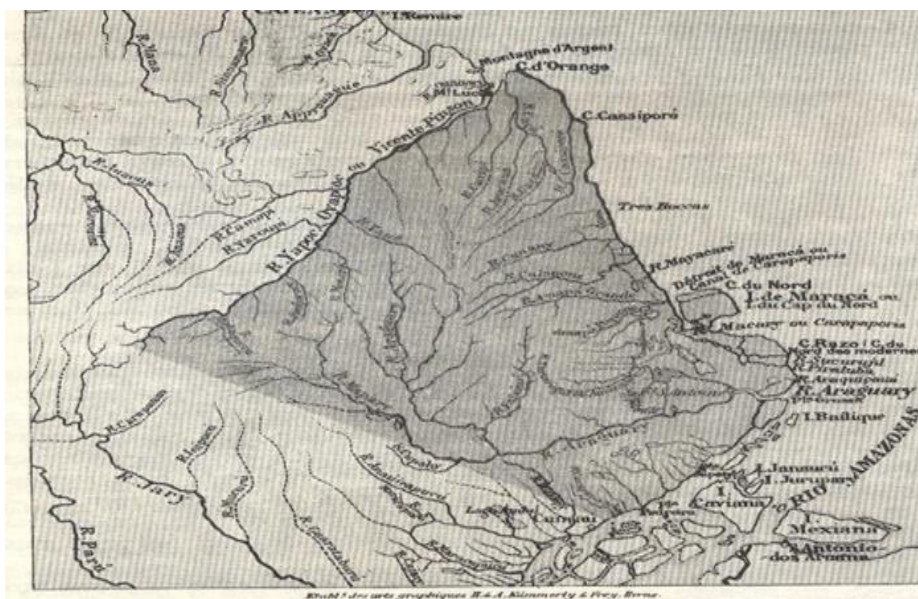
a solidez de considerável extensão do solo, o que proporcionava condições para desenvolver qualquer um dos projetos (SANTOS, 2013, p. 176).

E a partir de então, dá-se a abertura da construção da Fortaleza de São José de Macapá, à margem esquerda da foz do rio Amazona, em frente a cidade de Macapá. Construção autorizada no reinado de D. José I (1750-1777), que, certifica Santos (2013), junto com seu primeiro ministro, o Marquês de Pombal, determinaram a construção iniciada em 29 de janeiro de 1764. A construção que durou dezoito anos, tinha as seguintes intenções: impedir a entrada de navios invasores; defender a Vila, abrigando em seu interior os moradores da Vila de São José de Macapá; servir como base para o reabastecimento de um exército aliado; servir de ponto de contra-ataque do inimigo; assegurar a exploração das chamadas drogas do sertão assegurando o comércio exclusivo com a metrópole e manter a ordem imperante de Portugal na região.

Diante do exposto é evidente o processo de controle e exploração das terras do Amapá. Nesse processo de exploração o que atizou ainda mais a cupidez, não somente de Corsários franceses e de outras nacionalidades, mas, inclusive, de outras partes do Brasil, foi a descoberta de ouro, em 1894, na área do Contestado, na região que abrange, hoje, o Município de Calçoene.

O Contestado, em função do ouro, fica conhecido como o novo “Eldorado” e o litígio entre França e Portugal é retomado. Conforme Reis (1993), falham mais uma vez os tentames de tomada de posse de terras amazônicas pelos franceses e, assim, as terras legitimamente brasileiras foram congregadas ao estado do Pará.

Figura 1 – Mapa da região entre os rios Oiapoque e Araguari



Fonte: Jornal do Dia, 7 de abril de 1987(2021).

E assim, o Amapá passou a pertencer ao Pará. Ante a todos esses fatos, mesmo que apenas mencionados, importante reforçar que, no século XVII, as terras do Amapá foram alvo também da cobiça de corsários holandeses e ingleses que reconheciam nesta região, além das riquezas naturais, uma posição estratégica com relação a Europa. Porém, essas tentativas de ocupação por parte desses países, apesar de significativas na história do Amapá, não caberiam nesta abordagem por não serem o foco desta análise, como já fora mencionando. O que importa é construir um panorama que possibilite a percepção da importância das terras *Tucujus* no cenário nacional e internacional.

Em função do prélio entre Amapá e Guiana Francesa, intensificado pela febre do ouro, daremos mais alguns saltos nos detalhes dessa História. O que importa é destacar que o Contestado existia em estado precário, faltando alimento e havendo uma administração desorganizada o que fazia o Contestado depender de Belém, ou de Caiena para sobreviver.

A exploração do ouro potencializa a importância de Caiena como entreposto comercial da França, para a exploração das riquezas do Brasil. De acordo com Souza (2014), Eugenio Voissien, representante do governo francês no Contestado, arbitrariamente impede o acesso dos brasileiros à região das minas. Só os franceses tinham entrada. Mediante esse impedimento, alguns homens ilustres, com interesse na região, começaram a se reunir e delinear planos para acabar com os excessos de Voissien.

Considerando esses acontecimentos, conforme Picanço (1981), em dezembro de 1894, cria-se uma junta Governativa denominada de Triunvirato, eleita por membros representativos da população brasileira. Este governo era constituído por Cônego Domingos Maltez, Desidério Antônio Coelho e por Francisco Xavier da Veiga Cabral (Cabralzinho). Em contrapartida, os franceses nomeiam o ex-escravo Trajano, governador de Cunnany como forma de neutralizar a reação brasileira, por ser Trajano, também, brasileiro.

Cabralzinho, afirma Souza (2014, p. 40-41), “em fevereiro de 1895, substitui o Cônego Domingos Maltez na presidência do Triunvirato e no dia 25 de abril, ordenou a prisão de Trajano sendo apreendidas armas e uma bandeira da França”. Em função desta ousadia de Cabralzinho, continua Souza (2014), o então governador de Caiena, Mr. Charvein, em 15 de maio de 1895, ordena uma empreitada militar chefiada pelo Capitão Lunier, para libertar o negro Trajano. Assim:

Os invasores franceses, comandados pelo capitão Lunier, transportados pela Canhoeira Bengali e navegando pelo rio Amapá Pequeno, aproximaram-se da Vila, furtivos e silenciosos. Somente foram notados quando começaram a desembarcar no cais do povoado.

O iminente confronto era uma questão de tempo, pois Cabralzinho foi alertado da invasão e preparou-se para resistir. Hasteou a Bandeira Nacional em frente à sua casa, enquanto milicianos do Exército Defensor do Amapá, num total de 13 brasileiros e 1 norte-americano posicionavam-se para repelir a invasão (SOUZA, 2014, p. 41).

Como resultado desta invasão, segundo Santos (1994, p. 49-50), Cabralzinho desarma e mata, com golpes de capoeira, o capitão Lunier. Porém, após algum tempo de tiroteio, os milicianos brasileiros cheios de coragem, mas sem munição, retiraram-se para a orla da mata, deixando alguns invasores mortos e outros tantos feridos. Sobre esse ocorrido professa Santos (1994), que a baixa sofrida pelos invasores deixou enfurecidos os soldados sobreviventes e, ao invés de levarem Cabralzinho, os franceses agenciaram a mortandade de brasileiros, uma verdadeira chacina, assassinaram velhos, mulheres e crianças atearam fogo em várias casas, saquearam estabelecimentos comerciais e levaram Trajano.

Conforme Raiol (1992), o massacre que os franceses agenciaram, na então Vila do Amapá, contra uma população humilde foi produto da brutalidade e da cobiça internacional pela posse da terra, fruto da descoberta de ouro. A certeza da descoberta de riqueza no Contestado ascendeu a dissensão franco-brasileiras a patamares não experimentados.

Para Santos (1994), a covarde invasão francesa à Vila do Espírito Santo do Amapá foi amplamente divulgada, causando exasperação em Paris e desmedida discussão no Rio de Janeiro. A imprensa, no Sudeste, se movimentava em protestos contra a pretensão do governo de Caiena em fuzilar os brasileiros levados, pelos franceses, como prisioneiros e de o próprio governador de Caiena oferecer um prêmio de um milhão de francos a quem capturasse vivo Cabralzinho.

O fato é que as relações diplomáticas entre Brasil e França necessitavam de providências urgentes, sendo que a França reconhecia a responsabilidade do massacre de 15 de maio de 1895, como sendo de Mr. Charvein e o afasta do governo de Caiena. Assevera Picanço (1981, p. 118), que o governo brasileiro, na pessoa do presidente da república Prudente de Moraes, faz de Cabralzinho um herói por sua luta contra a posse da terra na fronteira, conduzindo-o à constelação das grandes personalidades nacionais, recebendo o título de “General Honorário do Exército Brasileiro”.

Conforme Santos (1994, p. 50-51), Cabralzinho percorre o sul do país como herói nacional e defensor da pátria. Mas a imprensa francesa insiste em considerá-lo culpado. A contenda só teve um ponto final com o Laudo Suíço expedido pelo presidente Walter Hauser, em 1º de dezembro de 1900, em que dá ganho de causa ao Brasil na questão do Contestado. Sobre isso determina o Laudo Suíço:

Visto os fatos e motivos expostos, o Conselho Federal Suíço, na sua qualidade de árbitro chamado pelo Governo da República Francesa e pelo Governo dos Estados Unidos do Brasil, segundo o Tratado de arbitramento de 10 de abril de 1897, a fixar na fronteira da Guiana Francesa e do Brasil apura, decide a pronuncia: Artigo I- Conforme o sentido preciso do Artigo 8º do Tratado de Utrecht, o rio Oiapoque ou Vicente Pinzon é o Oiapoque que desemboca imediatamente a Oeste do Cabo Orange e que por seu Talvegue forma a lindeira; Artigo II- A partir da cachoeira principal do deste rio Oiapoque até a fronteira holandesa, a linha de divisão das águas da Bacia Amazônica, que nesta região é constituída da quase totalidade pela linha do fastígio da Serra do Tumucumaque, forma o limite interior. Assim assentado em Berna em nossa sessão de 1º de dezembro de 1900. A presente sentença, revestida do selo da Confederação Suíça, será expedida em três exemplares franceses, três alemães. Um exemplar francês e um alemão serão comunicados a cada duas partes pelos cuidados da nossa repartição política; o terceiro exemplar francês e o terceiro alemão serão depositados nos arquivos da Confederação Suíça. Em nome do Conselho, Walter Hauser, o chanceler da Confederação Klinger (SARNEY; COSTA, 1981, p. 223-224).

A notícia chega ao Brasil, há uma comoção patriota e o reconhecimento do trabalho diplomático do Barão do Rio Branco. E sob essa comoção nasce um mito, nasce um herói. Francisco Xavier da Veiga Cabral não é um herói por ter as qualidades, os poderes de um semideus, pelo contrário, era um ser humano bem comum. Conforme Santos (1994), nascido no Pará, era chamado de Cabralzinho por ser franzino e de baixa estatura. Nunca foi militar, era comerciante, uma espécie de mascate e por essa atividade, migra para a região do Contestado. Cabralzinho militou contra a invasão francesa com claros objetivos econômicos tornados para si e para as pessoas da elite, sediadas na capital paraense.

Por mais comum que ele tenha sido, e por mais que seus objetivos não tenham sido muito nobres, não há como negar que foi com sua astúcia que ele construiu, mesmo sem ter consciência disso, um projeto político que fez com que o terrível acontecimento na Vila do Espírito Santo do Amapá fosse um feito heroico, dando visibilidade às fronteiras marginais do Brasil. Cabralzinho fez do massacre um episódio de grandezas políticas, de afirmação nacionalista, que movimentou os brios nacionais e internacionais. Conforme Reis (1993), falham mais uma vez os tentames de tomada de posse de terras amazônicas pelos franceses e, assim, as terras legitimamente brasileiras foram congregadas ao Estado do Pará. Reforçando que assim, o Amapá passou a pertencer ao Pará.

Ponderando sobre o exposto, é necessário entender a concepção de territorialidade que, de acordo com Souza (2014, p. 53), é “o palco de dimensões simbólicas e culturais que o transforma em território a partir de uma identidade própria criada pelos seus habitantes que se apropriam dele, não necessariamente como território, mas como ideologia-cultural”, ou seja, formada pelas relações políticas, sociais, econômicas e culturais. Evidencia-se, nesse sentido,

que o território é efetivo na representação identitária de uma comunidade, visto que uma identificação se ergue sempre na relação mútua com seu território. Assim, percebe-se o território como uma apropriação espacial que, conforme Dahl (2004, p.120), é produto “da identificação que determinados grupos sociais desenvolvem com seus espaços vividos.”

E todo esse processo de apropriação desse território não ocorreu sem luta, como enfatizado. Pelo contrário, foi e será um processo contínuo de defesa, pois os conflitos históricos existentes assinalam para uma região com proteção fragilizada, mas com potencialidade natural, com uma riqueza reconhecida internacionalmente o que sempre foi, historicamente, motivo de lutas.

Além do centro do governo do Grão-Pará, o Amapá era região perdida e necessitada de recursos que pudessem montar uma infraestrutura capaz de proporcionar independência à região. A implicação disso era miséria e inúmeros conflitos, principalmente depois da descoberta de grandes áreas para exploração de ouro e madeira, que atraíam pessoas na esperança de encontrar um punhado dessa riqueza.

Desta feita, no início do século XX, por determinação do governador do Estado do Pará, José Paes de Carvalho, em dezembro de 1900, conforme Santos (2001, p, 55), o coronel Egídio Leão Sales viajou por toda região do ex-Contestado, realizando um levantamento das condições sociais, econômicas e políticas. O fato é que as transformações ocorridas ainda no século XIX, na Amazônia, não favoreceram o município de Macapá. O ciclo da exploração da borracha⁹, por exemplo, só deixou os efeitos negativos da decadência dessa produção extrativista, a partir de 1900.

Esse reflexo negativo ocorreu pelo fato de o governo do Estado do Pará, em crise, suspender os poucos recursos que investia no Amapá, que só regredia. Entretanto, a partir de 1916, desempenham a função de intendente de Macapá, personalidades como: José Gonçalves Serafim, Ernestino Borges, Henrique Jorge Hurley, Theodoro Manoel Mendes, Alexandre Vaz Tavares, Otávio Accioly Ramos e Inácio Ferreira. Importante salientar que, em 1929, na gestão

⁹ A indústria da borracha provocou mudanças significativas no espaço Amazônico. A exploração gomífera deu início a um processo de descaracterização da população local. Substituiu-se a mão-de-obraindígena pela do imigrante, a maioria provinda do Nordeste. Estima-se que durante os anos de 1872 a 1910 mais de 300 mil imigrantes nordestinos trabalharam nos seringais. Entre os anos de 1900 e 1910 tanto a borracha quanto o café eram as bases da economia brasileira. Em 1910, a economia da borracha representou 40% dos produtos exportados, compartilhando a mesma marca da do café. Houve um aumento da densidade demográfica, mas após o arrefecimento econômico desse produto, tal densidade desacelerou. Entre os anos de 1911 e 1914 o Brasil começou a perder espaço na economia da borracha, após a entrada do plantio racional no Oriente. No fim da Primeira Guerra, um novomovimento se iniciou – o retorno dos imigrantes nordestinos para suas cidades natais, provocando uma diminuição populacional na Amazônia. Além disso, “essa diminuição populacional foi acompanhada de prejuízos diversos, como falência de casas aviadoras, fechamento de seringais e outros” (OLIVEIRA, 1988, p. 102).

de Otávio Accioly Ramos, Macapá deleita-se, pela primeira vez, dos benefícios da energia elétrica, “quando a comissão encarregada de proceder levantamentos topográficos para a construção da estrada Macapá-Oiapoque, aqui esteve e trouxe um pequeno motor com gerador que fornecia energia para algumas casas e ruas” (SANTOS, 2001, p. 58). Por esses e outros benefícios, essas administrações foram significativas, mesmo com um cenário de decadência e atraso marcado pelo declínio da exploração da borracha.

Já nos anos de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao Governo do Brasil, as Intendências Municipais foram abolidas e, para administrar os municípios foram criadas Prefeituras e os prefeitos, a princípio nomeados, passam a ter maiores atribuições, poderes políticos e administrativos mais amplos. Em novembro do mesmo ano, registra Santos (2001), como primeiro prefeito de Macapá, foi nomeado o paraense, tenente do Exército Brasileiro Jacinto Botinele que, pela sua arrogância e desempenho administrativo autoritário, se indispôs inúmeras vezes com os macapaenses, inclusive acusado de práticas violentas com os que se recusavam a obedecer às suas diretrizes. Por sua conduta, a população por meio de abaixo-assinados, por diversas vezes denunciou o prefeito ao governo do Estado do Pará, mas somente em 1932, foi substituído pelo major Moisés Eliezer Levy, que governou até 1936, apoiado pela população até ser substituído por Francisco Alves Soares, que beneficiou Macapá ao instalar uma pequena Usina de Força de Luz, com Caldeiras à vapor. Ainda pelos estudos de Fernando R. Santos, em 1943, o major Eliezer Levy, administrava outra vez o município de Macapá, quando em 13 de setembro, do mesmo ano, foi criado o Território Federal do Amapá (TFA) e no ano seguinte, alojada na cidade de Macapá, a sede da administração territorial. Como esses caminhos foram percorridos e o processo desenvolvido para tais ocorrências é o que será tratado a seguir.

1.2 Território Federal do Amapá e o surgimento da capital Macapá

A defesa nacional não significa, somente realizar atos com objetivos militares, mas sim empreender medidas com fim de preservar o país de ameaças de toda ordem; defender as fontes de tributação nas zonas de fronteira; salvaguardar riquezas contra a ação dispersiva das populações rurais; guardar as minas contra a obra inescrupulosa dos contrabandistas estrangeiros e sabotadores nacionais; enfim, assegurar a saúde das massas rurais pela realização de uma política de saneamento[...]. Povoar, organizar, sanear, educar significam [...] obras de defesa nacional, capazes de justificar o interesse que levaria o governo central a criar núcleos administrativos federais em partes desmembradas ou não dos Estados (MEDEIROS, 1946, p. 507-508).

Todo o movimento em prol da criação dos territórios federais na região norte, estão pautados nesse discurso da “defesa nacional”. Considerando que o surgimento espacial dos territórios federais no Brasil está estreitamente vinculado a um processo de desmembramento de unidades federativas já existentes¹⁰, uma vez que essas unidades federativas apresentavam grandes extensões, principalmente na região amazônica, e eram consideradas como um “vazio demográfico”. Porém, os territórios de fronteira guardavam particular interesse por serem considerados, como a história e a geografia mostram, pontos estratégicos. O Amapá, importa salientar, está situado na parte setentrional do Brasil, quase inteiramente incluído no hemisfério norte onde a linha imaginária do equador passa ao sul da cidade de Macapá. As fronteiras do Amapá são: ao norte com a Guiana Francesa, ao leste com o Oceano Atlântico, a noroeste com o Suriname e a oeste e sul com o estado do Pará.

Desta feita os grupos sociais de qualquer seguimento ou unidade federativa estariam compelidos a viver subordinados a um só governo, subjugados à hierarquia rígida de forças inquestionáveis, uma vez que o absolutismo do Estado Unitário fez a Constituição dos Estados e a Lei Orgânica dos Municípios serem suprimidas e substituídas pela Carta Outorgada ainda nos idos de 1937, além de inúmeros decretos-lei, baixados pelo governo central. Por isso, o governo centralizador condicionou estados e municípios numa relação de subordinação e dependência não podendo nada ser feito sem que fosse regulado pelo Estado. A partir de então, houve um sistema de divisões administrativas como estratégia integrante da estrutura orgânica do Estado Unitário acreditando que dividir é necessário para controlar e dominar à distância.

Sobre esse ponto, “dividir para controlar e dominar à distância”, a concepção filosófica da Carta de 1937, segundo Nunes (1979) alocava não somente o Amapá, como também os demais territórios, como artefato de um processo de conquista, de ocupação e domínio pela interferência e extensão do poder central. A Carta preceituava que a administração do Território Federal do Amapá deveria ser regulada por lei especial e que todas as questões relativas à Segurança Nacional deveriam ser analisadas pelo Conselho de segurança Nacional.

Contudo, nessa relação de subordinação e dependência, deu-se o fato de que os dispositivos constitucionais da referida Carta não chegaram as vias de fato, visto que tanto os

¹⁰ A exceção do Acre que foi por anexação. As terras hoje pertencentes ao Estado do Acre foram adquiridas pelo Brasil junto a Bolívia pelo Tratado de Petrópolis (1903), após conflito armado (1899-1903) pela posse da região. Em 17 de novembro de 1903, Barão do Rio Branco e o plenipotenciário Assis Brasil assinaram o referido tratado com os representantes da Bolívia, pelo qual o Brasil adquiria o Acre por compra (dois milhões de libras esterlinas), e mais pequenas áreas nas fronteiras do Brasil. (Fonte: Dados disponíveis no site do governo estadual do Acre: <http://www.ac.gov.br>. Acesso em: 08/07/2020).

poderes Executivo e Legislativo ficaram limitados ao Presidente da República, o qual legislava por via de Decretos-Leis e, por ser ele próprio o executor, os aplicava como lei. É notório que a Carta Magna de 1937, é a consolidação do Estado Novo e sua consolidação em sua composição autoritária conforme o teor do Artigo 179, ao estabelecer que “durante o Estado de Emergência, os atos praticados em virtude deles, não poderão conhecer os juízes e tribunais”.

É neste contexto que os Territórios Federais se formam e transformam. As necessidades da criação destes Territórios nacionais, nos primeiros anos da década de 1940, foram esclarecidas pelas palavras do presidente Getúlio Vargas: *Sanear, povoar e educar*. Portanto, esse tripé norteará o ideal da transformação a ser atingido, uma vez que se torna necessário:

01. Sanear – Para criar centros de puericultura e de educação sanitária; orientar e acudir realmente por uma assistência social desnivelada e completa dos núcleos e espaços da população;
02. Povoar – Com a finalidade de colonizar, distribuir aos brasileiros as terras ainda incultas de modo a gerar núcleos com postos ativos, que sejam sentinelas avançadas da nação, construindo estradas de ferro e de rodagem; estabelecendo linhas aéreas de transporte telégrafos e telefones, ligando tais regiões quase isoladas aos centros de produção e cultura do litoral e do centro facilitando, assim, o intercâmbio de todos os produtos nacionais.
03. EDUCAR – Criando escolas, não só para alfabetizar, como para despertar o interesse pelo trabalho da terra, estabelecendo o ensino profissional necessário à aprendizagem das pequenas indústrias e do artesanato; enfim, valorizar o esforço dos habitantes dessas regiões, tornando-se remunerativo e formando cidadãos conscientes de seus direitos e de seus deveres para com a Pátria (ESTÁCIO VIDAL PICANÇO; JORNAL DO DIA, 06 de junho de 1987).

Esses processos serão vistos mais oportunamente. Porém, já se destaca que sanear, povoar e Educar são procedimentos que se interdependem e que essa divisão é somente uma forma didática de entender todo o movimento de estruturação dos Territórios Federais da região norte. Assim, sanear e povoar aparecerão na ação de urbanização de Macapá, bem como a necessidade de educar o povo que habitava o Amapá e os filhos dos braçais que aportaram no TFA por ocasião do movimento migratório; povoar.

Considerando estes imperativos político-administrativos é que nascem os Territórios Federais no final do Estado Novo¹¹. Assim, monopolizar destinos por meio de um regime de coerção social é uma das características desse novo regime cujo o controle, vale ressaltar, se configura por “concentrar o sistema de auto-organização, autogoverno de auto-administração” (NUNES, 1979, [n. p.]).

¹¹ Um modo de governar que se constituiu em regime político autoritário, implantado por Getúlio Vargas ainda no ano de 1937, por meio de golpe de Estado.

Ressaltando que Getúlio Vargas federalizou a região norte, através do Decreto lei n. 5.812, de 13 de setembro de 1943. A partir de então, nascidos os Territórios Federais, o passo subsequente é estruturar o setor administrativo. No caso do Território Federal do Amapá¹², o ano de 1943 foi ainda mais significativo, um marco para a população amapaense, em decorrência do desmembramento do Amapá do estado do Pará e, como implicação desse episódio, houve a escolha e a nomeação do primeiro governador do Território Federal. Tal escolha se deu no seguinte contexto: para governar o Amapá havia dois nomes, Emanuel de Almeida Moraes e Janary Gentil Nunes, ambos paraenses e capitães do exército.

Apesar da qualificação de ambos para governar o Amapá, o então Presidente da República Getúlio Vargas nomeou o capitão Janary Gentil Nunes, um jovem de 31 anos de idade. A escolha por Janary se deu não somente pelo fato de o capitão ainda não ter exercido função civil, mas, principalmente, por ele possuir amplo conhecimento sobre a região que iria governar. Conhecimento demonstrado quando:

Ainda no posto de tenente em 1940, Janary Nunes comandou a guarnição denominada Pelotão Independente de Fronteiras sediada em Oiapoque, na Fronteira do Brasil com a Guiana Francesa. No momento da nomeação, dia 27 de dezembro de 1943, já como capitão, comandava a 1ª Companhia Independente de Metralhadora Antiaéreas que organizou, acantonada em Belém, no estado do Pará, e servia como oficial de ligação entre as tropas brasileiras e norte-americanas aquartelada nessa capita (SANTOS, 2006, p. 25).

Feita a escolha, Janary Nunes é empossado no Rio de Janeiro, sede do Governo Federal na época, em 29 de dezembro de 1943, e sua chegada à cidade de Macapá aconteceu em 25 de janeiro de 1944. A recomendação era a de que o governo se instalasse o mais rapidamente possível, pois a situação era caótica, tudo estava por fazer. Quando Janary chegou ao Território do Amapá encontrou um núcleo urbano de 1.286 habitantes vivendo sem luz elétrica, esgoto e água encanada, sendo, portanto, uma cidade isolada e demasiadamente dependente do governo paraense. Enfim, Macapá era “um vilarejo decadente sem serviços e atendimentos imprescindíveis ao bem-estar coletivo e ao progresso [...] sob a indiferença de parte da população. (SANTOS, 2006, p. 26). Essa indiferença por parte dos habitantes de Macapá, em relação ao governo que se instalava justificava-se por dois fatores:

¹² A composição do neófito Território Federal do Amapá se configurava por Macapá, Mazagão e Amapá. No início de sua implantação foi criada apenas mais uma unidade político-administrativa, para o período de 1949 a 1953, no qual constam os seguintes municípios: Macapá (Vilas de Bailique, Porto Grande e Ferreira Gomes); Amapá (Vilas de Aporema e Calçoene); Mazagão (Vilas de Bôca do Jari e de Mazagão Velho) e Oiapoque (Vilas de Clevelândia do Norte e Vila Velha). (JORNAL AMAPÁ, 1953)

[...] ao descaso do governo paraense com a região, quando esta lhe pertencia, inclusive chegou a considera-la pela alcunha de “zona de castigo”, em função da transferência, compulsória, de servidores públicos que não estavam alinhados com o governo do Pará.

Outro fator determinante do descaso dessa parcela de moradores de Macapá, pelos novos rumos da cidade, deveu-se ao fato de que a maioria da população era constituída por analfabetos (SOUZA, 2017, p. 70).

Essa população por sua condição de analfabetos não era capaz de compreender “as naturais consequências político-administrativas da elevação das terras amapaenses a condição de Território Federal” (SANTOS 2006, p. 27). Diante do aspecto desolador da cidade de Macapá e de seus habitantes, uma série de medidas ocorreu rapidamente, entre as quais a mudança da capital do Território.

Pertinente destacar que a capital do novo território federal, estabelecida por lei, era a cidade de Amapá. Essa escolha se deu, significativamente, com a construção da Base aérea militar norte-americana. Em sendo assim, pode-se considerar que o cenário político internacional também potencializou sobremaneira a atenção para as áreas de fronteira, pois o contexto era marcado pela ocorrência da Segunda Guerra Mundial que, por ter sido um período belicoso e instável, levou o Governo Federal a esquadrihar táticas de proteção das áreas de fronteiras e, dentre essas regiões, estava o Amapá.

Assim, a região norte, especificamente o Amapá, foi colocada como área geopolítica e geoestratégica para evitar qualquer tentativa de aproximação comunista ao mesmo tempo em que favorecia o domínio americano. Seja qual for que tenha sido a motivação, importa avaliar que o processo histórico de constituição do município do Amapá guarda paridade com o de criação do Território Federal, pois ambos visaram a garantia da integridade e segurança do território brasileiro. No primeiro caso, a ameaça esteve ligada aos franceses; e, no segundo, atribuiu-se à ocorrência da Segunda Guerra Mundial. Assim, também, em nome dessa necessidade de defesa nacional o município de Amapá torna-se base militar norte-americana.

Figura 2 – Base aérea militar norte-americana na cidade de Amapá (1945)



Fonte: Acervo Público do Amapá (2021).

Sobre a construção da base aérea no Amapá, importa ressaltar que sua importância não é apenas militar, pois:

A construção da Base Aérea norte-americana atraiu aproximadamente cinco mil trabalhadores de diversos lugares do Brasil, principalmente do Nordeste, cujos salários ajudaram a estimular um comércio de mantimentos (com grande variedade de enlatados vindos diretamente das indústrias norte-americanas). A base estimulou também um intercâmbio comercial e de entretenimento (cassinos e bares) entre a companhia militar, os fazendeiros da região, principalmente com a comercialização de gado para a alimentação das tropas e os proprietários de embarcações, para transporte de material de construção e de gêneros alimentícios vindos de Belém. Tais atividades econômicas e a presença do exército brasileiro e norte-americano podem ter influenciado para a escolha, em 1943, da cidade de Amapá como a capital do território federal (SOUZA, 2017, p. 74).

Porém, a localização da capital no município de Amapá, no extremo norte do Território Federal, apresentava grandes problemas de acesso e comunicação com outras áreas, o que se tornava irrealizável seu funcionamento como centro de propagação das ações e decisões governamentais, objetivadas pelo agenciamento do desenvolvimento regional, que se almejava na época. A cidade de Amapá era realmente de difícil acesso, conforme Santos (2006, p.28), a cidade só poderia ser alcançada por via aérea ou marítima, ressaltando que por meio de aeronaves seria necessária a permissão estrangeira, já que o aeroporto era o

da base aérea norte-americana e por embarcações, apenas periodicamente em função de questões hidrográficas, pois para se ter acesso ao referido núcleo urbano por água, “necessário se fazia, primeiro navegar pelo Oceano Atlântico, em seguida pelo rio Flexal e o tributário deste estreito, pouco profundo e acidentado pelo rio Amapazinho” (SANTOS, 2006, p. 28).

Tais dificuldades só contribuíram para a decisão do governador Janary Nunes de transferir a capital do Território Federal, para Macapá, mas para isso precisava da concordância da presidência da república. Coube então ao governador apresentar as justificativas desprezando a cidade de Amapá como sede do governo amapaense e referendando alguns fatores em defesa de Macapá como capital, dentre esses fatores

Estavam o potencial turístico, principalmente, a partir do monumento histórico da Fortaleza de São José de Macapá, inaugurada em 19 de março de 1782, a existência de um projeto rodoviário de integração intrarregional, partindo de Macapá até ao Oiapoque, na fronteira com a Guiana Francesa. Acrescentou, ainda, as facilidades de acesso, em função de Macapá localizar-se no estuário do Rio Amazonas o que serviria como entreposto para todo o território (SOUZA, 2017, p. 75).

Enquanto essa contenda entre Macapá e Amapá não era decidida o Território do Amapá teve por algum tempo duas capitais, uma de fato e outra de direito, respectivamente. Tal problema só fora solucionado no dia 30 de maio de 1944, por meio do Decreto Lei nº 6.550, art. 6º.

Nessa data, a cidade de Macapá passava igualmente a ser a capital oficial dos amapaenses, com a decisão presidencial considerando ponderações do governo local e do IBGE nacional que assinalava certas falhas da legislação inicial, que se chocava com a realidade geográfica ambiente e pelo reconhecimento da extemporaneidade da motivação nacionalista da escolha anterior (SANTOS, 2006, p. 29).

E é assim que Macapá passa a ser a capital do então Território Federal do Amapá. Desta feita, resolvida a questão sobre a capital, o governador Janary Nunes e sua equipe tinham a incumbência, a partir de 1944, de estabelecer novos rumos para as demandas sociais, econômicas e políticas do Amapá, e ao mesmo tempo buscar um espaço no cenário amazônico e nacional, numa configuração em que movimentos populacionais internos e externos procurassem ocupar as diversas áreas no território amapaense, para se estabelecer. Nessa circunstância, logo nos primeiros anos de governo, o Amapá apresenta um acelerado crescimento urbano e populacional, principalmente na capital. Inicia-se, a partir de então, um movimento ufanista em relação a Macapá.

Todo esse movimento em prol do desenvolvimento do Território tem seu marco quando Janary Gentil Nunes disseminou, no jornal, *A Mística do Amapá* reforçando a confiança da convicção do Amapá para os amapaenses. Os desbravadores que aceitaram o desafio plantaram em solo amapaense as sementes do progresso, acreditando colher a continuação do idealismo que conduziria o Amapá ao seu verdadeiro destino: o progresso.

A mística do Amapá é o ideal de tornar o Território uma das regiões mais ricas e felizes do Brasil. Ela não tem dono, nem autor. Não pertence a um grupo, a uma seita, a um partido. Existe na alma do povo, palpita no coração de todos os que crêem na beleza do seu futuro. Como nasceu esta mística? Fruto do amor através da história, daqueles que se apaixonaram pela terra. Cada sonho, cada esperança, cada luta, vividos por torná-la mais próspera, emprestaram-lhe força e brilho. Ela resume os anseios mais nobres de quantos batalharam para integrar o Amapá na Pátria Brasileira. [...] A mística do Amapá quer o bem do povo. Não de uma parte do povo, de uma aristocracia, de uma classe, dos que comunguem com o Governo ou dos que dele discordem. Mas almeja o bem-estar de todos os indivíduos, de todos os lares. Não colima elevar uns para derrubar outros, de ter poderosos e oprimidos, senhores e escravos. O seu objetivo é promover o levantamento do nível de vida comum, dando melhor oportunidade a brancos e pretos, remediados ou pobres, jovens ou velhos, profissionais e aprendizes. A distinção entre os homens não se deve basear na fortuna nem na posição, mas na soma de serviços que prestem à sociedade. [...] A mística do Amapá tem por fundamento principal a idéia de que o trabalho dignifica a vida e é capaz de remover montanhas e vencer o tempo. [...] os amapaenses caminham, empolgados pela mística do Amapá, para fazer em breve do seu Território um vigoroso Estado da Federação Brasileira. Avante, pois, amigos! O futuro em um lugar de destaque à espera do Amapá, terra onde o Brasil começa. E vós o conquistareis (NUNES, 1956, [n. p]).

Com a promessa de que não haveria distinção entre os homens, independentemente de raça ou posição social, enfatizando a importância da força do trabalho, ao mesmo tempo em que vislumbra a transformação do Território em Estado, é que ocorria o tentame da afirmação de uma narrativa histórica para os amapaenses. Deste modo, a posse de Janary representava o fim de um período de desamparo, descrença, desordem, decadência, doenças, analfabetismo, superstição, indigência e invisibilidade.

Notório que *A Mística do Amapá* é a materialização em palavras do empenho de Janary em difundir entre o povo, aos moldes da concepção romântica de valorização da “cor local” e “ufanista”, a intenção de atrair trabalhadores para o Território e insuflar a paixão por esta terra, bem como um sentimento de patriotismo. Esse patriotismo será amplamente difundido pelo jornal impresso, especificamente o jornal *Amapá*, pensado e idealizado pelo governador em questão, transformando-o em meio para a propalação de mensagens e notícias oficiais. Nas palavras de Manoel de Souza:

O *Jornal Amapá* durante o período de sua circulação funcionou também como uma espécie de porta-voz do governo do Amapá. Em sua linha editorial, proclama incessantemente o ideal de um Amapá que na longínqua Amazônia se preparava para ser “grandioso”. Desse modo, passam a surgir os primeiros discursos, que se revelam como estratégia política para a construção das identidades amapaenses (SOUZA, 2017, p. 84).

No intento de ilustrar esse discurso de um Amapá belamente promissor e moderno, destacamos um texto de Isnard Lima¹³ publicado no jornal *Amapá* que registra em prosa poética uma natureza vivaz que desperta o orgulho pela região. Assim;

O “Bandeirante” Janary Nunes

Faz anos, em 42, quando o “Senhor Destino” me atirou às terras do Amapá não esperava eu retornar neste hoje para revê-las cobertas de flores, tendo a engrinaldá-las esta Meca onde não estrugem lamentações, mas os mandamentos do trabalho. Macapá, vi-a em pequenina... Novo Presépio a crescer na amplitude deste Amazonas que aprendi a amar e percorrer seu imenso estuário, ao fascinar-me à luz violeta de seus lagos, no rugir da pororoca à magia dos silfos e boiunas [...]. No extremo do Brasil meus olhos não encontram aproveitamento de riqueza talqualmente o que vejo aqui, neste começo do abraço fraterno em que o Rio-Mar se irmana ao oceano tenebroso! Palmo a palmo perlustrei o território nacional e, mais incansavelmente, talvez, esta maior partícula da Pátria. Entretanto, ali ou acolá, nunca jamais presenciei tão rápido subir duma comunidade do que em Macapá (LIMA, 1962, [n. p]).

Mas, ainda que a imprensa oficial se empenhasse em propagar e vender o projeto de potencialidades do Amapá e, principalmente, de Macapá, havia quem o criticasse.

O aspecto mais criticado na administração janarista por aqueles que a testemunharam não foi a existência de uma incoerência entre plano e ação governamentais. Foi a incapacidade de Gentil Nunes se relacionar dentro de um espírito democrático com posturas, propostas, projetos e valores divergentes dos seus. A intransigência de Janary se fez notar em diversos momentos. Aliás, isto levou alguns de seus apoiadores tornarem-se opositores. Por exemplo, Amaury Guimarães Farias, que foi assessor técnico do gabinete governamental, em 1958 entrou para o PTB, que fazia oposição ao PSD, partido de Janary (LOBATO, 2014, p. 282).

Longe de ter sido realizado de forma democrática, afirma Lobato (2014, p.283) o projeto janarista possuía um alicerce ideológico etnocêntrico, que não tinha como meta somente responder às demandas internas da sociedade amapaense. Seu objetivo era mais audacioso, pois pretendia modificar a vida com base em novos valores e hábitos. Este objetivo se chocava em muitos aspectos com o modo de vida da maior parte da população territorial. Deste modo

¹³ Isnard Brandão de Lima Filho nasceu em Manaus e veio para o Amapá em 1949. Poeta e advogado dedicou a maior parte de sua vida à literatura. Morreu em 2002, em Macapá.

O papel ativo do Estado no processo de modernização da sociedade brasileira se fez sentir no Amapá e na Amazônia de forma clara e ampla, uma vez que este se achava então diante de uma sociedade cujo modo de vida — algo heterogêneo — estava mais distante dos valores chamados de modernos. As necessidades regionais muitas vezes não coincidiam com a perspectiva defendida pelo governo federal. Por exemplo, a valorização da produção em grande escala levava os técnicos e políticos dos governos federal e territorial a reprovar a falta de ambição — leia-se desejo de acumular riquezas — de muitos ribeirinhos, que produziam principalmente para o próprio consumo. Por isso, Janary, em 1946, convocou todas as categorias de trabalhadores para ajudar na conversão do homem local (LOBATO, 2014, p. 283).

Reforçando a proposta janarista de modificar os costumes dos habitantes de Macapá, Maura Leal afirma que, especificamente no Amapá, o governo local tinha a incumbência de integrar esse projeto nacional por meio “da recuperação do homem amapaense, transformando-o em um cidadão novo, dotado de ‘espírito nacional’, capaz de contribuir no desenvolvimento econômico do país” (LEAL, 2009, p. 268-269). Essa necessidade de transformação de atitudes está diretamente carregada da visão preconceituosa que se tinha e, ainda se tem, a respeito dos nativos da região norte, o caboclo ribeirinho.

Assim, mudar costumes significa mudar o homem, e para tal intento Janary Nunes passou a enaltecer o típico homem amapaense, que mesmo se deparando “com uma realidade distante do padrão civilizatório das metrópoles brasileiras, encontra nas terras amazônicas o ‘tipo puro de brasileiro’ suscetível de ser transformado no ‘verdadeiro homem nacional’ (LEAL, 2009, p. 276).

A identidade da cultura cabocla, que precisa ser transformada para se tornar moderna¹⁴, tem suas procedências no período colonial brasileiro que estigmatizou a identidade cabocla como “resultante de uma mistura que apaga as melhores qualidades, quer do branco, quer do negro, quer do índio, e produz um tipo de mestiço indescritível, cuja a energia física e mental se enfraqueceu” (LOUREIRO, 2015, p. 53). Assim, o “homem amazônico” passa a carregar historicamente estereótipos, conforme Loureiro (2015, p. 55) de homens inábeis, incapazes de assimilarem os padrões de modernidade que a cidade proporciona, sem ambições pessoais, “de fala típica e ridícula”, primitivos, interioranos e preguiçosos. Ampliando essa percepção sobre o modo de vida do caboclo-ribeirinho e, ao mesmo tempo especificando o contexto amapaense, importa destacar que:

Além do regime de trabalho, outros aspectos do modo de vida local foram condenados. O principal meio de transporte no Amapá de meados do século XX era a canoa (chamada também de montaria).

¹⁴ O que se considera moderno no contexto desta discussão é o que reflete o espaço, a ideologia europeizada. Assim, o que não reproduz os costumes europeus é rotulado como atrasado e primitivo.

Após visita à região da foz do Amazonas, em 1947, o técnico do IBGE Jorge Pereira de La Roque destacou a importância das hidrovias na vida do “caboclo” e esclareceu que a palavra “igarapé” (que se refere a “um rio em miniatura”) é um nome tupi que significa “caminho de canoa”. Os rios eram os principais caminhos utilizados pelos amapaenses interioranos. Através dos rios os regatões transportavam vários tipos de mercadorias para vendê-las aos ribeirinhos. Este aspecto da vida da maioria dos amapaenses era muito criticado pela classe dirigente territorial. Para esta classe, a modernização da sociedade local dependia da construção de uma rede rodoviária que tornasse mais rápido o deslocamento de pessoas e mercadorias e que funcionasse como meio de integração socioeconômica. Através das hidrovias, a viagem de uma localidade a outra do Território poderia demorar dias e uma simples ida à escola poderia durar horas. Os movimentos da maré (lançante e vazante), as mareas e as fortes chuvas podiam tornar as viagens muito mais difíceis (LOBATO, 2014, p. 284).

Então, esse era o desafio. Muito além das transformações arquitetônicas, urbanísticas de Macapá, estava em questão o componente humano. Deste modo, a construção de “Macapá Moderna” é acima de tudo “a projeção de Macapá como símbolo máximo da vitória do homem sobre a natureza e do propalado atraso regional” (LOBATO, 2019, p. 60). Se para o caboclo-ribeirinho a natureza é uma aliada, para os objetivos de modernidade ela era uma opositora a ser domada e para isso, o governador Janary Nunes acreditou no trabalho disciplinado e no período de:

1944 e 1964, o Amapá fora representado como um espaço onde enfim, se provou ser possível o caboclo agigantar-se e sair vitorioso na luta ‘contra’ a natureza. Isto teria sido resultado das operosas ações governamentais. Tanto nacionalistas antiliberais quanto deterministas tinham em comum a percepção negativa das formas de subsistência e ambos (fascinados pela modernidade dos países industrializados) pregavam a necessidade urgente de superá-las como a um estágio atrasado de civilização. Este objetivo era abraçado pelos militares como uma visão de salvação nacional (LOBATO, 2019, p. 62).

Tudo realmente era a imagem do atraso, a figura do caboclo e seu modo de vida “sem ambição”. Importante explicar que o destaque recai sobre o caboclo pelo fato de que ele aparece predominantemente, por ser o típico homem amazônico e, principalmente, porque a atividade de subsistência que desenvolvia influenciava o olhar dos que queriam modernizar Macapá. Outro ponto, é que pouca informação foi encontrada sobre o índio, no material de referência desta tese, mas ainda assim trataremos a respeito dessa população. No que diz respeito à população negra do Amapá, aparecem no remanejamento feito no início da urbanização da capital e esse remanejamento será assunto mais adiante.

Neste pouco obtido sobre a historiografia indígena amapaense, no que tange o período em que o Amapá era Território Federal, implica saber que os índios Tucujus foram os primeiros habitantes da região. Conforme Souza (2017, p. 200), os índios que ocupavam a região norte do Brasil eram os Tupuias, Arauaques, Caríbas, Tupis-guaranis, sendo que na margem esquerda, ou seja, Macapá, prevaleceu a presença dos Tucujus, isso até a ocupação colonial, quando se partiram mais para dentro da floresta¹⁵. Já sobre a população que compunha o Território Federal do Amapá no início da década de 1940, levantamentos feitos não especificam o quantitativo referente à população indígena. Registra-se que

A população amapaense do início da década de 1940, conforme dados do IBGE, era predominantemente rural e demograficamente baixa para os padrões das maiorias dos Estados brasileiros. A população em todo Território era constituída de, aproximadamente, 21.191 habitantes, sendo que quase 92% desse total estavam concentrados nas áreas rurais. Porém, como o IBGE e os documentos oficiais, de forma geral, não faziam distinção entre as populações, não é possível saber se os povos indígenas estão ou não inclusos nessa estatística, o que demonstra o descaso e a ausência públicas locais direcionadas, à época, a essa demanda (LEAL, 2017, p. 116).

Mesmo sem números específicos e por consequência, sem maiores informações sobre os indígenas nessa fase de estruturação do TFA, o jornal *Amapá* em ocasiões especiais registrou a participação deles, mas sempre como criaturas exóticas, ou quando se manifestavam reivindicando seus direitos:

O Tuchau Tucano e sua esposa Maricaou estiveram em Macapá, para solicitar ao governador do Território, auxílio em ferramentas, roupas e utensílios domésticos, para a sua tribo. A foto fixa o momento em que o casal de indígena foi recebido pelo Governador, que concedeu a ajuda solicitada (AMAPÁ, 1968, [n. p.]).

Infelizmente, a foto mencionada na matéria já não pode ser capturada devido ao estado desgastado do jornal, mas o que se pode constatar na matéria em questão é que há um movimento na intenção de reforçar a figura de Janary Nunes como um governador

¹⁵ Atualmente, o Amapá ainda agrupa inúmeros povos indígenas compostos por descendentes de origens diversas, “que convergiram para a Amazônia em diferentes épocas, como: Galibi Marworno, Palikur, Karipuna, Galibi do Oiapoque (Baixo Oiapoque); Waiãpi, Apará e Wayna, Tiriyó e Kaxuyana (Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque). (SOUZA, 2017, p. 202).

acessível, generoso e atento às necessidades de sua gente. Já os índios, considerados desprotegidos, precisavam da tutela do governo territorial, que aparece no papel de órgão oficial estabelecido representando a voz do poder. Desta maneira, Souza (2017, p. 208), constata que nas matérias veiculadas, no jornal *Amapá*, não há espaço para o discurso indígena, sendo assim, o índio não era sujeito nem mesmo de seu discurso.

De fato, nem o índio, nem o negro e nem o caboclo eram donos de seus discursos. Sempre vistos e tratados a partir do olhar de quem dita as regras, fortalecendo ainda mais a relação histórica entre colonizador e colonizado. Visualiza-se assim, a estratégia de neutralização do “Outro”, seja ele o subalterno, ou o colonizado que insiste em invisibilizá-lo, expropriando-o de qualquer possibilidade de representação, silenciando-o. Esse silêncio, que por muitos é “relegado a uma posição secundária [...] como resto de linguagem” (ORLANDI, 2002, p.12) para Spivak (2010) vai configurar-se como silêncio que liga o não-dizer à história e à ideologia, ou seja, esse silenciamento acaba por significar, não é margem e tem implicações ruidosas sobre a vida dos sujeitos.

Esses ruídos causados pelo não-dizer afetam diretamente a ideologia getulista, ancorada na ideia do “novo homem”, por encontrar nesse apagamento desafios particulares, regionais e locais. Então, os hábitos e modos de vida desses nativos foram vistos como atrasados e até patológicos, havendo a necessidade de adequá-los submetendo-os ao processo de educação, de moralidade e de saneamento, ou, simplesmente, escondendo-os em zonas periféricas da capital.

Desta feita, montado o cenário do Território Federal do Amapá torna-se fulcral o detalhamento de como se deu o processo de urbanização do que é elemento foco desta pesquisa, a cidade de Macapá. Ajuizando que em um período de 47 anos, estiveram à frente da administração do Território Federal do Amapá quatorze governadores territoriais. São eles: Capitão Janary Gentil Nunes (1944-1956); Theodoro Arthou (09/1954 a 10/1954-um mês interino); Amílcar da Silva Pereira (1956-1958); Pauxy Gentil Nunes (1958-1961); José Francisco de Moura Cavalcante (03/1961 a 09/1961); Mário de Medeiros Barbosa (09/1961 a 10/1961); Raul Monteiro Valdez (1961-1962); General Terêncio Furtado de Mendonça Porto (1962-1964); General Luiz Mendes da Silva (1964-1967); General Ivanhoé Gonçalves Martins (1967- 1972); José Lisboa Freire (10/1972 a 04/1974); Artur de Azevedo Henning (04/1974 a 03/1979); Annibal Barcellos (03/1979 a 07/1985); Jorge Nova da Costa (07/1985 a 05/1990).

Ressalta-se que pelo fato de Janary Nunes ter sido o primeiro governador a ter permanecido por mais tempo no cargo e a quem coube a implantação e estruturação da

administração territorial e a materialização do Amapá Território, é que foi e ainda será dado maior ênfase a sua gestão. Porém, todos serão tratados a seguir, considerando que a atuação de cada um deles serviu de alguma maneira para a construção da memória e da identidade da cidade de Macapá.

1.3 A cidade de Macapá: a urbanização

Macapá [...] a metrópole setentrional do Brasil, renasce sob o signo de uma visão pragmática e moderna. A vetusta paisagem urbana de casebres de palafita, lembrando uma infixa população lacustre, cedeu à cidade da arquitetura funcional, rasgada em largas avenidas traçadas para o seu grande futuro, com magníficos prédios, destinados às escolas, aos hospitais, aos serviços públicos, à religião e ao desporto, resgatando seu plano urbanístico riscado em pleno sertão, os êrros medulares consumados pela estreiteza de concepção de muitos engenheiros dos grandes centros metropolitanos (JORNAL AMAPÁ, 1953, [n. p]).

O processo de urbanização de Macapá tem início, como já mencionado, com o projeto de modernização e isso implicou na realização de obras e serviços que decompueram a característica rural dessa capital. Mas para que se entenda um pouco melhor essa organização é necessário reforçar que na época em que Janary Nunes fixou residência no Amapá, Macapá apresentava um quadro de decréscimo da população, em decorrência do esgotamento do ciclo da borracha da Amazônia. Em 1940, por exemplo, havia um núcleo urbano modesto de 1.286 habitantes.

Desde o início do processo de modernização da capital, ainda em 1945, com a intenção de oferecer condições adequadas e padronizar a arquitetura da cidade, muitos trabalhadores recém-chegados a Macapá, foram morar em casas construídas pelo governo. Fato que a imprensa oficial também registrou:

Macapá, quando foi instalado o Govêno Territorial do Amapá, apresentava aspecto de ruína [...]. Hoje há um sentido de renovação em todos os setores das atividades públicas e particulares. Os primeiros funcionários públicos que aqui aportaram sentiram a falta de acomodações, mas o Governador o Sr. Janary Nunes, atacou o problema dando início, desde logo à construção de uma vila de casas de madeira simples, porém confortáveis, destinadas aos servidores do Território. (AMAPÁ, 1945, [n. p]).

É oportuno lembrar que o slogan que norteava as ações do governo pontuava a tríade “Sanear, Educar e Povoar”. E para sanear e conseqüentemente urbanizar Macapá foi necessário que houvesse, primeiramente, um remanejamento da população que morava no centro da

cidade. De acordo com Piedade Videira, esse remodelamento se caracteriza como um processo de “limpeza étnica” da parte alta da cidade de Macapá e lembra que:

As teorias higienistas tinham sido usadas no início do século em outras áreas do país para desalojar a população pobre e negra, a exemplo do Rio de Janeiro. Na mesma época, reformas semelhantes ocorriam em São Paulo, provocando um êxodo de negros das áreas centrais da cidade para os bairros distantes (VIDEIRA, 2009, p. 176).

A maioria dos moradores tradicionais do território era da cultura africana¹⁶ e seus descendentes que ocupavam as terras, como já foi dito, do centro da cidade, localizadas próximo ao Rio Amazonas e à Doca. Era necessário para dar o ar de modernidade à cidade, suplantando a Macapá antiga. Nessa concepção, uma das primeiras ações foi essa, de expropriação envolvendo a habitação popular; não havia lugar no centro da cidade para as famílias pobres, havendo, então, gradativa composição social neste espaço de influência. Janary Nunes exige uma uniformização das residências que deveriam ser construídas em alvenaria.

Para executar seu projeto sem o descontentamento da população em questão, o governador tratou de articular com as lideranças dos moradores das famílias negras, que persuadia os seus para que aceitassem a resolução governamental. Então,

Usando de cordialidade para com os moradores mais velhos, chefes patriarcais de famílias tradicionais e líderes de festas religiosas e populares, o governador pôde urbanizar Macapá através do grande remanejamento de famílias do centro da cidade – onde havia suas plantações caseiras, laços afetivos e étnicos com seus parentes e conterrâneos – para lugares mais afastados. A maioria das famílias desapropriadas optou por morar nos campos do Laguinho, por possuir suas roças no lugar, seguindo o líder comunitário do bairro, Julião Thomaz Ramos (1876-1958). A outra parte dissidente decidiu morar no bairro Favela, seguindo a líder comunitária Dona Gertrudes Saturnino Loureiro (VIDEIRA, 2009, p. 177).

Santos (2006) registra que o plano do governo foi realizado em abril de 1944 e assim as famílias negras foram desapropriadas da “Macapá Antiga” e remanejadas para o Laguinho, ou para a Favela¹⁷ e, deste modo foi efetivado o povoamento desses dois bairros urbanos, que

¹⁶ Oficialmente os primeiros negros chegaram no Amapá, em 1751, quando Mendonça Furtado, governador do Grão-Pará, mandou trazer famílias de colonos portugueses para Macapá e com elas vieram vários escravos. A partir de 1753, chegaram negros da Guiné Portuguesa, para o trabalho na produção de arroz, base econômica inserida pelos colonos. O fato que acelerou significativamente a vinda de negros para o Amapá foi a construção da Fortaleza de São José (1764-1782), ressaltando que “em maior número para Macapá e em seguida para Mazagão (SOUZA, 2017).

¹⁷ Laguinho e Favela são, respectivamente, os atuais bairros do Laguinho e o Santa Rita. O primeiro contíguo ao bairro do Centro, situava-se nas bordas da cidade e não contava com a mínima infraestrutura. O lugar recebeu esta denominação porque o terreno ficava numa área baixa e inundável. Nessa área, era possível fazer uso de águas límpidas para uso domiciliar. O segundo situado na zona Sul da cidade. Na época o local também não contava com infraestrutura. Não é possível afirmar se tal nomenclatura tem alguma referência à favela do Rio de

ficaram conhecidos, por longo tempo, como bairros de negros. Nesse processo de realojamento as famílias negras receberam uma indenização e o Título dos terrenos, o que não anula a intenção velada nessa atitude. A esse respeito destaca-se:

O fato de Janary ter indenizado as famílias afrodescendentes e dado a elas os novos terrenos oficializados através de Títulos de Domínio não escamoteia sua atitude racista de limpeza étnica do centro da cidade. Na visão dos governantes, a noção de desenvolvimento implica na construção de áreas comerciais e troca de população afrodescendente por uma nova “mais branca”, mais ao estilo eurodescendente (VIDEIRA, 2009, p. 177-178).

Assim, a “Macapá Moderna” edifica-se sobre a “Macapá Antiga”. A nova capital tenta apagar a memória da vida tradicional, expulsando todos aqueles que possuíam os traços do que não se queria ver mais, do que incomodava e que, aos olhos dos governantes, era símbolo do atraso e da estagnação e que ficou registrado em publicação do jornal *Amapá* do dia 25 do mês de fevereiro:

É muito cedo, ainda, para exigirmos cooperação de uma coletividade que apenas acaba de emergir da vida sedentária da cidade do interior, por isso mesmo ainda bastante madura para compreender o valor da cooperação. O que desejamos então é apenas compreensão para a solução de certos problemas urbanos [...] O aspecto desagradável que oferecem as casas que não recebem pintura e que o terreno não é murado ou cercado com estilo e bom gosto. Os que moram nas ruas mais importantes da cidade em nada providenciam para equacionar esses problemas, cabendo à prefeitura coibir tais práticas, por meio do policiamento (AMAPÁ, 1950, [n. p]).

Nesse empenho de disciplinar o caboclo, o “Jeca Tatu”¹⁸ do norte, o movimento de higienização se estruturou no saneamento básico e ao estabelecer padrões de conduta, reprimia-se os costumes populares considerados inapropriados a ponto de serem contidos pela força policial.

Feito o remanejamento das famílias e anunciado o ideal de modernização, por meio da execução de obras e serviços, o governo passa a implementar a modificação da cidade. Inicia-se a construção de prédios públicos que se tornaram símbolos da presença da administração territorial tais como: a Residência Oficial do Governador, casas para os Funcionários do Território, o Palácio do Setentrião (Palácio do Governo), o Fórum e várias escolas. Dentre essas

Janeiro. O que se pode afirmar é que inicialmente este lugar em Macapá figurava como lugar para abrigar famílias pobres (LOBATO, 2015).

¹⁸ Personagem criado por Monteiro Lobato para criticar o homem do interior considerado atrasado por não ter os mesmos hábitos dos que vivem na cidade. Essa personagem é retratada como preguiçosa, indolente que não sabe tratar a terra para plantar, e “sua casa de sapê e lama faz sorrir aos bichos que moram em toca e gargarhar ao João-de-Barro” (LOBATO. URUPÊS. SP. Brasiliense, p. 149).

escolas importantes e imponentes, visando também o “educar”, nasce o Grupo Escolar Barão do Rio Branco.

Com capacidade de receber 480 alunos, este Grupo Escolar foi construído com tijolos de concreto e telhas do tipo “Marselha”. Ele estava localizado em um ponto de destaque do novo centro urbano macapaense para, juntamente com os demais prédios, ser um monumento das mudanças pretendidas pela administração territorial. Ele também fazia parte de um complexo chamado pelo governo janarista de Centro Educativo de Macapá, que contava com: o Cine-Teatro Territorial (anexo deste Grupo), o Campo Agrícola, a Cooperativa Escolar, a Estação Rádio Difusora, o Posto de Puericultura e a própria Praça do Barão (com suas quadras esportivas e *playground*). Com o Hotel Macapá (levantado na orla da cidade) e a residência do governador, o Grupo Escolar Barão do Rio Branco compunha o grupo das três edificações mais vultosas iniciadas em 1944 (LOBATO, 2019, p. 70-72).

Realmente, empreendimentos vultosos para época materializavam o “milagroso” processo de transformação da capital. O estilo adotado na maioria das construções, agora de alvenaria, foi o neocolonial e que estabelecia “uma espécie de linguagem arquitetônica oficial, demarcadora da presença do poder governamental” (LOBATO, 2019, p. 72). A opção pelo modelo neocolonial caracteriza uma tendência de os inferiores copiarem os estilos de consumo dos que se afirmam superiores e que funcionam como uma maneira de reforçar o sentimento de inferioridade cultural nativo em detrimento do que vem de fora, alimentando um processo comparativo depreciador da cultura local. Pois, “nele se originam concepções estigmatizadoras da cultura de origem cabocla, vista como inferior, primitiva e ‘folclórica’, tendo o folclore, nesse caso, o sentido rebaixado de cultura primária, superficial e puramente lúdica” (LOUREIRO, 2015, p. 93). Então, diante de obras tão dantescas, passar a existir, definitivamente, na alma dos que compram o projeto janarista da Macapá Moderna, a concepção de o que vem de fora é melhor, inclusive os trabalhadores, a mão de obra que era considerada mais qualificada.

O processo de modernização mais do que nunca passa a ser visto como propaganda da administração para atrair gente para trabalhar na construção da cidade uma vez que a base do poder no município era, portanto, encarnada pelo personalismo do Tenente-Coronel Janary Nunes. Nesse sentido, este poder encontrava no jornal um instrumento de propaganda ou reafirmação simbólica de suas ações. É o início do movimento migratório no Território Federal do Amapá. Sobre esse movimento:

O Amapá é exemplo bem-acabado das complexidades, que permeiam o espaço amazônico e as suas populações. Trata-se de uma sociedade que teve um crescimento acelerado, principalmente a partir de 1943, com a criação do território federal. Esse crescimento deveu-se, grande parte, em função da

migração que colocou no mesmo palco, uma intensa diversidade e diferenças regionais no Amapá, trazendo principalmente migrantes provenientes da Amazônia e do Nordeste do país, que preencheram variados espaços no território amapaense. Essa migração também trouxe indivíduos de outras nacionalidades, como japoneses e judeus que ocuparam respectivamente pequenas propriedades rurais e lojas comerciais. Assim, pessoas com bases identitárias diferentes se encontraram no Amapá e compartilharam outros hábitos, valores, crenças (SOUZA, 2017, p. 221).

Como consequência desse processo migratório, Macapá, entre 1940 e 1950, foi a capital brasileira que apresentou o maior índice de crescimento populacional¹⁹. Vinham pessoas de Belém, de Manaus e até do sul e sudeste do país. Além de uma cidade que precisava ser reconstruída existia um outro atrativo no Amapá, a exploração de manganês²⁰. Exploração que, afirma Lins (2021, p. 328) ganha voz na “campanha de estímulo à prospecção de minério”, lançada por Janary Nunes, em 1945, que oferecia contrapartidas a quem se propusesse informar a localização da jazida.

Porém, a maioria dessas populações menos favorecidas economicamente, de outras unidades federativas era de nordestinos, principalmente, cearenses fugidos da seca conforme notícia registrada em carta circular publicada no jornal *Amapá*, “Braços Cearenses Para a Amazônia”, em 06 de outubro de 1951, da qual separamos alguns fragmentos:

Fala-se largamente na necessidade de braços para o aumento de produção de borracha e tudo nos inclina a crêr que o momento é propício para se obter este elemento indispensável ao desenvolvimento da economia da região Amazônica.

Com a sêca que está assolando o Nordeste, especialmente o Ceará, está vindo muita gente por imigração própria, porém sem cunho de organização capa de oferecer as vantagens necessárias, tanto aos imigrantes como aos chamados “Patrões”[...]

Em todos os vapores, quer do Loide Brasileiro quer da Costeira, tem chegado a Belém, centenas de pessoas entre solteiros e famílias, notando-se que vem a flôr da mocidade rural daquela região, porém, pela falta de vigilância nos portos de embarque, tem vindo também, pessoas que pelo seu estado de saúde sem a necessária assistência médica, não poderão encontrar o que esperam e nem dar aos patrões o que esses desejam, ou necessitam, que é a capacidade de trabalho (AMAPÁ, 1951, [n. p]).

Os trechos observam o porquê e como os migrantes chegaram à região, mencionando que a função que os movia era a possibilidade de uma vida melhor, principalmente para o

¹⁹ Em 1943, a população era de aproximadamente 2.500 habitantes, em 1948, o recenseamento demográfico apresenta uma população na capital, Macapá, de 4.192 habitantes (JORNAL AMAPÁ, 20 de março de 1948).

²⁰ Os fatores que contribuíram para o interesse da extração de minério no Território foram a suspensão da venda de manganês, por Stalin, para os Estados Unidos; o aumento da demanda de aço para a fabricação de armas e munições para a segunda Guerra Mundial e o fechamento do Canal de Suez, aumentando o preço dos fretes marítimos e favorecendo a opção dos Estados Unidos pelo Manganês do Amapá (LINS, 2012).

cearense, uma vez que a seca afligia o Nordeste. Mas o que mais salta aos olhos não é o propósito dos que chegavam e sim a intenção por parte dos dirigentes que, notadamente, é o interesse pela mão de obra, tanto que o fato de desembarcarem, “pela falta de vigilância nos portos de embarque”, pessoas aparentando problemas de saúde inspiravam preocupação uma vez que, obviamente, “não poderão encontrar o que esperam e nem dar aos patrões o que esses desejam, ou necessitam, que é a capacidade de trabalho” (AMAPÁ, 1951).

No caso específico do Amapá, muitos trabalhadores recém-chegados a Macapá foram morar em barracões construídos pelo governo, com a finalidade de oferecer-lhes mais conforto e higiene. Lobato (2019, p. 145), informa que a construção desses barracões, chamados de Hospedaria de Operários, tinha como finalidade substituir os inúmeros “pardieiros” que destoavam da estética da cidade e lhe emprestavam um aspecto “sombrio e deplorável”. Porém o atrativo era exclusivamente estético, pois Sidney Lobato relata ainda que os barracões eram verdadeiros infernos, somente alguns dormiam deitados, outros brigavam, outros tantos choravam e nessa via contraditória entre o que o governo divulgava e o que a realidade apresentava há a constatação de que:

A Hospedaria de Operários era capaz de comportar somente uma ínfima parte dos migrantes que chegavam à capital. Os “pedreiros” – as populares moradias coletivas caracterizadas como lugares feios e anti-higiênicos – tinham, portanto, que assistir uma grande demanda (LOBATO, 2019, p. 146).

Nesse processo migratório, chegaram também pessoas de outros países. Os japoneses, por exemplo, foram um outro grupo de migrantes que chegavam a Macapá. Antes de virem para a região norte, em 1948, desembarcaram no Brasil 800 famílias procedentes do Japão, que ancoraram em São Paulo, onde aguardavam a distribuição para outras regiões. Então, consultado se interessava ao Território do Amapá receber algumas dessas famílias, o governador Janary Nunes, com interesse na tradição japonesa sobre agricultura, concordou.

Assim, em 1953, chegam as primeiras vinte e nove famílias nipônicas, que também foram alojadas no barracão dos migrantes, estabelecido às proximidades da Assis de Vasconcelos, atual praça Veiga Cabral. Nesse processo de alocação dos que chegavam, alguns grupos permaneceram nos arredores da capital, outros foram para a Colônia Agrícola do Matapi. Essas famílias foram assistidas pela Divisão de Produção do Território com utensílios agrícolas, adubos e sementes e em pouco tempo Macapá começava a ser abastecida de verduras e legumes que eram comercializados no Mercado Central. O local do plantio, próximo ao

Igarapé das Mulheres, ficou conhecido como Baixada do Japonês²¹. A respeito da chegada dessas famílias, o jornal *Amapá* noticiou:

29 famílias japonesas chegaram domingo último
A bordo do rebocador “Araguary” chegaram domingo último, a Macapá, vinte e nove famílias japonesas, compostas de cento e setenta pessoas, que de seu país de origem até Belém do Pará, foram passageiras do navio ‘Africa Marú’. Trata-se de colonos nipônicos que vem empregar as suas atividades em terras amapaenses, sendo que vinte e quatro famílias ficarão na Colônia Agrícola do Matapi e cinco nos arredores de Macapá, dedicando-se à agricultura. Na Colônia do Matapi os filhos do sol nascente, que empregarão uma técnica de aproveitamento da terra não conhecida pelos nossos colonos e de uma experiência oriunda de uma civilização diferente, muito poderão contribuir para o aperfeiçoamento dos métodos adotados pelo trabalhador da região (AMAPÁ, 1953, [n. p]).

“Também dispersos de sua terra natal, alguns judeus marroquinos, sírios e libaneses se estabeleceram no Amapá, a partir da primeira metade do século passado dedicando-se principalmente ao comércio” (SOUZA, 2017, p. 234). A comunidade que chegou ao extremo norte do Brasil com a finalidade de radicar-se, dilataram suas atividades comerciais, intensificando tanto o comércio interno como o de exportação, também participaram de atividades públicas, como ocorreu com o Major Eliezer Levy que foi prefeito de Macapá por duas vezes ainda na década de 1930.

E assim, os migrantes nordestinos, os japoneses e judeus passam a se relacionar com uma população notadamente de caboclos, ribeirinhos, negros e índios e aos poucos todos passam a ser vistos como população local e nesse contato se estabelece uma teia de identidades²² interculturais construída por relações cotidianas que, conforme Heller (1970), é uma identidade estabelecida, individual e grupalmente, cuja historicidade localiza-se na vida diária, que não está “fora da história”, mas no centro do acontecer, do fazer histórico-social, e se constitui na essência das gêneses sociais que definem a identidade de um grupo:

Ao invés de tomar a identidade por um fato que, uma vez consumado, passa, em seguida, a ser representado pelas novas práticas culturais, deveríamos pensa-la, talvez, como uma ‘produção’ que nunca se completa, que está sempre em processo e é sempre constituída interna e não externamente à representação (HALL, 2006, p. 68).

²¹ Atualmente a Baixada de Japonês é um bairro onde ainda há o registro de um número expressivo de amapaenses descendentes dessas primeiras famílias.

²² Como já explicado o termo plural de identidade, refere-se aos vários elementos que dão suporte ao povo que passa a se formar em Macapá e que estão relacionados e assim, passa a existir uma identidade cultural, religiosa, social que apesar de distintas se agrupam e se complementam traçando o perfil do macapaense.

Com essa concepção, os “amapaenses” passam a ser, para Janary Nunes, não somente os que nasceram no Território, mas os que optaram por viver no Amapá. Como ilustram as palavras iniciais do discurso *Confiança no Amapá*, em 1962:

O Amapá já foi uma área pioneira de grandes iniciativas de progresso da Amazônia [...] O trabalho dos amapaense, dos que nasceram na terra ou dos que a elegeram para a atividade de sua vida, projetou o Território como uma das células mais dinâmicas de desenvolvimento econômico e social do Brasil (NUNES, 2012, p. 19).

Tratar a todos que aportavam em terras amapaenses como autóctones foi a maneira de reforçar a mensagem pretendida de um governo que era para todos, sem nenhuma distinção. De fato, os anos de 1943, na análise de Santos (2001), foi o marco de uma mobilização mais expressiva pela construção de uma identidade amapaense distinta da paraense provocada pela criação do Território Federal do Amapá e pelo processo de urbanização da capital Macapá.

Assim, com as consequências do movimento migratório que garantiu a mão de obra em setores importantes para o desenvolvimento da cidade como construção civil, agricultura e comércio, Macapá sente e visualiza o cumprimento dos discursos de Janary Gentil Nunes que por mais de doze anos, exercendo um governo misto entre autoritário e populista, integrou amapaenses ao serviço público; dinamizou o sistema educacional construindo novas escolas e preparando professores; implementou a agricultura e pecuária criando polos de produção como o Posto Agropecuário de Fazendinha e a Colônia Agrícola do Matapi e construiu o Hospital Geral, Maternidade e levou postos médicos para zona rural. Conforme continua o texto *Confiança no Amapá*:

As escolas modelares, a igualdade de educação e de assistência sanitária para pobres e ricos, a dedetização domiciliar, a merenda fornecida a todos os estudantes, os postos de puericultura zelando pela saúde da mãe e do filho desde o berço, o interesse afetuoso pela sorte de cada habitante da cidade e do interior, a distribuição de terras, de sementes, de mudas e de ferramentas aos agricultores, a experimentação de culturas tropicais, a venda de reprodutores a baixo preço e com pagamento a prazo, as facilidades para concessão de lotes para a construção de casas, centenas de quilômetros de estradas de penetração, a garantia de estudo à juventude e de remuneração ao esforço honesto, atraíram para o Amapá não somente o caboclo de outros municípios da Amazônia como também irmãos de todos os recantos da Federação. O Amapá alimentou, então, sonhos e esperanças de vir a tornar-se um Estado rico, um São Paulo de Setentrião do País (NUNES, 2012, p. 19).

Inegáveis essas significativas transformações já com vistas ao Amapá Estado. Porém, sem nenhuma intenção de apagar ou desmerecer os feitos de Janary Nunes, é necessário abalizar que mesmo enfatizando que tais benéficos contemplavam toda a população, o que ocorreu em

Macapá, de fato, foi que somente poucos e os que moravam no centro da cidade é que realmente sentiram os benefícios. Como forma de ilustrar o retrato pintado pelo governo, em 1953, o jornal *Amapá* publica a crônica intitulada “Macapá Moderna” que delineia essa Macapá marcada por seu desenvolvimento urbanístico:

Uma cidade traçada geometricamente, com ruas e avenidas largas, mostrando fisionomia agradável e moderna. Possuindo rede de esgoto, água encanada, energia elétrica permanente, piscina, ótimo hotel, cinema, bares, cafés, frigoríferos, lojas, farmácias, armazéns etc., proporciona aos visitantes e moradores conforto, prazer e tranquilidade. Nada menos que seis aviões semanais pousam em seu aeroporto, sempre lotados de passageiros e carga [...] Vivemos todos estritamente vinculados à própria alegria que dá novo colorido a esta Macapá que, como mulheres bonitas, também mostra sua vaidade frente do trocador onde realça a sua fisionomia simpática e a sua forma atraente (AMAPÁ, 13 de setembro de 1953, [n. p.]).

A crônica sem dúvida alguma retrata parte do conjunto de novos costumes e equipamentos tecnológicos, que caracterizam a obra de modernização social e urbana de Macapá, iniciado em 1950, indo até o final de 1960. Sobre esse empenho em apresentar Macapá de forma distorcida da realidade, sobre essa “Macapá Moderna” infere-se que:

Não era realidade para a maioria dos moradores da capital do Território Federal do Amapá. Não o bastante, o governo territorial difundia a imagem do espaço urbanizado desta cidade como sendo algo verdadeiramente representativo dela toda. Assim, aqueles que ficavam à margem dos serviços urbanos básicos eram eclipsados pelo discurso hegemônico, cuja finalidade era glorificar os janarista como soldados triunfantes na luta pela modernização dos sertões brasileiros. Moderna, a Macapá desse discurso era perfeita em termos do que o pensamento nacionalista autoritário pretendia (LOBATO, 2019, p. 86).

Mesmo diante dessas contradições, Janary Nunes só deixou o governo do TFA em 5 de fevereiro de 1956, indo presidir a Petrobrás. Sua saída do governo não o afastou de fato da administração, pois com a intenção de continuar influenciando nas decisões políticas da região, conseguiu a indicação de seu substituto, e continua indicando até 1964, o médico *Amilcar da Silva Pereira*, estabelecido na região deste a locação da administração territorial.

O governo de *Amilcar Pereira* e dos governadores subsequentes serão tratados no Capítulo terceiro desta pesquisa para não correr o risco de construir um texto enfadonho, por ser repetitivo, considerando que o contexto histórico está, a partir de 1960, registrado nos jornais corpus desta Tese.

E para que se entenda melhor os registros feitos pelos jornais impressos, o que segue são os primeiros caminhos percorridos pela imprensa no Brasil, na Amazônia, principalmente,

em Macapá, para compreender a importância dos periódicos como registro da história e como formadora de memória e identidade.

2 OS PRIMEIROS CAMINHOS DA IMPRENSA NO BRASIL E NA AMAZÔNIA

2.1 Periódicos como fonte de pesquisa: algumas considerações

O jornal impresso por sua inserção dentro de uma periodicidade, buscando-se atual e fazendo-se veicular por um meio facilmente manuseável e de baixo custo, torna-se produto de consumo, promovendo em grandes proporções, determinadas identidades legitimadas, a partir da posição discursiva dos sujeitos que lhe fazem circular (SOUZA, 2017, p. 128).

Por ser parte fundante do processo de formação de identidade é que importa tratar o jornal, conforme Danton (1990), como fonte de pesquisa, considerando sua inserção histórica, como força ativa da vida, muito mais matéria-prima do processo do que mero registro dos acontecimentos, e por ser assim, atua como constituição de modos de vida, perspectivas e consciência histórica. Importante salientar que, para além de exercerem o papel de historiadores, de formadores de consciência histórica, os jornalistas também fizeram as vezes de educadores num tempo em que o acesso à educação era pouco democrático, em que se viviam as transformações do mundo a partir das ideias espargidas pelo Iluminismo ao longo de todo o século XVIII.

Neste cenário do século XVIII, “a imprensa se firma como um importante difusor das chamadas Luzes. Naquele contexto, o jornalista se confundia com o educador. Ele via como sua missão suprir a falta de escolas e de livros através dos seus escritos jornalísticos”. (LUSTOSA, 2004, p. 15). Mas seja qual for a função assumida pelo jornalista, historiador ou educador, o que importa é enfatizar o uso das informações advindas de periódicos impressos como possíveis fontes de pesquisa, considerando suas imbricações históricas.

É como fonte de pesquisa que Schwarcz (1987, p. 15-16) menciona que os jornais podem ser entendidos, “Primeiramente, enquanto produto social, isto é, como resultado de um ofício exercido e socialmente reconhecido, constituindo-se como um objeto de expectativas, posições e representações específicas”. Na mesma direção, Prado e Capelato informam que:

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero ‘veículo de informações’, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (PRADO; CAPELATO, 1980, p. 19).

O jornal como fonte e documento de reconstituição histórica funciona como suporte da memória. Sobre essa questão, Vesentini apresenta uma interessante reflexão para o pesquisador quanto ao uso do jornal como objeto de estudo:

Eles podem ser bem mais, muito mais que folhas mortas, de um tempo igualmente morto, à espera do meu labor, por exemplo. Eles são dotados de ação. Quero dizer que muitas dessas páginas amadas por nós e prediletas na ação do exame, não são textos nada neutros [...] eles expressão práticas políticas, de lutas políticas, sendo, naquele momento, consubstanciação dessa mesma prática, práxis, de sujeitos concretos (VESENTINI, 1997, p. 37).

Muito mais que folhas supostamente mortas, Capeleto (1988, p.13) afirma serem os jornais impressos possibilidades férteis para o conhecimento e a construção do passado, uma vez que a imprensa da época “possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos”. Ainda sobre essa questão, deve-se considerar o fato de que os jornais são uma das principais fontes de informação histórica e devem merecer atenção dos pesquisadores, visto que os jornais são:

[...] uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de ideias e de depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre as sociedades, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas (CAPELETO, 1988, p. 21).

Jacques Le Goff (2013) ressalta que a história cultural impetra todo e qualquer documento como fonte privilegiada para servir como documento histórico, pontuando ainda que o próprio conceito de documento sofreu profunda modificação de sentido. Em meados do século XX, o termo dilata o sentido mais normatizado, de ser fundamentalmente escrito, e passa a significar “documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, pela imagem, ou de qualquer outra maneira” (LE GOFF, 2013, p. 490).

Por ter seus objetivos ampliados, há de se considerar que os jornais apresentam muitas vezes um discurso enigmático, uma vez que sua linguagem é tecida pelos acontecimentos diários, o que permite acompanhar o movimento das ideias que circulam na época pesquisada, sendo assim, fonte de inúmeras utilidades. Nessa direção, Eric Hobsbawm afirma que a compreensão e a análise do presente dependem dos documentos e das publicações - oficiais ou não -, e, em sendo assim,

À medida que o historiador do século XX se aproxima do presente, fica cada vez mais dependente de dois tipos de fonte: a imprensa diária ou periódica e os relatórios econômicos periódicos e outras pesquisas, compilações estatísticas e outras publicações de governos nacionais e instituições

internacionais. Nenhuma história das mudanças sociais e econômicas ocorridas neste século poderia ser escrita sem essas fontes. (HOBSBAWM, 1995, p. 9).

Corroborando essa citação, De Luca (2005) afirma que com a ampliação do campo de atuação do historiador, mediante o nascimento de novas temáticas e com novos significados para a concepção de documento histórico, passou-se a priorizar outras fontes, dentre elas os jornais. Essa inovação dá-se em virtude, principalmente, das transformações teóricas que se passaram no campo do conhecimento histórico a partir da Escola dos Annales²³, o que não implicou, conforme a referida autora, no “reconhecimento imediato das potencialidades da imprensa, que continuou relegada a uma espécie de limbo”. (DE LUCA, 2005, p. 112)

Mesmo com tais considerações, existe uma questão que está longe de ser resolvida e que coloca o periodismo como fonte não confiável, pois não haveria em suas páginas o critério da neutralidade, objetividade e mesmo de credibilidade, elementos essenciais para um documento ser considerado objeto de estudo. Essa falta de neutralidade se deve, de acordo com De Luca (2005, p. 112), ao fato de os impressos, principalmente os jornais, conterem “registros fragmentados do presente, realizados no influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas”. A questão da neutralidade é ponto de inquietação independentemente de a fonte ser ou não os jornais impressos. Para entendermos um pouco melhor o que se quer dizer, mencionamos o pensamento de Jacques Derrida (2001, p. 29), em *Mal de Arquivo: uma interpretação freudiana* (2001), ao afirmar que “o arquivamento tanto produz quanto registra o evento”, e quando assim o faz, é fruto de influências políticas dotadas de sentidos de supressões e censuras. A imprensa tem a função de testemunhar os acontecimentos, os fatos sociais, cabendo ao leitor a consciência de que o jornalista carrega em si certos implícitos de representação fazendo com que se questione, sempre, o critério de neutralidade.

Desta feita, a importância da leitura dos discursos revelados nos jornais parece ser a possibilidade de acompanhar a agitação das ideias que cercam as épocas pesquisadas, tornando-se fonte de inúmeras possibilidades, uma vez que:

O confronto das falas, que exprimem ideias e práticas permite ao pesquisador captar, com riqueza de detalhes, o significado da atuação de diferentes grupos

²³ A Escola dos Annales foi um movimento de renovação da historiografia na França do final da década de 120, com a fundação, por Marc Bloc e Lucien Febrev, da revista *Anais de História Econômica e Social*. Os referidos historiadores, inicialmente periféricos na academia francesa e que reuniram em torno de si pesquisadores de outras áreas das ciências humanas, propunham uma escrita da história que privilegiasse o econômico e o social em detrimento do político. A revista tornou-se um movimento de vanguarda e renovação do método de investigação histórica (BURKE, 1992).

que se orientam por interesses específicos. [...] Os jornais oferecem vasto material para o estudo da vida cotidiana. Os costumes e práticas sociais, o folclore, enfim, todos os aspectos do dia-a-dia estão registrados em suas páginas (CAPELATO, 1988, p. 34).

A fim de dirimir a dúvida que ainda possa persistir sobre o valor do jornal como fonte de pesquisa, dadas as inevitáveis interferências ideológicas na produção da notícia, o comentário de Cavalcante é indispensável, pois a autora considera que:

De fato, as ideologias perpassam todas as páginas de qualquer jornal. Não há como ignorá-las ou fugir delas. Contudo, as ideologias não interferem apenas na veiculação de notícias jornalísticas, já que integram todo o processo de produção e divulgação de ideias, em todos os tempos e lugares. O estranho seria, justamente, se os jornais fossem isentos e neutros. Além disso, tais veículos de informação acabam por espalhar múltiplas ideologias em confronto porque estão sempre a trazer conflitos existentes naquele meio social específico onde eles são produzidos (CAVALCANTE, 2002, p. 4).

Como a ideologia é algo do qual não se pode fugir, a referida autora pondera que o pesquisador de jornais deve avaliar alguns aspectos como, por exemplo, o processo de seleção das notícias que definiu para investigar, deixando claro desde o começo da pesquisa que a importância documental de uma notícia é dada pela sua transcrição literal. Sem este procedimento, a notícia ou matéria de jornal perde seu valor documental e o texto vestido em seu conteúdo original é o artefato empírico primordial. Mesmo reconhecendo a importância da transcrição literal, importa considerar que esta pesquisa tem como foco a crônica e, assim sendo, o caráter literal não caberia como critério de análise, uma vez que esse gênero produz ressonâncias obscuras, por vezes subjetivas.

No entanto, outros critérios passam a ter singular importância, pois estão relacionados à capacidade de o pesquisador analisar as notícias e, agora, também as crônicas, selecionadas a partir da descoberta de um enredo que as articule de modo expressivo. Após a descoberta desse enredo, o terceiro aspecto é o poder de articulação do pesquisador, demonstrando pertinência entre o enredo e a notícia quando “a interpretação ensaiada precisa ser comprovada a todo momento” (CAVALCANTE, 2002, p. 7). Por isso, torna-se imprescindível as articulações com o contexto, com os fatos mostrados nos mesmos jornais por meio de artigos e reportagens, para demonstrar como as crônicas, com um olhar em vários tons, também retratam o cotidiano.

Entender o poder do pesquisador em articular enredo e notícia toca no que Nanami Sato (2002, p.32) compreende sobre o texto jornalístico, ao afirmar que “a narrativa jornalística parece contígua ao fato, mas ao se transformar em notícia, o acontecimento torna-se um texto submetido às categorias narrativas”. Assim, a teórica segue afirmando que aspectos como

angulação de cada veículo, a edição, a relação repórter-realidade, o contexto que envolve o relato são elementos que estariam sujeitos aos mesmos critérios que ordenam o universo da narração e, portanto, o texto jornalístico não estaria tão contraposto a um discurso literário, sobretudo no que se refere à crônica publicada em jornais. Portanto, ao relacionar o texto jornalístico aos critérios da narração, o enredo precisa ser entendido e, para tal intento, importa o significado trazido por Moisés (1999, p. 173) “ENREDO – Deverbal de *enredar*, prender, colher na rede. Vocábulo de conotação algo incerta, não raro se emprega num sentido próximo ou equivalente a ‘intriga’, ‘história’, ‘assunto’, ‘argumento’, plot, ‘trama’, ‘fábula’. De primordial importância no estudo da prosa de ficção[...]”. Já especificamente como intriga, Ricardo Reis e Ana Cristina M. Lopes afirmam que o enredo:

Corresponde a um plano de organização macroestrutural do texto narrativo e caracteriza-se pela apresentação dos eventos segundo determinadas estratégias discursivas já especificamente literárias. Nesta acepção, pode-se dizer que *intriga* comporta motivos livres, que traduzem digressões subsidiárias relativamente a ordem lógico-temporal da história, operando desvios intencionais que apelam para a cooperação interpretativa do leitor (REIS; LOPES, 1988, p. 213).

O sentido de “colher na rede” quer dizer tantas outras possibilidades são possíveis, mas em todas elas o leitor é convocado a participar da interpretação, seja qual for o tom do texto, seja mais informativo ou mais ficcional. O trabalho, por tanto, é de cooperação; pesquisador e leitor, considerando elementos textuais e extratextuais, co-texto e contexto²⁴, articulam-se indefinidamente. Assim sendo, o último aspecto a ser considerado está justamente no contexto no qual o pesquisador está inserido e, assim como o membro de uma comunidade, ele conhece sua história. Com isso, o pesquisador:

Nunca se sentirá totalmente livre para criar arbitrariamente o sentido de uma cadeia de fatos. Ele sabe que não estará nunca sozinho, podendo ser questionado por um testemunho ou interlocutor qualquer, até porque, ao indicar as páginas de onde retirou as notícias que alimentam, empiricamente, a sua análise, estará também as abrindo para outras pessoas e pesquisadores interessados naquele assunto ou a eles relacionados. Assim, a própria fonte eleita como primordial terá o papel involuntário de garantir e, simultaneamente, fiscalizar os excessos que a interpretação feita pelo pesquisador venha a cometer (CAVALCANTE, 2002, p. 7).

Dessa forma, tratar o jornal como fonte de pesquisa no âmbito geral, permite resgatar a participação de grupos sociais, em um recorte temporal específico. O fato é que a imprensa, e

²⁴ Contexto e co-texto estão sendo considerados sob a perspectiva da linguística textual que trata o Contexto em seu ambiente sociolinguístico, ou seja, o aspecto verbal e o não-verbal e o co-texto como o ambiente verbal da unidade. (KOCH; ELIAS, 2007).

no Brasil não ocorre de outra forma, nasce com finalidades diversas; esclarecer, ensinar, reunir, formar opiniões. Como expressão cultural, por exemplo, mantém estreita relação com a literatura e ambos refletem as diferentes concepções de vida de um povo e de uma época. Além de informar, influir e transformar mentalidades, os jornais constituem-se em acervos plenos de material para esta pesquisa que propõe articular crônica, identidade e memória. Esta última, a memória, pode ser concebida tanto no plano individual como no plano coletivo e sua preservação dá-se através de representações simbólicas, sendo a crônica uma forma de representação, dentre outras, que possibilita a construção e o reconhecimento da identidade dos sujeitos que a produz.

A questão tratada aqui não se apresenta de forma ingênua, pelo contrário, há sim um entendimento de que não há imparcialidade, uma vez que as informações impressas nos jornais significam interesses e assim, cada jornal as interpreta numa direção. Então, os acontecimentos diários, tal como são cronologicamente fixados pela imprensa, também organizam sentidos do amplo processo de organização política e cultural de uma sociedade. Por conseguinte, o que se escreve nos jornais são explanações de estruturas que constroem historicamente uma formação social, mas não é, impossível que fosse, da estrutura inteira que se fala, somente de seu artefato hegemônico, ou seja, da parte que se impõe.

Por isso, a ênfase para que se entenda que, ao se adotar o jornal impresso como fonte de pesquisa, as interpretações correspondem ao retrato de um período. Assim, a leitura crítica desta tese é fundamental para que se entenda que o texto jornalístico já constitui em si mesmo um gesto que é consequência de uma regulação da interpretação de quem o produz, como se observa e se observará o tempo todo nos jornais tratados nesta tese.

2.2 Os primeiros jornais impressos no Brasil

Como objetos de pesquisa, os jornais são fontes privilegiadas quando a finalidade é o estudo de costumes, pois permitem a observação das transformações sociais e dos espaços urbanos, como ocorre no Brasil, principalmente a partir da chegada da família real ao Rio de Janeiro e a implementação da chamada Impressão Régia.

O fato é que a instalação de gráficas em terras brasileiras caracteriza-se como um movimento tardio, pois ocorre 308 anos após a descoberta do Brasil, fruto da proibição, por parte de Lisboa, da instalação da imprensa na colônia. O que se registra sobre a referida proibição é, conforme Molina (2015), que em meados do século XVIII, Lisboa ao ter notícias

da existência de um prelo na colônia, apressou-se para evitar seu funcionamento e ordenou expressamente seu retorno à metrópole:

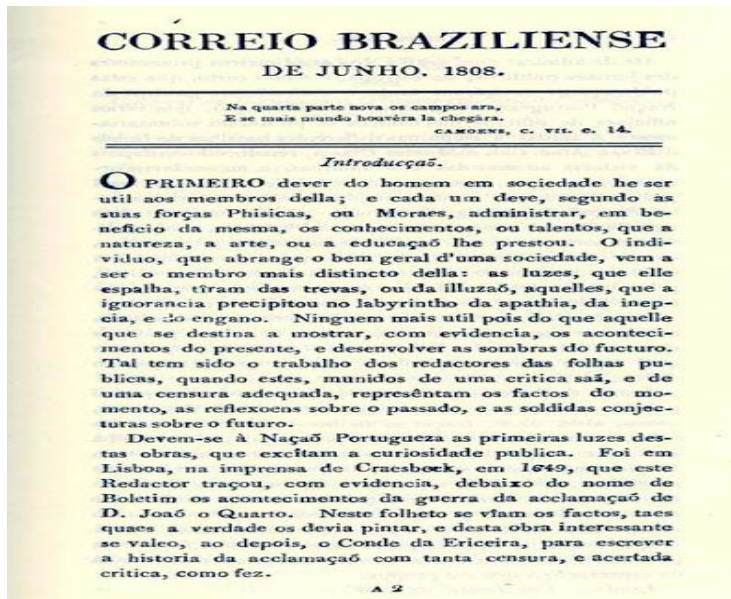
Foi o caso da tipografia de Antônio Isidoro da Fonseca, a primeira sobre a qual existem evidências concretas de ter funcionado no Brasil. Ele a trouxe de Portugal e imprimiu algumas obras com a permissão do governador geral e do bispo. Mas uma provisão e uma ordem régia de 1747 determinaram o sequestro e a remessa a Portugal de todas as “letras de impressão” que fossem encontradas no Rio, e que seus donos fossem notificados para que não se imprimam livros, obras ou papéis alguns avulsos (MOLINA, 2015, p. 17).

O que justificou tal atitude foi a tentativa de impedir a divulgação de obras e, principalmente, de informações sobre o Brasil, com o intuito de não atrair a cobiça de outros países. Assim, continua Molina (2015, p. 17), como consequência, o primeiro livro em português que “viu a luz na América Latina tenha sido estampado no México e não era destinado ao Brasil, mas a obras de catequização na Índia”, e as letras sobre o Brasil, somente com a carta de Pero Vaz de Caminha, impressas séculos mais tarde. Na verdade, o Brasil não era um terreno propício para o desenvolvimento das artes gráficas nos primórdios do período colonial, por fatores relacionados à sua extensão territorial e pelo fato de a população ser pouco alfabetizada. Desta forma, pouca utilidade teria a impressão de qualquer obra. Por isso, vale enfatizar que:

Incluir o período colonial na história da imprensa brasileira é na verdade uma tentativa de explicar por que o país não teve imprensa nos primeiros três séculos de sua história. Afinal, foi somente com a chegada da família real portuguesa, em 1808, que o Brasil ingressou nessa empreitada, três séculos e meio depois das primeiras obras estampadas por Gutemberg e muitos anos depois de a tipografia ter sido instalada em várias cidades da América espanhola e nas colônias de língua inglesa (MOLINA, 2015, p. 35).

Em sendo assim, em 1808 surge o *Correio Braziliense*, também conhecido como *Armazem Literaio*, editado por José Hipólito da Costa, em Londres, devido à censura prévia não permitir publicá-lo no Brasil. Já em seu primeiro número, o *Correio Braziliense* refere-se ao Brasil como “Império”, inaugurando tal denominação para a imprensa. Assim, o referido jornal começa a demonstrar sua articulação política apresentando críticas à Corte Portuguesa instalada no Rio de Janeiro, e assim passa a fomentar a formação de uma consciência nacional.

Figura 3 – Página inicial do jornal *Correio Braziliense* (1808)



Fonte: Biblioteca Nacional (2021).

Morel (2018) enfatiza que o *Correio Braziliense* não foi o primeiro jornal produzido na Europa a ser lido regularmente no Brasil, existiam outros como a *Gazeta de Lisboa* e outros 15 periódicos existentes durante o governo do Marquês de Pombal (1750-1777), e todos divulgando cultura e utilidades, “eram noticiosos, científicos, literários e históricos” (MOREL, 2018, p.30). Ainda segundo historiadores, havia jornais lançados na Europa que chegavam ao Brasil desde o século XVIII. Porém, a observação que Martins e Luca (2018) fazem a respeito desses e de outros periódicos é que, até 1808, esses impressos não praticavam o debate e as diferenças políticas já acirradas pelo contexto abolicionista.

Era para informar os brasileiros sobre o que se passava no mundo e para discutir sobre os perigos das ideias absolutistas que Hipólito da Costa empenhava-se para fazer circular o *Correio Braziliense*. Assim, ao defender em suas folhas, a gradativa substituição do trabalho escravo para o livre, e denunciar os desmandos e equívocos administrativos das autoridades portuguesas, Hipólito faz desse impresso um instrumento basilar para a independência do Brasil.

Ainda em 1808 e atuando em paralelo ao *Correio Braziliense*, o jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*, redigido inicialmente por Frei Tibúrcio José da Rocha, desponta como jornal oficial, vigiado pela censura, apesar de suas declarações em contrário, feitas já no primeiro número, que enfatizavam: “Esta Gazeta, ainda que pertença por Privilégio aos Officiais da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, não é, contudo, official e o Governo somente

responde por aqueles papéis que nela mandar imprimir em seu nome” (MOLINA, 2015, p. 115). Apesar da contundente declaração, a história mostra que a *Gazeta do Rio de Janeiro* é o primeiro jornal impresso no Brasil. Embora aos moldes de a *Gazeta de Lisboa*, publicava predominantemente os decretos e os acontecimentos relacionados à família real, uma vez que não poderiam ser mencionados melhoramentos em países estrangeiros, que despertassem nos brasileiros o desejo de mudança, e por isso foi considerado o impresso oficial da família real.

Figura 4 – Página da primeira edição do jornal *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808)



Fonte: Biblioteca Nacional (2021).

Vale ressaltar que, apesar dessa contenda marcada pelo oficialismo e oposição, existiam pontos em comum entre o *Correio Braziliense* e a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Conforme registra Morel (2018), os dois jornais defendiam a monarquia como forma de governo e a dinastia dos Bragança, apoiavam também o projeto de união luso-brasileira e, por consequência, repudiavam as ideias de revolução e ruptura partilhando assim a crítica à Revolução Francesa e ao seu legado histórico.

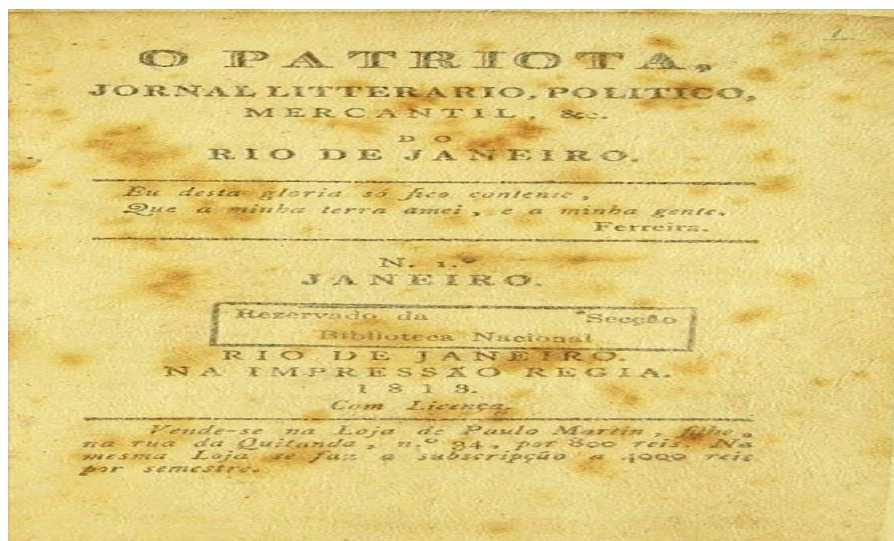
Apesar de tudo isso, é significativo o fato de também ter saído da Imprensa Régia uma publicação cultural considerada de alto nível, porém de vida curta, pois circulou por apenas dois anos (de 1813 até 1814), *O Patriota*. Nesse periódico, divulgavam-se assuntos voltados às ciências e às letras, a exemplo das “obras dos ‘Inconfidentes’ Claudio Manoel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga, bem como relatos dos viajantes luso-brasileiros dos séculos XVIII” (MOREL, 2018, p. 32). Desta forma, foi por trazer em suas páginas nomes tão representativos

nas artes que *O Patriota* foi considerado uma importante amostra da vida intelectual da época, cabendo ressaltar que:

Publicaram artigos em *O Patriota* José Bonifácio de Andrada de Silva, o inconfidente mineiro Manuel Inacio da Silva Alvarenga e uma rede de colaboradores de Portugal e das colônias portuguesas na Ásia e na África. No prospecto de Lançamento, a publicação solicitava a colaboração dos “sábios de nosso país” (MOLINA, 2015, p. 171).

Vale enfatizar que *O Patriota* publicava também comentários resumidos de obras literárias editadas pela impressão régia, porém, pela diversificação de assuntos que trazia em suas páginas, não se constituiu um rele papel officioso. Pelo contrário, marcou sua breve existência como o impresso que melhor tratou sobre os acontecimentos que remodelavam o momento político, intelectual e social do reinado de d. João VI.

Figura 5 – Imagem da primeira página de *O Patriota* (1813)



Fonte: Biblioteca Nacional (2021).

Desse modo, entre questões políticas e culturais a imprensa brasileira nasceu e viveu seus primeiros anos. Outros tantos jornais e também as não mencionadas revistas surgiram durante o Brasil colônia, a maioria de duração temporária. A censura acabou em 1821, e com a liberdade de imprensa intensificou-se de forma contundente a chamada opinião pública como forma de legitimar posições políticas mobilizando, inclusive, a opinião da colônia contra a dominação portuguesa. Assim, o jornal impresso vai se espalhando por outras regiões do nordeste ao norte do Brasil.

2.3 Os primeiros jornais impressos na Amazônia e em Macapá

O advento da imprensa na Amazônia não destoa do ocorrido em outras regiões do país, pois também é marcado pela ampla divulgação das atividades do Brasil Colônia-Império-República. Porém, havia uma singularidade na imprensa amazônica: a necessidade de conhecimento e divulgação da região em âmbito nacional.

A impressão dos primeiros jornais na Amazônia contou com tecnologia importada da Europa e para a chegada dessa tecnologia houve primeiramente a inclusão da região no mercado internacional, o que se deu em função do auge do ciclo da borracha, na segunda metade do século XIX e início do século XX, com a oferta do produto para os países da Europa. Nesse contexto de entre séculos, as duas principais cidades da região que se destacavam eram Belém e Manaus.

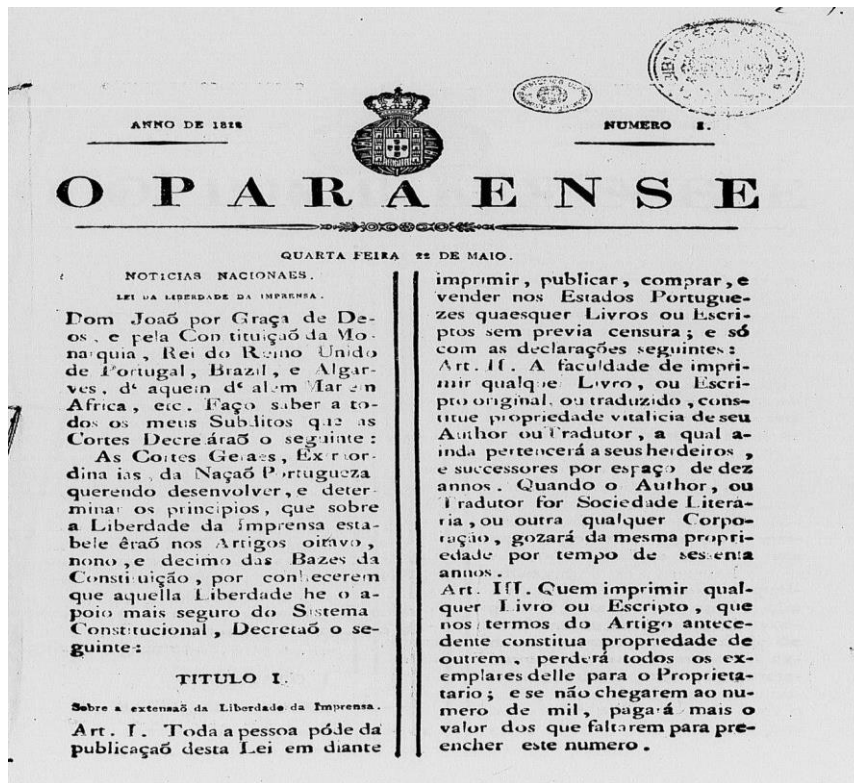
O primeiro jornal a circular na Amazônia foi a *Gazeta do Pará*, em 1821, periódico organizado e publicado em Lisboa. Nesse momento, o Brasil vivia uma atmosfera que propiciava a liberdade de expressão. Mesmo surgindo sob a tutela da autodeterminação e com recursos privados, os jornais da região Amazônica funcionavam como arautos da gestão oficial. Cabe, portanto, dedicar um pouco mais de fôlego ao panorama da publicação de periódicos nessas duas principais províncias e sobre esses primeiros passos. A esse respeito Martins (2018) enfatiza:

Em 1822 foi impresso *O Paraense*, em prelo adquirido em Lisboa, despachado juntamente com dois tipógrafos para seu manuseio. Em 1840 lançou-se o *Treze de Maio*, que durou até 1862, cuja tipografia era tocada por dois escravos a serviço do proprietário Honório José dos Santos. Já na província do Amazonas – apartada dos centros mais promissores da orla marítima-, a imprensa chegou com atraso, sobretudo pela carência de leitores. Ali a língua falada era o nheengatu, originária do tronco tupi, inviabilizado o consumo de escritos em língua portuguesa. A primeira publicação que se tem notícia foi *Província do Amazonas*, que circulou brevemente em 1850, veiculando apenas os atos governamentais. Em 1851 foi lançado o *Cinco de Setembro*, que em 1854 teve seu título mudado para *Estrela do Amazonas*. Mas foi no quadro da propaganda republicana e do abolicionismo que se conheceram novos títulos. A serviço das ideias republicanas estava *O Argos* (1870) e, defendendo o ideal abolicionista, em 1884, circulou *O Abolicionista do Amazonas* (MARTINS, 2018, p. 58).

O Paraense era um jornal pequeno, contendo apenas quatro páginas divididas em duas colunas, e que tinha como imagem um brasão português no topo da capa. Era simples, com leitura verticalizada, publicado na quarta-feira e no sábado. Esse jornal é considerado basilar

para a história dos impressos na região Amazônica, pois destacava constantemente as relações conflituosas entre política e mídia impressa desde suas primeiras tiragens.

Figura 6 – *O Paraense*, n. 1, 22 maio 1820, p. 1



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (2021).

Outros jornais ganham destaque quanto mais se anuncia o século XX. Em Belém, por exemplo, o jornal *A Vida Paraense* (1883) ganha destaque por inovar com o uso da imagem, o que é significativo em um País em que a maioria da população era analfabeta. Assim, o jornal passou a ser visto até mesmo entre os analfabetos, através da comunicação oral, algo relevante na sociedade amazônica, o que levou os governantes a tomarem providências a respeito da imprensa do Pará, no século XIX:

No correr do século XIX, vários governos e grupos sociais tentaram conter o desenvolvimento da imprensa local, justamente porque a informação e a polêmica dificultavam o exercício do poder. Foi assim que a história da imprensa na Amazônia esteve muito relacionada, desde seu início, com os conflitos entre os proprietários de folhas e a engenhosidade dos legisladores, que não cansavam de criar regulamentos e dispositivos destinados a limitar a liberdade da imprensa e entravar a difusão dos noticiários (FIGUEIREDO, 2008, p. 36).

Como já mencionado, a geografia da imprensa no Brasil dá-se com as mesmas intenções - ser situação e oposição - e, assim, continua a ocorrer nas demais províncias que compõem a

região Amazônica. No Acre, surgem em 1907 e 1910, respectivamente, os jornais *O Acre* e *Folha do Acre*. Mendes (2008, p. 28) ressalta que os redatores do jornal *O Acre* apresentavam notória contradição, uma vez que “eram regidos por um sentimento de dever e fidelidade ao governo federal”, e sendo assim, se colocavam publicamente contrários aos partidários da “autonomia do Acre e da criação de um Estado Independente”, ainda que carregasse o slogan: “Órgão dos interesses acreanos”. Mendes (2008, p. 29) segue destacando que nas páginas de *O Acre* não constavam registros sobre os problemas relacionados à extração do látex e às condições desumanas de trabalho, às doenças que afligiam esses trabalhadores, em consequências das péssimas moradias e do descaso por parte das autoridades. O jornal já se apresentava como a própria voz dos habitantes do Acre, por isso, abordava as mais variadas notícias sobre a região enfatizando as agruras relacionadas a falta de infraestrutura.

Já os primeiros jornais de Roraima possuem uma peculiaridade: *Caniço* (1905) e *O Tatú* (1907), *O Graveto*, *O Sabiá*, *O Bem-te-vi* não eram impressos, e sim, manuscritos. Isso foi devido à urgência em se ter um jornal mais local, uma vez que, em Roraima eram lidos os periódicos do Estado do Amazonas, que chegavam com até uma semana de atraso. Desta forma, os primeiros impressos foram *O Rio Branco* e *Jornal do Rio Branco*.

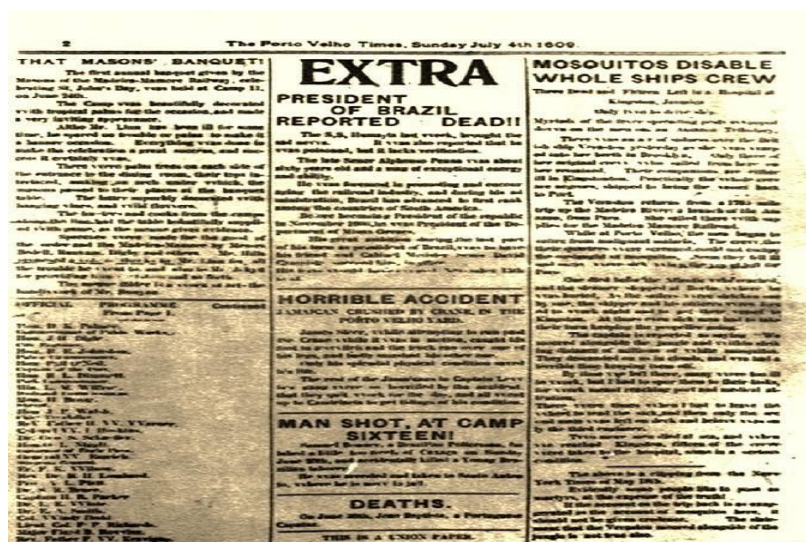
Coube ao *Rio Branco - Jornal Independente*, em 1914, de propriedade de Diomedes P. Souto Maior e Alfredo Carmo Ribeiro, o título de primeiro jornal impresso de Boa Vista. Na condição de militar e professor, conhecido pelo pioneirismo em projetos educacionais em Boa Vista, migrado do Nordeste, Diomedes envolveu-se em debates políticos que tangiam acerca da transformação do Brasil em República, recebendo parcas informações de outros cantos do País, através da Repartição Geral dos Telégrafos (MUNARO, 2017). Já o *Jornal do Rio Branco*, que circulou mensalmente no período de 1916-1919, também impresso em Roraima, caracterizava-se como um projeto beneditino que se constrói:

Nas oficinas beneditinas, entre os quais residia um exagerado temor com relação à presença dos espíritos que se multiplicavam, segundo os redatores, numa região abandonada pela lei e pela religião. A circulação do jornal remete aos anos de 1916 e 1917. O subtítulo do jornal, “Órgão dos interesses dos moradores de Boa Vista” alude à vila recém construída. Sua circulação era mensal, seus proprietários declarados Dias Medeiros e Cia e Misael Guerreiro, da Prelazia do Rio Branco, mencionado pelo *O Rio Branco*, um ano depois, como Intendente Municipal, o que sugere que não havia tensão política entre a intendência municipal e este projeto jornalístico. Entre os diretores constavam Geraldo O. S.B.– Prelado do Rio Branco e Dr. Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro – Juiz de Direito. Entre os principais redatores, Pe Boaventura Barbier, Vigário Geral; Paulo Eleutherio e Bezerra de Moraes (MUNARO, 2017, p. 247).

Contudo, o aspecto mais singular do *Jornal do Rio Branco*, cujo subtítulo é “Órgão mensal dos interesses dos moradores do Rio Branco” (MURANO, 2017, p. 248), está na proposta civilizatória de pôr os habitantes de Boa Vista não somente em conexão uns com os outros, mas com o País que o Governo Republicano estava instituindo. Para esse fim, as folhas desse jornal edificam modelos baseados na organização social urbana, em projetos educacionais, fomentando valores pautados na moralidade e no desenvolvimento de costumes monogâmicos e estabelecendo conexões de identidade com o resto do país (MUNARO, 2017).

Se as províncias de Belém e Manaus tiveram seu desenvolvimento estreitamente relacionado ao ciclo da borracha, o de Rondônia deve-se à construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré²⁵ e aos seus primeiros periódicos, que tal como ocorreu em todo o Brasil, não podem ser desvincilhados do contexto socioeconômico. Considerando o grande número de estrangeiros que foram trabalhar na construção da referida estrada de ferro, Rondônia tem seus primeiros jornais impressos em língua inglesa, os quais, segundo Ferreira (2005, p. 3), “moravam no acampamento montado pela empresa americana Madeira Mamoré Railway Company, para esse fim, inclusive foi a referida empresa responsável pela fundação da cidade de Porto Velho”. Entre esses periódicos estão o *The Porto Velho Times* e o *The Porto Velho Marconigran*, ambos tirados totalmente em inglês.

Figura 7 – Página do jornal *The Porto Velho Times* (1909)



Fonte: Acervo Biblioteca Pública de Porto Velho (2021).

²⁵ Ferrovia de 364 quilômetros, que ligava Porto Velho a Guajará-Mirim; fronteira com a Bolívia.

Outro jornal que merece ser mencionado é o *Alto Madeira*, fundado em 1917, pois sua principal característica foi a valorização de notícias de cunho regional e por marcar, juntamente com outros periódicos que o antecederam, o período de publicações em português. A respeito desse período, vale registrar que:

A partir de 1913 teve início uma sequência de lançamentos de jornais em língua portuguesa, os primeiros a serem editados na região que viria a ser o Estado de Rondônia. O primeiro destes periódicos a circular foi o Extremo Norte, em 1913, na então cidade de Santo Antônio. Mais tarde surgiram O Município, em 1915, e a partir da estrutura deixada por este o Alto Madeira, em 1917. O último periódico desta série, que cobre as duas primeiras décadas do século XX, foi A Gazeta, lançado em 1922. No conjunto estas publicações atendem a demandas políticas surgidas em Santo Antônio, então município de Mato Grosso, e no recém-criado município de Porto Velho, este pertencente ao Estado do Amazonas, refletindo a busca por consolidação de grupos de poder e indicando alguma oposição entre eles (COLFERAI, 2017, p. 189).

Assim, avaliando o surgimento dos periódicos em Rondônia, não há como não constatar que eles também seguem aspectos dos primeiros jornais impressos em toda a região Amazônica, ao valorizarem as ocupações e o desenvolvimento da região e, principalmente, pela tentativa de diminuir o isolamento em relação ao restante do Brasil. Esse movimento de registro do momento sócio-histórico e econômico e a tentativa de se posicionar no cenário nacional por meio dos jornais impressos dá-se igualmente, e de forma semelhante, no Amapá.

Os idos são de 15 de novembro de 1895, ano que registra o marco inicial da Imprensa em terras hoje conhecidas como o Estado do Amapá, com a circulação do seu primeiro periódico, nomeado de *Pinsonia*, impresso em formato de tabloide com circulação semanal, com tiragem média de 500 exemplares, por iniciativa do intelectual macapaense Joaquim Francisco de Mendonça Furtado, conhecido dos paraenses pelos seus poemas assinados com o pseudônimo de Múcio Javrot, e do comerciante José Antônio de Siqueira. Seu formato simples, contendo não mais do que quatro páginas e quase sem imagens, *Pinsonia* mantinha uma estrutura interna comum na sua época: na primeira página constava, por exemplo, um editorial, em meio a pequenos anúncios comerciais, além de notas, avisos e comentários. Também era dada evidência à divulgação dos nomes das autoridades públicas locais, como o intendente, o juiz de direito, o promotor público, os tabeliães, o prefeito de segurança, dentre outras. Todo o conteúdo era organizado entre quatro ou três colunas, comumente começando com o “expediente” no topo da primeira coluna à esquerda, e distribuindo os textos e seções de maneira irregular, separados por traços de contornos variados até o fim do jornal.

Figura 8 – Primeira página do Pinsonia



Fonte: Biblioteca Pública Elcy Lacerda (2021).

O padrão do Pinsonia era semelhante ao de outros periódicos contemporâneos a ele, publicados na capital paraense, como os jornais *A Província do Pará* e *A República*. Relevante ressaltar que as atividades tipográficas e a circulação de jornais no Amapá são bem anteriores a seu desmembramento do estado do Pará, razão que justifica o fato de as primeiras edições do *Pinsonia* serem feitas em Belém, pois somente em 1897 chegam a Macapá máquinas alemãs para a impressão do mencionado jornal. Hoje, desse maquinário só resta uma peça: o cutelo, exposta em frente à Biblioteca Pública Estadual Elcy Lacerda, como comprova a foto a seguir:

Figura 9 – Cutelo do Jornal Pinsonia. Entrada da Biblioteca Elcy Lacerda



Fonte: Acervo da autora (2021).

Sobre o nome dado ao periódico é significativo registrar que é em homenagem a Vicente Yanez Pinzón, um dos primeiros navegadores a andar pela região setentrional do Brasil, atingindo o Oiapoque, bem antes de Pedro Álvares Cabral, como já fora mencionado nesta pesquisa. Sobre isto torna-se significativo reforçar que:

A história do nome dado ao jornal Pinsonia está atrelada à disputa das fronteiras das Terras do Cabo Norte. Ou seja, a capitania dada a Bento Maciel Parente, situada entre o Rio Amazonas e o Rio Oiapoc (Yapoc) ou Vicente Pinzon (como também era chamado o mesmo rio) foi palco de disputas entre lusos (e depois brasileiros) e franceses pelos limites fronteiriços, cujo clímax se dá com o chamado “contestado franco-brasileiro” (AUGUSTO; TORRES, 2017, p. 147).

Esse tributo, de acordo com PAZ (2015), é muito mais que uma denominação, pois o nome *Pinsonia* transpõe uma simples homenagem. A escolha caracteriza um claro posicionamento dos responsáveis do jornal em favor das aspirações brasileiras sobre as terras do Amapá, justamente com o período de construção de uma identidade nacional após a proclamação da República, em 1889. Sobre os objetivos das páginas do *Pinsonia*, Adalberto Paz aponta que:

Com a frase “Órgão dos interesses do extremo Norte do Brazil”, o jornal Pinsonia, lançado na cidade de Macapá em novembro de 1895, anunciava em sua epígrafe o objetivo de se tornar porta-voz das especificidades econômicas, sociais e políticas daquela porção do território nacional, à margem esquerda do rio Amazonas. Desse modo, nos últimos anos do século XIX, o primeiro periódico das terras do Cabo Norte ambicionava ir além do que dar a conhecer os confins da nação, visando obter legitimidade e reconhecimento público aos

seus discursos relacionados às distinções fronteiriças e estratégicas do seu lugar de origem (PAZ, 2015, p. 1).

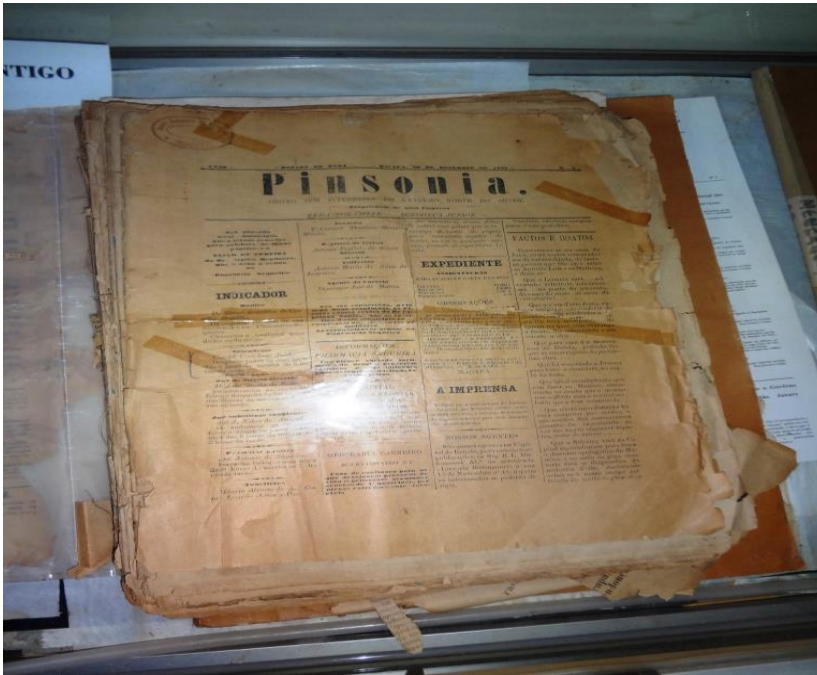
Assim, percebe-se nas páginas desse periódico a caminhada para um agudo sentimento ufanista, com o apelo às demandas ideológicas, à identidade nacional e ideia de pertencimento destas terras em relação à República que surgia, justificando assim a memória de episódios capazes de conclamar e promover essas ideias, como a escolha do nome *Pinsonia*:

Interesse da civilização atual, juntos a necessidade de ordem local determinam nosso aparecimento na imprensa periódica deste Estado, no intuito único, e pensamos que justo de concorrermos com o que nos permitirem as forças para a elaboração do progresso de nossa nacionalidade.[...]Ninguém ignora que tempestade de cobiça desmedida tem se gerado n'este fim de século, para se nos empolgar esse pedaço de terra, que, até então era apenas conhecida pelas narrativas mais ou menos fantasiosa de um ou outro viajante [...] (PINSONIA, 1895, [n. p.]).

Ressalta-se que o referido periódico se proclamava como a voz das terras que formariam o atual Estado do Amapá, sob a denominação *Órgãos de interesse do Extremo Norte do Brasil*, que em comparação com a capital Belém, encontrava-se em posição de abandono, na periferia de uma região já periférica.

Assim, o referido jornal buscou dialogar com o governo do Pará e com as instâncias de poder centralizadas no Rio de Janeiro sobre, como era comum à época, questões locais, socioeconômicas, que se destacavam nos grandes centros do País, pela ânsia de resolver atrasos relacionados não somente à região norte, mas, principalmente, a uma área ainda mais periférica, o Amapá.

Figura 10 – Página do jornal *Pinsonia* (1899)



Fonte: Acervo da Biblioteca Pública de Macapá Elcy Lacerda (2021).

Por mais relevante que fosse sua proposta, segundo Picanço (1988, s.p.) o *Pinsonia* circulou até 1905, “ano da morte de seu fundador, quando a comunidade macapaense comemorava, a 4 de fevereiro, seus 147 de fundação. O *Pinsonia*, sem dúvida nenhuma foi o primeiro porta-voz da região tucuju”.

Na construção dessa linha do tempo sobre os jornais impressos em Macapá, acrescenta-se que somente onze anos depois do registro da última circulação do *Pinsonia*, surge, em 3 de maio de 1916, com periodicidade semanal/quinzenal, tiragem média de 500 exemplares o *Correio de Macapá*, considerado o segundo jornal macapaense e fruto da iniciativa do tenente-coronel e intelectual maranhense Jovino Albuquerque Dinoá, que de acordo com Picanço (1988, s/p.), recebia a contribuição do Pe. Júlio Maria Lombard²⁶ que escrevia, em forma de crônica, a historiografia da antiga Macapá: “Desde suas primeiras formações até o ano de 1917, retratando com bastante fidelidade a descrição da cidade colonial como a via desde 1913, quando aqui chegara” (PICANÇO, 1988). Foi o *Correio* que anunciou, entre outras coisas, a chegada dos primeiros evangélicos, em especial os pentecostais, da Assembleia de Deus, em

²⁶ Padre Júlio Maria Lombard, belga de nascimento, que muito contribuiu para a história da Igreja Católica em Macapá. Considerado um dos pioneiros da imprensa macapaense. (Fonte: *Personagens Ilustres do Amapá*, volume II, Dep. de Imprensa Oficial, 1997).

Macapá, capitaneados pelo pastor boliviano Clímaco Bueno Aza, que chegou à cidade comercializando bíblias e folhetos evangélicos. Não se tem notícias a respeito do fim da sua circulação.

Com a criação dos Territórios Federais, em 13 de setembro de 1943, surgiram outros jornais como o *Amapá*, em 19 de maio de 1945 até 1976, de periodicidade semanal, com tiragem média de 1.000 exemplares. É o primeiro jornal da fase territorial, fundado pelo Tenente-Coronel Janary Gentil Nunes. Por ser Janary, governador do então Território do Amapá, esse periódico tinha como Linha editorial: ser um órgão oficial do Governo do Amapá. Esse jornal era composto e impresso nas oficinas da Imprensa Oficial, em tipografias. Sobre suas edições e organização, deste jornal tem-se seguintes informações:

Foram 1479 edições ininterruptas no período de 1945 a 1968, com a nomenclatura de *Jornal Amapá*. Na sua organização apresentava algumas colunas, que destacavam informações sobre as ações do governo do Território Federal do Amapá (notícias políticas do cenário local e nacional, o segundo, principalmente do Rio de Janeiro, na época, a capital do Brasil); notícias variadas da sociedade (efemérides, congratulações, proclamas de casamentos, ocorrências policiais, notas fúnebres); notícias sobre eventos culturais, esportivos e pequenos anúncios. Normalmente a primeira página era tomada por discursos oficiais do governo, e quase sempre, sem polemizar os discursos com fortes características ufanistas (SOUZA, 2017, p. 121-122).

Em razão de escrever sobre assuntos bem diversificados, o jornal *Amapá* é significativo na construção das identidades amapaenses, a partir do momento que suas matérias demonstram uma estratégia de inserção regional e nacional, e com foco na valorização da cultura local. Porém é imprescindível destacar que no tom desse jornal predominavam o informativo, o opinativo e o entretenimento, significando dizer que quase nada oferecia em relação aos aspectos críticos. Mas como nasceu o primeiro jornal Amapá? Para responder a essa pergunta, nada mais interessante que trazer um olhar menos teórico, mais significativo pelo jogo metalinguístico, ou seja, por se tratar de uma matéria intitulada “Como nasceu o primeiro AMAPÁ”, a qual informa que:

Após contatos mantidos entre Representação do Govêrno amapaense, em Belém do Pará, viajaram para esta capital, a bordo do iate “Itaguary”, os tipógrafos Arnaldo Gomes de Pinho e Loris Euclides dos Santos. Decorriam seis meses de instalação do Govêrno Territorial nesta cidade. Vinham com a missão de organizar uma oficina tipográfica. Devido as dificuldades de transporte e de alojamento, somente vários meses depois é que a oficina pôde ser montada, no porão (xadrez) da Divisão de Segurança e Guarda. De lá circulou, nesta data, em (1945), o primeiro jornal que o povo apelidou de “Amapazinho”, em face do seu diminuto tamanho[...] trabalho árduo que o leitor, na pressa de ler o fato talvez ignore o esforço despendido para levar a si a notícia, principalmente, naquela época, que para mantermos o AMAPÁ,

em dias com o público, tínhamos que furar noites seguidas. O frio do porão, o desconforto, a falta do material, tudo isso era compensado, pela alegria que o povo recebia, todos os sábados, o seu ‘Amapazinho’ [...]” (NÓVO AMAPÁ, 1970, [n. p.]).

O trabalho árduo, o esforço despendido para levar a notícia à população, as várias noites “furadas”, “o frio do porão, o desconforto e a falta de material”, tudo compensado “pela alegria que o povo macapaense recebia, todos os sábados, o seu “Amapazinho”. A importância desse relato dá-se por registrar, não só o quanto o início da atividade jornalística foi penoso, como é todo início, mas porque a alegria da população ao receber o jornal, relatada na reportagem, é significativa, pois ter um jornal com tiragem regular, nos idos de 1945, era por si só a materialização da modernidade e do progresso tão ansiados pelo povo macapaense.

Nessa linha de representação da modernidade é que o jornal *Amapá* noticiou, predominantemente, fatos locais que marcaram o desenvolvimento da capital do Território Federal do Amapá, tais como: exibição do primeiro filme longa metragem “Um Barco e Nove Destinos”, no ano de 1946, de produção norte-americana; a chegada dos primeiros japoneses, em 1948; a inauguração do Estádio Municipal Glicério de Sousa Marques, em 1950; a fundação da União dos Estudantes dos Cursos Secundaristas do Amapá (UECSA), em 1952 e a realização do primeiro pouso noturno da *Cruzeiro do Sul* (VARIG), em 1953. Ressalta-se que o Jornal *Amapá* contava com grandes nomes das letras locais tais como Alcy Araújo, Wilson Sena, Waldemiro Gomes, entre outros, que por serem poetas, contistas e cronistas contribuía para que o jornal *Amapá* ganhasse um tom de leveza e de entretenimento.

No intuito de caracterizar esse afã de representar a Macapá moderna, em 1953, o jornal *Amapá* publica, em seu editorial, a crônica “Macapá Moderna”, em que destaca seu desenvolvimento urbanístico da seguinte forma:

Uma cidade traçada geometricamente, com ruas e avenidas largas, mostrando fisionomia agradável e moderna. Possuindo rede de esgoto, água encanada, energia elétrica permanente, piscina, ótimo hotel, cinema, bares, cafés, frigorífero, lojas, farmácias, armazéns etc., proporciona aos visitantes e moradores conforto, prazer e tranquilidade. Nada menos que seis aviões semanais pousam em seu aeroporto, sempre lotados de passageiros e carga. Como sala de visita do Território, Macapá está sendo preparada sob a técnica e figurinos modernos (AMAPÁ, 1953, [n. p.]).

Contudo, para além desse aspecto frugal, registra-se que a partir de 1964, o jornal *Amapá* foi um verdadeiro porta-voz do regime militar a começar pelo fato de seu fundador ser militar, tenente-coronel Janary Gentil Nunes, e por publicar matérias que celebram, por exemplo, a posse do presidente Castelo Branco, conforme ilustra a matéria intitulada “ Governo

e Povo do Amapá unidos sob a mesma bandeira de fé e civismo vibram com a posse do novo Presidente do Brasil”, dentre tantas passagens trazidas pela reportagem citada, ressaltam-se:

Magnífica demonstração de fé cristã e acendrado amor cívico e patriótico, teve lugar na tarde do dia 15 do corrente, em nossa capital por ocasião da posse do Marechal Humberto Castelo Branco na Presidência da República, quando o povo amapaense, tendo à frente as mais altas autoridades da Administração Territorial e suas digníssimas famílias, reuniu-se na Praça Barão do Rio Branco para render graças a Deus pelo êxito do movimento que libertou o nosso querido País da ameaça do comunismo e demonstrar a sua irrestrita solidariedade e confiança no futuro do Brasil, agora entregue à sábia e esclarecida direção do grande patriota e soldado exemplar que é o Marechal Castelo Branco.

[...]

POVO AMAPAENSE!

Está hoje a nossa muito amada pátria em festas, comemorando a investidura de um novo Presidente da República o Excelentíssimo Senhor Marechal Humberto de Castelo Branco.

O povo confia nas Forças Armadas – o Brasil vai sair do empobrecimento e da miséria. (AMAPÁ, abril de 1964, s/p)

“Magnífica demonstração de fé cristã e acendrado amor cívico e patriótico”, assim começa o texto que oficializa o lugar já tantas vezes mencionado de porta-voz do governo. O jornal *Amapá* produz nesta matéria o discurso do patriotismo “... amor cívico e patriótico”, do moralismo, “e suas digníssimas famílias” e o da salvação “movimento que libertou o nosso querido País da ameaça do comunismo” (AMAPÁ, 1964). Sobre essas concepções tão enfaticamente tratadas pelo jornal em questão resalta-se:

O quadro geral da Guerra Fria, obviamente, deu sentido e incrementou os conflitos internos da sociedade brasileira, alimentando velhas posições conservadoras com novas bandeiras do anticomunismo. Desde 1947, boa parte das elites militares e civis no Brasil estava alinhada ao mundo “cristão e Ocidental” liderados pelos Estados Unidos contra a suposta “expansão soviética”. A partir da Revolução Cubana, em 1959, a América Latina era um dos territórios privilegiados da Guerra Fria. Esse pensamento, alinhado à “contenção” do comunismo, foi fundamental para delinear as linhas gerais da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), propagada pela Escola Superior de Guerra. A DSN surgiu no segundo pós-guerra, sintetizada pelo Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos, e tem suas origens na Doutrina de Contenção do Comunismo internacional (NAPOLITANO, 2018, p. 10).

O respaldo na Doutrina de Segurança Nacional, na fé cristã, no moralismo representado pelas “digníssimas” famílias e a salvação da “ameaça comunista” transformam-se em argumentos mais do que favoráveis ao continuísmo da ordem, da defesa nacional e do progresso na posse do militar Marechal Castelo Branco. Assim, o que se seguiu ao golpe civil-militar de 1964, foi a declaração de um modelo de acréscimo econômico que gerava a ideia de que

era algo novo e próspero para a conquista da autonomia política, que passou a crescer juntamente com a população macapaense. Por isso, a manifestação eufórica de um povo que foi “render graças a Deus pelo êxito do movimento que libertou o nosso querido País da ameaça do comunismo” e que enfatiza “O povo confia nas Fôrças Armadas – o Brasil vai sair do empobrecimento e da miséria” (AMAPÁ, 1964, [n. p]). Tem-se, de agora em diante, a manutenção do imperativo de defesa nacional que justificou a criação dos Territórios Federais, nos idos de 1945, agora mais atraente, pois somava a promessa de desenvolvimento e modernização do Brasil e, conseqüentemente, de toda a região norte.

Além da imprensa oficial, o jornal *Amapá*, circulavam o jornal *A Notícia*, fundado em 7 de abril de 1956, por Danilo Du Silvan, fundador e primeiro diretor. De periodicidade semanal, sua tiragem média era de 500 exemplares, tendo uma linha editorial particular e independente. Dentre as suas principais notícias estão: o início da exportação de manganês da Serra do Navio pela Indústria e Comércio de Minérios (ICOMI) para os Estados Unidos, através do Porto de Santana, em 12 de janeiro de 1957; a instalação oficial do município de Calçoene, criado em 22 de dezembro de 1956; a chegada das religiosas da Congregação de Nossa Senhora Menina para o Hospital Geral de Macapá. Não há informações a respeito de sua última edição, nem sobre os motivos de seu fim.

A partir de 1960, foram surgindo jornais de grande porte como *Mensagem*, em 1962, pertencente a Newton Cardoso a fim de apoiar a campanha de Janary Nunes rumo ao congresso Nacional. Já em 19 de março de 1962, dia de São José, padroeiro de Macapá, nasce *A voz Católica*, jornal de periodicidade semanal, com tiragem média de 1.000 exemplares, criado por iniciativa de dignitários eclesiais de Macapá. Sob a direção da Prelazia macapaense, Caetano Maielo e Jorge Basile, esse jornal surge predominantemente com a intenção de divulgar notícias da Igreja Católica em Macapá, porém, aos poucos, em sua linha editorial, apontam publicações sobre o cotidiano do Território Federal do Amapá.

A importância de *A voz Católica* é que nele poderiam ser publicadas notícias censuradas pelo órgão oficial do governo – jornal *Amapá*. Como um exemplo dessas polêmicas notícias, tem-se a denúncia feita por Maielo sobre a falta de gasolina em Macapá, os altos preços dos produtos básicos, que atingiam diretamente a população mais carente. Essas informações divulgadas pelo jornal iam de encontro às maravilhas noticiadas pelo governo.

Para reforçar o incômodo causado pelos religiosos, faz-se importante acrescentar a informação que Tanto Maiello quanto o padre Basile estavam à frente, também, de uma emissora de rádio: a “Rádio Educadora São José”. Nessa emissora, ambos apresentavam um programa de crônicas, geralmente com duração muito curta, e se resumiam à leitura de um

único texto. As crônicas eram lidas em programas como “Fatos, Boatos & Vice-Versa”, “Ponto-de-Vista” e “Café da Manhã”. Os textos traziam um tom irônico e intencionalmente contra o governo do Território. Essas e outras crônicas estampavam as páginas de *A voz Católica* com o mesmo teor, como as estampadas logo na primeira página do jornal, em chamada intitulada “Croniqueta de Macapá”. Como o próprio nome sugere, são crônicas curtas com temas variados, uma delas, por exemplo, informa que:

Subiu o preço do gás. Está custando agora, 4 mil cruzeiros um bujão, 4 “cabrais” inteirinhos. Felizmente, felizmente, A VOZ não tem nenhum motivo que a impeça de manifestar-se a respeito do absurdo aumento. Em Belém, subiu, também, mas a majorão, lá não ultrapassou os 2.600 “malandrecos” (BASILE, 1964, [n. p.]).

A postura de jornal de oposição materializa-se na enfática repetição: “Felizmente, felizmente”, continuando ao afirmar que “A VOZ não tem nenhum motivo que a impeça de manifestar-se” e no uso de letras garrafais “A VOZ”, que hipersignificam o vozear, a fala de quem tem o poder de revelação, não no sentido místico, apesar do trocadilho com a concepção relacionada à religiosidade. Pelo contrário, o jornal retrata os fatos que eram fantasiados e escamoteados pela imprensa oficial e que no texto d’ A VOZ é marcado pelo tom que baliza esse impresso: a ironia, figura de linguagem aqui assinalada pelo adjetivo “malandrecos”, que finaliza intencionalmente a crônica, deixando que o leitor entenda o sentido pretendido.

Ainda, vale ressaltar que a postura de oposição do jornal é reforçada até no momento em que Jorge Basile, mantendo o tom irônico, propõe uma crônica para compartilhar sua experiência de jornalista e para aconselhar os que escrevem nos jornais, e também para os donos de rádio e jornal impresso.

Este cronista, após 23 anos na difícil profissão de jornalista, se julga hoje com o direito de aconselhar os colegas mais jovens (e até mesmo alguns menos jovens) que escrevem para o público amapaense.

As experiências, os desencantos e as lutas que demarcam a vida dêste modesto proletário lhe autorizam declarar aos colegas que a profissão é dura, difícil de ser compreendida e, sobretudo, para ser exercida por aqueles que, forçosamente, tenham que ignorar o medo, mesmo nas circunstâncias mais graves.

Um jornalista não pode temer os poderosos. Emane o poder do mundo, emane do poder do dinheiro, emane o poder de uma classe, o jornalista deve nivelar qualquer força aos interesses do povo, em defesa da comunidade a que serve. Nenhum motivo é válido para se sobrepôr aos interesses da sociedade, que o jornalista tem a obrigação de defender, com a única arma que dispõe, que é a palavra.

Isso torna difícil a missão de escrever. Quem escreve, com o objetivo de defender a sociedades a que pertence, tem forçosamente que criticar atos, apontar deslizes, sugerir providências, exigir o cumprimento das leis, pedir a

correção de êrros e atitudes. Não importa a posição dos responsáveis no quadro da comunidade ou sua área de influência.

Fere os que estão no alto ou se julgam no alto. [...]A verdade é que pela fôrça da palavra livre ou pelo pêso de pensamento represado têm ruído impérios de todos os matizes políticos, econômicos, ideológicos, etc.

Quando um homem de jornal recua, o homem de rádio bate em retirada, acontece a inversão de valores, se sobrepõem às causas da sociedade as limitações personalistas do indivíduo. [...]

Por isto, aqui fica o conselho: aquêle que não tiver porte vertical para carregar o pêso da profissão de jornalista, antes de morder o pó da vergonha, deve procurar outra atividade mais amena. O conselho se estende aos donos de rádio e de jornal. É gratuito e dado de coração (BASILE, 1964, [n. p.]).

As dificuldades elencadas por Jorge Basile deixam claro o quanto é árdua a condição de oposição, ao ratificar, em vários momentos do texto, indireta ou diretamente, que “um jornalista não pode temer os poderosos”, e aquele que não der conta do peso de ser jornalista “deve procurar outra atividade mais amena”. Imprescindível lembrar que esse dever de denunciar, que ganha considerável força nos anos da década de 1970, é uma característica da função assumida pela Igreja Católica, não somente em Macapá, mas no contexto histórico brasileiro.

Em meio a manifestações promovidas pela classe média urbana e as dos trabalhadores, a Igreja católica tem, conforme Cosson (2007), papel essencial uma vez que ela esteve presente na constituição de clubes de mães e das associações de bairros, foi responsável por criar seus próprios aparelhos de mobilização popular, como as “Comunidades Eclesiais de Base e a Pastoral da Terra”. Tais movimentos fizeram com que a Igreja tomasse as dores dos inermes e dos explorados tornando evidente o caráter ditatorial do regime militar. E assim seguiu “A VOZ”, entre notícias gerais e as que se endereçavam ao governo do Território e aos subordinados a ele. Resistindo às perseguições da ditadura militar, existiu até 1974, quando desapareceu. Segue imagem ilustrativa do jornal.

Figura 11 – Página do jornal A VOZ CATÓLICA



Fonte: Biblioteca da Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA (2021).

Também em 1962, de periodicidade semanal e com tiragem de 500 exemplares e linha editorial particular, houve a circulação do jornal *Opinião*, do ex-governador do Território Federal do Amapá, Pauxy Gentil Nunes²⁷. Há pouca informação sobre esse jornal; no entanto, vale ressaltar que mesmo tendo seu período de circulação efêmero- menos de um ano- foi um impresso que se caracterizou por ser crítico, constituído por crônicas escritas pelo próprio Pauxy, e por contar com redatores ilustres como Alcy Araújo, Agostinho Santos, Antônio Munhoz, Ezequias Assis, entre outros tantos que ajudaram a construir o Amapá em verso e prosa.

Em março de 1959, sai o primeiro número de um jornal criado por um membro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), *O combatente*. Conforme Lobato (2019, p 314), a “imprensa petebista teve um papel fundamental na consolidação da agenda comum dos grupos de oposição ao janarismo”, uma vez que essa imprensa possibilitava aos trabalhadores criar um debate ampliado em torno de problemas cotidianos. Já em sua primeira tiragem, esse jornal trazia como matéria de capa: *Clima de insegurança no Amapá*. O texto da matéria em questão denunciava as perseguições que o governador Pauxy Nunes vinha realizando contra a oposição –o que segundo o artigo, incluía demissões, incriminações e prisões – deixando bem claro a

²⁷ Nasceu na cidade de Breves, no Estado do Pará. Chegou ao Amapá a convite do Governador Janary Gentil Nunes, seu irmão, no ano de 1945, para organizar a parte de esportes do Território. Pauxy Gentil Nunes foi governador territorial por três anos (1958-1961). (Fonte: Personagens Ilustres do Amapá. Dep. De Imprensa Oficial, agosto de 1997).

quem iria combater. Pauxy Nunes dava ensejo a inúmeras críticas. Sobre esse polêmico jornal importa registrar que:

A criação *d'O combatente* foi uma estratégia para oxigenar o debate acerca dos problemas existentes no Amapá e para sustentar o clima da oposição. Um dos temas que mais ganharam destaque no jornal *O Combatente* foi o movimento sindical. No primeiro número deste periódico, vemos a seção Coluna sindicalista, com artigo de Altino Naseaseno dos Santos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativistas e membro do PTB [...]
O Combatente ocupou-se de várias questões que perturbavam tanto os petebistas quanto os sindicalistas, como a insegurança alimentar – algo vivido de forma mais dramática pela classe trabalhadora (LOBATO, 2019, p. 318).

Mesmo tratando de temas muito pertinentes e tendo papel importantíssimo como oposição, esse periódico teve breve existência, apenas quatro números, pois seus redatores “perderam a mão”. Lobato (2019, p. 319) registra que “alguns redatores passaram a publicar artigos que comentavam aspectos escandalosos da vida pessoal de membros da situação” e esses comentários deselegantes achacaram a vários petebistas, os quais decidiram fechar o jornal.

Porém, zelosos em relação à ruptura do seu grupo político provocada pelos artigos maliciosos de *O Combatente*, os petebistas criam um aparelho de imprensa próprio, com a finalidade de melhor controlar a divulgação de suas próprias ideias. Então, no dia “3 de junho de 1959, fundaram a Empresa Gráfica Amapaense S.A.” (LOBATO, 2019, p. 319), produzindo o novo jornal da oposição: *Folha do Povo*. A diretoria ficava sob a responsabilidade de Alfredo Távora Gonçalves, primeiro editor; Amaury Guimarães Farias, diretor comercial. A linha editorial desse impresso era particular e, segundo Edgar Rodrigues²⁸, dentre os assuntos que fazem parte do referido jornal, estavam o antes e o após Golpe Militar.

Mantendo a linha de oposição, o jornal *Folha do Povo* publicava temas recorrentes como a fome, que “apareceu em muitos dos 221 números deste semanário que foram publicados entre 1959 e 1964”. (LOBATO, 2019, p.230-31). Assim, a Comissão de Abastecimento e Preços (COAP) torna-se alvo das críticas ao longo desses anos. A respeito dessas críticas é pertinente registrar que:

A questão da insegurança alimentar era abordada à luz de dois problemas: a distância física e a distância social dos alimentos. A primeira distância dizia respeito às dificuldades enfrentadas para abastecer Macapá com os gêneros necessários à sobrevivência da população. A segunda chamava a atenção do leitor para os efeitos da cestia. Os preços altos faziam com que os gêneros fisicamente próximos se tornassem socialmente distantes do trabalhador com

²⁸ Edgar Rodrigues – Amapá. Disponível em: <https://edgar-rodrigues.blogspot.com>. Acesso em: 10 ago. 2021.

baixa remuneração. Deste modo, enquanto as deficiências nos processos de abastecimento afetavam toda a sociedade macapaense, as altas dos preços atingiam crucialmente os empobrecidos (LOBATO, 2019, p. 321).

As dificuldades apontadas por Sidney Lobato reforçam não somente a crise vivida pela população, como também o fato de Macapá ainda depender do Estado do Pará em vários aspectos além dos alimentícios, como por exemplo: combustíveis. A realidade retratada pela *Folha* enfatizava a contramão de interesses existentes entre o governo e o povo. Para ilustrar tal descompasso, em matéria de maio de 1960, registrada por Lobato (2019), traz informações a respeito das benesses desfrutadas pelo governador Pauxy Nunes em bons hotéis no Rio, Brasília e Belém, enquanto o povo de Macapá passava por severas necessidades.

Outra matéria que merece destaque, por concretizar esse descompasso, é a publicada em 19 de maio de 1963, a qual declara “estar faltando tudo em Macapá”. De acordo com a reportagem: “numa terra como a nossa, onde não temos suprimentos de verdura, peixes, aves e ovos e animais de pequeno porte, a falta de carne é um atestado de óbito passado pelos responsáveis do abastecimento da cidade que, por sua vez, não podem fazer milagre na atual administração” (FOLHA DO POVO, 1963, s/p). Além de denunciar a escassez e o aumento de preços dos alimentos e de combustível, a *Folha do Povo* trazia como pauta comum a precariedade dos serviços urbanos nas áreas periféricas de Macapá. Eram denúncias a respeito de pontes caindo nas áreas de ressaca, excesso de lixo, água de péssima qualidade chegando às torneiras, enfim, um cenário de total abandono.

Importa lembrar que todo o processo de modernização da capital Macapá ocorreu com a transposição das famílias do centro para lugares mais apartados, criando duas realidades bastantes dispare. Reforçar a existências dessas duas realidades não significa singularizá-las, não significa que seja uma ocorrência única. Pois sabe-se que esses problemas e as relações dicotômica entre povo e governante, periferia e centro, foram e são, ainda, comuns em outras cidades independentemente da região do País. Porém, a ênfase dá-se com a intenção de lembrar que os jornais oficiais, *Amapá* e depois o *Nôvo Amapá*, retratavam, por motivos óbvios, uma realidade que era feita por poucos e para poucos.

Outro acontecimento que agitou a cidade e que esse jornal registrou, foi o *Movimento Popular Pró-Estado do Amapá (MPPEA)*, criado em 1963, e que durou até meados de 1964, “quando o regime militar foi implantado no país, e o governo territorial neutralizou as manifestações autonomistas, alegando que ainda era uma decisão imatura a criação do Estado” (LEAL, 2017, p. 303). O slogan do MPPEA era “Não estamos contra ninguém. Estamos a favor do Estado do Amapá”, e assim mobilizava a classe política, a Igreja Católica, a elite local, os

estudantes. Para além desses grupos, o jornal *Folha do Povo* fomentava a opinião pública, que passou a se manifestar a favor desse “Movimento”. E sobre o burburinho provocado pelo desejo do Amapá Estado o *Folha* registrou:

Assunto frequente de conversa e discussão em qualquer roda. Nas festas, nos encontros informais, nas casas dos amigos, nos bares, nas ruas. Uns contra, muitos a favor e uns poucos na expectativa. Vai assim se formando o clima desejado e necessário para o debate democrático e elevado. E não são apenas os que aqui vivem. Também o de fora que transitoriamente visitam o Território, por este ou aquele motivo (FOLHA DO POVO, 1963).

E dessa maneira a cidade vai construindo sua história, entre o ideal e a realidade, entre a propaganda e a denúncia. Assim, nessa ânsia de denúncias a respeito das ações do governo, os anos a partir da década de 1970²⁹ marcam a intensificação de jornais com tendência político-partidária e, na maioria, de linha editorial particular. Assim, em 29 de agosto de 1973, o *Jornal do Povo* é considerado o primeiro diário do Amapá, pois mesmo tendo atuado primeiramente como impresso semanal, em 1974, saem exemplares diários, com exceção dos domingos. Esse jornal teve como fundador e primeiro editor Haroldo Franco.

Esse tabloide surpreendeu por ter a cor verde, simbolizando a esperança e, com o nome sugestivo de *Jornal do Povo*, Haroldo Franco propõe uma linha editorial polêmica, por ser crítica. O referido jornalista teve a ousadia de desafiar Ivanhoé Martins, um dos governadores do Território Federal do Amapá, ao questionar atitudes do general e de seus atos de governo, “pois a pena de Haroldo Franco questionou, criticou, apontou erros e deu sugestões à forma militar com que a autoridade máxima do Executivo gerenciava os destinos desta insulada região”. (Diário do Amapá, 2001, s/p)³⁰.

A matéria do *Diário do Amapá* segue informando que esta atitude desafiadora de Haroldo Franco lhe rendeu o respeito de Ivanhoé e de outros governadores que o sucederam. Por isso, artigos e matérias sobre a História do Amapá, bem como comentários esportivos valeram uma carta elogiosa de Janary Nunes parabenizando a todos pela iniciativa. “Era a época de construção e posterior inauguração da Usina Hidrelétrica *Coracy Nunes* (1976), sem dúvida um marco inicial para o processo de desenvolvimento econômico do Amapá”. (DIÁRIO DO AMAPÁ, 2001, p. 5). Dentre as principais notícias que publicou, estão: a inauguração da TV Amapá - canal 6, filiada à Rede Amazônica de Televisão, a primeira emissora de TV a se instalar no Amapá, com programação direta da Rede Globo (JP 25 de janeiro de 1975); a criação

²⁹ As informações sobre os jornais a partir de 1970 foram conseguidas em várias conversas com o escritor Paulo Tarso Barros e no Blog do jornalista Edgar Rodrigues- Amapá, no site <https://edgar-rodrigues.blogspot.com>.

³⁰ Informações encontradas na Matéria em homenagem ao jornalista, publicada na Coluna *Nota 10*, jornal *Diário do Amapá*, em 2001.

da Polícia Militar do Amapá (JP 11 de janeiro de 1977) e da Federação Espírita do Amapá (JP 15 de janeiro de 1977). Sobre o término de suas edições o que se sabe é que O *Jornal do Povo* teria sido substituído pelo jornal *Amapá Estado*.

Também no ano de 1973, circulou partir de 12 de outubro, o jornal *Fronteira*, de linha editorial particular, periodicidade semanal/quinzenal e tiragem média de quinhentos exemplares. Teve como fundador e primeiro diretor: Ezequias Assis. Não foram encontradas mais informações sobre esse jornal.

Em meio aos jornais de linha editorial particular, sob a direção do jornalista Paulo Oliveira, surge, em 31 de março de 1974, o *Jornal do Amapá*, um encarte de *A Província do Pará*. Tendo uma periodicidade semanal e uma tiragem média de 1.000 exemplares, foi uma iniciativa do Governo do Amapá. Em tamanho standard, circulou por onze anos, até 1985. Já em 1978, circulou o jornal *Marco Zero*³¹. No mesmo ano, em 28 de agosto, circulou o *Amapá Estado*, que teve como fundador e primeiro diretor Haroldo Franco³². Possuía uma periodicidade semanal e tiragem média de 1000 exemplares. Tinha uma linha editorial particular e se caracterizava por ser combativo, pois, como o próprio nome realça, foi um jornal em prol do “Amapá Estado”. Esse jornal deixa de circular com o falecimento de Haroldo Franco, em 1984.

Nos anos da década de 1980, destaca-se o *Jornal do Dia*, com primeira edição publicada em 4 de fevereiro de 1987, tratado de forma específica em capítulo mais adiante. Entretanto, já se antecipa que esse jornal é considerado o segundo diário do Amapá, com tiragem média de mil exemplares, idealizado pelo empresário Júlio Maria Pinto Pereira.

Evidentemente que após o *Jornal do Dia*, outros periódicos expressivos surgem na cena da imprensa macapaense. Porém, já não compõem o recorte temporal desta pesquisa, pois surgem a partir de 1990, por isso, serão apenas mencionados. São eles: *Folha do Amapá*, *Jornal da Cidade*, *Diário do Amapá* e *O Liberal Amapá*.

O que se pretende é demonstrar que o passeio pelos primeiros jornais impressos na região Amazônica e em especial os de Macapá, é uma reconstituição do alargamento da consistência que esses impressos ganham no Brasil a partir do império. Como se observa, contextualizar as origens da imprensa na Amazônia a partir de 1821 e sua tessitura por mais da

³¹ Aparece aqui somente para não deixar lacunar essa linha temporal sobre os impressos que compuseram a imprensa do Território Federal do Amapá, pois esse jornal é objeto desta tese e, por isso, será tratado de forma mais específica no terceiro capítulo.

³² O mesmo fundador de o *Jornal do Povo*.

metade das primeiras décadas do século XX, representa remontar a história da região e sua integração ao contexto histórico do Brasil.

Desta feita, os jornais podem ser considerados, ao mesmo tempo, testemunha e sujeito ativo na estruturação da história, pois não somente informam, como opinam. Por conseguinte, é significativo perceber enfaticamente os jornais como fonte de pesquisa uma vez que a imprensa periódica desde o seu início não se deu num vazio cultural, pelo contrário, há de se considerar o momento histórico com suas marcas. Nas palavras de Morel (2018, p. 25): “O periodismo pretendia, também, marcar e ordenar uma cena pública que passava por transformações nas relações de poder que diziam respeito a amplos setores da hierarquia da sociedade”, em extensões políticas e sociais.

3 ENTRELAÇAMENTOS ENTRE CRÔNICA E JORNAL IMPRESSO

A crônica não tem a voz grossa da política, nem a voz indolente do poeta, nem a voz doutoral do crítico; tem uma pequena voz serena, breve e clara, com que conta aos amigos tudo o que andou ouvindo, perguntando, esmiuçando.

A crônica é como estes rapazes que não têm morada sua e que vivem no quarto de seus amigos, que entram com um cheiro de primavera, alegre, folgazões, dançando, que nos abraçam, que nos empurram, que nos falam de tudo, que se apropriam do nosso papel, do nosso colarinho, da nossa navalha de barba, que nos maçam, que nos fatigam mesmo... e que, quando se vão embora, nos deixam saudade.

(Eça de Queiros in Distrito de Évora, 1867).

Isso é a crônica, “rapazes sem morada”, que se adaptam ao momento. A crônica, o folhetim e a reportagem são espécies discursivas híbridas, mistas, cabendo a um tempo, ao jornalismo, pelo olhar diário, à literatura, pelo tom ficcional que a acompanha. Tendo o cotidiano como pretexto, o cronista dá vazão aos seus sentimentos e, com absoluta licitude, pode entrar no domínio da ficção. As associações de ideias, conceitos, formas de perceber a vida misturam o real e o imaginário, como forma de realçar o primeiro tudo passa a ser possível. Tão possível para o cronista que até o nada, a falta de inspiração se torna crônica, como ocorre com no texto de Cordeiro Gomes em sua coluna COMENTANDO:

Não é a primeira vez que acontece isto com a gente. Ficar assim “boiando” sem assunto. Até o telefone que não pára de tocar em outros momentos, fica mudo em dias sem assunto. Nada anima nada para “curtir um papo”. O certo mesmo é a gente ficar olhando para o lado do bairro Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e deixar o pensamento escorrer livremente pelas saudades infantis, que não dá para escrever agora, ou ficar namorando o papel em branco e esperando. Esperando que aconteça qualquer coisa no céu ou na terra e anime a gente a continuar escrevendo.

Este é o momento cruciante da carreira de um cronista do cotidiano. Passam-se as horas e nada. Mesmo sem assunto, ele tem que encher aquela imensa lauda de papel, que quase em branco, parece desafiar a sua capacidade de pensar.

Mas da falta de assunto ele pode ganhar o dia, ou inventar coisas assim:

“O homem sentado fica olhando as nuvens passarem disciplinadamente. Pensava mil coisas. De vez em quando o seu pensamento era interrompido, pelo apito longo de uma locomotiva distante, como o grito de uma alma em desespero.

Nessas circunstâncias o cronista se apegava a tudo, ou fica simplesmente namorando o mar, o que é mais cômodo.

A maior parte, quase todos os dias do ano, ele capta um assunto bom e palpitante, que faz o repórter ganhar o dia mole, mole.

Hoje o COMENTANDO está assim. Numa “fossa” muito grande, com cara de besta e sem assunto: Há dentro do coração da gente uma porção de saudade infantis. A estrada-de-ferro do Amapá, fica muito longe da mesa do cronista,

para que ele ouça o apito da locomotiva que vem carregada de minérios. Escassa-se o cotidiano e a gente fica suicidando desejos na folha de papel em branco. Pensa-se mil coisas e não se escreve nada. Desse modo a gente fica de corpo inteiro sem assunto, esperando e procurando descobrir daqui da janela uma gaivota sem rumo perder-se no azul cheio, que demanda do outro lado do rio Amazonas.

De igual modo, não sei porque a gente escreve sempre isto. Não existe de igual modo, quando não há assunto. Portento, assunto pode ser o agora, matéria sem assunto, sem, contudo, a gente perder a sensação de estar com cara de besta (GOMES, 1972, [n. p.]).

E assim é a emoção, a percepção do cronista diante do agora, na presença da folha de papel que precisa ser preenchida “... a sensação de estar com cara de besta”. Nessa crônica de Cordeiro Gomes, o tom da conversa intimista entre amigos se faz presente do início ao fim. Tom impresso pela linguagem coloquial do “a gente”, do “cara de besta”. E assim segue, nessa relação íntima entre texto jornalístico e crônica. O fato é, para o primeiro, a constante, para o segundo, é o ponto de partida que dará vez para a adjetivação de caráter pessoal assumindo livremente sua subjetividade, sua opinião singular como o esperar e o procurar por “... uma gaivota sem rumo[...] no azul cheio”. Nesse uso particular das palavras e nas imagens que produz, o cronista apresenta um estado de poesia que pode ser entendido como um aspecto imaterial do texto, algo para além do explícito, algo apenas pressuposto e que é construído a partir do olhar para as suas “saudades de infância”. Considerando esses pontos, é importante advertir que o aspecto mais relevante neste momento é considerar que “a crônica é para nós hoje, na maioria dos casos, prosa poética, humor lírico, fantasia, etc., afastando-se do sentido de história, de documentário que lhes emprestaram os franceses” (MOISÉS, 2012, p. 624), como tratado mais adiante.

Outro ponto que mostra o quanto a tentativa de entender a relação da crônica como o jornalismo é tarefa árdua, está - na crônica de Cordeiro Gomes- na maneira como o escritor se auto denomina. Nessa simbiose confusa, tem-se um escritor que, ora se auto declara cronista “[...]carreira de um cronista do cotidiano[...]”, ora repórter “[...]e faz o repórter ganhar o dia mole, mole”. Desta feita, oportuno observar que tudo na crônica se entrelaça, desde o cotidiano factual e o que é criado, subjetivado, até os papéis assumidos simultaneamente pelo cronista-repórter. Estas interseções presentes nas reflexões do cronista-repórter se confirmam ao longo do texto num jogo entre a paisagem externa e interna, ou seja, a imagem do circunstancial construindo lembranças e lembranças construindo identidade, uma vez que o cronista se mostra em suas referências ao declarar que “Há dentro do coração da gente uma porção de saudade infantis. A estrada-de-ferro do Amapá, fica muito longe da mesa do cronista, para que ele ouça o apito da locomotiva[...]”, assim tem-se uma relação na qual a lembrança é “uma imagem

engajada em outras imagens” (HALBWACHS, 2006: p. 94). Nesse sentido, o lugar percebido com os olhos processa outros sentidos e sensações, o cronista através de lembranças se lança no mudo íntimo, profundo de seus sentimentos, pois “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento ...” (NORA, 1993, p. 13).

Essas interposições de sujeitos, sentimentos, agudezas e perspectivas são partes fundantes da crônica, pois originalmente, a crônica era parte dos folhetins e das variedades, publicações dos rodapés dos jornais nos quais ficção, explanações, críticas e notícias distintas se acoplavam para compor um espaço “carnavalesco” nos periódicos do século XIX. Nos comentários de Cosson (2007, p. 95), esse espaço carnavalesco assim se caracteriza por ser um lugar de experimentação e invenções “lítero-jornalísticas” apropriado para o gênero crônica.

Assim, tudo é aceitável na crônica e isso a torna um gênero tão singular que é possível realizá-la sem, no entanto, efetivamente se tomar nesta finalidade. Isso paradoxalmente se configura no ato da escrita obrigatória e diária. A crônica de Cordeiro Gomes, por exemplo, retrata essa dificuldade do treinamento diário da escrita. Mesmo a crônica sendo considerada um gênero menor e, por isso, para alguns inocentes, fácil, pode-se apreender que a elaboração de um texto diário é trabalhoso e requer muita desenvoltura, reflexão, criatividade e presteza do cronista.

Adentrando mais especificamente pelo aspecto da historiografia da crônica, percebe-se que sua conceituação só reforça seu caráter híbrido, complexo do qual tentar extrair um único entendimento não é possível. Inicialmente, por exemplo, ao pensarmos em crônica, se é que pensamos, vem à mente o texto em prosa. A narrativa normalmente curta, de linguagem coloquial, objetiva, descrita até, como já mencionado, como um “bate-papo”. Vem à mente, a crônica publicada nos jornais, esportiva, política, a crônica documentário, a crônica relato, a crônica lírica. Às vezes vem, também, à mente uma narrativa bem distante de nós, mais histórica, como as “narrativas dos viajantes”... “A carta” de Pero Vaz de Caminha.

Trazer à memória a Carta³³ de Pero Vaz de Caminha, já deve ser visto como um indício de uma aproximação dos textos informativos com a literatura e, então, torna-se interessante aludir neste momento que a *Carta* não foi pensada como texto literário. Inclusive Roncari (2002, p. 27), afirma que para os lusitanos este texto não passa de relato, tendo apenas a importância de documento histórico e que, no primeiro nível de intenção do texto

³³ Essa discussão sobre a Carta é uma tentativa de mostrar o quanto a categorização do gênero crônica é difícil. A Carta, aqui dada como exemplo, sendo um gênero epistolar, foi tratada como uma crônica dos viajantes, ao mesmo tempo em que trazia traços lúdicos fortíssimos que a fizeram próxima da literatura. Por isso, acredito não ser inócuas tais ponderações.

informativo/relato, próprio das crônicas do período das grandes navegações, há o escopo da construção de uma memória do Brasil (RONCARI, 2002, p. 57).

Porém, mesmo não havendo por parte dos lusitanos um olhar literário sobre as crônicas dos viajantes, há na *Carta* um tom evocativo que aparece em alguns momentos no texto quando o cronista volta seu olhar para as terras e para os homens de maneira singular, ou seja, tentando captar esses elementos de maneira tal, que, a imagem criada pelas palavras, pudesse apresentar um tom poético (quem sabe), um colorido, um “poder evocativo”. Essa evocação que aparece em trechos da *Carta*, como um delírio, é justamente, afirma Luiz Roncari, o que dá à crônica de Caminha um caráter literário. Vários teóricos comentam que a *Carta* não é um registro frio, impessoal, de um olhar fiel à verdade observada, uma vez que *Caminha* vai além de sua função de escrivão de frota de Cabral. Um desses teóricos é Massaud Moisés e sobre as funções de Pero Vaz e a tessitura da *Carta*, comenta:

[...] O principal intuito, por conseguinte, resumia-se em ser fiel à verdade observada, para que o relato desse conta exata da gente e da terra descobertas. E tal imperativo, realizou-o cabalmente, a ponto de transformar a Carta numa espécie de diário de viagem, com toda a pormenorização que lhe é peculiar. Nada lhe escapa à retina aguçada no mister de informar e comentar, desde o modo como os indígenas se apresentaram ao Capitão da armada, até a descrição do solo. Fazia assim, obra simultânea de escrivão de bordo e de historiador. Percebe-se, contudo, que não se limitou a um reconto frio ou impessoal; ao contrário, certo frenesi percorre-lhe as palavras, como se o entusiasmo provocado pelas novidades contempladas lhe transformasse o estilo e, por isso mesmo, a maneira de ver o mundo. Dir-se-ia que o literato que nele existia, latente ou não, vem à tona, mercê de deslumbramento perante a visão edênica oferecida pela terra desconhecida. Daí a descrição, fluentemente literária, do gentio e uma narração de igual teor. [...] Semelha que o cronista não resiste à tentação de inocular no registro oficial sua agitação íntima em face do espetáculo insólito que presencia. E tal vibração acusa um ficcionista, ainda que primitivo e um tanto ingênuo (MOISÉS, 1997, p. 17).

Se a *Carta* nasceu ou não com intenção de ser um texto literário, não é o foco desta reflexão. É claro que pelo fato de a crônica ser considerada por alguns teóricos um texto híbrido, ou seja, estar entre o texto jornalístico/informativo/epistolográfico dificulta dissociá-la do que é de fato, ou seja, uma “carta”, uma “epístola”. *Carta* esta que continuamente foi retomada, de modo paródico, parafrásico ou satírico, pela literatura brasileira, o que confere ao texto de Caminha subir mais alguns “degraus” na escada do literário brasileiro e ao mesmo tempo em que se constrói como fonte de conhecimento e de constituição de memória.

Dentro desse panorama, para que se entenda um pouco melhor a relação proposta neste capítulo entre a crônica e o jornal impresso é importante buscar a acepção da palavra crônica, uma vez que seu significado revela vivamente as formas de tratar, analisar o texto a partir desse

gênero. Moisés (1990), por exemplo, registra que em Grego crônica significa krónos, tempo; em Latim annu (m), ano; ânua, anais. O referido teórico ressalta ainda que o vocábulo em questão teve o sentido modificado no passar dos séculos registrando que o termo foi

Empregado primeiramente no início da era cristã, designava uma lista ou relação de acontecimentos, arrumados conforme a sequência linear de tempo. Colocada, assim, entre os simples anais e a História propriamente dita, a crônica se limitava a registrar os eventos sem aprofundá-los as causas ou dar-lhes qualquer interpretação. Em tal acepção, a crônica atingiu o ápice na Idade média, ou seja, após o século XII. Nessa altura, porém, acercou-se francamente do pólo histórico, o que determinou uma distinção: as obras que narravam os acontecimentos com abundância de pormenores e algo de exegese, ou situavam-se numa perspectiva individual da História, recebiam o tradicional apelativo de “crônica” [...] Em contrapartida, as simples e impessoais notações de efemérides, ou “crônicas breves”, passaram a denominar-se “cronicões” (MOISÉS, 1990, p. 132).

O que se verifica é que por possuir estreita ligação com o tempo, a crônica funciona como um documento que estaria ligado ao relato cronológico, ainda mais quando se considera a crônica histórica que, conforme Melo (2002, p.140), ao assumir o caráter de relato, circunscreve feitos, cenários e personagens “a partir da observação do próprio narrador ou tomando fonte de referência as informações coligidas junto a protagonistas ou testemunhas oculares”. Essa relação entre crônica e relato vislumbra o fato de as crônicas serem criaturas delicadas, com sua própria lógica interna, que de certa forma as assemelham ora com um texto literário, ora com um relato documental. Reforçando a intenção de se entender a natureza da crônica, José Marques Melo registra que:

A crônica é um gênero do jornalismo contemporâneo, cujas raízes localizam-se na história e na literatura, constituindo suas primeiras expressões escritas. Os primeiros textos históricos são justamente as narrações de acontecimentos, feitas por ordem cronológica, desde Heródoto e César a Zurara e Caminha. A atividade dos “cronistas” vai estabelecer a fronteira entre a Logografia - registro de fatos, mesclados com lendas e mitos - e a história narrativa - descrição de ocorrências extraordinárias baseadas nos princípios da verificação e da fidelidade (MARQUES, 2002, p. 139).

Nessa linha da acepção histórica, de acordo com Arrigucci (1987, p. 52), a crônica podia instituir o testemunho de uma vida, o documento de toda uma época ou um meio de inscrever a História no texto e, o cronista era um competente artífice de vivências, transformador da matéria-prima do vivido em narração, mestre na arte de contar histórias. Essa definição de cronista se aproxima daquela expressa por Walter Benjamin em relação à figura do narrador que, através da experiência e da memória, intercambiava a experiência alheia por meio de suas narrativas. Assim,

A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos. Entre estes, existem dois grupos, que se interpenetram de múltiplas maneiras. A figura do narrador só se torna plenamente tangível se temos presentes esses dois grupos. Quem viaja tem muito que contar, diz o povo, e com isso imagina o narrador como alguém que vem de longe. Mas também escutamos com prazer o homem que ganhou honestamente sua vida sem sair do seu país e que conhece suas histórias e tradições. Se quisermos concretizar esses dois grupos através dos seus representantes arcaicos, podemos dizer que um é exemplificado pelo camponês sedentário, e outro pelo marinheiro comerciante (BENJAMIN, 1994, p. 198).

Seja qual for o tratamento dado ao texto, com abundância de por menores, ou mais simples e impessoais, Moisés (1990, p.132) aponta para o fato de a crônica estar relacionada com os fatos e que é a partir do Renascimento, que “o termo ‘crônica’ começou a ser substituído por ‘História’”. É pertinente mencionar que as relações de significado continuam e, no século XIX, em sua significação moderna o vocábulo vai estabelecer estreita relação não somente com a literatura, bem como com os jornais impressos. Sobre esse estreitamento importa registrar que:

[...] liberto da sua conotação historicista, o termo passou a revestir estreito sentido literário. Beneficiando-se da ampla difusão da imprensa, nessa época a crônica adere ao jornal, como a sugerir, no registro do dia a dia, a remota significação ante-histórica do anuário. É em 1799 que ocorre o seu aparecimento, mercê dos *feuilletons* dados à estampa por *Julien-Louis Geoffroy* no *Journal de Débats*, que se publicava em Paris (MOISÉS, 2012, p. 624).

Mas o que era esse *feuilleton*? É em língua portuguesa o folhetim que, no século XIX, no Brasil, era um espaço livre no rodapé dos jornais, como já aludido, destinado a divertir o leitor e a dar-lhe uma pausa de descanso em meio ao dilúvio de informação de teor grave e densas que tomavam as páginas dos periódicos. Há de se distinguir que ainda no século XIX, haviam duas espécies de folhetins. De acordo com Bender e Laurito (1993, pp 15-16), eram eles o folhetim-romance, onde eram publicados textos de ficção, principalmente, os romances em capítulos, entre eles *O guarani*, de José de Alencar, *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, *O Ateneu*, de Raul Pompeia e muitos outros. E os Folhetins-variedades, que deram origem ao gênero crônica tal como se concebe modernamente, ou seja, nos rodapés dos jornais além dos romances em capítulos, publicava-se “aquela matéria de variada dos fatos que registravam e comentavam a vida cotidiana da província, do país e até do mundo” (BENDER; LAURITO, 1993, p. 16).

Nessa relação entre a crônica e os jornais, é que a crônica de intercessão literária se aclimata em terras brasileiras tendo como adeptos desse gênero escritores como o já mencionado José de Alencar, bem como Machado de Assis, Aluísio Azevedo, Raul Pompeia, Olavo Bilac e outros mais. Cabe enfatizar que considerado como o mais hábil cronista de uma época, na qual a crônica não mais configurava um relato histórico, Machado de Assis foi o responsável pela autonomia do gênero no Brasil. Em suas crônicas, podia ser notada a forte presença da metalinguagem e do humor. Sobre o estilo machadiano, Davi Arrigucci aponta que:

Machado se afina pelo tom [...] da crônica brasileira, voltada para as miudezas do cotidiano, onde acha a graça espontânea do povo, as fraturas expostas da vida social, a finura dos perfis psicológicos, o quadro de costumes, o ridículo de cada dia e até a poesia mais alta que ela chega alcançar [...] (ARRIGUCCI, 1987, p. 59).

Sobre esse tom assumido pela crônica no Brasil, Moisés (2012), afirma que o caráter original da crônica brasileira está relacionado ao fato de seu tom, aqui, ser o da prosa poética, do humor lírico, de fantasia afastando-se significativamente do sentido de história, de documentário que lhe conferiram os franceses. Assim, sofrendo as necessárias transformações a crônica ganha cidadania brasileira, ou mais especificamente, carioca, pelo fato de os mais renomados cronistas estarem vinculados ao Rio de Janeiro. Sobre esse ponto, vale destacar que:

É certo que tem havido cronistas, e de mérito, nos vários estados da federação em que a atividade jornalística manifestou vibração, algo mais do que notícia – mas também é verdade que, pelo volume, constância e qualidade de seus cultores, a crônica parece um produto genuinamente carioca. E tal naturalização não se processou sem profunda metamorfose, que explica o entusiasmo com que alguns estudiosos defendem a cidadania brasileira da crônica [...] (MOISÉS, 2012, p. 624).

É pertinente salientar e, mais uma vez enfatizar, que a relação dos impressos brasileiros com a literatura se deu tanto em revistas quanto em jornais, principalmente na segunda metade do século XIX, quando ao lado do folhetim, a crônica e o conto ocupavam as páginas da imprensa periódica. Esses gêneros, de acordo com Martins (2018, p. 69), “permitiram ao literato brasileiro colocar-se em letra impressa” conjugando nuances que vão do lirismo ao engajamento político. Portanto, é a partir dos folhetinistas do século XIX, é que uma das maiores dificuldades do gênero parece residir na essência dúplice de jornalismo e literatura.

A lista de escritores que também foram jornalistas, de acordo com Cosson (2007, p. 95), “compreende não apenas grande parte do cânone brasileiro, mas também de outras literaturas”, os exemplos dessa relação e contribuições entre os dois discursos que se entremeiam e se

permeiam e acolhem o jornalismo como uma espécie de exercício inicial para o pretendente a escritor e por isso,

Os mais apressados ou que encontram no jornalismo uma identidade mais profunda do que teriam com a literatura, o trânsito de um discurso a outro não é um caminho a ser percorrido. Ao contrário, a solução para a aproximação desejada ou verificada entre jornalismo e literatura pode passar pelo empobrecimento do jornalismo como um gênero literário especial, pelo jornalismo como uma prática que feita com arte pode ser levada à condição de literária ou, de maneira mais simples, pela fórmula do jornalismo como “literatura sob pressão”[...] Mesmo sendo improvável que se tenha uma última palavra nessas questões, a aproximação entre os dois discursos tem, pelo menos, uma evidência em que todos parecem concordar: a crônica é o gênero privilegiado pelo qual a literatura se mistura ou convive com o jornalismo no Brasil (COSSON, 2007, p. 95).

O tão mencionado hibridismo da crônica se conjuga à estrutura caleidoscópica do jornal, pois a crônica possui um estatuto ambíguo que se aproxima da opinião, da notícia e da narrativa ficcional. Esse gênero ficcional se comprimi entre a aspereza do referencial e a livre escolha formal, a fidelidade ao contexto está sempre advertida pela liberdade inventiva. O cronista desfolha a vida, inventa incidentes, traz para as páginas do jornal um fazer literário que cria um outro real, refugia sentimentos e fatos forjados pela memória. Quanto ao jornalismo, Pessoa (1998, p. 283) comenta que o jornalismo é literatura, porém é uma literatura que se dirige ao homem imediato e ao dia que passa, assim tem a força da objetividade das “artes inferiores”, é uma literalidade que se adapta a seus fins, de existência efêmera, quando muito sobrevive a uma breve época ou geração. Seja como for, o fato é que escritores e jornalistas participam do mesmo universo: o da narração.

Nesse universo de possibilidades, as crônicas trazem a capacidade de mudar de assunto a cada linha, sendo assim mais convenientes para o registro de momentos históricos mais acelerados que podem parecer efêmeros e por isso se perderiam facilmente com o passar do tempo. De acordo com Moisés (2012, p. 627), “a crônica está sempre à beira de se tornar anacrônica, exceto para aqueles que sabem decantar o que fica daquilo que passa”. Acirando a ideia de decantar o texto no tempo, cabe à crônica exercer múltiplas funções, pois:

[...] ocupando o lugar do artigo de fundo, fazendo as vezes do que hoje se denomina editorial ou lançada no interior da revista, em seção exclusiva. Aproximava-se do artigo, sobretudo na característica comum de voltar-se para as ocorrências contemporâneas, no seu suceder imediato. Marcada pela reflexão despreziosa, redundou na forma ideal do trato literário e eventos cotidianos, driblando seu caráter efêmero (MARTINS, 2018, p. 70).

Ainda considerando as múltiplas funções da crônica, assevera Machado (2005, p. 159). “o gênero, na teoria do dialogismo³⁴, está inserido na cultura, em relação à qual se manifesta como, ‘memória criativa’ onde estão depositadas não só as grandes conquistas das civilizações, como também as descobertas significativas sobre os homens e suas ações no tempo e no espaço”. A crônica, nessa acepção, pode ser considerada como um gênero privilegiado, pois permite o entendimento da relação entre a história da sociedade e a história da linguagem.

Pelos elementos comentados até aqui, é que se pode entender que a crônica constrói o seu lugar como gênero híbrido, mestiço ao reunir a força política do jornalismo com a força poética da ficção. A crônica demanda que se aceite a fronteira não como limite de superação, mas sim como território de trânsito, espaço de contato, lugar de negociação de identidade e assim um modo legítimo de atribuir sentido e organizar os fatos em narrativas que interpretam e traduzem o mundo. E por isso as crônicas são um registro da cultura; são fonte do folclore, mitos, de heróis. São uma janela pelo tempo, descrições de hábitos, inquietações e comportamentos que por todas essas facetas, às vezes, dentro de uma comunidade, se mostram atemporais e é isso que se pretende demonstrar nas análises realizadas nesta pesquisa.

Ratificando que as crônicas dos jornais macapaenses dialogam com outras narrativas, outros gêneros textuais nesta tese, como mecanismo de validação dos temas e do contexto social no qual estão inseridas.

3.1 Os jornais e o registro do cotidiano em transformação

A imprensa diária brasileira mostra profundas contradições ao longo de sua história. Os jornais tiveram uma extraordinária influência na definição da estrutura política do país e na formação da sociedade. Desempenharam um papel preponderante nas principais mudanças da ordem jurídica: na proclamação da Independência; na abdicação de d. Pedro I e sucessão pelo seu filho, d. Pedro II; na abolição de escravidão e queda da monarquia; no desabamento da Estrutura da República Velha e na Revolução de 1930; na queda de Getúlio Vargas em 1945 e em seu suicídio em 1954; no golpe de 1964. Mas se sua influência é indiscutível, chega a surpreender o escasso interesse de grande parte da população brasileira, ao longo da história, pela leitura de jornais. Sua circulação tem sido extremamente baixa quando comparada não apenas com os diários dos países desenvolvidos, mas à de vários países latino-americanos. Em duzentos anos de imprensa diária feita, quase toda ele, para uma elite instruída, com pouco apelo e baixa penetração entre as classes sociais mais baixas (MOLINA, 2015, p. 343).

³⁴ Conceito que se refere às relações que todo enunciado mantém com enunciados produzidos anteriormente, bem como os enunciados futuros que poderão os destinatários produzirem (CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**, 2004).

Inegável a presença dos jornais impressos não somente como mero artefato de registro, mas como instrumento importante na construção da história ao formar opinião, “na definição da estrutura política do país e na formação da sociedade”. Também vale ressaltar que além de ser uma imprensa feita para uma elite ele é uma imprensa feita por uma elite e é considerando esse prisma que este capítulo tratará mais especificamente dos jornais “O Novo Amapá”, “Marco Zero” e “Jornal do Dia”, que juntos formam o *corpus* desta pesquisa e análise, compreendendo os passos de leitura e tabulação das crônicas que versam sobre conteúdos relacionados, de alguma forma, ao que constrói o cotidiano de Macapá. Considerando que a abordagem que norteia esta pesquisa é a de compreender as crônicas publicadas em jornais de Macapá, como expressão da sociedade, dos grupos que a compõem, de seus valores, aspirações e reflexões. Temos como eixo norteador, lançar um olhar especial sobre a crônica, compreendendo-a não somente como um dos documentos de uma época, mas considerando-a, sobretudo, como um artefato da criação de quem a produz.

Para que se entenda um pouco mais a respeito dos jornais como documento de pesquisa e sobre a relação entre jornalismo em sua expressão político e cultural, faz-se necessário tratar a crônica de forma mais específica uma vez que esse gênero mantém, desde sua origem, estreita e confusa conexão com a informação e, por consequência, com os jornais, em função do tom ficcional que a caracteriza. Nessa perspectiva, há de se considerar a crônica e sua função de registrar, de quase relatar o ocorrido em um intervalo de tempo, de servir de memória do que já passou, marcando textos produzidos ao longo da história e, considerando o amplo espectro da história é que neste momento, interessa observar como esse registro aconteceu no Território Federal do Amapá, especificamente, em Macapá.

Em sendo assim, o cotidiano em questão é o que trata da administração do TFA após a saída oficial de Janary Gentil Nunes do governo, em 1956, em decorrência de sua nomeação para presidência da Petrobras. A respeito desse fato o jornal *Amapá* anunciou que:

em substituição ao Tenente-Coronel Janary Gentil Nunes, que vem de investido no elevado cargo de presidente da Petrobrás, o Excelentíssimo senhor Presidente da República, dr. Juscelino Kubitscheck, em ato baixado no dia 2 do corrente, nomeou para desempenhar as funções de Governador do Território o dr. Amílcar da Silva Pereira, que a mais de um ano, vinha servindo como secretário-geral (AMAPÁ, 1956, [n. p.]).

O governo de *Amílcar Pereira* foi de 1956 até 1958, quando deixou o cargo para disputar eleições parlamentares deste mesmo ano, decorrente da trágica morte, em acidente aéreo, do

deputado *Coary Nunes*³⁵ e de seu suplente Hildemarmaia, em 19 de janeiro do mesmo ano, na região do Macacoari. A administração de *Amílcar Pereira* foi marcada pela criação da Companhia de Eletricidade do Amapá³⁶ (CEA), em 22 de dezembro de 1956, e nessa mesma data, “foi criado o município de Calçoene, por Juscelino Kubitschek, que esteve novamente no Território em 7 de janeiro de 1957, participando das solenidades de inauguração das instalações do projeto ICOMI³⁷” (SANTOS, 2001, p. 70).

Amílcar Pereira foi substituído por *Pauxy Gentil Nunes*, irmão de Janary e Coary Nunes. *Pauxy*, de acordo com Lobato (2019, p. 308) havia sido representante do governo na capital do Brasil, o Rio de Janeiro, e secretário-geral de *Amílcar Pereira*. O novo governador deu continuidade às iniciativas do irmão falecido, *Coaracy*, que favoreceram à formação criação de vários sindicatos no *Amapá*, foram eles: “dos marítimos, dos estivadores, dos operários das indústrias e alimentos e dos trabalhadores da construção civil” (LOBATO, 2019, p. 308). Aos sindicatos e outros setores, *Pauxy Nunes* faz deferências no texto em que analisa o segundo ano de sua administração, e retrata também as dificuldades por ele superadas e a projeção do Amapá no cenário tanto regional quanto nacional. Seguem trechos da referida matéria intitulada “Mensagem Ao Povo do Amapá”.

Povo amapaense:

Chegamos ao fim de mais um exercício, de mais uma etapa de trabalho. Foi mais um ano de lutas árduas, em que o Govêrno e a sua equipe administrativa, enfrentando dificuldades, transpondo obstáculos, conseguiram realizar um programa que pode ser considerado, dentro da exiguidade dos recursos que dispusemos, da carência das verbas, de grande amplitude e que proporcionaram maiores índices de progresso para a região, estabelecendo novos níveis de vida para o povo.

Ao encerrar-se o ano de 1959, sentimos que os que tem o duro encaro de gerir a coisa pública no Amapá souberam cumprir com o seu dever. Nenhum programa estabelecido sofreu solução de continuidade, graças ao acêrto dos estudos feitos em conjunto pela equipe. Todos os planos elaborados e debatidos exaustivamente foram cumpridos na medida das possibilidades dos recursos concedidos à Administração Territorial.

³⁵ Irmão de Janary Nunes, Coary Gentil Monteiro Nunes foi eleito em janeiro de 1947, para representar o TFA na Câmara Federal. Era bacharel em ciências econômicas e foi reeleito em 1950 e 1954. No ano de 1958, deveria disputar o quarto mandato nas eleições de 3 de outubro. No dia 20 de janeiro, faleceu em acidente aéreo na localidade do Carmo do Macacoari. (Fonte: jornal Diário do Amapá, 22/1/2005)

³⁶ Criada com a finalidade de gerenciar o setor elétrico do Território Federal do Amapá, a partir da construção da usina hidrelétrica do Rio Araguari, a CEA, de capital misto, tinha o governo como o principal acionista, iniciou suas atividades na década de 1950, fomentada por recursos orçamentários do Território e arrecadação decorrente do fornecimento de energia elétrica à população. (Fonte: jornal Diário do Amapá, 13/11/2001)

³⁷ Indústria e Comércio de Minérios S/A (ICOMI) responsável pela implantação dos monopólios sobre a mineralogia na Amazônia e é um marco na história da mineração no Amapá. Essa empresa de mineração pertencia ao Dr. Augusto Trajano de Antunes, empresário paulista, que em parceria com o norte americano Bethlehem Steel passam a explorar manganês em Serra do Navio, a partir de 1950. Todo o processo contava com o aval do Conselho de Segurança Nacional, do Conselho Nacional de Metalurgia e Mineração, da SUDAM, do Ministério do Interior, do Congresso Nacional e do Presidente da República. (MARCO ZERO, 1987, p. 3).

Todos os setores foram impulsionados, todas as atividades foram incrementadas. Os problemas existentes mereceram a atenção permanente do Governo, os que não foram resolvidos, se encontram equacionados ou em fase de solução.

[...]. Várias foram as metas alcançadas nestes doze meses de atividades, nos campos da agricultura, da saúde, da educação, da colonização, do urbanismo, da pecuária, dos transportes, da assistência social. São fatos à vista de todos, são resultados que não podem ser desmentidos.

Registramos por isso nosso profundo reconhecimento a todos o que prestaram a sua colaboração [...] permitindo que o grau de desenvolvimento a que atingimos e que nos faz figurar como a quarta unidade do país como produtora de divisas e como a que mais progride, relativamente, aos outros Estados e Territórios, se projetando no respeito e na admiração do povo brasileiro.

Portanto, aqui ficam as expressões do nosso melhor agradecimento à justiça desta terra, as autoridades militares, ao clero, aos representantes dos Institutos de previdência, aos estabelecimentos de crédito, aos sindicatos, aos trabalhadores, aos dedicados companheiros da administração, ao povo que sempre prestigiou com sua confiança e estima, enfim, a todos que de algum modo nos auxiliaram no cumprimento da missão que nos foi confiada pelo Presidente da República Brasileira. (NUNES, 1959, s/p)

Apesar do tom cordial, cortes do texto e de agradecer a todos pelo sucesso conquistado, *Pauxy Nunes* fez da intolerância política a marca de seu governo. Conhecido por perseguir adversários e por não aceitar que governistas influíssem na administração territorial levou, o agora deputado, *Amílcar Pereira* a fazer-lhe oposição. Intransigente, o governador dava ensejo para toda sorte de críticas, sua intolerância governamental, a aliança com sindicatos e o debate em torno de uma agenda popular são fatores que caracterizam este momento em Macapá. Consciente dos ataques que sofria, *Pauxy* clama na mesma matéria do jornal que:

No albôr do ano de 1960, quando forças poderosas procuram por todos os meios impedir que se processe democraticamente a evolução da Pátria, formulamos um veemente apêlo ao povo amapaense para que se conserve unido, certo de que o Governo está atento para que a ordem e a tranquilidade pública sejam mantidas e salvaguardados os direitos e as liberdades individuais.

Conclamamos também a todos os amapaenses a que continuem trabalhando, cada qual dentro do seu ramo de atividades, no mais alto cargo ou na mais modesta função, por isso que é do trabalho coletivo que há de surgir o futuro Estado do Amapá. (NUNES, [n. d.; n. p.]).

Mesmo com o ataque das “forças poderosas” *Pauxy Nunes* declara-se um democrata quando diz que essas mesmas forças tentam impedir que “se processe democraticamente a evolução da pátria” e mais adiante ao tranquilizar o povo amapaense assegurando que “o Governo está atendo para que a ordem e a tranquilidade pública sejam mantidas” e finaliza, estrategicamente, enfatizando a importância dessa união e do trabalho como mecanismos de se alcançar aquilo que é o sonho dos amapaenses; o Amapá Estado.

Apesar de todo esse empenho, chegado o ano de 1960, a vitória do Candidato da União Democrática Nacional (UDN), *Jânio Quadros*, nas eleições presidenciais, *Pauxy Nunes* é substituído pelo pernambucano e petebista *José Francisco de Moura Cavalcanti*, que traz para compor sua administração um número significativo de conterrâneos. De acordo com Santos (2001) o governo de *Moura Cavalcanti* durou de 17 de março a 23 de setembro de 1961, deixando o cargo acusado de irregularidades pelos partidários da família *Nunes*.

O breve governo de *Moura Cavalcanti*, além das acusações de irregularidades, está relacionado com a renúncia de *Jânio Quadros*, em 25 de agosto de 1961, e enquanto o vice *João Goulart* não assumia a Presidência do Brasil, o governo do TFA passou a ser interinamente exercido pelo médico *Mário Medeiros Barbosa*. A posse conturbada de *João Goulart* já profetizava um difícil exercício da presidência e nesse processo tempestuoso, o deputado *Amílcar Pereira*, agora goulardista, consegue em 21 de outubro de 1961, a nomeação do médico, *Raul Montero Valdez*, como governador do Território Federal do Amapá. *Raul Valdez* conhecia a administração do TFA, pois chegou a compor seu quadro administrativo como secretário-geral, no período de 1944 a 1952, quando “transferiu-se para Belém, com a função de representar o governo amapaense, em organismos federais, com sede na Capital do Estado do Pará” (SANTOS, 2001, p. 72).

A respeito da parceria entre o deputado *Amílcar Pereira* e o governador *Montero Valdez* ressalta-se a tentativa de acabar com as influências janarista na administração territorial, com o objetivo de realmente assumirem o domínio político. No entanto, em outubro de 1962, ocorreram novas eleições parlamentares e o ex-governador *Janary Nunes* elege-se deputado federal, vencendo *Amílcar Pereira*, que nesse pleito teve como suplente o ex-governador *Moura Cavalcanti*.

O cenário político nacional agora é 1964, tenso, e no TFA não é diferente, pois havia entre as forças de situação e oposição uma disputa sobre o direito do uso político da imagem do presidente *João Goulart*. A imprensa macapaense registra este momento em matérias publicadas, uma na imprensa oficial, o jornal *Amapá*, decorrente do aniversário do Presidente, em matéria intitulada “Presidente João Goulart”, em que dispõe as seguintes considerações:

Com larga visão administrativa e realmente identificado com os problemas nacionais, vem S. Excia, de maneira correta, dirigindo o nosso País, sendo, portanto, justa a manifestação de apreço e admiração que o insigne Presidente recebeu nesse dia, do povo brasileiro, especialmente dos habitantes desta faixa da Latitude Zero do Universo, dado o zelo e o carinho com que o ilustre aniversariante sempre olhou para os problemas relacionados com o progresso do Amapá, principalmente no que tange a concretização do empreendimento

básico da economia do futuro Estado do Amapá, que será a hidrelétrica “Coracy Nunes”.

Líder trabalhista dos mais conceituados, o Presidente João Goulart vem assegurando um clima de paz e tranquilidade ao povo brasileiro, que no dia de sua data genelíaca, prestou-lhe as mais significativas homenagens às quais se associaram Governo e povo amapaense (AMAPÁ, 4 de março de 1964, [n. p.]).

E, em matéria no jornal *Folha do Povo*, no artigo assinado pelo PTB há uma crítica ao grupo liderado pelo deputado Janary Nunes, por se utilizar da importância de João Goulart, como forma de manipular a política local, ao mesmo tempo em que se vislumbra uma provável candidatura de Goulart ao senado pelo Amapá.

O sr. Janary Nunes pretende lançar o nome do Presidente João Goulart, como candidato a senador pelo Amapá em 1966.

A ideia do sr. Janary seria a mais louvável possível, se não fora as intenções maquiavélicas que se esconde atrás desse véu de ingenuidade.

O presidente João Goulart tem seu partido, o PTB e não precisará do sr. Janary Nunes nem do PSP a quem está vinculado e deputado, para ser candidato a senador pelo Amapá (FOLHA DO POVO, 1964, [n. p.]).

Nesse contexto de extrema tensão política, o serviço público do TFA exige uma reorganização. Quando o presidente *João Goulart* é deposto, em 1964, o retrato da administração do Território Federal do Amapá é a representação do caos em decorrência da incompetência e desmandos do governo do Coronel *Terêncio Furtado de Mendonça Porto*, no cargo desde 26 de novembro de 1962, indicado, claro, pelo deputado federal *Janary Nunes*.

Na conjuntura caótica composta por servidores públicos com salários atrasados e com o abastecimento em crise, pela falta de produtos, e com o alto preço dos poucos insumos que chegavam, a população macapaense ainda tinha de conviver com inúmeras irregularidades administrativas. Caos econômico-social fazem com que o governo de *Terêncio Porto*, de acordo com Leal (2009, p. 233), possa ser definido como inexpressivo do ponto de vista das realizações políticas e econômicas, mas marcado pelo recrudescimento político, pelas repressões, perseguições e prisões de opositores.

Repressão, perseguição e prisão ocorrem, por exemplo, quando, aproveitando o momento histórico conturbado do Brasil, *Terêncio Porto* ordena o fechamento da *Folha do Povo* e a captura de membros do PTB, sindicalistas e líderes do movimento estudantil, todos sob a acusação de serem comunistas. No dia 04 de abril de 1964, o jornal a *Folha do Povo*, com a manchete “Prisão de líderes”, materializa o estado de repressão que Macapá vivia.

A informação que nos chega à redação, deu-nos conta de que as 17 horas o tem. Uadih Charone, dando cumprimento às determinações 8ª R.M. teria

determinado a prisão de vários líderes sindicais e estudante tido como suspeitos de serem comunistas, que prestaram depoimento na Divisão de Segurança e Guarda, sendo após colocados em liberdade. Segundo consta, outras prisões serão ainda efetuadas dentro das próximas horas (FOLHA DO POVO, 04 de abril, 1964, [n. p.]).

Em decorrência de tais atitudes, mas, principalmente, pela precariedade vivida pela população, foi inevitável, a substituição de *Terêncio Porto* pelo general *Luiz Mendes da Silva*, ocorrida em 12 de abril de 1964, que de imediato:

Começou a reorganização do combalido serviço público territorial. Exonerou, suspendeu, demitiu, transferiu e até determinou a reclusão de vários servidores nas masmorras da Fortaleza de São José, sob acusações que variavam da ociosidade à prática de irregularidades administrativas. No dia 13 de junho desse mesmo ano, através da Rádio Equatorial, acusou o antecessor de prevaricação, esbanjamento e subversão (SANTOS, 2001, p. 74).

Luiz Mendes da Silva deu prosseguimento às obras de construção da Hidrelétrica do Paredão paralisadas desde 1960. Criou instituições que contribuiriam para a promoção do desenvolvimento regional, como a *Companhia Progresso do Amapá* (COPRAM) e o *Instituto Regional de Desenvolvimento do Amapá* (IRDA). Porém, o que importa é registrar que a gestão de *Luiz Mendes* vai realmente acentuar o desejo de eliminar a influência de Janary Nunes sobre a administração do Território Federal do Amapá.

Em sua chefia, *Luiz Mendes* assessorou-se de tecnocratas vindos do sul do país, dentre eles Rene Limonchi e o secretário-geral Roberto Rocha, que merecem menção por incentivarem hostilidades contra o deputado Janary Nunes. Santos (2001, p. 74) registra que as críticas e acusações contra Janary eram feitas por meio de matérias produzidas por jornalistas locais, que tinham sido preteridos pela família *Nunes*, e que publicavam no jornal *Amapá* e, também, as noticiavam na *Rádio Difusora de Macapá* em atitude marcada pelo revanchismo.

Decorridos dois anos de embate contra o deputado Janary, mesmo com a publicação de matérias que detratavam o governo da família *Nunes*, *Luiz Mendes* não consegue a cassação do deputado. Assim, sem muita opção, muda de estratégia buscando afastá-lo do cenário político amapaense, por meio de eleições parlamentares de 1966.

Inicia-se assim o movimento de *Campos* para demonstrar prestígio ao povo amapaense. Nesse intento, conseguiu que o presidente Humberto Castelo Branco, visitasse o Território do Amapá, em 1º de setembro de 1966, ocasião em que inaugurou as obras de ampliação e reforma do Hospital Geral de Macapá, e percorreu o canteiro de obras da Hidrelétrica do Paredão.

A disputa para definir quem seria o candidato do governo era o que estimulava a disputa local, que, para enfatizar, tem como principal objetivo, o banimento de Janary da política amapaense. No Território do Amapá, apenas o partido político Aliança Renovadora Nacional (ARENA), concorreu às eleições parlamentares de 15 de novembro de 1966, dividido em duas sublegendas; ARENA 1 e ARENA 2. Como candidato do governo concorreu o ex-prefeito de Macapá, Alfredo Oliveira. “Foi uma disputa acirrada, mas, prevaleceu, o carisma de Janary Nunes, que se reelege. Desta feita:

As eleições desse ano seriam reflexo de uma bipolarização da política amapaense, ou seja, da divisão entre os que apoiavam Nunes – os janaristas- e aqueles que o queriam fora do Amapá – os antijanaristas; e nesse caso, Janary Nunes passou a ser visto como o maior adversário dos governadores amapaenses, que se sentiam ameaçados pela sua atuação parlamentar como único representante do Amapá em Brasília e pela sua força política local (LEAL, 2009, p. 235).

Sob essa perspectiva, as eleições, de 1966, seriam decisivas para o declínio do *janarismo*. Pois, mesmo Janary Nunes conseguindo se reeleger para o cargo de deputado federal naquele ano, declara Leal (2009), ele não indicaria mais nenhum dos governadores depois de Terêncio Porto, e, como consequência, não teria mais prestígio dentro da administração pública amapaense, até sua derrota nas eleições de 1970, quando sai em definitivo da cena política nacional e local ao perder as eleições para o professor *Antônio Cordeiro Pontes* que, conseguiu desenvolver uma campanha eleitoral de neutralidade em relação ao Regime Militar, porém nada neutra em relação aos ataques a administração política e administrativa dos Nunes e prepostos, durante os vinte e seis anos da administração “janarista” do Território Federal do Amapá.

Importa salientar que a partir de 1967, com a onda de inconformismo no país, o governo militar recrudesciu, passando a usar de extrema violência através de tortura, sequestros e mortes, nascendo então o Ato Institucional nº 5, o AI-5, em seguida (1968). O presidente era *Costa e Silva* e, no Amapá, o governador era outro General, *Ivanhoé Gonçalves Martins*.

Como não poderia ser diferente, essa conjuntura provocou, nos Territórios Federais, a partir de janeiro de 1969, reformulações nas estruturas organizacional, política e administrativa. No Território Federal do Amapá, transformações se deram com as antigas divisões de serviço público transformadas em secretarias com novas e ampliadas competências, e a população ganhou direito de realizar eleições municipais, porém, somente, para a composição da Câmara Municipal. Mas, o cargo de prefeito continuava

sendo por nomeação. Para que se tenha uma visão geral de como essa mudança política se deu no TFA, destaca-se que:

Essas eleições municipais foram realizadas em 15 de novembro de 1969, com a participação da agremiação partidária, Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que, das 29 vagas à vereança, distribuídas pelos municípios de Oiapoque (5), Calçoene (5), Amapá (5), Macapá (9), elegeu 14 vereadores; as 15 vagas restantes ficaram com os arenistas. O resultado numérico dessas eleições municipais, marcou a recomposição das forças políticas de oposição, enquanto o qualitativo arenista, a comprovação sintomática do desgaste político do deputado Janary Nunes. A grande maioria dos vereadores da ARENA, não tinham com Janary, a afeição dos congêneres emedebistas, e passaram a criticar seu desempenho parlamentar (SANTOS, 2001, p. 79).

O resultado desse pleito já foi mencionado, Janary Nunes sem apoio dos arenistas locais e com a indiferença do governador Ivanhoé Gonçalves, perde as eleições de 1970. A administração do General *Ivanhoé Gonçalves* estende-se até novembro de 1972, quando o presidente Emílio Médici, reavaliou a ascendência das Forças Armadas sobre os Territórios Federais amazônicos. Desta feita, Roraima passou a ser controlado pela Força Aérea Brasileira, Rondônia continuou sendo governado por militares do Exército, o Amapá, que deste a instalação do Regime Militar vinha sendo governado por generais da reserva, passou para o domínio da Marinha (SANTOS, 2001).

Ainda a partir da análise do historiador Fernando R. Santos, o Território Federal do Amapá, a partir de dezembro de 1972, passou a ser governado pelo comandante *José Lisboa Freire*, que estruturou o primeiro escalão de seu governo com tecnocratas amapaenses que não tinham nenhum compromisso com os interesses coletivos, o que não poderia deixar ter como consequência uma experiência malsucedida. O governo de *José Freire* foi marcado pela inépcia administrativa e empreguismo, por isso, foi denunciado e severamente criticado pelo deputado Antônio Pontes, na tribuna da Câmara dos Deputados, como uma retórica sarcástica, direcionada ao Governo Federal, que acusava de conivente com os desmandos desse governador, por ter, como única atitude, a insistência de mantê-lo no cargo.

Já em 1974, presidia o Brasil, o general Ernesto Geisel e, em abril desse mesmo ano, foi nomeado para governo do TFA, o comandante *Arthur de Azevedo Henning*. No âmbito administrativo continuou, de forma mais cautelosa, recrutando tecnocratas locais para compor sua administração. De relevante, inaugurou a Hidrelétrica do Paredão, em cuja festividade participou o Presidente da República.

Sobre a política em 1978, no Território Federal do Amapá, Santos (2001, p. 80) relata que, quando foi aumentada para duas a representação dos Territórios Federais, o governador

Arthur Henning, empenhou-se e elegeu deputado federal pela ARENA, o professor Paulo Guerra. A outra vaga, continuou com o MDB, relendo-se Antônio Pontes, criando um novo quadro político-partidário, pois essa nova composição estabeleceu equilíbrio entre governo e oposição. Essa harmonia se deu pelo fato de que enquanto o parlamentar emedebista continuava repreendendo os governos federal e territorial, seu afim arenista afiançava as idiossincrasias destes governos sobre a conjuntura política, econômica e social do Brasil.

No dia 15 de março de 1979, com a ascensão do general João Batista Figueiredo à presidência do Brasil, foi nomeado, no mesmo mês, governador do Território Federal do Amapá, o comandante da Marinha, *Annibal Barcellos*. Com seus antecessores, Barcellos continuou assessorando-se de tecnocratas amapaenses de desenvolvendo um governo de realizações. Um governo que contava com o apoio irrestrito do Governo Federal e com a solidariedade da população.

O governo de *Annibal Barcellos* ficou na memória da população, pois beneficiou funcionários públicos que caíam nas suas graças e porque investiu em obras que fizeram o Amapá e, principalmente, Macapá sair de uma situação que parecia letárgica.

Barcellos não foi só o último governador amapaense da era da ditadura militar, mas foi também, a maior representação no Amapá de uma política que atingiu seu ápice com a “partilha dos Territórios” (sic) entre as Forças Armadas, em 1969. Representa o extremo de um poder militarizado na Amazônia que sempre justificou e sustentou as ações do Estado sobre a região, desde o tempo dos colonizadores europeus. O governo de Barcellos, que se iniciou em março de 1979 e se encerrou em julho de 1985, com o slogan *O Futuro é Agora*, permite pensar a “invenção do Amapá” (sic) em uma representação que buscava forjar uma identidade regional que pudesse romper com a experiência territorial sem deixar de considerar sua importância para a criação do Estado, através da elaboração de uma memória pública de supervalorização de toda essa experiência, mas que ao mesmo tempo se colocasse como o início de um novo tempo, aonde não haveria mais lugar para o passado e nem mais para se esperar pelo futuro (LEAL, 2017, p. 255).

Diante desse intento do comandante Barcellos de ressaltar o Futuro no agora, em um movimento que confina o passado territorial no tempo que lhe cabe, mas sem desprezar suas contribuições para os processos que vislumbram as necessidades futuras para, deste modo, “forjar uma identidade regional”. Esse movimento nada fixo que parece contraditório é parte do processo identitário de construções históricas e sociais que revelam vastas relações de poder, como os mecanismos de seleção e escolha, pois a construção da identidade envolve preferências entre as incontáveis possibilidades de eventos, lugares do passado, que possam dar sentido a essa construção. Portanto, essa identidade que se deseja tramar é considerada nova, pois não é mera reprodução do passo e, em sendo assim a identidade:

É um assunto de chegar a ser como também de ser. Pertence ao futuro tanto quanto ao passado. Não é algo que já existe, transcendendo lugar, tempo, história e cultura. As identidades culturais vêm de algum lugar, têm histórias. Mas, como tudo que é histórico, elas sofrem uma transformação constante. Longe de estarem eternamente fixas num passado essencializado, estão sujeitas ao contínuo jogo da história, da cultura e do poder. Longe de estarem fadadas numa mera reprodução do passado que está esperando ser encontrado [...] as identidades são os nomes que damos às diferentes maneiras como estamos situados pelas narrativas do passado e como nós mesmos nos situamos dentro dela (HALL, 2003, p. 225).

E é nos situando nessas narrativas do passado que se tem esse futuro-passado proposto por Barcellos, um futuro que incorpora acontecimentos que podem ser revisitados em seus melhores momentos para que se crie a expectativa otimista em relação ao futuro. Necessário considerar que a memória compõe um fator de identificação humana; é a marca ou o sinal de sua cultura. É ela que nos distancia ou que nos aproxima. Identificamos a história e os seus episódios mais acentuados, desde os conflitos às iniciativas comuns. E a identidade cultural define o que cada grupo é e o que nos singulariza. Segundo Ecléa Bosi, a memória pode ser considerada política, pelos movimentos que propõe, pois:

Na memória política, os juízos de valor intervêm com mais insistência. O sujeito não se contenta em narrar como testemunha histórica 'neutra'. Ela quer também julgar, marcando, bem o lado em que estava naquela altura da história, e reafirmando sua posição ou matilizando-a (BOSI, 1994, p. 453).

Assim, o processo que forja essa desejada identidade regional está pautado na condição de levar o Amapá a Estado, e, para isso, foi indispensável demonstrar uma maturidade econômica e administrativa, enfim, uma capacidade de auto gerir-se. Por isso, o otimismo, a esperança fomentada por este governo está na relação bem casada entre o discurso e as obras realizadas, pois nos seis anos e três meses relativos ao governo de Annibal Barcellos no TFA, destacam-se as seguintes obras e serviços executados:

- informatizou o serviço público amapaense, criando o Centro de Processamento de Dados (CPD);
- implantou o Distrito Industrial, às margens do rio Matapi;
- construiu dezenas de escolas, e um complexo administrativo, o Centro Cívico, para abrigar secretarias;
- urbanizou Macapá, asfaltando várias ruas e avenidas, e construindo inúmeras praças, com destaque para a denominada Floriano Peixoto, considerada a mais bonita da Região Norte;
- estendeu a eletrificação rural a dezenas de vilas e cidades e
- ampliou substancialmente a interligação rodoviária entre a Capital e a zona rural, construindo diversas estradas vicinais e pontes, destacando-se uma de concreto sobre o rio Araguari (SANTOS, 2001, p. 81).

Importante ressaltar que Annibal Barcellos foi o governante que se esforçou para cumprir a Lei Orgânica dos Territórios Federais, promulgada ainda em janeiro de 1969. A referida Lei objetiva criar condições para a promoção dos Territórios Federais criados em 1945, à categoria de Estados. Por isso, Barcellos investiu vivamente na infraestrutura social e econômica.

Porém, mesmo sendo uma administração que contava com o apoio da população, o governo do comandante Barcellos recebeu muitas críticas de parlamentares da oposição em decorrência dos abusos de autoridades e pelo personalismo político-administrativo que caracterizou sua gestão. Porém, apesar das críticas serem verdadeiras, Barcellos povoa, ainda, o imaginário do povo amapaense como o gestor que, em função das importantes transformações urbanas que promoveu ao TFA, ele também, gerou, conforme já mencionado, as condições objetivas para o Amapá Estado. Para que se entenda a relevância da figura de Annibal Barcellos faz-se necessário alargar sua trajetória para além do ano de 1979, e em sendo assim, há de se ponderar que:

Essa representação de Barcellos como político local a quem se deve atribuir a emancipação política, talvez, tenha também contribuído de forma decisiva para sua eleição como primeiro governador eleito do Estado do Amapá e para a sua perpetuação na política amapaense por quase trinta anos, que lhe renderam as eleições: para deputado federal constituinte pelo PFL (1987-1991); de primeiro governador do Estado (1991-1994); como prefeito (1997-2001) e vereador (2004-2008) de Macapá, quando encerrou sua carreira política (LEAL, 2017, p. 298).

Nesse percurso de construções e transformações de Macapá foi inevitável tratar a respeito dos governadores, pois como se percebe eles fizeram as vezes dos prefeitos, que não aparecem nos textos dos que pesquisam a história do Amapá, nem nos jornais pesquisados, *corpus* desta pesquisa. Desta feita, considerando todo esse panorama, essencialmente político, que transformou expressivamente o cotidiano do Território Federal do Amapá e, sobretudo, da capital Macapá, por advir de olhares sempre voltados para o por vir, ou seja, um futuro onde o progresso era posto como condição a qual o TFA estava irremediavelmente fadado, em consequência das ações político-administrativas deste os tempos de Janary Nunes até a era Barcellos, e que se concretizaram a olhos vistos nas mudanças, principalmente arquitetônicas, da cidade.

3.2 O *Nôvo Amapá*: o novo impresso oficial

Como se pôde perceber, o “Cotidiano em transformação” no TFA, foi potencialmente político. As questões políticas continuam e continuaram sendo a base de todos os temas tratados, ora diretamente, ora indiretamente, ainda que o assunto pareça banal. O que se percebe, no entanto, é que de maneira mais abrangente, os anos a partir de 1960, no contexto brasileiro, foram marcados por propostas de mudanças. No Brasil, reformas e revoluções estavam na ordem do dia em todos os âmbitos tais como na política, na sociedade, nos costumes e na economia. Por isso, é necessário continuar avaliando as questões mais latentes neste cenário, as disputas e, de forma singular, sobre os paradigmas de mudança social que suscitaram apoios, resistências e manifestações favoráveis e contrárias.

Nesse caminho, como se observar, os jornais não constituem apenas um retrato da vida política, da tentativa de estabelecer entrepostos, firmar poderes e determinar autoridades. Eles refletem, nas suas entrelinhas, a composição social da cidade. É este, precisamente, o aspecto mais difícil de investigar na estrutura de jornais que se querem políticos ou (e) comerciais. Os jornais compõem uma espécie de extensão do círculo de representações dos clubes e partidos, ao se referirem constantemente aos seus próprios integrantes. Estas referências acontecem na forma de chegadas e partidas, visitas ilustres ao Território, reflexões sobre educação, nomeações políticas dentre outros assuntos. Por isso, os jornais macapaenses eram um elemento moderador importante na conduta da elite social local – se é que se pode denominar assim. De uma forma geral, careciam, até então, de uma discussão crítica sobre a composição social da cidade, quer dizer, deixavam transparecer, predominantemente, a circulação de membros destacados por conta de sua posição social ou econômica.

Sobre o jornal agora em destaque, adverte-se que jornal *Nôvo Amapá* é o mesmo, já conhecido, jornal *Amapá*, o primeiro jornal impresso do Território Federal do Amapá, inaugurado em 1945. Porém, esse jornal torna-se significativo, apesar de continuar sendo o impresso oficial do TFA, e, por isso, manter a linha propagandista de seus primórdios. A propaganda do governo está implícita no adjetivo *Nôvo* que a administração incorpora ao nome do jornal a partir de 1968, como marco do “novo” momento que se cobiçou para Macapá; a anunciada *Macapá Moderna*. Desta forma, o jornal oferece pistas sobre o desenvolvimento que se apresentava e que refletia no cotidiano da população da época.

Assim, o antigo jornal *Amapá* se moderniza com a aquisição de *novos* equipamentos, com a aquisição de *novos* maquinários na mesma proporção em que Macapá, como já comentado, se urbaniza e ganha ares de capital avançada. Então, nomear o jornal do governo

de *Nôvo Amapá* é um espelhamento do *novo Amapá* que se estruturava. Para reforçar essa relação importa continuar a matéria que trata sobre “Como nasceu o primeiro AMAPÁ”³⁸, agora especificando a transformação para o jornal *Nôvo Amapá*, após a superação de todas as dificuldades iniciais. Essa matéria faz um percurso temporal que marca o “antigo” e o “novo” referindo-se que no início “Daquela data” (1945), “aos dias atuais”, (1970), “decorreram vinte e cinco anos de trabalho árduo” e segue informando que:

[...] Da velha oficina, dos velhos companheiros, dos fundadores da Imprensa Oficial, permanece em atividades Loris Euclides dos Santos, que hoje presta os seus serviços no setor de revisa dêste semanário. Também continuam colaborando com a feitura do hoje NÔVO AMAPÁ e outras atividades a cargo das oficinas da Imprensa, incluindo serviços tipográficos e “Diário Oficial” (sic), já com mais de duas décadas naquele setor de trabalho, os servidores José Moacyr Banhos de Araújo, Fernando de Oliveira Franco, Carlos Cordeiros Gomes, este retornando, após quatro anos à disposição do Serviço de SGT e Rubens Alencar (NÔVO AMAPÁ, 1970, [n. p.]).

Chama atenção neste trecho da matéria a relação permanente entre o “velho” e o “novo” percebida já no seu início, quando especifica “Da velha oficina” e os “velhos companheiros”, nessa relação, mesmo que se possa perceber um tom de reverência, a ênfase é delimitar o passado anoso e o moderno presente. Ainda que mencione os que ainda colaboram com o jornal, o espelhamento permanece, pois faz-se necessário notar que o processo é de reforma, ou seja, assim como ocorria com a cidade, a transformação do jornal nasce de uma base, de uma estrutura pré-existente percebida ao frisar “Também continuam colaborando com a feitura do hoje NÔVO AMAPÁ...”. O verbo “continuam” é base para o que em letras garrafais hipersignificam o hoje “NÔVO” jornal e, por simbiose, o Território Federal do Amapá representado pelos servidores nominalmente citados. A intenção de estabelecer essa relação íntima de transformação pela qual passavam o jornal e a cidade está reforçada e evidente na crônica “Os que fazem o AMAPÁ”, publicada na mesma página, ao lado da matéria anterior. O texto a respeito dessa estruturação do Amapá ressalta:

Há um orgulho natural em quem constrói alguma coisa. É uma satisfação pessoal, essa de realizar obra duradoura que sirva a todos, indistintamente, sem o espírito mercantil de retribuição pecuniária. Os trabalhadores que fazem este jornal conhecem a importância da Imprensa e sua força na evolução social. Estão por isso orgulhosos de sua posição de legítimos lutadores pelo progresso do Amapá [...] (NÔVO AMAPÁ, 1970, [n. p.]).

³⁸ Conferir a primeira parte da referida matéria no capítulo 2, seção 2.3 que trata a respeito dos jornais de Macapá.

Sem ser redundante, ressalta-se a frase “a importância da Imprensa e sua força na evolução social” para evidenciar a ideia defendida ao relacionar as transformações desse *novo* ocorridas por aglutinação entre o jornal e a cidade, ou entre a cidade e o jornal, já não importa a ordem. O Território Federal do Amapá, mais especificamente, Macapá era enaltecida como o palco das transformações e da modernização constantes. Nesse sentido a estratégia de exposição era clara, como visto na “Mística do Amapá”, comentada no capítulo 2 desta tese, e como a crônica “Filomena, uma garôta de sorte”, do professor Antônio Munhoz³⁹, permitirá vislumbrar quando o cronista estabelece um relação entre as marcas dessas mudanças sociais e a personagem “Filomena” criando, desta maneira, uma analogia entre *Filomena e a Cidade* que se intensificam na descrição da personagem ainda no título e se alonga por toda a crônica. Em sendo assim;

FILOMENA (Nasaré Queirós da Fonseca) é um garôta amapaense bem avançada, bem moderninha mesmo, do tipo esnobante, pra frente. Nasceu em Mazagão, estudou no Alexandre Vaz Tavares e, no momento frequenta o Instituto de Educação, mas gostar de verdade, gosta é do Colégio Amapaense, “O Padrão: prédio bonito, professores legais, em suma, o nosso melhor estabelecimento de ensino”, diz ela. E eu concordo (LOPES, 1968, [n. p.]).

Como se constata, a descrição nesta crônica do Prof. Munhoz está longe de ter um valor secundário uma vez que:

[...] é sobretudo na interação contínua e fecunda com os eventos diegéticos que a descrição se justifica, ganhando um papel de relevo na construção e na compreensão global da história. É, por exemplo, através da descrição que o narrador produz o “efeito de real”, pela acumulação de informantes (v.) geradores de verossimilhança; é ainda nos momentos descritivos que, regra geral, surgem os indícios (v.), elementos que asseguram a previsibilidade das ações das personagens (o retrato de uma personagem pode conter indícios prospectivos da seqüência de ações que essa personagem irá desenvolver; a descrição de um espaço geográfico ou social pode contribuir para a motivação de um percurso narrativo) (LOPES; REIS, 1988, p. 23).

Assim, a construção e compreensão global da história, por meio da descrição, produz o “efeito de real” contribuindo para a constituição da verossimilhança, pois ao descrever *Filomena* em suas preferências e hábitos, o cronista detalha nuances de uma cidade e de uma sociedade estreitamente vinculada à remodelação urbana e aos novos hábitos. Afinal, estudar

³⁹ Antônio Munhoz Lopes conhecido em Macapá como professor Munhoz. Nasceu em Belém, em 1932, veio morar em Macapá em 1959. Fez parte do Conselho de Cultura do Amapá entre 1985 e 1989 e era membro da Academia Amapaense de Letras. (Fonte: Personagens Ilustres do Amapá. Dep. De Imprensa Oficial, agosto de 1997).

no Alexandre Vaz Tavares⁴⁰, na época, era a ratificação da transformação, a materialização do avanço, da modernidade para os jovens da cidade e, principalmente, para a personagem que, nascida em Mazagão, município do Estado do Amapá, agora mora na capital. Capital essa que, assim como *Filomena*, é descrita como “bem avançada” e “esnobante” tais quais aos prédios das escolas mencionadas. Toda essa a modernidade de *Filomena* se mostra, também, em dois momentos do texto, em sua preferência pelo *Colégio Amapaense* que, na crônica, já é descrito como “o nosso melhor estabelecimento de ensino” e ao longo de todo o segundo parágrafo ao pormenorizar que:

Filomena lê muito, mas revistas (“Realidade”, “Manchete”, “Fatos e Fotos”, “O Cruzeiro”, “Conhecer” etc.) e também “Tio Patinhas” e “Zé Carioca”, vai ao cinema, frisa, com duplo fim: divertir-se e conseguir um pouco de cultura. Admira Marcello Mastroianni, Sammy Davis Jr., Sean Connery, Kim Novak, Laurence Harvey, Úrsula Andress e outros, que não se lembra. Jornais não costuma lê-los, com frequência, mas, de vez em quando, passa a vista em algum exemplar da “Folha do Norte” ou da “Província do Pará”. De hoje em diante, garante-me, será assídua leitora do NÔVO AMAPÁ (LOPES, 1968, [n. p.]).

Esse parágrafo amplia, numa espécie de “vai e vem”, a noção de modernidade de Filomena e da Cidade, pois, em um processo de gradação, o narrador, que no primeiro parágrafo descreve os gostos locais da personagem, agora a leva para o âmbito nacional e para o mundo por meio das revistas que ela lê, e pelos artistas internacionais os quais admira, mas sem deixar de citar em metalinguagem que essa Filomena/cidade se atualiza ao ler os jornais paraense “Folha do Norte” e “Província do Pará” e o macapaense com o compromisso de ser “assídua leitora do NÔVO AMAPÁ”; assim, em destaque, marcando ainda uma vez a conformidade entre esse jornal e a modernidade de Macapá.

Nessa relação íntima entre personagem e cidade, entende-se por associação que *Macapá* não está mais isolada, alheia aos acontecimentos, pelo contrário, agora ela faz jus à denominação de “A cidade Joia da Amazônia”⁴¹ em amplo desenvolvimento e aceleradas transformações. Modificação, progresso como evolução ratificada na fala de *Filomena* quando ela, no terceiro parágrafo, esclarece sua concepção de modernismo ao afirmar “Gosto do modernismo, isto é, da constante evolução das coisas”.

⁴⁰ Escola Alexandre Vaz Tavares foi inaugurada no dia 1º de maio de 1950, por meio do decreto nº104/50-GAB/GTFA. O nome da escola homenageou o político, médico e poeta, que muito contribuiu para a formação do então Território, atuando como prefeito em 1922.

⁴¹ “Cidade joia da Amazônia” foi uma expressão muito utilizada pela população amapaense, para se referir a cidade de Macapá principalmente nos anos de 1960-1970, pois nesse período, ocorreu um amplo desenvolvimento urbano, destacando-se o traçado das ruas retas e largas e bastante arborização na maioria dos bairros. Enfim, por seu crescimento exponencial e futuro promissor (SOUZA, 2017, p. 254).

[...] Aprecia o iê-iê-iê, dá uns passos brejeiros e afirma: “Gosto do modernismo, isto é, da constante evolução das coisas”. Fala, com entusiasmo dos Beatles e de seus cabelos compridos, que os “quadrados” não aprovam, “mas, nós, os jovens mandamos às favas essas coisas, e achamos que eles são geniais mesmos”. Continua: “Sou a favor dos cabeludos porque, quando se é jovem, pode-se dar ao luxo das extravagâncias que irritam os coroas” (LOPES, 1968, [n. p.]).

Interessante notar que o narrador se coloca dentro da narrativa, como o interlocutor de *Filomena*, ao concordar com a personagem sobre as considerações que ela faz sobre o colégio “Padrão”, o Modernismo, os Beatles bem como em outros momentos. Assim, perceber *Macapá* através de *Filomena* é perceber a cidade em estado de tensão. Tensão apresentada por *ela* no quarto e último parágrafo em que se percebe a angustia instalada pelo “novo” e, conseqüentemente, pela necessidade de se ter a confiança e reconhecimento dos que construíram e lutaram para que o Amapá se tornasse Território Federal:

[...] Filomena ri, conta um fato engraçado e, depois, séria, muito séria, desabafa: “Às vezes sinto um vazio dentro de mim. Mas, a felicidade dos jovens consiste em aparecerem diante dos adultos - quase sempre conservadores e “quadradões”- como pessoas normais, que desejam prestar serviços que venham honrá-los, tornando-os capazes de arcar com qualquer responsabilidade. O maior desejo dos jovens é serem compreendidos e levados a sério.”

Concordei mais uma vez com Filomena. Acho que ela tem razão (LOPES, 1968, [n. p.]).

Passado o estado de euforia, é chegado o momento da consolidação do novo, na crônica, claramente representado pela juventude de *Filomena* que quer ser vista como pessoa normal, capaz “de arcar com qualquer responsabilidade” e reitera: “O maior desejo dos jovens é serem compreendidos e levados a sério” e, assim é o que também deseja o jovem TFA. Nessa direção, o narrador descreve a cidade de Macapá em um reencontro consigo mesma, um fio condutor, ressignificando os espaços da cidade, o povo, os sonhos, por meio de imagens que percorrem o passado e o presente do ano de 1968.

Por esse tanto, constata-se que *Filomena* é a personificação, o referencial de transformações, de experiências vividas, plena de significação. Ela é, como se pretendeu mostrar, mais que uma personagem. Nela estão as raízes de uma cidade, de um povo. Por meio desta crônica do Prof. Munhoz, tornou-se possível resgatar o fenômeno citadino e as conseqüências no cenário urbano-cultural de uma época marcada pela euforia da modernidade. O fenômeno urbano, inegavelmente, é conhecido e pensado através dos signos que compõem a linguagem. Há uma densa interação entre o projeto urbanístico e relações sociais, e o processo de transformação da cidade arregimenta a atmosfera cultural de seus habitantes.

Sendo assim, construir novas leituras e novos olhares sobre o espaço da cidade de Macapá, a partir desta crônica e de textos subsequentes, nos remete para a figura do *flâneur* (observador) que, conforme Benjamin (1987), não possui somente a cidade a sua disposição, mas também suas histórias e a população que a compõem. Desse modo, *Filomena, uma garôta moderna* nos convida, da mesma forma que Janary Nunes em seus sonhos da Macapá Moderna, a lançar um olhar atento para outro tempo, para o tempo de despertar os sentimentos, ao mesmo tempo em que abre uma janela para reflexões e inquietações entre o passado, o presente e as angústias do por vir. Por isso, fazendo as vezes do narrador: “Concordei mais uma vez com Filomena. Acho que ela tem razão”.

Seguindo a mesma linha de *Filomena*, a crônica “Macapá-Metrópole”, infelizmente não assinada, como evidencia o título, também descreve esse processo de desenvolvimento da capital. Mas agora, personificando a cidade e não mais simbolizando-a por meio de uma personagem. O título é uma palavra urdida por justaposição, ou seja, tem-se duas palavras juntas, ligadas por um hífen, formando um único significado, ou seja, está feito; Macapá é Metrópole, não há como dissociar essa realidade.

Macapá se encheu de gente e foi se asfaltando. Mas antes disso, antes do asfalto, o jornalista que não quis se mudar, nem mesmo quando recebeu um convite tentador para trabalhar em uma firma do Sul do País, assistiu com admiração provinciana as ruas serem rasgadas e os edifícios, como um passe de mágica, brotarem do solo. Em nome do progresso muita coisa foi sacrificada [...]. Contaminado pelo seu desenvolvimento, principalmente nestes últimos três anos de Administração do General-Governador Ivanhoé Gonçalves Martins, hoje ele está aqui, cercado de fotografia para falar da cidade que viu engatinhando, e que atualmente está adulta, bem vestida, saudável, caminhando para um futuro muito mais promissor. E há de perguntar alguém: A vila de Santa Engrácia? O Arraial do Padroeiro? As mangueiras das praças que agasalhavam os periquitos durante as noites?... Tudo isso cedeu lugar ao progresso, que veio com a rua “Cândido Mendes”, com a Praça “Veiga Cabral”, com o Palácio do Setentrião, com a Praça Cívica da Bandeira, com a retificação do canal da Fortaleza de São José de Macapá, com a Avenida FAB, com colégio Amapaense, com o Hospital Geral de Macapá, com as sedes das Divisões do Governo do Território, com a Estação de Tratamento de Águas, com o Aeroporto Internacional de Macapá, com o Palácio “31 de março”, com a BR-156, com a Estrada “Duque de Caxias”, com o Centro Social do SESI, com o Colégio Comercial do Amapá, com o Hospital de Pediatria, com o Pronto Socorro “Oswaldo Cruz”, com o Instituto de Educação do Amapá, com o Ginásio de Macapá, com o Ginásio Feminino, com as casas do IPASE, com os Bancos, com os Grupos Escolares, com as Escolas Públicas e com os carros que correm pelas ruas asfaltadas cheias de lâmpadas de mercúrio e sinais de trânsito automáticos. Esta, é a metrópole de hoje, que o repórter viu engatinhando ... (NÓVO AMAPÁ, 1971, [n. p.]).

Observa-se na crônica uma característica muito presente nos textos dos jornais da época; a relação entre o que foi, o que é e o que será. Evidente que não poderia ser de outra forma, pois a ênfase, como já dito repetidas vezes, é de marcar a chegada do progresso. Então, o que salta aos olhos no texto é uma lista das benfeitorias realizadas pelo governo, no caso, de Ivanhoé Martins. Os feitos são tantos que, antes de elencá-los, o cronista destaca que Macapá “atualmente está adulta, bem vestida, saudável, caminhando para um futuro promissor.” Vale destacar que o cronista menciona o fato de estar “cercado de fotografias para falar da cidade”, por essa especificação, segue a inclusão da imagem da página do jornal:

Figura 12 – Macapá – Metrôpole



Fonte: Nôvo Amapá, 1971 (2021).

A opção por trazer a página do jornal se deu pela complementação da imagem posta ao lado do texto, a rua Cândido Mendes centro comercial de Macapá, que longe de ser apenas uma figura, ela é uma ilustração, pois cumpre a função de ampliar por acréscimo de atributos o que é dito pelo verbal a respeito dos prédios, e “carros que correm pelas ruas asfaltadas”. De acordo com Barthes, toda fotografia “é um certificado de presença”, já que nos fala “daquilo que foi”. Em sendo assim, ainda em conformidade com o autor, “a fotografia sempre traz consigo seu referente, ambos atingidos pela mesma imobilidade amorosa ou fúnebre, no âmago do mundo em movimento estão colados um ao outro, membro por membro” (BARTHES, 1984, p.129). A fotografia, então, cumpre a função de organizar o mundo em incessante movimento histórico ao organizar um flagrante e o que se vê numa foto são fatos dispostos por um discurso com uma resolução própria. Assim,

Olhar a cidade pelos registros das imagens e dos jornais significa poder reinventar, revisitar, reavivar, reencontrar, reescrever, projetar as histórias, os fatos que produzem significados para seus habitantes, portanto, o texto jornalístico acaba funcionando como um espaço onde surgem diversas representações sobre a cidade [...] (SOUZA, 2017, p. 237).

Nesse movimento peculiar, próprio, ao constituir a paisagem de Macapá, o narrador apresenta todo um conhecimento a respeito da sua terra, sua gente, ou seja, sobre uma identidade, pois;

A narração dos espaços dá sentido à história e a memória dos lugares, pois se consegue resgatar aquilo que é essencial na construção de qualquer lembrança, de qualquer memória de cidade, que é a sua singularidade. E esta é dada não pela especificidade dos lugares, que são exclusivos, mas pela maneira como cada um deles resume a relação entre o geral e o particular (SOUZA, 2017, p. 151).

Sabendo que um olhar nunca é neutro, o que se registra nos jornais são interpretações do mosaico que organiza historicamente uma concepção social, mas não é do mosaico integral que se fala, apenas de sua parte hegemônica, ou seja, da parte que se impõe a ler. E considerando que o jornal *Nôvo Amapá* é a imprensa oficial e que, mais do que antes, os anos, a partir de 1968, imprimem todo o movimento de arregimentar e ordenar forças, formar opiniões favoráveis às mudanças trazidas pelo governo tendo por arma a palavra escrita. Assim, Imprensa e política tornam-se a equação que se desenvolve no ritmo das transformações sociais.

Outra especificação importante feita sutilmente pelo jornalista-cronista é o fato de, mesmo antes do progresso, não queria ir embora, ainda que tenha recebido a tentadora proposta de emprego no Sul do País. Essa informação é extremamente significativa, pois reforça a postura dos que adotaram e apostaram em Macapá como nova casa, nova identidade e que, também, funciona como propaganda para os que tivessem algum interesse sobre o TFA. Essa intenção aparece em outra crônica, sem título, publicada em 1972, na coluna COMENTANDO, assinada por Cordeiro Gomes que diz:

Há um “it” no Território do Amapá que faz o indivíduo se agarrar de tal maneira ao seu povo, as suas coisas, entregando-se de forma total e irremediável. Pouco a pouco, sem mesmo o cidadão perceber, Macapá passa a ter um lugar de destaque no seu coração, muitas vezes, com um amor maior do que a terra que lhe serviu de berço. Este repórter é bem um exemplo. Veio passar uma chuva e já decorreram 23 anos. Chegou puxando uma cachorrinha e hoje já possui uma casa na Vila Ipase (sic), filhos e uma esposa que pertence ao partido majoritário “Quero bem ao meu esposo”. Mas, o maior exemplo do assunto em tela, que vem a memória desse comentarista, trata-se de uma determinada pessoa aqui em Macapá, apenas dois anos e pouco meses. Por motivo de enfermidade foi levado por seus irmãos a Brasília, a fim de se submeter a uma delicada intervenção cirúrgica. Não suportou o tratamento.

Na hora da morte, quando sentiu chegar o seu instante derradeiro, com voz enfraquecida pela enfermidade que lhe roubara a vida, solicitou aos seus entes queridos, ao redor do seu leito de dor, que desejava ser sepultado em Macapá. Aquele último desejo do moribundo causou surpresa a todos. Era filho do Rio Grande do Norte e pedia para ser enterrado, com apenas 30 meses de convivência com este povo, nesta capital. Infelizmente não pode ser atendido, Pinto este quadro para melhor ilustrar a verdade do sentimento alheio, do qual ninguém pode duvidar. Portanto, agora, quando o Governador do Território assume o microfone de uma de nossas emissoras para dizer que aprendeu a amar esta terra como se fosse a sua, essas palavras devem ser levadas em consideração, principalmente, porque, elas são extravasadas de um sentimento verdadeiro. O Governador Ivanhoé Martins passou a ser também pelo coração, um amapaense nato. Será mais um a engrossar as fileiras daqueles que realmente amam esta terra. (GOMES, 1972, [n. p.]).

A crônica já inicia usando um termo bem peculiar; o “it”, pois, essa palavra funcionou como uma expressão muito comum nas décadas de 60 e 70, do século passado, e servia para definir uma pessoa diferenciada, com certo charme ou magnetismo pessoal. Sendo assim, o que é narrado na frase subsequente é quase uma redundância, pois esse it/magnetismo “faz o indivíduo se agarrar ao seu povo, as suas coisas, entregando-se de forma total e irremediável.” Os destaques dados à expressão forma total e à palavra irremediável é para evidenciar a magnitude, a intensidade dessa relação plena e definitiva com o Território, ou seja, não há possibilidade dessa união ser fugaz, efêmera.

Para dar ainda mais credibilidade a esse apego inevitável, o cronista se coloca no texto como também uma vítima do “it”, comprovando como a própria história, afinal “Veio passar uma chuva e já decorreram 23 anos”. A partir desse ponto, Cordeiro Gomes relata o caso de um homem do Rio Grande do Norte que, ao buscar tratamento de saúde, em Brasília, sucumbe e em seus momentos derradeiros pede para ser enterrado em Macapá. Esse pedido é visto como inusitado pelo fato de esse homem, que não queria ser sepultado em sua terra natal, ter passado em Macapá apenas “dois anos e poucos meses”. Diante de intensa identificação com a cidade, recorre-se a Le Bossé que trata essa identificação “com” o lugar afirmando que o indivíduo nessa ação “repousa sobre sua própria história e constitui o foco único, emissor e receptor de sua singularidade em um espaço de relações com outros lugares, próximos ou distantes, reais ou imaginários, assimilados ou rejeitados” (BOSSÉ, 2004, p. 172). Ou seja, a identificação acontece pelo fato de o lugar participar completamente da vida dos sujeitos e da coletividade, influenciando e construindo direta ou indiretamente identidades sociais, edificando assim, a ideia de pertencimento.

Mas, o que realmente está por trás desse “it”, desse enraizamento, é um episódio político mencionado no final da crônica. Por meio de sua própria história e a do potiguar, Cordeiro

Gomes faz alusão ao pronunciamento feito pelo Governador *Ivanhoé Martins* que afirmou ter aprendido “a amar essa terra como se fosse sua...”. Ressaltando que tanto a crônica, quanto o pronunciamento do Governador ocorreram na mesma edição do jornal *Nôvo Amapá*, no ano de 1972, data da exoneração do General. Em seu discurso-carta de despedida, o governador faz deferências “Aos amapaenses de boa vontade”, “Aos amapaenses dignos” e “À mocidade do Amapá”. Seguem alguns trechos:

Depois de permanecer cinco anos e meio no Amapá, é natural que tenha aprendido a amar esta terra como se fora minha. Assim a julgo, porque integrou-se toda no meu coração.

Ao chegar, verifiquei que minha grande tarefa seria criar condições psicológicas para uma era de paz, de justiça social e de caráter humano, como base do desenvolvimento que era preciso estabelecer. O povo é testemunha da situação deste Território em 1967. E eu, idealista da Revolução Brasileira, tinha a consciência de que era necessário que aqui neste Território tivesse ela mesmo sucesso. Precisava-se também libertar o povo de certos resíduos latentes de velhos hábitos e processos que davam ao povo amapaense uma sensação de angústia e desesperança [...]. Não negocieei meus ideais.

Agi com independência, não deixando que em minhas atitudes houvesse interferências estranhas e indevidas, a não ser aquelas a quem a lei permitia. Daí, também, as causas primárias de algumas crises que o povo presenciou lamentavelmente contra a minha vontade. Segui firme na rota traçada, fiel aos meus princípios, à minha formação, horando o cargo, dignificando-o, respeitando o povo deste Território que tanto merece, sem abastardar-me (IVANHOÉ MARTINS, 1972, [n. p.]

E assim o fez. A passagem de Ivanhoé Gonçalves Martins⁴² pelo Amapá foi marcada por um clima de segurança e liberdade. Reformado em 1958 com a patente de General, exerceu o cargo de Secretário de Segurança de São Paulo e, convidado pelo Presidente da República, foi nomeado Governador do Território do Amapá, em 10 de abril de 1967, como já fora mencionado. Significativo frisar que foi ele o responsável pela mudança da linha editorial do jornal *Amapá*, passando a publicar os eventos ocorridos com a denominação de “*Nôvo Amapá*”.

Considerando o que os jornais divulgavam, a administração do General Ivanhoé foi praticamente irretocável. Não ocorreram denúncias sobre desvios de verbas e nada relacionado ao descaso com a população. Pelo contrário, o general era conhecido pelo seu extremo civismo e patriotismo, inclusive sempre se pronunciava contrário à exploração das riquezas do Território por empresas estrangeiras. Em sua administração, tornaram-se célebres as comemorações

⁴² Ivanhoé Gonçalves Martins nasceu em Cuiabá, Mato Grosso, em 26 de fevereiro de 1907. Folho de oficial da Marinha, ingressou no Exército brasileiro e graduou-se oficial de artilharia em 7 de janeiro de 1923 pela Escola Militar do realengo. Comandou o Regimento de Bases em Fortaleza. (Fonte: Personagens Ilustres do Amapá. Dep. De Imprensa Oficial, agosto de 1997).

cívicas de 13 de setembro, data da criação do TFA. Os desfiles em comemoração à referida data eram aguardados pela população que se aglomerava na Avenida FAB, para assistir aos espetáculos promovidos pelas escolas e pelas paradas militares.

Conforme os registros que aparecem nos jornais, a gerência de Ivanhoé teve desempenho admirável nas áreas da saúde, educação, segurança pública e infraestrutura. Ainda hoje, a população se beneficia com suas obras e dentre elas, a abertura da BR-156 até o município de Oiapoque; a estrada de Mazagão; o asfaltamento da rodovia Macapá/Santana; a construção do Quartel do Corpo de Bombeiros; o Pronto Socorro; o Palácio do Setentrião; o Hospital de Pediatria, o prédio da antiga Divisão de Obras, hoje Secretaria de Obras; a Biblioteca Pública; a Imprensa Oficial, o Conservatório de Música bem como as escolas Antônio João, Tiradentes, José de Alencar, Gabriel de Almeida Café. Estruturou a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), iniciou as obras da Estação de Tratamento de Água de Macapá e providenciou o reinício das obras da Hidrelétrica Coracy Nunes. Com tudo isso, ao final, entregou o governo com dinheiro em caixa.

Ainda assim, foi criticado por alguns jornalistas e pelo deputado Antônio Cordeiro Pontes (MDB-AP), que não concordavam com o autoritarismo de seu governo. Mesmo que acreditasse que “críticas se responde com trabalho”, em outros trechos de seu Discurso-carta de despedida rebate essas censuras reafirmando sua “autoritária” conduta ao dizer:

Jamais iludi o povo desta terra; jamais prometi o que sabia que não poderia realizar; jamais menti e jamais dei importância aos adeptos da politicalha do aventureiros, dos ignorantes, dos difamadores profissionais dos bi-frontes, dos aproveitadores da boa fé do povo, mesmo porque as caravanas têm sempre que progredir.

Desejo deixar a muitos os meus agradecimentos sinceros. Aos que colaboraram comigo; aos que se puseram a serviço do Amapá e não desejaram pôr o Amapá a seu serviço; aos que procuraram minha amizade e não subordinaram-na (sic) a seus interesses; àqueles a quem dei integralmente minha amizade sempre sincera e leal; àqueles a quem ajudei e a quem compreendi; àqueles que não foram violentados em seu direito e receberam a justiça que esperavam [...] (MARTINS, 1972, [n. p.]).

Ao mesmo tempo em que reafirma seus procedimentos leais e honrados, o Governador Ivanhoé traça o perfil de seus poucos críticos mordazes que são: os “adeptos da politicalha dos aventureiros”, pode ser os que não têm compromisso com o Território, “ignorantes”, “difamadores profissionais”, os “bi-frontes”, ou seja, os duas caras, e, claro, “os aproveitadores da boa fé do povo”. Mesmo que pareçam predicativos distintos, possuem o mesmo núcleo semântico ao designarem os indivíduos que sempre querem tirar vantagens das circunstâncias, todas elas, mas em especial das políticas.

O governador Ivanhoé não poderia deixar de se despedir da mocidade amapaense. Pois, ele publica no *Nôvo Amapá* muitas matérias de teor promissor a respeito da educação⁴³ e, por consequência, sobre os estudantes do TFA, mesmo não sendo unanimidade entre eles. Como explana em seu Discurso-carta ao dizer:

À mocidade do Amapá, os meus agradecimentos pela compreensão de meus intuitos: tornaram-se estudantes conscientes. Os transviados que ainda existem são produtos inevitáveis da época. Tenho certeza que o Amapá poderá confiar na sua juventude, que deve ser esclarecida para ser fator de evolução e não de retrocesso, para que encare o futuro com segurança e que compreenda que o Brasil também confia nela, saber discernir sobre o que deve fazer, não se iludir com aqueles que querem explorar os impulsos e ideais de uma mocidade que é sua esperança. Fidelidade a si próprio e à sua Pátria, eis o lema que deve ser de cada um. E, ao encerrar esta carta, com sincera emoção e a saudade antecipada a cortar-nos a alma, deixamos aqui, eu e minha esposa, a par de nosso afeto e reconhecimento, os melhores votos de felicidades a todo o povo amapaense (MARTINS, 1972, [n. p.]).

Importa lembrar que o discurso do Governador Ivanhoé e sua trajetória foram destacados para reforçar o “it” da crônica de Cordeiro Gomes que, assim como todos os textos subsequentes, serão a base da teia que constrói o *corpus* da análise desta tese. Considerando esta ressalva, segue a análise. Assim, a respeito dos “transviados” aos quais o General Ivanhoé Martins se refere, consta um caso registrado neste jornal, no dia 30 de abril de 1971, ou seja, um ano e sete meses antes da carta de despedida do Governador, e que reflete o contexto político do Brasil.

O texto em pauta, embora tenha como título e subtítulo “NO DIA DO TRABALHO (aos trabalhadores dêste Território)”, após a descrição inicial do cenário político brasileiro, e aos trabalhadores, termina fazendo alusão aos estudantes presos em Belém-PA. Antes, porém, é pertinente transcrever alguns parágrafos, pois preparam o leitor para entender a tensão histórica que envolve o cenário que resultou nas detenções dos jovens.

O Brasil de pós-revolução vive um dos momentos mais históricos de sua existência e mais cheios de esperança. Durante muito tempo esteve ele mergulhado em situações político-econômicas que se arrastavam indefinidamente, sem que se vislumbassem soluções que se harmonizassem com os interesses, porque o que predominava era o interesse de grupos políticos, ou econômicos, ou sua mistura, e que, literalmente, só podiam conduzir à dilapidação da riqueza nacional, à criação dos privilégios, à tôda sorte de oligarquias e ao aniquilamento da democracia. A Revolução Brasileira surgiu como um movimento espontâneo e como medicina capa de terminar esses males que, endemicamente, fabricavam a

⁴³ Tema tratado mais especificamente adiante, pois esse foi o período no qual a imprensa macapaense mais aborda este assunto, especialmente o jornal *Nôvo Amapá*.

pobreza, a injustiça social [...]. Trouxe ela, como filosofia básica, o desenvolvimento do homem brasileiro, a união de todos para o bem comum, a tranquilidade pública, a ordem como pressuposto da liberdade.

[...]

AMAPAENSES!

A data de amanhã reúne, em comemorações, a comunidade assalariada de todo o mundo. E para a nossa gente, convém lembrar o que os governos revolucionários, desde o Marechal Castello até o General Médici, têm feito pelo trabalhador do Brasil. Não tem feito pelo velho paternalismo getuliano, mas sim como um dever sagrado para com a Pátria.

[...]

E, antes de terminar, desejo alertar a todos contra a obra de recrudescimento demagógico que se opera no Brasil, arrastando consigo a seara da insatisfação, das novas tentativas corruptoras e de agitação. Há poucos dias mesmo vimos, em matéria paga, publicada nos jornais de Brasília e de Belém, declarações políticas que envolviam desprimorosamente o nome do senhor Presidente da República, maior autoridade do País, patriota na mais larga acepção da palavra. E isso é contra a lei.

Não desejaria tocar neste assunto. Não entro em debates com demagogos ultrapassados ou candidatos a demagogos e não vou para o terreno em que querem agir. Mas a revolta que a publicação paga causou a tantos pelas referências desrespeitosas ao Senhor Presidente da República e ao tumor ditatorial existentes nos Territórios, não me permite salientar. São as verrinas da politicalha, de autoria conhecida e de finalidade à mostra. Cuidado, amapaenses! (MARTINS, 1971, [n. p.]).

O Presidente da República é Emílio Garrastazu Médici, em 1971, o período de “chumbo” da ditadura militar, ao mesmo tempo em que “Nunca fomos tão felizes” como “exclamava o slogan oficial difundido pela TV nos anos 1970” (NAPOLITANO, 2018, p.147) em decorrência do milagre econômico. Esse *slogan*, de acordo com Marcos Napolitano, permite duplo sentido:

Como exclamação, traduz uma sensação de felicidade coletiva inédita. Por outro lado, se dita em tom irônico, coloca em dúvida o próprio sentido propagandístico da frase. A ambiguidade traduz involuntariamente as condições da economia brasileira, esfera em que o regime bradou seus maiores feitos.

Apesar do desenvolvimento inegável e da expansão capitalista, a maior parte da sociedade brasileira não pôde desfrutar os resultados materiais deste processo de maneira sustentável e equânime (NAPOLITANO, 2018, p. 147).

A História do Brasil registra uma ampliação econômica realmente significativa nesse período, porém, como se observa, estandardizada. Na História do Território Federal do Amapá não foi diferente, como já retratado, vive-se a materialização desse crescimento em todo seu processo de urbanização que parecia acontecer como sortilégio de seus governantes. Em sendo assim, lembrar esse período é pertinente para entender as observações feitas pelo Governador Ivanhoé considerando que ele menciona o Brasil, e os Territórios, ou seja, vai do amplo para o

particular, retratando a existência de um movimento histórico comum que era contrário à ordem.

Já no início do texto, o General compõe esse contexto afirmando que “O Brasil de pós-revolução vive um dos momentos mais históricos de sua existência e mais cheios de esperança”. Todo o texto segue esse raciocínio, fomentando os prodígios trazidos pós revolução e sempre, tanto no âmbito nacional quanto no regional, registrando a existência de grupos políticos e econômicos cujos interesses eram a “dilapidação da Pátria”. Essa ação “subversiva” materializa-se, finalmente, na passagem da prisão dos estudantes, assim por ele entendida:

Vou agora dirigir-me a outro tipo de trabalhadores. Aos trabalhadores da juventude, que trabalham, com o estudo para serem úteis para a Pátria. A quem dou meu apoio, para quem fazem-se escolas, proporcionam-se bolsas (sic) de estudo, providenciam-se laboratórios, estimulam-se iniciativas, como a Biblioteca, o Instituto de Música e tantos outros empreendimentos.

Há uma esperança nacional do Brasil de hoje na mocidade. Mocidade patriótica e de bem. Não a mocidade que alguns quiseram subverter neste TFA, tendo contaminado alguns estudantes que foram presos em Belém como agitadores, integrados em células terroristas.

Por ter essa esperança, não posso crer, não posso crer sinceramente, que aos estudantes do Território cabe a responsabilidade no vandalismo que por vezes se pratica. Não posso crer que estudantes amapaenses sejam os autores da quebra de cerca (sic) de 100 lâmpadas na pista do aeroporto, que quebraram placas de sinalização de ruas e tantas outras coisas tristes e deprimentes.

Creio que deve haver gente estimulando essa prática lesiva ao bem público. Gente interessada na perturbação da ordem pública e na sabotagem. Gente que quer jogar sobre os estudantes a pecha de destruidores; gente que deseja agitar e dividi-los, para seu próprio benefício.

Creio no jovem amapaense. E por crer, venho dirigir-lhe meu chamamento para ajudar o Governo em manter íntegros o patriotismo e a tranquilidade deste Território (MARTINS, 1971, [n. p.]).

A cada trecho do texto do General Ivanhoé evidencia-se o seu posicionamento; sempre leal aos seus valores e, conseqüentemente, à Pátria. Pátria representada por pessoas de boa índole, trabalhadores e os estudantes que se dedicam para “serem úteis para a Pátria” e por isso, os apoia e, como exemplo de seu incentivo cita obras de sua administração como a *Biblioteca* e o *Instituto de Música*. No parágrafo seguinte, declara que “Há uma esperança nacional do Brasil de hoje na mocidade”, porém, não qualquer uma e sim, na “Mocidade patriótica e de bem” e por isso contrapõem; “Não a mocidade que alguns quiseram subverter neste TFA, tendo contaminado alguns estudantes que foram presos em Belém como agitadores, integrados em células terroristas”. Nesse trecho, ressalta-se a ideia ateadada desde o início e que justificou, inclusive, o nascimento dos Territórios Federais que foi a necessidade de Defesa Nacional, a defesa perante a ameaça dos subversivos aparece ao declarar a existência de “células terroristas” e, somente elas (células), podem justificar os atos vergonhosos dos estudantes em Belém.

Por acreditar no bom caráter dos estudantes é que de forma indignada usa a repetição enfática “... não posso crer, não posso crer sinceramente...” avigorando desta forma a ordem, o contentamento como estado natural no comportamento da população, uma vez que a desordem proporcionada seria o resultado de “sabotagem”. Importa salientar que todo o texto é interessante como construção da imagem de felicidade nacionalista que se pretende materializar, porém as expressões destacadas são, claro, retalhos que reforçam a mentalidade de um dos administradores do TFA. Mentalidade, ideologia impressa por um jornal que pretendia vender e inculcar os valores do poder vigente. Nesse confronto de ações do “bem” e as do “mal”, o governo produz o discurso do patriotismo, da benevolência e do moralismo. Tais atributos transformam-se em argumentos favoráveis ao continuísmo da “ordem e do progresso”, potencializados pelo militarismo.

Por isso, é necessário considerar que o sentido de palavras, expressões, frases e textos devem ser analisados em função do jogo de imagens e de correlações de forças presentes numa dada concepção social e em sendo assim, as interpretações engendradas nos jornais fazem circular os sentidos hegemônicos que interessam às instâncias de dominação. Entendendo assim, não há como dissociar os textos da percepção, do olhar e dos acontecimentos que o produzem e, no caso do jornal *Nôvo Amapá*, sempre é oportuno lembrar que esse olhar é o de quem está no comando da administração. Assim, pode-se entender que a memória histórica retomada pela ótica do governador Ivanhoé Martins do “Brasil de pós revolução...”, com todos os benefícios do “milagre”, torna possível a montagem de uma narrativa que explicaria os acontecimentos do presente. E depois de reforçar sua crença no jovem amapaense, finaliza seu discurso como se todos fossem uma única força:

E, por fim, neste dia do Trabalhador, neste 1º de Maio, façamos nós os operários de todas as profissões, a renovação de nossos votos na prosperidade do Brasil, construída pelo nosso suor e nosso trabalho. Porque essa prosperidade será a segurança dos dias felizes do amanhã, enaltecidos e enobrecido por aqueles que deram hoje sua contribuição.
Parabéns, trabalhadores do Território do Amapá! (MARTINS, 1971, [n. p.]).

A História do Brasil registra discursos laudatórios das autoridades a respeito do crescimento econômico que levou o país a ser em menos de dez anos, a partir de 1964, a décima economia do planeta. Então, exortar a população a se manter fiel aos “votos na prosperidade do Brasil” era o movimento repetitivo, enfático retratado em tom natural quando o que estava implícito nesse incremento era o que os críticos da política econômica do regime denunciavam afirmando que “este salto impressionante, na verdade, tinha sido feito à custa de arrocho salarial, reforço dos laços de dependência estrutural do capital internacional e brutal

concentração de renda, até para os padrões capitalistas” (NAPOLITANO, 2018, p.148). Mas o que importava era o que ficava em primeiro plano, tanto no cenário geral do País quanto no TFA, e o que o povo via era o surgimento de grandes empreendimentos, de possibilidades de trabalho, de desenvolvimento, de prosperidade.

Essa relação entre trabalho, trabalhador e progresso é reforçada em uma outra crônica, de Cordeiro Gomes, também, na coluna COMENTANDO... publicada na mesma edição do jornal e que diz:

AMANHÃ é 1º de Maio. Dia do Trabalho, que não se trabalha, em face de ser feriado. Como uma coisa puxa outra, esta data é também considerada o Dia do Trabalhador. O operário, por sua lua constante e suas mãos calosas, é o que melhor representa êsse (sic) dia. Não se pode divorciar uma coisa da outra. Trabalho mesmo duro é o do operário, êsse trabalhador anônimo que constrói a grandeza de uma Pátria.

No âmbito regional, nós vamos encontrar no operário amapaense, a fôrça motriz do seu progresso. É êle que constrói as escolas, as casas de saúde, as sedes das repartições públicas, os presídios, as bibliotecas e, finalmente, o berço indispensável em todos os setores da vida humana.

Antes o nosso operário começava cedo, forjava-se no dia-a-dia e se completava pela prática do trabalho. A ausência de um conhecimento teórico mais elástico, impossibilitava a sua ascensão técnica. Ficava assim como o personagem do samba de Chico Buarque:

“Pedro Pedreiro quer voltar atrás
 Quer ser pedreiro pobre e nada mais
 Sem ficar esperando, esperando, esperando, esperando
 Esperando o sol
 Esperando o trem
 Esperando o aumento para o mês que vem
 Esperando um filho pra esperar também...”

Atualmente, com a criação do Ginásio Orientado para o Trabalho, o Govêrno Federal veio dar nova concepção à formação de operários e, logicamente, possibilitar mais largos horizontes para todos aqueles que desejam abraçar uma profissão pois, com conhecimentos teóricos e práticos, muito mais ainda pode fazer o nosso homem, que é considerado no mundo a “alavanca do progresso” (sic)

Embora desconhecido, cada trabalhador hoje deve sentir a sensação de estar construindo com seu braço operário um mundo melhor para os seus próprios filhos, que não ficarão mais esperando como Pedro Pedreiro (GOMES, 1971, [n. p.]).

Tal qual Ivanhoé Martins, Cordeiro Gomes também inicia seu texto generalizando os trabalhadores do Brasil para, em seguida, especificar os “operários amapaenses”. A figura desse operário é pano de fundo para relatar os feitos do Governador Ivanhoé e, isso, é tramado de forma interessante, pois o General não aparece na crônica nominalmente em nenhum momento. Porém, suas obras são elencadas quando o cronista menciona que essa fôrça motriz do Amapá

“constrói as escolas, as casas de saúde, as sedes das repartições públicas, os presídios, as bibliotecas...”. Essas foram as mais significativas edificações de Macapá na administração do General, claro que nem todas no plural, mais ainda sim a leitura é metonímica, ou seja, as obras dão contiguidade ao autor.

Não bastasse essa relação de obras materiais, o melhor do texto está em especificar que o trabalhador amapaense se diferencia daqueles que foram para outras regiões, neste caso normalmente sul e sudeste do país, que, em movimento imigratório, saíram do Norte e foram para essas regiões “esperando” uma vida melhor. Para construir essa comparação entre os trabalhadores Cordeiro Gomes recorre ao “Pedro Pedreiro”, título da música de Chico Buarque lançada em, 1966.

A personagem de Chico Buarque vive “esperando” e, interessante observar, que a mencionada falta de perspectiva de Pedro Pedreiro se dá justamente pela repetição dessa palavra no início dos versos. O uso da anáfora imprime ao texto o tom do mesmo, de que a vida não sai do lugar, não se transforma pois, o *Pedreiro* está sempre “Esperando o sol / Esperando o trem/ Esperando o aumento para o mês que vem/ Esperando um filho pra esperar também...” considerando que *esperar*, conforme o dicionário⁴⁴, é um verbo transitivo direto, indireto e intransitivo e dentre alguns significados estão os que ratificam os sentidos, aqui contemplados, que são *o não agir; aguardar*, justamente o que traduz a vida de Pedro Pedreiro: uma vida sem incremento.

Já no Amapá há investimento, para além dos prédios, também na formação intelectual do trabalhador. O Dia do Trabalho e do Trabalhador é oportunidade para apresentar mais um significativo feito da gerência do Governador e do “Govêrno Federal”; a construção do “Ginásio Orientado para o Trabalho”. Tal obra dará, de acordo com a crônica, a possibilidade de “largos horizontes”, “com o conhecimento teóricos e práticos” e assim “muito mais poderá fazer o *nosso homem*” em direção ao futuro e, por consequência, “não ficarão mais esperando como Pedro Pedreiro”.

Priorizando essa formação intelectual, importa especificar a Educação no TFA. Lembrando, também, que, deste Janary Nunes ainda como primeiro Governador, a educação é mencionada como um dos elementos basilares para a transformação ansiada e, essa importância apareceu nos textos do General Ivanhoé, a pouco analisados, e em outros textos que virão.

Voltando um pouco no tempo, lembramos que o discurso político das autoridades constituídas no Amapá, em 1944, apontava para uma redução do analfabetismo já no início da

⁴⁴ HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. São Paulo, Ed. Moderna, 2015.

década de 1950, em razão da expansão do ensino no TFA, por meio da implantação de escolas e conseqüentemente de matrículas. A respeito de relação entre o tema Educação e os jornais, importa considerar que:

Desde as primeiras edições o *jornal Amapá* (sic), a educação escolar no Amapá é um tema noticiado com bastante frequência. Deve-se principalmente ao fato de que, no início da administração do território federal, o número de analfabetos era considerado muito elevado, principalmente entre adultos. Desse modo se fez necessário diversas medidas para reduzir esse número, como trazer do estado do Pará diversos professores com a mínima qualificação, aulas noturnas em todas as escolas do Amapá e estimular a frequência dos alunos na escola (SOUZA, 2017, p. 195).

A redução do índice de analfabetismo no Brasil, na década de 1950, foi uma questão explorada politicamente pelo Governador de Janary Nunes, e seu irmão Pauxy Nunes, então interventor no Amapá em 1958, que em Relatório de Governo afirmou sobre essa redução o índice de escolaridade que no Território deu saltos surpreendentes:

É certo que o possui este Território alto índice de escolaridade, atingindo a 192 alunos em 1.000 habitantes, salientando-se em 1944, ao serem criados os Territórios, era inferior a 30 em 1.000 habitantes, o que equivale afirmar que houve em aumento superior a 600% (NUNES, 1958, p. 139).

Trazer as informações desse Relatório importa como registro documental da época. Porém, fazendo sempre ressalvas sobre as informações considerando que seu autor representa a administração do TFA que, fortemente, se empenhava com a propaganda das benfeitorias do Governo. Porém, “mesmo sendo obrigação do governo realizar tais medidas e direito do cidadão em recebê-la, o jornal transforma as notícias como uma ‘façanha’ fora do comum do governo” (SOUZA, 2017, p. 195). O fato é que a educação passa a ser de forma reiterada pauta dos governantes, em algumas administrações de forma mais contundente como nos casos de Janary e do agora analisado, General Ivanhoé Martins.

Importa apreciar que sempre que se fizer referência à educação, ou à escola, o que estará em foco é o jovem, o estudante e seus anseios, movimentos e intenções. Isso porque o movimento estudantil, mesmo de forma conservadora, existiu no Território do Amapá, principalmente em Macapá. De acordo com Rodrigues (2009), o movimento estudantil no TFA se confunde com a criação da União dos Estudantes Secundários do Amapá (UECSA) pela sua reiterada interligação.

A UECSA foi criada em 09 de julho de 1950, e foi determinante na atuação do movimento secundarista amapaense e apresentava notoriedade por conseguir articular junto aos movimentos estudantis regional e nacional. Os principais passos de estruturação da UECSA

foram dados com o surgimento do Grêmio Literário e Cívico Rui Barbosa, por estudantes do Colégio Amapaense (C.A.), ainda em 1948, “quando foi realizada no cine-teatro territorial uma assembleia geral de estudantes secundaristas do Amapá” (RODRIGUES, 2009, p. 117).

O Grêmio Literário e Cívico Rui Barbosa foi fechado em 1964, mesmo sendo um movimento tímido, como mencionado, havia sempre a ameaça de ações subversivas. A timidez da UECSA está diretamente relacionada ao fato de os estudantes participantes serem filhos de funcionários públicos e, conforme Maura Leal, por isso, tinha uma postura mais de direita, “chegando talvez a ser a única entidade de estudantes a apoiar o golpe de 1964” (LEAL, 2017, p.216). Essas ponderações são significativas para que se entenda um pouco melhor a intenção dos textos anteriores e todos os subsequentes relacionados aos jovens amapaenses.

O Amapá dos relatos pós-1964 ia sendo representado como construção do jovem que se constituía nesse “Novo Amapá”. Desde a *Filomena* com sua audaciosa modernidade, até “Aos trabalhadores da juventude, que trabalham, com o estudo para serem úteis para a Pátria”. Nesse panorama, o que se seguiu ao golpe civil-militar com relação aos novos rumos do Território Federal do Amapá foi:

O de afirmação de um modelo de desenvolvimento econômico de exploração para a região muito mais agressivo e dependente, mas que tentou vender a ideia de que era algo novo e o caminho mais próspero para a conquista da autonomia política, que passou a crescer, juntamente, com a juventude amapaense em formação, e com o seu engajamento político, social e cultural. Vão ser esses jovens que, de certo modo, canalizarão para si a responsabilidade de debater os problemas do Amapá, não só dos decorrentes do autoritarismo promovido pelo regime ditatorial, mas os de sua condição territorial (LEAL, 2017, p. 206).

Consciente dessa responsabilidade que a juventude assumia, o foco no processo de escolarização, ou seja, a educação trona-se mecanismo de controle por parte do governo territorial. Essa necessidade de controle se deu, obviamente, pelo contexto histórico e como consequência dessa conjuntura ditatorial os movimentos estudantis eclodiam com suas reivindicações e descontentamentos. O Amapá, de 1970, era uma sociedade em formação, vivamente marcada pela experiência territorial e que ansiava por mudanças já apresentadas em suas escolhas e aspirações pertinentes a:

Uma primeira geração de jovens ‘amapaenses’ que começava a se engajar politicamente e que apostou muito mais na renovação e na representação local como caminho para a superação das mazelas que o Amapá enfrentava, do que a permanência de uma figura pública que era a própria personificação de um passado que não se queria mais. Portanto, não se trata, necessariamente, de considerar pessoas da mesma geração que viveram o mesmo tipo de experiências de adesão a uma cultura

política comum, mas, perceber que coabitam em torno de seus principais temas, gerações diferentes, com perspectivas distintas das anteriores, com quais as palavras não têm necessariamente o mesmo significado e que, apesar das diferenças que separam as pessoas que se reconhecem em uma mesma cultura, é nela que se funda a identidade de um grupo, e permite compreender as reações de seus membros a um dado acontecimento (LEAL, 2017, p. 252).

Apostar na renovação, na representação local mudando uma figura- Janary Gentil Nunes- que “personifica o passado que não se quer mais” são movimentos que traduzem o sentimento do jovem diante de um contexto político macapaense dos anos de 1960 e o início dos anos da década 1970, período que já marca suas mudanças e uma delas foi a instabilidades político-administrativa que o Território enfrentava e que, por isso, distinto dos anos que contribuíram para a supremacia do passado que não se quer repetir; o da hegemonia da família *Nunes* na região. Essas instabilidades administrativas e políticas que se traduziam em baixo poder aquisitivo da população, subemprego e as insistentes tentativas de Janary Nunes continuar no poder foram em parte contornadas, de acordo com Maura Leal (2017), com a administração de *Ivanhoé Martins* que, conforme já foi aludido, se mostra um governante mais atento para as necessidades reais do povo e, por isso, mais popular.

Nesse cenário os jovens, principalmente os estudantes, despontam como figura singular, em um contexto comum, no qual as gerações são delineadas pela imposição do “novo”. Os jovens e seus anseios eram temas recorrentes nas páginas dos jornais de circulação nacional. Nos impressos amapaenses, foram retratados nos discursos dos governadores e em crônicas como a da professora Maria Alves Sá⁴⁵, sendo uma delas a crônica cujo título bastante instigante é: “Juventude angustiada?”

Revistas e jornais do mundo inteiro noticiam em manchetes, comentam e analisam comportamento dos jovens. Simultaneamente (sic), nos mais distantes lugares do globo, surgem movimentos da juventude que reclama contra: a fome, a opressão, as organizações políticas, desemprego (sic) e estruturas educacionais. Todos lamentam e dizem – Juventude angustiada - critica-se, elogia-se, sem procurar um meio para evitar a tão decantada angústia.

É preciso convencer-mo-nos de que em cada época surgem problemas e exigências, frutos da própria evolução social. Assim, cada nova geração que se vai formando, apresenta necessidades novas e situações inéditas que exigem tratamentos novos e soluções, também, inéditas.

Os jovens estão angustiados porque a educação não tem atingido seus objetivos por imprevidência ou comodismo dos pais e educadores. Não existe

⁴⁵ Professora Maria Sá é natural do rio Tartaruga, pertencente ao município de Afuá, no Estado do Pará. Filha de Antônio Dias de Sá e Virgínia Dias de Sá, está no Amapá há 75 anos. Considerada Pioneira da Educação no Amapá. Dentre suas várias atuações na área, destaca-se sua contribuição como reitora *Pro Tempore* da Universidade Federal do Amapá; 1990-1992. (Fonte: <https://porta-retrato-ap.blogspot.com/2014/01/prof-maria-alves-de-sa-pioneira-do.html>. Acesso em: 15 set. 2021).

juventude angustiada, o que existe é uma juventude abandonada, deseducada. A ação educativa deve estar perfeitamente articulada com as exigências de cada época, não devemos repetir hoje, medidas que deram ótimos resultados ontem.

Neste caso não adiante violência, ameaça ou coação. Também não resolverá complacência, benevolência ou aplausos. A virtude está no meio, tentemos alcançá-la dando a educação seu verdadeiro rumo – educando para responsabilidade.

É importante a consciência de liberdade do cidadão. Não liberdade de fazer o que quiser, mas liberdade de reconhecer o que pode e deve fazer. Liberdade, socialmente, é uma decorrência do reconhecimento dos direitos e deveres.

[...]. Educar conduzindo para participação, cada jovem deve ser um participante da vida e não um simples espectador, a vida é uma contínua participação e esta só se realiza quando os indivíduos colaboram.

[...] O que está faltando é orientação à tenacidade dos moços. Falta ‘idéias fôrça’(sic) que canalizem a coragem, a audácia, o desassombro, o desejo de aventura e de glória para a construção de um plano de vida empolgante.

É a própria mocidade que nos reclama um ideal de vida. É o momento de reconstruirmos nossas diretrizes, nossos programas de atuação sobre a juventude.

Êles têm tédio da vida porque foram educados na mediocridade.

Queixam-se de solidão do coração porque foram educados no egoísmo.

Sentem-se angustiados, desesperados, revoltados porque foram educados no capricho.

Eduquem na liberdade disciplinada, na grandeza e na superação, dando-lhes imagens elevadas de vida pelos nossos exemplos; proporcionando-lhes vivências retas, e hábitos salutareos para a formação de seus caracteres.

Sômente educando para responsabilidade teremos uma juventude ajustada, sem recalques, sem revoltas e sem angústias, que não sonhe em construir uma ‘Cidade do Sol’ (SÁ, 1968, p.3)

As reflexões feitas sobre as angústias dos jovens já são interessantes pelo fato ser um questionamento, como se observa no título, abrindo caminho para as ponderações que se seguem ao longo de todo o texto. Assim, em seguida, a Prof.^a Maria Sá afirma que tal sentimento não é exclusividade nacional e muito menos local, pois “Revistas e jornais do mundo inteiro” retratam tal comportamento. Mais adiante, eis que a fórmula para o fim da angústia dos jovens é apresentada: “educar para a liberdade disciplinada”; ressaltando que propor “liberdade disciplinada” em 1968, pode ser considerada uma redundância, já que esse era o estado natural da história do Brasil. Para esses jovens, resumidamente descritos como medíocres, egoístas e caprichosos restam a liberdade cerceada e a oferta de imagens “elevadas” como exemplo e, todo o final do texto é a “fórmula” contra comportamentos desajustados, e porque não subversivos.

Em uma crônica histórica, “Escola: uma comunidade”, a Prof.^a Maria Sá reforça essa importante relação entre escola e aluno apresentando propostas para que os jovens se sintam mais atuantes:

É o objetivo fundamental da escola, criar condições de vida escolar que possam facilitar a socialização do educando. É necessário mostrar ao aluno, criança ou jovem, que êle é parte de um todo, com o qual deve articular-se. Para tal, a escola precisa desenvolver no aluno a cooperação fazendo-o sentir que depende de seus semelhantes, como estes dele.

Para inculcar essa idéia no espírito do jovem, não basta apenas dizermos que dependemos uns dos outros. Os valores sociais, morais, culturais ou cívicos, não devem ser apenas ditos, mas vividos (SÁ, 1968, p. 3).

Como se observa, a importância da participação, da vivência é enfatizada em ambos os textos e para que suas palavras não a traíssem, seguem as ponderações da professora que não deixa de chamar atenção do governo à responsabilidade, ao questionar:

Em relação ao assunto em pauta, qual a situação das nossas escolas no Território? Já atingiram aquêlo ponto ótimo de integração? Podemos chamá-las de sociedade em miniatura?... Ou ainda precisamos trabalhar muito para que nossas escolas deixem de se assemelhar ‘com coisa que se parece realidade, para ser realidade de fato?’ (SÁ, 1968, p. 3.)

Em seguida, faz a ressalva de que não pretende responder tais questões, no entanto propõe ações como a criação de instituições que proporcionariam maior integração entre as escolas, família, sociedade e a comunidade. Essas instituições seriam “Círculo de Pais e Professores”, “Associação dos Amigos da Escola”, “Associação dos Antigos Alunos” e “Centro da Comunidade” e explica como essas instituições funcionariam:

O ‘Círculo de Pais e Professores’ funcionaria, na escola, como forma de atrair a presença dos pais no estabelecimento escolar e induzi-los a colaborar na educação dos próprios filhos[...]. A ‘Associação dos Amigos da Escola’, tem por escopo projetar a escola na comunidade e granjear maior número de membros. Quanto mais se ampliar esta associação, maior será, também, seu prestígio em sua sociedade, de vez que cada membro será um propagandista. A ‘Associação dos Antigos Alunos’ é também outra forma de projetar a escola no seu meio pois, os antigos alunos, ocupando agora, os mais variados postos na comunidade e sentindo-se ainda vinculados à escola, serão os seus mais constantes defensores e prestigiadores, em todos os setores da vida pública. Por outro lado, esta ‘Associação’ proporcionará ao antigo aluno um lugar de permanente acolhimento.

O ‘Centro da Comunidade’, excelente instituição para integrar a escola ao seu meio social. Dela participariam alunos, professores (sic), autoridades e demais pessoas interessadas. O ‘Centro’ estudaria problemas de interesse coletivo, a fim de encaminhá-los para soluções viáveis e com participação de todos. Mas o seu objetivo principal é levar o aluno a tomar consciência dos problemas da comunidade.

Se atividades como essas puderem ser desenvolvidas, teremos transformado nossas escolas em centro de comunidade, e o que é mais importante ainda, a escola no Amapá será uma realidade de fato (SÁ, 1968, p. 3).

Infelizmente não foram encontradas informações se essas propostas se concretizaram na referida época. Pelo que parece, ficaram somente nas expectativas da professora Maria Sá ainda

que a educação no TFA tenha recebido significativo investimento. Alguns desses investimentos aparecem em outra crônica, “A renovação do ensino”, já em 1970, quando a mesma professora entre propostas de mudanças, acaba registrando a criação do Ensino Fundamental com duração de 8 anos. Seguem trechos do texto:

Várias tentativas têm sido feitas no campo do ensino, com o objetivo de adaptá-lo no ritmo vertiginoso de desenvolvimento porque passa atualmente a sociedade brasileira. A educação como elemento equilibrador tem por escopo preparar a criança e o jovem para que não se sintam desajustados ou inoperante diante das transformações sociais especialmente no momento em que se defrontam com a escolha dos meios mais eficazes para cumprir sua tarefa nesta obra transformadora e no mesmo tempo garantir o seu próprio futuro.

Se fizermos um exame sereno e consciente do problema educacional não somente do Amapá, mas do Brasil, veremos que a Escola Primária diante daquilo que desejávamos, tem se mostrado um tanto inadequado, relativamente aos seus objetivos, métodos, currículos e programas, evidenciando-se êste este problema por decréscimo bastante significativo de matrículas ao longo da faixa escolar primária. Embora o coeficiente seja cada vez maior, nas séries iniciais do curso primário, êste coeficiente diminui na razão direta da elevação do nível desse curso.

Como, então, resolver êste impasse em nosso sistema educacional?

Acreditamos que para resolver tal problemática, será necessária uma reformulação harmônica nestes dois níveis de ensino. Reforma pedagógica esta que abrangeria em sequência contínua e de modo integrado a faixa de idade compreendida entre 7 e 14 anos, sem o que será impossível eliminar o hiato existente entre os dois cursos fundamentais[...]

Procurando atender as necessidades educacionais do Brasil e dar ao ensino um aspecto semelhante ao descrito acima, o atual Ministro da educação convocou seus secretários e pessoas profundamente entendidas em problemas educacionais, para que juntos estudassem e elaborassem o anteprojeto da reforma do ensino primário e médio cujas conclusões, depois de aprovadas, transformarão radicalmente todo o sistema de ensino básico brasileiro.

De acôrdo como o nôvo sistema de ensino que entrará em vigor, possivelmente, a partir de 1971, a nova escola brasileira terá apenas um ciclo de estudos, com duração de 8 anos, cuja denominação será ‘Curso Fundamental’[...]

Não há dúvida de que esta, como qualquer outra reforma de ensino, irá esbarrar em sérias dificuldades, tais como instalação de equipamentos novos, bem como formação de professôres que deverão receber preparo conveniente, pois a nova estrutura do ensino implica na preparação de professores por área e não somente por matéria isolada.

O nosso desejo é que a reforma aqui enfocada nos traga os frutos que esperamos. Concordamos com ela porque cada país deve promover o maior número de experiências, objetivando soluções satisfatórias para seus problemas educacionais e procurando atender, ao mesmo tempo, suas reais necessidades (SÁ, 1970, p. 3).

Sabe-se que toda mudança para ser percebida, leva algum tempo e as relacionadas à educação, mais ainda. As mudanças locais sugeridas pela professora Maria Sá, em 1968, e as sobre as quais ela comenta considerando a reforma do Ensino Fundamental de 8 anos, não foram

realmente percebidas a curto prazo, mesmo porque não se passou tempo suficiente para isso. O fato é que a insatisfação com a educação se fez presente em uma crônica intitulada *EDUCAÇÃO*, também publicada no *Nôvo Amapá*, na coluna *TELENOTÍCIAS*, assinada por Milton Filho⁴⁶, em 1971. Nesse texto o cronista retrata a sua indignação já nas primeiras linhas ao enfatizar que:

Educar não é acumular conhecimentos, exercitar a memória. Os homens vêm se educando desde os tempos mais primitivos. Já advertia Looke: ‘Dos homens com que nos encontramos, nove décimos são os que são, bons e maus, úteis ou inúteis, devido à educação que receberam’.

A educação é necessária à vida dos povos, à subsistência da sociedade. O homem deve fazer de si próprio aquilo que deve ser.

Tem de encontrar-se por si só, porque é espírito. Portanto, a educação é, como afirmou Pestalozzi, em última análise; ‘uma ajuda à própria ajuda’. Quando um homem compreende a si mesmo surge a verdade e nasce a paz.

Não é segredo para ninguém, a figura central da escola é o mestre e dêle depende, principalmente, o êxito e o fracasso da tarefa educativa.

Não quero criticar ninguém, mas creio eu, que os mestres devem sempre ter em mente, o limite, não da inteligência do aluno, mas do grau que cursa. Atualmente, foram passados trabalhos e mais trabalhos de pesquisas para os alunos, coisa bastante válida, mas não certa quando está acima da mentalidade e do raciocínio do estudante. Exigir de um aluno de primeiro ginásial que fale sobre o imposto de renda, ou que apresente os primeiros Recenseamentos do Mundo, é algo de condenável, pois está acima da capacidade de percepção do ginásiano de primeiro ano (MILTON FILHO, 1971, [n. p.]).

Diferentemente do tom dos textos da Professora Maria Sá, mais técnicos, o tom da crônica de Milton Filho é mais uma reclamação, um desabafo a respeito da prática do professor que, segundo o cronista, não considera as competências do aluno, pois as tarefas de pesquisa seriam apenas “para acumular conhecimentos, exercitar a memória” configurando-se em uma atividade descontextualizada e sem propósito. Independentemente do teor, o que importa é como esse tema e outros são apresentados nos jornais nesse contexto do final dos anos de 1960 e início dos 70, que registram em seus temas mais recorrentes, o cotidiano de Macapá.

Esse mesmo comentarista produziu, também, crônicas expondo os feitos do governo e, como todos os outros textos, independentemente de quem os assinavam, averba as obras executadas e a expansão da educação no TFA. À vista disso, em escrito intitulado “A crônica do dia”, Milton Filho reforça que:

A Educação sempre esteve num plano de evidência dentro da atual política administrativa do Governo do Território. E para ilustrar esta afirmação, basta olharmos as obras executadas dentro do campo educacional. O Colégio

⁴⁶ Até o término desta pesquisa não foram encontradas informações, sobre Milton Filho, apesar de seu nome assinar outros textos. Absolutamente nenhuma, nem em registros oficiais, nem em consulta a pessoas que viveram neste período.

Amapaense sofreu melhoramentos, o Instituto de Educação revestiu-se de beleza, o Colégio Comercial do Amapá, situado na AV. FAB, é uma realidade. E agora chegou a vez dos alunos do ‘Castello Branco’ poderem também, cheios de orgulho, mostrar a todos o belo prédio do ginásio em que estudam. Não estaríamos exagerando, se afirmássemos que a Educação atual no Território vem oferecendo um instrumento básico para a população escolar, visando formas de expressão e comunicação que possibilitam a integração da criança e do adolescente na comunidade. Visa o Governo incentivar e oferecer condições para a criatividade, a iniciativa pessoal, a sociabilidade e a espontaneidade dos educandos.

Ter uma casa própria significa muito. E o cuidado do Governo do Território à rede escolar, não se limita apenas à capital. Os municípios também estão inseridos dentro do contexto de integração educacional.

Para muito em breve, na metrópole, mais um ginásio terá seu funcionamento em alojamentos próprios. Trata-se do Ginásio ‘Costa e Silva’.

O Governo promove a integração espontânea do educando, despertando com isso o interesse da comunidade para os problemas da escola. E o binômio Escola-comunidade, deixa de ser imaginário, para tornar-se uma realidade.

Não é preciso ser fatiloquente para afirmar que a nossa educação, com todo o apoio que vem recebendo do Governo do Território, conduz à elevação dos padrões qualitativos do indivíduo e atinge um ideal coerente com as aspirações de uma sociedade evoluída em termos técnicos e humanos (MILTON FILHO, 1972, [n. p.]).

Chama a atenção o fato de Macapá ser denominada como “Metrópole” e a educação ser a promotora direta desse processo, pois, agencia a formação de uma “sociedade evoluída em termos técnicos e humanos”. Em outra crônica, M. Filho ratifica o crescimento da cidade mencionando as ruas asfaltadas e o funcionamento dos semáforos dizendo “sim e não”, ao mesmo tempo em que descortina uma outra face do processo educacional muito comum no TFA, que era a saída dos estudantes para prestar o vestibular em Belém-PA. Em sendo assim, narra o cronista:

Estou de volta à cidade, respirando seu ar tão bom, e meus olhos percebendo que Macapá parece mais bela e mais cheia de vida. Amanhã é domingo, um dia de alegria, de ir ao campo de futebol, ao cinema, a praia ou um recanto florido qualquer. Observo no regime metálico da cidade, os asfaltos se multiplicarem em fuga e os sinais dizem sim e não. E assim nasce a flor. Feita de jornal, rotina e sangue.

Olhando o calendário noto que os trinta e um dias de janeiro já estão riscados, vieram e se foram. Janeiro chegou, mas já voltou, e com ele veio muita coisa e muitos viram as primeiras aspirações ou desejos realizados ou não. Uma centena de jovens amapaenses foi a Belém enfrentar o Vestibular-72. Ao final da classificação dos 2.000 para muitos vieram as lágrimas de alegrias, enquanto outros choram a desventura de não terem sido classificados [...]

Aos que não tiveram a sorte de figurar entre os 2.000 restará a esperança do Vestibular-73. Afinal, perde-se uma batalha, mas não a guerra. O tempo passa depressa e breve p novo vestibular estará as portas. Enquanto se espera nada melhor do que treinar bem, estudando com empenho para no fim do ano poder garantir ‘um lugar ao sol da universidade’. Assim é a vida. O que seria do

mundo se todos sorrissem ao mesmo tempo? [...] (MILTON FILHO, 1972, [n. p.]).

Cursar uma faculdade era uma realidade para poucos, pois nem todos tinham condições de manter seus filhos em outro estado, ainda que fosse o mais próximo; o Pará. Ainda que já existisse em Macapá, em 1971, um Núcleo de Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA), sob a coordenação da Professora Maria Alves de Sá, os cursos ofertados eram somente os de habilitação para o magistério. A respeito da implantação do ensino superior no Amapá, mais especificamente em Macapá é importante conhecer que esse processo:

Teve início com a instalação do Núcleo de Educação em Macapá/NEM, vinculada a UFPA, denominação dada ao Campus avançado da UFPA na Capital do Estado, no período de 1971 a 1990. A finalidade dessa Unidade avançada era preparar docentes no campo superior, para atender à reformada LDB, Lei nº. 5.692/71, a qual dava nova estrutura ao projeto de ensino no Brasil, segundo relato da Professora Maria Alves de Sá, Coordenadora do NEM e primeira Reitora Pró- Tempore da UNIFAP.

O Núcleo de Educação da UFPA, em Macapá, era vinculado ao Centro de Educação da UFPA. É dirigido por um (a) Coordenador (a) diretamente subordinado (a) ao Diretor do Centro de Educação, por este escolhido (a) e nomeado (a) pelo Reitor da UFPA. Em 1971, por meio de sua Pró-reitora de Extensão, o NEM/UFPA ofertou cerca de 500 vagas. Os primeiros cursos implantados tinham habilitação para o Magistério (Licenciatura Curta) (OLIVEIRA, 2015, p. 132).

Esse Núcleo de Educação é o início do que será, em 1990, a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP); instituição essa que nascerá como fruto dessa lacuna que materializava, nos anos da década de 1970, a pouca oportunidade que a população do TFA tinha de ingressar no ensino superior. Assim, entre os registros de especialistas na área da educação, os olhares dos governantes e os de comentarista está o fato incontestável que o registro feito sobre o processo educacional no Amapá revelado no jornal, chamava atenção da comunidade local para a importância de combater as barreiras que impediam o acesso à educação, a instrução; bem como inclui a educação escolar, como uma maneira de fomentar as virtudes sociais e o progresso almejado. Nessa perspectiva, a crença depositada pelo governo territorial nos mais jovens, ao mesmo tempo em que deixava claro o controle que buscava exercer sobre os seus destinos; também ilustrava o perfil de uma sociedade que crescia em torno de hábitos e costumes típicos de uma cultura ainda territorial.

Para além desses temas de cunho mais administrativos, há também a publicação de crônicas que corporificam a cidade e seu cotidiano com a exposição de situações pitorescas, tais como o desejo de acertar os treze pontos da Loteria, ou existência de vidas em outros

planetas. Mas que ainda assim deixam transparecer de forma explícita, ou implicitamente, referências à “excelente” administração do governo, ou que até a contradizem ao denotarem as dificuldades vividas.

Por conseguinte, as crônicas acabam por ilustrar em sua tessitura, por meio de símbolos, as imagens e aspectos culturais que passam a ser valores, algumas vezes dissimulados, que para a comunidade materializam uma identidade incorporada aos processos cotidianos. Considerando, desta maneira, que o símbolo ou o signo, de acordo com Silva (2009, p. 78) “é uma marca, um traço que está no lugar de uma outra coisa, a qual pode ser um objeto concreto, um conceito ligado a um objeto concreto ou um conceito abstrato”, por isso a construção da identidade está intrinsecamente ligada a construção de representações. Desta feita, confira-se, a seguir, algumas crônicas que contribuem para consubstanciar essas representações simbólicas e por isso identitária. A primeira delas trata a respeito do lamento do cronista por ser pobre, sobre suas dificuldades diárias e, como consequência, a respeito do sonho de acertar na Loteria Esportiva:

O COMENTANDO que todas as semanas está aqui com vocês, atravessa uma fase de grande experiência em sua fortaleza moral. Parece que a ‘milonga’ acertou os seus passos. Jamais houve época de sua vida de tantos desencontros, de tantos contatos negativos, de tantas esperanças morrendo juntas no mesmo barco, sem ter uma pessoa que lhe estenda a mão, sem ter a mais remota possibilidade de chegar à praia, ver o sol doirar por entre o verde das árvores e começar um novo dia sem problemas, sem angústias, sem o acúmulo de mágoas que se dilatam até mesmo depois de dois expedientes.

Mas, o comentarista de vocês é forte e acredita em Deus. Sorri mesmo assim, carregado de tragédias para o Carlos Eduardo, para a Déborah Carla e vem para o trabalho com novas esperanças no coração, mantém outros contatos certo de que um dia acertará na Loteria Esportiva e acabarão todas as suas angústias. Os amigos chegarão em bandos para festejarem a sorte do COMENTANDO. Haverá sorrisos, haverá festa e no meio do banquete um mais afoite pedirá a palavra para dizer que o COMENTANDO de vocês é o maior poeta do Latitude Zero do Universo.

Mas enquanto não chegam os 13 pontos da Loteria Esportiva, este comentarista vai vivendo o dia-a-dia sentindo na própria carne a infelicidade de ser pobre, de não ter ficado na Vigia pescando, namorando-mar, porque, além de todas essas angústias, o COMENTANDO é um homem saudoso de sua terra que estacionou no tempo. E foi melhor assim, pois a sua saudade não sofreu rasuras.

E assim fica o COMENTANDO aguardando que a próxima semana de trabalho que se inicia segunda-feira, traga no seu decorrer o ânimo necessário para suportar os reveses e abra sempre em sua alma uma nova esperança de que um dia o sol haverá de doirar em sua vida, para que possa frequentar novamente o ‘Gato Azul’ e a tranquilidade volte a residir no seu coração (GOMES, 1971, [n. p.]).

Em tom reflexivo, apresentando ao leitor seu estado de espírito tomado pelo desânimo, uma certa lentidão no ritmo da vida ao afirmar que a “milonga acertou seus passos”, Cordeiro Gomes apresenta as dificuldades do dia a dia de um trabalhador que enfrenta dois expedientes e, ainda assim, não consegue vencer os problemas sentindo-se solitário “sem ter uma pessoa que lhe estenda a mão, sem ter a mais remota possibilidade de chegar à praia, ver o sol doirar por entre o verde das árvores e começar um novo dia sem problemas, sem angústias, sem o acúmulo de mágoas que se dilatam até mesmo depois de dois expedientes”. Como consolo, além de depositar suas esperanças nos 13 pontos da Loteria Esportiva, o cronista, ainda que brevemente, refugia-se em sua terra natal, “Vigia”, nessas reedificações de suas lembranças, recriando cenários ao recordar o passado, nasce a saudade que aflora do presente. Essas lembranças do autor, de sua terra que felizmente “estacionou no tempo”, pois se não fosse assim sua saudade teria “sofrido rasuras”, permitem entender a saudade como uma camada na estruturação social pois:

Sendo [...] a saudade uma categoria social, começamos a perceber que ela é a expressão de uma concepção específica de tempo. Entretanto, mais do que ser uma forma de estabelecer sulcos externos ou descontínuos que nos envolvem, como fazem os ponteiros de um relógio ou as folhas de um calendário, a saudade fala do tempo por dentro. Da temporalidade como experiência vivida e [...] que cristaliza uma dada qualidade. Assim, pela saudade, podemos invocar e dialogar com pedaços do tempo, fazendo trazer os tempos especiais e desejados de volta (DA MATTA, 1992, p. 4-5).

Nesse diálogo com “pedaços do tempo” o comentarista conversa consigo ao mesmo tempo que se apresenta e constrói passado e presente, uma vez que, ao lembrar da sua terra que estagnou, volta o olhar no presente e permite que se perceba, mesmo que implicitamente, a Macapá desenvolvida que está representada no texto pelas referências “Latitude Zero”- lembrando que Macapá é cordada pela Linha imaginária do Equador que divide a terra em dois hemisférios, norte e sul - e pelo moderno Bar e Sorveteria “Gato Azul”, um dos pontos mais frequentados pela boemia macapaense na época. Assim, sua memória constrói a história, já que para Menezes (1999, p. 21), a memória é uma construção histórica, é um movimento que vai do presente em direção do passado formando imagens imperativas para as ações de “constituição e esforço da identidade individual, coletiva e territorial, que fornece quadros de orientação, de assimilação do novo, códigos para classificação e para intercâmbio social” e desta forma, a narrativa individual acaba por transfigura-se em um jeito de transmitir a memória coletiva.

Nessa linha sobre o individual e o coletivo, em outra crônica, Cordeiro Gomes fala sobre o avançado Ginásio de Macapá, habilmente avigorando a modernidade da cidade, ao mesmo tempo em que conta a história de superação de Francisco Pereira Barbosa, vendedor de “rala-rala”⁴⁷. Ao contar um pouco da vida de Francisco, o cronista deixa o leitor entrever a cidade, o coletivo ao referenciar lugares e descrever atitudes. Em sendo assim:

Quem quiser fazer uma visita ao Ginásio de Macapá durante os dois primeiros expedientes, com certeza vai encontrar o jovem de nome Francisco Pereira Barbosa atrás de um carrinho de ‘rala-rala’. Faz a sua venda pela parte da manhã-tarde e, à noite, estuda naquele estabelecimento de ensino. Fez de seus colegas seus freguêses e de sua escola, o ponto comercial do seu negócio.

Este é, sem dúvida alguma, um dos mais belos exemplos daquela fôrça de vontade de se tornar alguém, de estudar que poucos conservam no coração.

Filho de gente pobre, Francisco, embora já rapaz, época em que a gente está pensando em arranjar uma namorada bonita, não se envergonha de chegar, principalmente na sua própria escola, empurrando um carrinho de ‘rala-rala’, trabalho com o qual também garante o sustento de sua família. E não se envergonha porque sabe que trabalho honesto, por mais humilde que seja, não envergonha ninguém.

Não sei se existe em todo o Território outro caso semelhante, onde estão entrelaçados a humildade, a dedicação aos livros e aquela fôrça de vontade que eu falei a pouco, que abre às custas do próprio esforço os horizontes de uma existência que, no futuro, lhe permita uma melhor condição de vida,

Mas, enquanto não completa seus estudos, vai Francisco, indiferente talvez ao sorriso irônico de algum colega, empurrando o seu carrinho de ‘rala-rala’, buscar no Ginásio de Macapá o dinheiro da venda do seu trabalho e a cultura que lhe dará oportunidade de trocar, no futuro, o seu negócio atual, por uma profissão mais rendosa.

O sucesso na vida só lhe é dado o devido valor, quando é alcançado através de duros sacrifícios. E quando chaga a oportunidade de receber um diploma, êle, a quem é conferido o pergaminho, sabe perfeitamente que aquêle atestado lhe abrirá melhores dias em sua vida, foi o prêmio de seus esforços, as noites em claro, as renúncias em favor de um ideal que sômente as pessoas de ânimos fortes, semelhantes ao Francisco Barbosa, têm condições de suportar ... (GOMES, 1971, p. 3).

A crônica termina assim, com reticências como a vida que continua, a vida de Francisco e de possíveis outros que aproveitam a oportunidade de crescimento, por meio da educação formal; dos estudos que reaparece, assim, como fórmula para ascensão social. Oportunidades essas que, nos anos da década de 1970, no TFA, era apresentada como uma realidade para todos, inclusive para o vendedor de “rala-rala”.

⁴⁷ Uma mistura de leite condensado com suco ralado, também conhecido como “raspadinha”.

Discutindo sobre temas diversos, as crônicas desse período, não poderiam deixar de versar sobre arte e artistas locais. A crônica que segue, também de Cordeiro Gomes, trata do lançamento de uma obra poética de Arthur Nery Marinho⁴⁸ e inicia afirmando:

O poeta já nasce feito. A sua escola é a vida que lhe abre diversos caminhos, mas o poeta não segue nenhum, fica na encruzilhada olhando os que passam apressados, os que vão e vem sem retorno, as flores que embelezam as campinas e os pássaros que alegram as manhãs. O poeta descobre, pouco a pouco, que nasceu com aquela dosagem de sensibilidade necessária para extasiar-se perante a beleza, captar o sofrimento alheio e chorar as suas próprias mágoas. Há uma sinceridade imensa em seu coração quando chora, quando sorri, quando ama, e é por isso que nascem os poemas como uma necessidade, pois já dizia Manoel Bandeira ‘eu faço versos como quem morre’.

Aproveitei o domingo, ontem, para ler o livro de poesias ‘Cantigas do Meu Retiro’, do poeta Arthur Nery Marinho. Agradeço a especial deferência do meu amigo-poeta de olhar o seu ‘Cantigas do meu Retiro’, antes de baixar ao prelo, antes que o público tome conhecimento das preciosas safiras que o seu pensamento criou nos seus mais agudos momentos de solidão, que bem reflete nesta sua bela casa:

‘O autor do adágio que citas
Nunca andou no meu caminho.
Antes mau acompanhado
Do que andar sempre sozinho’.

Assim foi folheando ‘Cantigas do meu Retiro’, que o poeta escreveu numa casinha do IPASE, no bairro de Jacarecanga e revejo Arthur Nery Marinho, durante a calada da noite, no pátio, aconchegado com a sua saudade esperando o sol, o domingo, os amigos. Perspicaz, porém caladão, retrata neste soneto a maior decepção que a vida lhe causou:

‘Esta casa, Senhor, quando eu fazia,
Eu não sei se fazia ou se sonhava.
Na luta muita vez desanimava,
Mas logo me animava e prosseguia.
Foi ela um sonho pelo qual lutava,
Sem dêle me afastar sequer um dia.
E enquanto gente estranha me aplaudia,
Quem devia me animar, ironizava.
Hoje está pronta e enfeitada esta cidade.
O sonho transformou-se em realidade,
Mas parece mentira para mim.
Com a alma triste e o coração de esteta,

Sinto que é caro o imposto que o poeta paga num mundo cheio de cupim.’

⁴⁸ Nasceu em Chaves, interior do Pará, em 1923. Recebeu a alcunha de “Poeta Burocrata” por ter exercido cargos na administração pública tais como: cargo de Assessor de Relações Públicas da Prefeitura de Macapá, na gestão do Prefeito Murilo Agostinho Pinheiro; foi Presidente e Secretário da Federação Amapaense de Desportos; Diretor de Secretaria do Esporte Clube Macapá; Secretário da Sociedade Esportiva e Recreativa São José e fundador do Grêmio Literário e Cívico Rui Barbosa (Fonte: <https://porta-retrato-ap.blogspot.com/2014/01/prof-maria-alves-de-sa-pioneira-do.html>. Acesso em: 15 de setembro de 2021)

Após ler ‘ Cantiga do Meu Retiro’, cuja obra o mundo literário desta terra vai ficar em débito com Arthur Nery Marinho, me senti mais autêntico e um pouco antes, que a noite chegasse para agasalhar os pássaros, eu me saí em um breve passeio pelo bairro do Jacarecanga levando pelas mãos a Deborah Carla e Carlos Eduardo... (GOMES, 1971, p. 3).

Dessa maneira o texto deixa, seja uma crônica ou poesia, quem o produz nessa encruzilhada, pois o olhar para a vida, ao mesmo tempo em que abre caminhos, não exige escolha, somente a observação de olhares dilatados para os acontecimentos. No acaso desta crônica, olhar a cidade pelo território de símbolos significa poder reinventar, revisitar, reavivar, reencontrar, reescrever, projetar as histórias, os fatos que produzem significados para seus habitantes, portanto, o discurso, dentro da perspectiva do cronista, acaba funcionando como um espaço onde surgem outras representações sobre a cidade, pois como observa Gomes (1997, p.4) “se na cidade tudo é símbolo, o olhar percorre as ruas como se fossem páginas escritas”. E são essas representações, essas “páginas escritas” que fazem com que Cordeiro Gomes volte às ruas da “Jacarecanga” para viver, para sentir ainda mais as palavras de Arthur Nery Marinho pois, “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento ...” (NORA, 1993, p. 13).

Em outra crônica, escrita um ano depois dessa, Cordeiro Gomes, discorre a respeito de um grupo de artistas e intelectuais existentes no “bem pequeno Território do Amapá” descrevendo-os como seres capazes de dar sentido ao nada e ao cotidiano. E assim são descritos:

Para o homem comum nada desperta nada. Embora veja uma imagem diferente, não possui a sensibilidade do artista, de esteta para desenvolver, criar e dar vida. O homem comum pensa carregado de problemas e fica o quadro que, às vezes, desaparece sem uma única reprodução. O cotidiano maraca nossa existência com uma série de acontecimentos. Mas, para o poeta, para o artista do pincel e para o escultor, o nada pode representar muita coisa. Como por exemplo: a multidão que passa apressada para apanhar o ônibus; na calçada, o cego a esmolar, tateando com uma bengala branca o itinerário de seu regresso; uma boneca nuinha sem braços; uma garitê dançando sobre as águas e, um homem apaixonado, namorando – mar. No céu e na terra, no canto da ave e no choro de uma criança, o artista encontra uma grande motivação para desenvolver o seu talento. Para o pintor, assim como para o escultor, não existe a fronteira do idioma. A comunicação é feita através da arte, numa linguagem direta, sem intérprete, pois a expressão dos seus sentimentos reflete-se espontaneamente através de suas obras. Para o artista a inspiração nasce assim como o ‘Frederico que gerado no ventre da memória era preciso dar-lhe um nome para que tivesse identidade própria’. Depois de concluído o seu trabalho, que expressa o nada que não desperta nada para o homem comum, o fato deixa de ser uma paisagem corriqueira, para transformar-se em algo que merece ser admirado. Embora bem pequeno o Território do Amapá possui o seu grupo de artistas e intelectuais. No barro, Niná molda as suas esculturas, que já

ganharam exposição em Belém do Pará e outras partes do Brasil e do exterior. Na tela Flúvio, M. Bispo, B. Amanajás, O. Cunha, B. Monteiro, Sales e R. Peixe, podem ser considerados a maior expressão na arte pictórica. Pela voz de Alcy, cujos poemas já mereceram publicação na Antologia dos Grandes Poetas Brasileiros, destacam-se ainda Isnard Lima, Sílvio Leopoldo, Ernani Marinho, Arthur Nery Marinho, que tanto podem protestar contra o protesto como amar o desamor. São eles, os poetas, ‘as antenas de Deus no coração do mundo’ (GOMES, 1972, p. 3).

Sobre os artistas, significativo, pois, registrar que este jornal, ainda como jornal *Amapá*, teve, em edições a partir do ano de 1950, na mesma terceira página, uma “seção cultural onde divulgava as produções literárias amapaenses por iniciativa dos recém-chegados escritores, que vieram prestar serviços como servidores públicos no Território Federal do Amapá” (SOUZA, 2017, p.188). Porém, já como *Nôvo Amapá*, em 1968, o que foi encontrado sobre o tema, está aqui anotado. Textos quantitativamente incipientes, porém, já demonstram uma mudança no olhar sobre os movimentos da cidade; movimento que fica no entremeio de um comportamento que se mantém tratando claramente de política, ao mesmo tempo em que se mostra mais aberto para assuntos vários, pitorescos, inclusive, com tons mais humorísticos.

Para demonstrar que o comentarista, tal qual *Filomena*, é também uma pessoa moderna, seus assuntos são bastantes variados, pois ele está atento a tudo, é alguém capaz de pensar a respeito de assuntos políticos nacionais e locais, e sobre temas que ultrapassam a trivialidade. Por isso, o cronista também é um sujeito moderno. No caso da crônica de Milton Filho, a seguir, o assunto tratado ultrapassa e muito as cercanias do TFA, pois faz observações sobre “VIDA EM OUTROS PLANETAS”:

Analisando os acontecimentos científicos da Corrida Espacial, o conhecimento científico confere a hipótese de vida em outros planetas do sistema solar um pessimismo profundo. Senão vejamos: Mercúrio era visto como uma esfera solitária de metal, que mantém uma das faces constantemente voltadas para o sol (e se isso acontecesse com a terra, de manter uma das faces voltadas para o Sol, os mares e atmosfera dessa região seriam destilados, enquanto na outra seriam congelados); Vênus parece ter uma temperatura altíssima próxima a chumbo derretido; Júpiter e outros planetas externos são, ao que tudo indica, muito frios. A Lua, como revelaram as expedições ‘Apolo’ é uma esfera cinzenta, desprovida de ar e de água, mero produto de quatro eras de bombardeio meteorítico e vulcanismo. Os estudiosos voltam suas intenções para Marte, que oferece alguma esperança de vida, e em forma bastante primitiva. Mas à medida que os estudos e pesquisas são realizados, a esperança decresce ao se verificar que existe pouca água no planeta vermelho (MILTON FILHO, 1972, [n. p.]).

Depois de suas impressões sobre vidas em outros planetas, Milton Filho volta para questões cotidianas, porém em tom de bom-humor narra que “A morte está mesmo uma morte”.

Entrelaçando “mundos”, sejam outros planetas, outras “dimensões” todas passando pelo olhar do cotidiano e assim apresenta a questão:

É comum em rodinhas de compadres se ouvir falar em inflação, custo de vida, aumento do ‘pão’ e prestações. E a estória sempre acaba, ou acabava com um dito muito popular: ‘Só não custa mesmo é morrer, pois você nem pensa e já foi’. Mas, isto não está mais em moda, pelo menos em sua íntegra.

Hoje, você tem que pensar muito antes de morrer. Já não basta deixar aquele seguro ou a ajuda do montepio para a educação e subsistência de seus filhos. Deve deixar, antes de tudo, um saco de dinheiro para providenciar o funeral e aprontar a papelada, que a burocracia é grande.

Um coveiro de profissão, chegou a se expressar desta maneira: ‘Para entrar lá no céu, acho que é fácil de convencer do que dá conta da papelada para ser enterrado e arranjar o tutu pra vir pro cemitério’. Se ele está exagerando, você mesmo pode verificar. Se concluir que a morte, hoje, está um negócio puro pra valer, não se assuste demais, pois o coração pode pifar... (MILTON FILHO, 1972, [n. p.]).

A crônica é assim, o cotidiano, a linguagem corriqueira do bate-papo, das “rodinhas de compadres” mesmo que o assunto seja sério e perturbador. A variedade de assunto caracteriza esse gênero textual, afinal conforme Benjamin (194, p. 223) “o cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre grandes e pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história”. No caso da crônica em pauta o que perturba e não pode ser perdido não é o tema morte, mas a carestia da vida que rompe o cotidiano enredado por meros comentários sobre o “custo de vida” e o “aumento do pão” e faz com que o sujeito “pense muito antes de morrer”.

Nesse tom descontraído do texto marcado por ditos populares, linguagem coloquial e pelo trocadinho com a palavra morte no título “A morte está mesmo uma morte”, o leitor pode se distrair e não perceber que o autor se trai, uma vez que, na intenção propagandista do próprio jornal, Macapá em 1972, estaria vivendo as glórias da administração de Ivanhoé Martins e, ao retratar como assunto corriqueiro o custo do pão, as prestações e o preço da morte, o contexto transfigura-se e o leitor é deslocado do cenário imaginado e propagado como ideal para “a vida como ela é”, recuperando aqui, intencionalmente, uma referência ao tom irônico, trágico e por vezes sarcástico das crônicas de Nelson Rodrigues. Deste modo, por talvez considerar o possível choque de realidade, o leitor é advertido a não se assustar demais, “pois o coração pode pifar”.

Cordeiro Gomes retrata também esse cotidiano distante das propagandas da administração. Em uma crônica sem título, na 3ª página, na coluna COMENTANDO, também vai compor essa realidade nada idealizada:

Eram 12 horas e 15 minutos quando o homem deixou a obra. Pegou a bicicleta que comprou de segunda mão e ainda não acabou de pagar e desceu ‘embalado’ a ladeira do bairro do Igarapé das mulheres. Entrou na fila e esperou, de panela na mão, que chegasse a sua vez. O dinheiro no bolso só dava para comprar dois litros. Já estava atrasado, mas esperou pacientemente a sua vez. Saiu de manhãzinha de casa como o café simples. Não havia deixado nada para o almoço. Finalmente chegou sua vez. O dinheiro estava certo, não havia necessidade de esperar o troco.

Desta vez apelando para todas as suas reservas físicas, subiu a ladeira, pensando: ‘descer qualquer santo ajuda’. Retomou a direção do bairro Pacoval, dando um pouco mais de velocidade na bicicleta.

Na sua modesta choupana, coberta de palha de buriti, sua mulher esperava-o ansiosamente com uma criança no colo. As outras estavam espalhadas pelo terreiro. A sua Maria, já fora, em tempos idos, uma mulher bonita. Hoje era um ‘trapo velho’. Mas, acrescentou como quem se desculpa: ‘coração é ali’. As crianças festejavam ruidosamente a chegada do homem de panela na mão. O dinheiro que arranhou emprestado com um colega da obra, só havia dado para comprar dois litros. A sua mulher, como sempre, sabia fazer com o açaí, o ‘milagre dos pães’. Um pouco mais de água estava resolvido o problema. À noite, quando o homem retornasse do trabalho, iria pescar e, no dia seguinte teria uma mesa farta: ‘Deus dá o frio conforme roupa’.

Pelo Natal, com o décimo-terceiro, teria dinheiro para comprar brinquedo para a garotada. Mesmo pobre, não iria perder a oportunidade de ser Papai Noel. Seria uma ‘noite feliz’, ao lado dos seus filhos e de sua esposa, a Maria, que em tempos idos já fora uma mulher bonita (GOMES, 1972, p. 3).

É importante notar como é feita a composição da crônica, pois é esse arranjo que permite o leitor vislumbrar o outro lado, um fluxo da realidade bem mais distante do arquitetado por essa mesma imprensa oficial. A história que começa descrevendo o dia desse homem, que nem nome tem e, por isso, podem ser muitos, pode ser entendida como a representação das nuances de uma vida sofrida, repleta de dificuldades descritas em gradação: esse homem, sai na hora do almoço com sua bicicleta usada, comprada à prestação, para comprar – com o dinheiro que emprestou- dois litros de açaí para levar para sua família, cuja descrição só reforça as dificuldades.

Sua mulher sem nenhum eufemismo é “um trapo velho”, seu nome é Maria, o que não a individualiza, pois é um nome tão comum que pode, também, representar muitas e mais uma vez tem-se a relação que parte do indivíduo para o coletivo. Assim, esse homem sem nome e sua Maria, moram em uma choupana; tem muitos filhos e, a maior expectativa dele é esperar – talvez como Pedro Pedreiro- o décimo-terceiro para ter “a oportunidade de ser Papai Noel” para seus filhos e para sua Maria, que o cronista faz questão de enfaticamente afirmar que “em tempos idos já fora uma mulher bonita”.

A crônica é isso; narra, relata, descreve, expõe e até argumenta com fugacidade fatos e ao mesmo tempo, expressa os pensamentos daqueles que "discernem" com sensibilidade o cotidiano em seus variados tons. Por isso, como se percebe, nas páginas dos jornais tudo é

assunto e seguindo nessa linha de variedade, Milton Filho, na coluna TELENOTÍCIAS, registra agora um acontecimento histórico, ainda, em 1972. A pauta é a incontida alegria do povo brasileiro em comemoração aos centos e cinquenta anos do gesto do Imperador D. Pedro I, às margens do riacho Ipiranga, a 4 de setembro de 1822, quando traçou o destino do Brasil declarando: “Independência ou morte”. A emoção dessa data, não é somente pela independência do Brasil, mas sim, pelo fato de que em razão da comemoração desta data, houve uma peregrinação pelo Brasil dos restos mortais imperiais, romagem essa que incluiu o TFA. Essa estada dos despojos do imperador, em Macapá, está assim exposta:

Um Imperador entre nós

O ano de 1972 terá seus 365 dias repletos de festividades. É com incontida alegria que o povo brasileiro comemora os centos e cinquenta anos que já se passaram desde aquele gesto do Imperador D. Pedro I, às margens do riacho Ipiranga, a 7 de setembro de 1822, quando praticou o gesto memorável que nos traçou o destino: ‘Independência ou Morte’. No arrojo de seu próprio sonho e no impulso de sua vontade, o Imperador D. Pedro I simboliza a unidade do espírito, vocação do sentimento das duas nações lusíadas.

Entre as mais variegadas homenagens que foram efetivas, sem dúvida merece destaque a translação dos restos mortais do Primeiro Imperador do Brasil e Quarto de Portugal. O acontecimento de relevo internacional aconteceu na ensolarada manhã do dia 22 de abril, quando Sua Excelência, o Almirante Américo Tomás, Presidente de Portugal, fêz a entrega dos restos mortais do ‘Defensor Perpétuo do Brasil’ à Nação Brasileira, representada na pessoa do General Emílio Garrastazu Médici, nosso eminente Presidente.

A emoção daquele dia foi grande!

Todos os brasileiros estiveram unidos através do respeito altamente significativo com que recebemos as cinzas do nosso Imperador.

D. Pedro I terá sua morada definitiva na Pátria onde deu o brado de libertação. A translação das cinzas imperiais confere maior brilhantismo às comemorações do SEIQUICENTENÁRIO DE NOSSA INDEPENDÊNCIA!

D. Pedro I nasceu no dia 12 de outubro de 1798 e veio a falecer em 24 de setembro de 1834.

A peregrinação dos restos mortais imperiais começou no dia 25 de abril. Hoje, 19 de julho, está entre nós. Todos os amapaenses podem prestar suas homenagens e demonstrar a admiração que nutrem pelo Imperador lusitano que nos deu o dom supremo de uma Nação – a nossa Independência, a nossa soberania.

O Território Federal do Amapá e o seu povo sentem-se honrados em receber e guardar, por algum tempo, as cinzas do Grande Imperador Brasileiro, D. Pedro I, herói comum das duas Pátrias! (MILTON FILHO, 1972, [n. p.]).

Nessa rede simbólica dos textos que compõem as páginas dos jornais é significativo perceber o que na obra *A memória coletiva*, Halbwachs (2009) registra um movimento que desloca o foco de atenção da lembrança individual –“ A emoção daquele dia foi grande! ”- para a social. Deste modo, para Maurice Halbwachs, a memória individual é um ponto de vista da memória coletiva.

Em sendo assim, ao construir o registro da passagem dos restos mortais de D. Pero I, sob seu ponto de vista, numa narrativa emocionada, o cronista, recorrendo aos sujeitos da história, a elementos da própria história, produz “evidências sobre processos históricos, constituindo, portanto, um esteio para o reconhecimento de identidades” (DELGADO, 2010, p. 71). Nesse aspecto, o acontecimento narrado, ao estabelecer uma relação com os acontecimentos e seus elementos históricos entrecem aspectos políticos, sociais e suas consequências para a vida da comunidade amapaense. Pois, tal acontecimento, que mobilizou o Brasil, foi também um evento na capital Macapá que mobilizou governantes e governados alterando o cotidiano da cidade.

E entre “chegadas e partidas” as páginas de o Nôvo Amapá historiaram, também, a saída de Ivanhoé Martins do comando do TFA. Na coluna COMENTANDO, em 19 de outubro de 1972, Cordeiro Gomes expõe:

Em termo quantitativos, somente minha sinceridade suplanta a minha feiura física. Essas qualidades depreciativas por grande parte da comunidade, tem me feito sofrer algumas decepções. Se por um lado consegui me conformar com minha feiura, até hoje ainda não posso dizer o mesmo sobre meus sentimentos quando se trata de dizer a verdade, de expressar aquilo que, bem dentro de mim, espelha a maior sinceridade. Ninguém mais nesta cidade de Macapá ignora que o governador Ivanhoé Martins, por uma imposição da atual política-administrativa do Governo Federal, vai embora. Poderia ficar cochigando comigo mesmo, sem que o público tomasse conhecimento da minha sincera impressão a respeito do Governo de Sua Excelência. Mas, de dentro de mim, vem aquela coisa incontrolável e eu, deixando-me levar pelo pensamento, vejo-me defronte da velha máquina, passando para o papel aquilo que, acredito, muitos homens honestos nesta cidade já tenham dito ao Governador. Não é possível que alguém desejasse mais do que foi realizado em um pouco mais de cinco anos de Governo.

Basta afirmar, para melhor evidenciar o seu grande trabalho no Amapá, que em todos os setores administrativos foram ampliados e corrigidas distorções, oferecendo atualmente maiores condições de serviços a coletividade. Da criança ao ancião, da dona de casa à jovem comerciária, do funcionário público sem residência ao motorista viajando pelas estradas e ruas asfaltadas, cada um traz no coração uma muda, mas sincera dívida de gratidão ao Governador Ivanhoé Martins. Vai embora, mas deixa no Território do Amapá uma indestrutível afirmação, de seu trabalho dinâmico, cujos termos de comparação, pelo grande volume de realizações, jamais podem ser confrontados com as administrações passadas (GOMES, 1972, p. 3).

O cronista deixa evidente sua consternação em relação a saída de um governador que foi (por depoimentos colhidos em conversas informais e pelas obras que deixou e falou por si, ao lado de Janary Gentil Nunes e Annibal Barcelos) uma das figuras mais importantes do TFA. Ao revisar as benfeitorias de Ivanhoé Martins o texto não somente revisa o passado como reforça o presente, e faz ler o texto como expressão da verdade, mesmo que o fato seja retratado pelo olhar subjetivo do cronista diante de sua máquina de escrever. As transformações foram tantas, e beneficiaram a coletividade que, mesmo os que não se manifestaram lamentando a saída do governador, o cronista tem a certeza “de que cada um traz no coração uma muda, mas sincera dívida de gratidão ao Governador Ivanhoé Martins”. Assim, em tom de desabafo, angústia e agradecimento, Cordeiro Gomes acaba registrando mais um momento da história do Amapá.

Assim, pode-se considerar que os acontecimentos divulgados pelos jornais formam modelos de verdade, pois filiando os acontecimentos a determinados sentidos, e ao promover a circulação seletiva de certos enunciados sobre os eventos, e, dessa forma, produzir um certo tipo de textualidade e de conhecimento da realidade é que os jornais são vistos como um meio de formação de padrões de verdade. Modelos vistos, principalmente, nos textos que funcionaram como propaganda da administração vendendo a ideia da “Macapá Moderna” que foi comprada pelo povo e pelos que vieram trabalhar no TFA.

Dentro desses modelos de verdade os jornais entretêm e formam opiniões, e, como mais um exemplo desse movimento de estruturação, o *Nôvo Amapá* traduz todo esse alvoroço político provocado pelas substituições na administração e do pleito municipal de Macapá, publicando um texto não assinado, em 25 de novembro de 1972, na 4ª página do periódico, vislumbrando uma prévia do que serão as eleições de 1974. O texto é longo, mas precisa ser transcrito integralmente para que nenhum detalhe desse momento significativo se perca.

Eleições:
Prévia para 74

Nunca, no Amapá uma eleição para a Câmara Municipal foi disputada com tanto interesse, com tanto entusiasmo.

Na opinião de elementos ligados à vida política local, a eleição municipal deste ano, especialmente no município de Macapá, teve todas as características de uma eleição majoritária, quando o povo vibra mais, participa mais, exatamente por estar em jogo uma liderança política, que vai ser exercida por quatro anos.

A ARENA, tinha um compromisso consigo mesma, de vencer as eleições, não apenas para dar ao prefeito um suporte político, mas também e principalmente, por haver perdido um pleito majoritário em 1970, quando o MDB conseguiu eleger para a Câmara Federal, o sr. Antônio Cordeiro Pontes.

Da eleição de 1970 para cá, muita água rolou por baixo da ponte. O grupo de trabalho que apoiou a candidatura de Pontes, desgostoso com o comportamento do parlamentar que teria fugido ao cumprimento de alguns compromissos assumidos, passou de armas e bagagens para a Arena, juntando-se ao grupo que já lá estava, formando assim um bloco sólido, sobre o qual foi alicerçada a grande vitória.

As lideranças antigas, junto com as novas, tinham um só objetivo, ganhar as eleições, usando para isso um esquema cuidadoso, que teve de pôr base não o individualismo, mas todo um trabalho no País inteiro, pelo Governo revolucionário.

Batendo na mesma tecla desde o início da campanha, e contestando com uma lista de excelentes candidatos, a ARENA conseguiu recuperar o apoio popular, fator importante e indispensável à conquista hora festejada.

A vitória conquistada pela ARENA, considerada por alguns como pouco Expressiva (sic), pelo fato de a diferença ser de apenas um vereador, pode e deve ser considerada como altamente positiva, como bem o demonstra um cálculo simples.

Na eleição de 1970, a ARENA perdeu a eleição para a Câmara Federal, por uma diferença de 1435 votos, computados em todo o Território.

Na eleição deste ano, o partido do Governo, recuperou os 1435 que havia perdido e colocou por cima mais de 1380 votos, somente na capital do Território Federal do Amapá. Isto nos faz acreditar que em termos gerais, o partido vencedor conseguiu dobrar a diferença, em face do resultado anterior. É desnecessário afirmar que houve paz e liberdade, tanto durante a campanha política como no dia das eleições. O governo permitiu uma campanha livre, esperando que o povo soubesse, como soube, escolher os nomes que irão representa-lo durante o período legislativo a ser iniciado em 1973.

Há quem afirme que a eleição municipal deste ano, serviu como uma espécie de balão de ensaio para a campanha de 1974, quando estará sendo disputada a cadeira da Câmara Federal, atualmente ocupada por um deputado da oposição. Vencendo em todos os municípios como venceu, a ARENA, apesar de não poder contar já como vencida a eleição de 74, se apresenta com maiores possibilidades, desde que consiga manter a unidade partidária observada durante o pleito municipal e execute um trabalho semelhante ao deste ano, evidentemente que com as correções que se fizeram necessárias.

A par disso tudo, contando com a ação eficiente do governo, na solução dos problemas locais, pode-se antever mais uma vez, o reconhecimento popular, tal qual aconteceu agora (NÓVO AMAPÁ, 1972, p. 4).

A matéria registra o panorama da eleição de 1970, com todas as mudanças e arranjos feitos entre os articulistas envolvidos. Como narrado no texto os amapaenses reclamavam não só a renovação de “nomes” na política, mas a resolução de problemas causados por um passado de interesses individualistas. Nas conclusões de Santos (1998, p. 175), “a sufragação de Janary Nunes nas urnas, de fato e tão somente desacelerou seu declínio político e adiou o inevitável fim”. Analisada por esse ângulo, o do desgaste político, a vitória de Nunes nessas eleições - dada a diminuição de seus apoiadores e de sua influência- teria deixado um cenário ainda mais adverso para sua recandidatura em 1970, confirmado nos números da apuração, que mostravam uma vitória apertada, com uma queda considerável de seus eleitores, comparada ao eleitoral de 1962.

Essas mudanças significativas fazem com que se aposte em mudanças ainda maiores na eleição de 1974, o que não ocorreu, pelo contrário, de acordo com Santos (2001), os governos subsequentes ao ano de 1972, são considerados antipopulares e acusados de privilegiar os tecnocratas (governadores José Lisboa Freire e de Artur de Azevedo Henrique). Sendo que a mudança desse cenário só se modifica no governo de Annibal Barcellos, em 1979.

Feitas essas observações, é necessário retornar ao ano de 1973, não somente para seguir a linha do tempo, mas para registrar um momento lendário da história coercitiva da Ditadura no Amapá. Esse fato lendário ficou conhecido como *Operação Engasga*. Essa *Operação* foi assim retratada:

O “engasga-engasga”, como ficou conhecida popularmente a operação militar de 1973, recebeu esse nome em razão de ter sido justificada pela quantidade de relatos de agressões a mulheres que teriam sido vítimas de tentativa de estrangulamento por um homem disfarçado, com peruca longa, máscara contra gases, barba comprida, vestuário extravagante e luvas cobertas por lixas grossas (LEAL, 2017, p. 222).

Essas mulheres agredidas nunca foram de fato encontradas, os acontecimentos corriam de boca em boca e a cada relato havia o predomínio da extravagância, fazendo valer o dito popular que diz: “quem conta um conto, aumenta um ponto”. Por isso, a referência ao acontecimento como “lendário”. Ainda assim, não se pode deixar de informar que na época, lenda, ou não, essa *Operação*, provocou pânico na população.

As informações a respeito de um dos acontecimentos políticos marcantes de coerção do período de opressão em Macapá, a *Operação Engasga-Engasga* só puderam ser lidas por meio das páginas de poucos jornais que circularam em Belém e em Macapá. No caso do jornal *Nôvo Amapá*, as informações eram narradas - como não poderia deixar de ser- na perspectiva da polícia, Guarda Territorial, que assim narrou a “captura” dos *engasga*:

CIDADE EM PAZ NOVAMENTE

A Polícia já deitou a mão sobre o grupo que vinha deixando intranquila a população de Macapá, praticando atentado contra diversas senhoras e senhoritas, em uma ação que foi iniciada na tarde do sábado último e concluída na madrugada de quinta-feira desta semana.

Caçada

Tudo começou com um atentado de que foi vítima uma senhorita no sábado à tarde, na Avenida Padre Júlio Maria Lombardi, entre as ruas Odilardo Silva e Eliezer Levy, quando um homem barbudo e cabeludo tentou estrangulá-la utilizando possivelmente uma corda de manilha.

De início a polícia tomou as providências normais para uma tentativa de homicídio. Mais tarde, porém, com o surgimento de novos casos semelhantes, em outros pontos da capital, a população começou a ficar alarmada e a Polícia adotou novas medidas, já com a certeza de não se tratar

de apenas um elemento.

O próprio chefe de Polícia, coronel Gentil Campos, passou a dirigir as operações, isto depois de manter contato com uma das vítimas e de verificar que as marcas deixadas no pescoço das mesmas não eram pura e simples de um estrangulamento.

Foi montado o esquema para erradicação, bem como um levantamento de todas as áreas de probabilidades.

Na madrugada de quinta-feira as providências adotadas deram os resultados esperados, sendo presos os elementos implicados que estão em poder das autoridades policiais, para os devidos esclarecimentos.

Perucas e barbas serviam de disfarce

Os perigosos elementos que a polícia prendeu na madrugada de quinta-feira, utilizavam uma série de recursos de despistamento, escapando dos lugares onde atacavam, pelo simples processo de mudança de aspecto.

Perucas, barbas postiças e outros materiais foram apreendidos pelas autoridades policiais. Eles utilizavam perucas e barbas postiças, além de luvas com lixa., para atacar vítimas. Logo depois dos ataques arrancaram os disfarces e apareciam como se também estivessem participando das buscas.

Foi o detetive Queiroga que percebeu o truque e prendeu o primeiro dos marginais. Quando este já procurava fugir.

Bairro do Trem teve quatro atentados

Durante as operações efetuadas para a prisão dos marginais que tinham apavorado a população, a Polícia local utilizou, segundo as declarações do coronel Gentil de Almeida Campos, um total de 30 homens, em equipes que se revezavam nos diversos setores suspeitos.

Foram atendidos um total de 33 alarmes falsos, com um total de sete atentados, sendo quatro no bairro do Trem, dois no bairro do Beírol e um na CEA.

Foram determinados 11 locais suspeitos que passaram a ser devidamente vigiados pela polícia, que colheu os resultados, prendendo em um deles, os elementos procurados.

O próprio chefe de Polícia, ao ser indagado sobre a possível presença de um estrangeiro ao meio dos capturados, disse não ser verídica a notícia, como são inverídicas muitas outras que circularam na cidade.

O elemento que foi capturado inicialmente, isto depois de ter trocado tiros com a polícia, acabou sendo atingido por uma bala à altura da perna, o que fez que começassem a surgir resultados relativos à operação.

O Exército entrou em ação no último dia da operação, contribuindo de forma destacada para o êxito da missão policial (NÔVO AMAPÁ, 1973, [n. p.]).

Mesmo com tanta riqueza de detalhes da operação que prendeu “os engasgas”, reiteramos que não há comprovação de que realmente essa pessoa, ou essas pessoas tenham existido. De acordo com as pesquisas de Maura Leal, o que houve em 1973, em Macapá foi uma espécie de delírio coletivo inclusive com relatos de que esse ser amedrontador seria um “alienígena” que estaria preso em Macapá como clandestino e que possuía conhecimento de táticas de guerra e de guerrilha. Mas, sobre a possibilidade de toda essa história ter sido pensada pelos próprios militares tem-se as seguintes informações:

Apesar das várias denúncias à polícia e à Rádio Difusora, não se tem registros de uma mulher assassinada ou gravemente ferida por esses ataques, mas essas geraram em Macapá um clima de tensão e medo generalizados entre os moradores, intensificados por estranhos cortes de energia elétrica, que coincidiam com a saída dos estudantes das escolas no turno da noite (LEAL, 2017, p. 222).

Observa-se que o cenário descrito era realmente tenso, intensificado por cortes de energia elétrica. Outros episódios desse contexto histórico que surpreenderam a população e que se somam, ou seja, não devem ser vistos como fatos isolados, foi a chegada do alto-escalão das forças armadas na capital e a prisão de, aproximadamente, 28 pessoas acusadas de comunistas. As notícias sobre a *Operação*, como já mencionado, também foram pauta do jornal paraense *Folha do Norte*. Sobre esse registro a professora Maura Leal assim registrou:

O jornal paraense *Folha do Norte*, de 01 de junho de 1973, com a manchete “Terroristas estrangulam mulheres em Macapá”, noticiou as agressões e as prisões dos supostos “engasgadores”, referindo-se a eles como *terroristas que estariam estrangulando mulheres em Macapá*. Segundo esse jornal, “a população da capital do Território esteve intranquiladurante quinze dias, até que a Secretaria de Segurança do Governo do Amapá, coma colaboração do 34º Batalhão de Infantaria do Exército ali sediado, conseguiu prender os responsáveis pelos acontecimentos” (LEAL, 2017, p. 223).

Para reforçar a construção dessa conjuntura, uma outra forma de narrar essa ocorrência é importante, assim, para a estruturação desse olhar é importante a narrativa do escritor Fernando Canto, na obra *Adoradores do Sol*⁴⁹:

OPERAÇÃO ENGASGA E A VOLTA DOS QUE NÃO FORAM

Soldados armados de metralhadoras circulavam dia e noite pelas ruas empicarradas de Macapá em busca de possíveis terroristas. Informações desencontradas e absurdas faziam a Polícia Civil e o Exército correrem atrás dos suspeitos que “ameaçavam” o regime militar. Mas na calada da noite esses terroristas agiam engasgando pessoas, principalmente estudantes que saíam depois das dez horas de seus colégios.

A cidade vivia um clima de psicose coletiva em maio de 1973. Todos se transformavam em alcaguetes e aquele que por ventura tivesse falado contra o regime, bêbado em um bar ou sóbrio numa barbearia, fatalmente se tornaria um inimigo em potencial, sujeito a prisão e a interrogatório. Os repressores prendiam quem queriam e levavam “material suspeito” para investigação, como possíveis livros proibidos pela censura federal e textos escritos pelos presos, tipo cartas e até letras de músicas.

⁴⁹ Trazer o texto de Fernando Canto é significativo ainda que seja de 2010. Fernando Canto é escritor e pesquisa sobre os assuntos do Amapá. Os relatos sobre esse período, por exemplo, além de fonte documental, são fruto de entrevistas com pessoas da época.

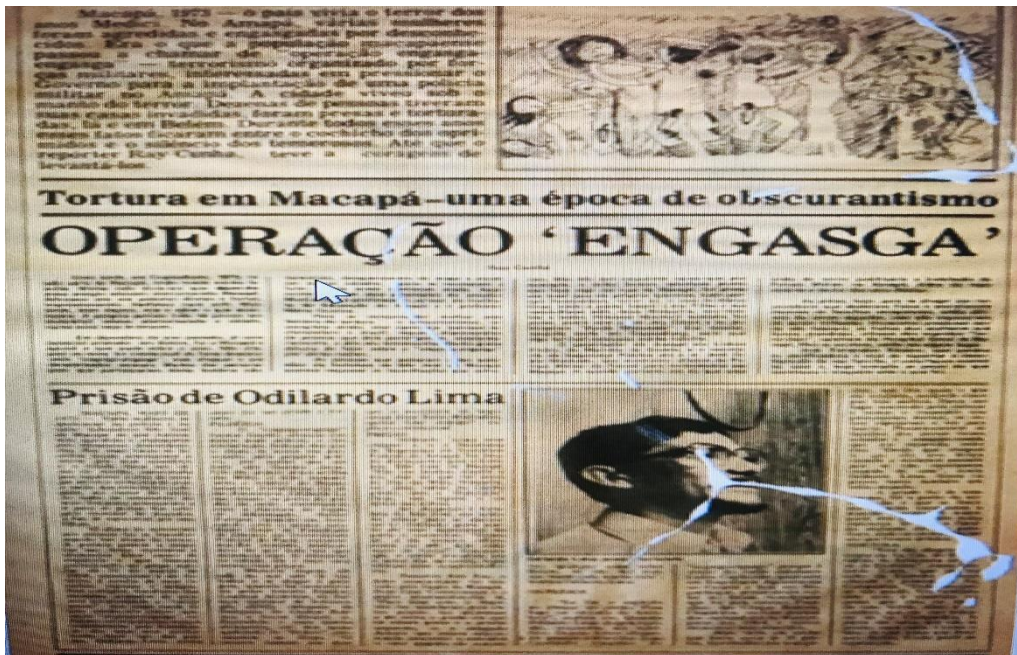
As prisões se efetuavam intempestivamente por policiais despreparados e inexperientes (CANTO, 2010, p. 81).

Considerando esses textos, tanto o publicado no Nôvo Amapá, quanto os registros da Professora Maura Leal e de Fernando Canto, pode-se inferir que os posicionamentos se contradizem reforçando as diferenças entre o que é registrado pela imprensa oficial e o que é fruto do olhar daqueles que não tiveram suas vidas diretamente atingidas por essa *Operação* e, por isso, transformaram-na em lenda urbana. Mas, os que tiveram suas vidas afetadas merecem ser citados, pois seus relatos ilustram perplexidade diante de acusações que desconheciam, os períodos no cárcere e dias de tortura, como se constata no trecho do depoimento de Odilardo Lima impresso no jornal paraense *Resistência*, em 1980:

Abriram o porão e botaram todos de mão para cima, chamando-os de comunistas e terroristas. Aí fizeram a revista. Apertaram tanto o meu saco que quase não aguento. Depois nos levaram para outra cela, aos poucos. Cinco degraus separaram o nível do solo do porão para onde fui levado. Na porta havia dois caras encapuzados. Um sujeito me empurrou e fui aparado a porrada. O Isnard Lima Filho e o Capiberibe estavam apanhando. Apanhavam lambadas de arame, socos e pontapés, com as perguntas e palavrões. Fui torturado durante duas horas. Depois nos manietaram com arame e corrente. Eu fui manietado com arame. Havia um caminhão do Exército nos esperando. Nos jogaram lá dentro como se joga porco. Quando me atiraram lá, o arame começou a cortar meus pulsos. Aí eu fiquei de um jeito que cortasse as veias. Antes disso, nós fomos encapuzados e levados para uma sala. Lembro-me que chamavam pro cara que estava nos interrogando de coronel (RESISTÊNCIA, 1980, [n. p.]).

Além do depoimento transcrito, para que se possa visualizar esse registro, segue a página do impresso Paraense:

Figura 13 – Operação ‘engasga’



Fonte: RESISTÊNCIA, 1980 (2021).

Como se constata, o fato não teria motivo para ser romanceado, pois a Operação, pelo que tudo indica, foi um pretexto para a captura daqueles que se opuseram ao regime militar. Mesmo que se tenha quase nada documentado, mas o pouco que se tem, permite estabelecer tal inferência e, assim, mais uma vez registrar que:

Embora não oficialmente reconhecida como *Operação Engasga*, o que de fato se passava na cabeça de seus construtores ainda é inconcebível dada a ausência de documentação sobre ocorrido e a recusa de pessoas ligadas ou não a repressão em se manifestarem sobre o assunto, levando a pensá-lo como um evento em que se produziu muitos apagamentos e silenciamentos em razão da destruição maciça de documentos. (LEAL, 2017, p. 224).

Entre relatos, apagamentos e silenciamentos, o cotidiano vai se moldando para além desse episódio, e mesmo a imprensa oficial vai apontando para - como já se percebeu em crônicas como “A morte está mesmo uma morte” – o registro dos acontecimentos que saem do controle da administração do governo. Mais uma vez, o jornal registra mudanças as quais a cidade de Macapá não estava acostumada a ver nos jornais. Transformações que acompanham o desenvolvimento da cidade, como por exemplo, a que registra a presença de crianças na porta do cinema que pode ser visto um dos primeiros apontamentos sobre o aparecimento de crianças pedintes:

Nas portas dos cinemas crianças fazem de tudo

Um fato que chega a ser triste, está merecendo as atenções dos pais de família que residem nas proximidades dos cinemas de Macapá.

Abandono

Já se tornou normal, nas horas de sessões cinematográficas, a presença de crianças de todas as idades, algumas ainda não atingindo oito anos, pedindo dinheiro aos adultos, sob o pretexto de fiscalização dos carros e bicicletas estacionados nas proximidades.

Com a recente abertura de uma lanchonete, a coisa se tornou pior, porque as crianças, dando uma forte impressão de abandono se localizam nas proximidades dos balcões, pedindo as coisas e até utilizando resto de refrigerantes deixados nas garrafas.

Pelo que se pode observar, as crianças citadas são de famílias economicamente bem situadas, o que torna estranho o comportamento, fazendo crer que está havendo uma espécie de falta de controle na vida das mesmas.

Além do triste espetáculo de se ver meninos pedindo coisas, na rua à horas avançadas da noite, existe o aspecto prejudicial aos que vão ao cinema e deixam seus carros estacionados, um vez que alguns desses meninos, com raiva não se sabe do que, riscam pinturas dos automóveis, arrancam antenas, quebram vidros e esvaziam pneus, o que já aconteceu por muitas vezes. É o caso de se pedir aos pais que dêem mais atenção aos seus filhos, evitando fatos dessa natureza, que são francamente deploráveis (NÔVO AMAPÁ, 1974, [n. p.]).

Interessante perceber que o cronista faz um apelo aos pais e diz conhecer às crianças, comentando inclusive que não haveria motivo para estarem nessa condição, declarando, também, não entender o porquê de tanta revolta e vandalismo. O que fica é o registro da realidade e pelo estado desgastado do jornal, não foi possível visualizar a autoria do texto, mas seja quem for, conseguiu apresentar um panorama de um novo movimento da cidade de Macapá. Daí a importância de reforçar o papel do jornalismo ao selecionar o que terá ou não visibilidade e, ponderando sobre essa importância, trazer Stuart Hall quando em suas reflexões alerta sobre as interpretações fornecidas para a compreensão do que é noticiado uma vez que, “Implícitas nessas interpretações estão orientações relativas aos acontecimentos e pessoas ou grupos nela envolvidos” (HALL, 1999, p. 228), ou seja, os jornais por meio de sua função mediadora, opta por descartar ou não, por legitimar ou não a efervescência de um cidade.

Desta feita, aqui encerramos a exposição dos textos do impresso oficial do Território Federal do Amapá, lamentando o fato de a maioria dos exemplares não mais estarem em bom estado de conservação. Por isso, fica a intenção de que os textos do jornal *Nôvo Amapá* apresentados até aqui, possam oportunizar um vislumbre do que foi o cotidiano da capital entre 1968 e 1974.

Nesse retrato composto pelos textos, importante entender que, dentre os diversos temas apresentados, o termo “crônica” aparece, neste e nos jornais seguintes, significando: notícias sobre os feitos da administração pública; sobre educação; arte e artistas; conversas com o

público com a intenção expor e de até resolver dúvidas ou problemas; desabafo; narrativas de teor histórico. Enfim, uma variedade de temas e tons impressos por seus autores, e por isso importa reforçar que “os melhores narradores são aqueles que deixam fluir as palavras na tessitura de um enredo que inclui lembranças, registros, observações, silêncios, análises, reflexões, testemunhos” (DELGADO, 2010, p. 44).

É nesse encadeamento de lembranças, observações, reflexões e testemunhos que os textos dos jornais *Marco Zero* e *Jornal do Dia* vão continuar sendo interpretados. Jornais que não representam mais a imprensa oficial e que vão caminhar em paralelo quando a contextualização temporal e histórica de Macapá adentrar na década de 1980.

3.3 Marco Zero: fase transitória

O jornal Marco Zero, cujo seu primeiro slogan era “Jornal a serviço do Amapá”, foi fundado em 31 de março de 1978, e, sem que se tenha informações sobre os motivos de sua extinção, circulou até 1987. Sua periodicidade foi semanal, com tiragem média de mil exemplares. Esse impresso de linha editorial particular foi fundado e dirigido por Roberto Hesketh Cavaleiro de Macedo. A iniciativa foi dos jornalistas Guilherme Jarbas, Corrêa Neto, Aloísio Brasil e João Silva. O nome do jornal faz referência ao fato de Macapá ser cortada pelo paralelo de maior circunferência que divide o mundo em dois hemisférios (Norte e sul) que é a Linha do Equador, a 0 graus de latitude, por isso “marco zero”.

Pertinente registrar que, infelizmente, ao longo desta pesquisa, não foi possível encontrar edições sequenciadas deste jornal, lembrando que sua tiragem era semanal. Em verdade, o acervo de obras raras da Biblioteca Pública Elcy Lacerda possui poucos exemplares dentre eles, um único exemplar de primeiro de maio de 1978 – ano em que foi fundado; outro de 16 a 22 de fevereiro de 1985 – configurando um salto temporal de sete anos. Em seguida, 1996, somente uma edição especial intitulada “Monografia do Município de Macapá”, do mês de julho, com 11 páginas. Já em 1987, uma edição de 10 a 16 de janeiro; outra, de 13 de setembro, com matérias voltadas à comemoração da criação do Território Federal do Amapá e a última encontrada durante esta pesquisa, datada no mês de dezembro. Advertindo que mesmo mediante informações de que esse jornal tenha sido de tiragem semanal, no acervo de Obras Raras da Biblioteca foram encontrados apenas esses espaçados elencados exemplares. Ainda que parecendo um material incipiente, esses poucos exemplares trazem textos muito significativos para o entendimento da história de Macapá e, conseqüentemente, para se entender um pouco mais desse contexto de 1978 até 1987 e o caminho percorrido rumo ao Amapá Estado.

Mesmo que em algum momento seja necessário voltar cronologicamente, o ano agora é 1978. O Brasil ainda está sob o comando do general Geisel e já em dezembro do referido ano, o governo revogava o banimento de 120 exilados, fato que sinalizava uma transição moderada e gradual e, “não se pode negar que o regime e a sociedade entravam em nova fase política, na qual democracia ‘ainda não era’, mas a ditadura ‘já não era mais tão ameaçadora’ (NAPOLITANO, 2018, p. 281). Assim, mesmo lento e controlado o processo de a abertura política começava.

Em Macapá, as angustias provocadas pelo contexto nacional refletiam por toda cidade. Os Territórios Federais dependiam do Governo Federal e a crise econômica vivida pós *milagre* alimentava sobremaneira o destino dos Territórios. A sensação era de caos, de desgoverno e o jornal Marco Zero na crônica publicada em 17 de maio de 1978, intitulada “Questão de Liderança” assinada por um de seus comentaristas Antonio Côrrea Neto, retrata o momento questionando o papel dos líderes e mencionando, inclusive, o *Movimento Popular Pró-Estado do Amapá*, aquele surgido em 1963. Para que se possa avaliar o tom polêmico da matéria, segue o texto integralmente:

Questão de Liderança

Ultimamente o tema mais debatido nos chamados círculos intelectuais da terra, tem sido a ausência de lideranças atuantes, capazes de conduzir a massa na escalada em busca da realização de aspirações que todos garantem ser coletivas.

Das conversas desenvolvidas em salões atapetados, em beiras de calçadas, em mesas de bares ou mesmo debaixo do sol inclemente da Fazendinha, depreende-se a procura insistente de um comando, capaz de conduzir o processo de aglutinação das forças que fazem a vida do Território. Mas como seria o líder tão procurado e desejado? Qual seria o elenco de qualidades que o faria aceito pelos que o procuram? E finalmente por que se deseja tanto ser conduzido? Ser teleguiado?

Particularmente não acredito em lideranças porque as vejo como a descaracterização, a despersonalização do liderado. E não adianta me mostrarem mil livros, tentando provar que as mesmas são necessárias. Não nego a existências de líderes. Eles existem e em sua grande parte são negativos. Não aceito apenas que alguém venha me dizer qual o caminho que devo tomar quando tenho plena consciência de poder eu mesmo escolher meu próprio destino.

Ninguém em sã consciência poderá afirmar que os líderes não são manipulados e que suas idéias são as melhores de todas aquelas que possam existir no conjunto de seus liderados. O que ocorre na realidade é que as suas ações são baseadas na crença de que somente existe uma verdade, a sua, sendo relegada a segundo plano a verdade dos que aceitam sua liderança.

O que está faltando ao Amapá é unidade em torno de idéias, mas de idéias que representem realmente a essência dos anseios populares, e nunca as decisões de grupos que se arvoram – em função de se considerarem a elite – a determinar que tudo o que é bom para eles é bom para o povo.

E o fato é que existem exemplos disso. Durante a ebulição da campanha pela transformação do Território em Estado, recebi em casa um grupo de políticos que apresentavam o seguinte argumento:

- Está na hora de transformar. Como Estado, o Amapá terá cinco deputados federais, um ou dois senadores e sete deputados estaduais, além de nove ou dez vereadores. Todos nós teremos oportunidades.

Aí fiz a pergunta. Nós quem? Nós o grupo que está interessado em garantir um emprego de quatro ou oito anos ou nós o povo? Ninguém soube responder e a reunião terminou ali.

Não chego a afirmar que todos os grupos existentes estejam legislando em causa própria. Não afirmo que estejam em jogo apenas interesses pessoais, mas fico muito receoso de que se esteja querendo impingir lideranças a um povo que se conscientiza dia a dia e que pode perfeitamente agrupar-se em torno de uma ideia, desde que veja na mesma algum benefício para todos (CORREA NETO, 1978, [n. p.]).

O texto é tenso. Começa que, para Correa Neto a liderança descaracteriza os liderados, posicionamento forte e põe às claras o real jogo de interesses políticos em favor do Amapá Estado que, segundo ele era garantir o emprego e o poder de alguns, durante “quatro ou oito anos”. Observa-se no texto de Correa Neto a abrangência das discussões sobre a falta de líderes atuantes, por qualquer pessoa e em qualquer lugar, ou seja, por aqueles que se colocam como capacitados para comentar os “intelectuais” até o povo representados no dia a dia, no cotidiano pelas “beiras de calçadas” e “mesas de bares”, mais cotidiano impossível. O fato é que a inquietação provocada pelas mudanças que se apresentavam timidamente as incertezas trazidas por uma abertura política que se vislumbrava sem exatidão aparecem no texto em forma de perguntas, principalmente referentes ao perfil “ideal” de um líder. Importante ressaltar que os Território Federais já se mostravam cansados do tipo de administração que os caracterizava; a dos governadores biônicos, ou seja, os governadores indicados, fabricados pelo governo federal.

Chama atenção para algo curioso no texto “Questão de Liderança” – o juízo de valor expresso na indignação e tom quase irônico, em relação à rejeição do comentarista sobre o que se viveu em relação ao modelo de líder/ídolo e a mentalidade política expressa na fala dos que querem o Amapá Estado. As reflexões feitas direcionam para uma mentalidade democrática, pois Correa Neto acredita que o povo é capaz de escolher sua liderança uma vez que se “conscientiza dia a dia e pode perfeitamente agrupar-se em torno de uma ideia (sic) desde que haja um benefício para todos”. Assim suas ponderações apontam para o desejado futuro de escolhas mais coletivas e menos afeitas aos interesses de grupos políticos.

Porém, no que concerne às relações de poder, mesmo em tempos incertos como o contexto de 1978, é fundamental que se considere o poder simbólico pensado a partir de reflexões de Bourdieu (1996, p. 19), que residiria na capacidade de fazer com que as pessoas

façam aquilo que desejamos, tendo legitimidade enquanto for reconhecido e acolhido pelo outro. Aqueles que o têm em maior quantidade, são os que estão no poder e, dependendo da posição que ocupam, atuam pela transformação ou pela manutenção do espaço social.

Transformação ou manutenção é o que vai caracterizar o processo de democratização, a luta entre duas forças formadas por políticos tradicionais e os democráticos. No caso do Amapá, como mostra a crônica de Correa Neto, os que defendem a autonomia política não fazem porque acreditam no projeto democrático para o Território, mas por enxergarem nesse novo cenário que o país começava a traçar, probabilidades de aquisição de privilégios políticos que seriam alcançados com a estadualização, a exemplo dos cargos para o legislativo estadual, bem como de senadores, como registrado textualmente “Como Estado, o Amapá terá cinco deputados federais, um ou dois senadores e sete deputados estaduais, além de nove ou dez vereadores. Todos nós teremos oportunidades”. Mesmo com a indignação do cronista, essa mentalidade se manterá e se fortalecerá, principalmente, nos anos da década de 1980.

Nessa mesma edição do Marco Zero, na coluna PAINEL, assinada por João Silva, um dos mantenedores do jornal, a matéria “Tempo quente” amplia o panorama político, em Macapá:

Pelo que nos é dado a observar, a temperatura vai elevar-se na Câmara Municipal de Macapá assim tenham início os trabalhos legislativos dia 16, terça-feira. Mais de dois representantes da Arena, entre eles Juvenal Canto, prometeram levantar temas capazes de acirrar os debates ou denúncias que por certo conduzirão os macapaenses a discussões acaloradas. Em termos da ARENA é nítida a falta de entendimento entre o Prefeito Cleiton Figueiredo e a maioria dos representantes da situação, na Câmara, somar-se-á a aproximação das eleições federais, com as diversas facções em busca de simpatias populares, e a disputa pela Presidência da Câmara, que começa a tomar vulto entre os membros das duas bancadas, embora se constitua em assunto fadado a ser arquivado até que se processem as eleições federais. Além desses fatores ainda resta um outro que virá no bojo do pleito de novembro o comportamento austero e político que promete adotar a até então quieta representação do MDB na Câmara Municipal durante o transcurso de todo o período pré-eleitoral. Vamos esperar para conferir (SILVA, 1978, [n. p.]).

O que se tem nessa matéria é o registro do que já foi comentado, a eleição de 1978, que elegeu o deputado federal pela ARENA, o professor Paulo Guerra e a outra vaga, continuou com o MDB representado por Antônio Pontes. Relembrando que os dois deputados federais criaram um novo quadro político-partidário, pois essa nova composição estabeleceu equilíbrio entre governo e oposição, como já explicado.

Outra matéria chama atenção - logo abaixo da anterior “Tempo quente” - intitulada “Marasmo” mostra o panorama da cultura amapaense⁵⁰. Nesse panorama sobra a arte e os artistas macapaenses, a política não sai de cena, pelo contrário, como acontecia em todo o Brasil, a arte independentemente de seu gênero de manifestação (literatura, música, teatro ou cinema) não se dissociava desse tema. Assim, o que se registra é que:

De fato. As iniciativas no campo da arte e da cultura estão escassas no âmbito, neste momento da vida amapaense, como se repentinamente tivesse esgotada a capacidade criadora dos nossos artistas ou cessado o interesse dos órgãos oficiais responsáveis pela promoção da arte e da cultura no Território do Amapá. Sobre o Festival da Canção Amapaense, de saudável memória, nunca mais se falou e nada mais se perguntou a respeito desse certame que envolvia compositores e intérpretes amapaenses em salutar competição pelos primeiros lugares. A falta de exposição é um indicador mais que suficiente a revelar que nossos artistas plásticos, por exemplo, estão em maré baixa, muito baixa. Desde a exposição de R. Peixe, Macapá de antigamente, há dois anos, ninguém mais produziu alguma coisa de maior realce em termos de arte. Dos nossos poetas e escritores pouca notícia temos, a não ser que esparsamente são publicados trabalhos retirados do fundo do baú para as páginas de jornais, sem o vigor da criação recente. No terreno da cultura cinematográfica, o desaparecimento do Cine Clube “Humberto Mauro” foi chocante. Sobremaneira chocante foram os motivos que determinaram o fim da louvável iniciativa, entre eles, pasmem, a falta de prestígio do público aficionado do cinema, se é que assim podemos chamar. Tudo isso sem falarmos no triste abandono a que se encontra relegado o Centro Folclórico “Julião Ramos” e a morte dos grupos teatrais que, após curto período de encenação, capotaram diante das dificuldades. Nos restam algumas iniciativas que sobrevivem às custas do sacrifício individual como a escolinha Cândido Portinari e as esporádicas exposições de Niná... Sabe Deus como... (SILVA, 1978, [n. p.]).

Os jornais macapaenses sempre imprimiram em suas páginas informações históricas sobre o Território Federal, sobre a cultura em suas diversas manifestações, como por exemplo, as festas do Curiaú⁵¹, como ocorre nas páginas desse jornal, os festejos do Marabaixo e, principalmente, sobre os escritores e seus poemas, contos ou crônicas como mencionado por João Silva quando diz “nossos poetas e escritores pouca notícia temos, a não ser que esparsamente são publicados trabalhos retirados do fundo do baú para as páginas de jornais, sem o vigor da criação recente”. Não mais como antes, quando os textos estampavam as páginas dos jornais antes mesmo que fossem publicados.

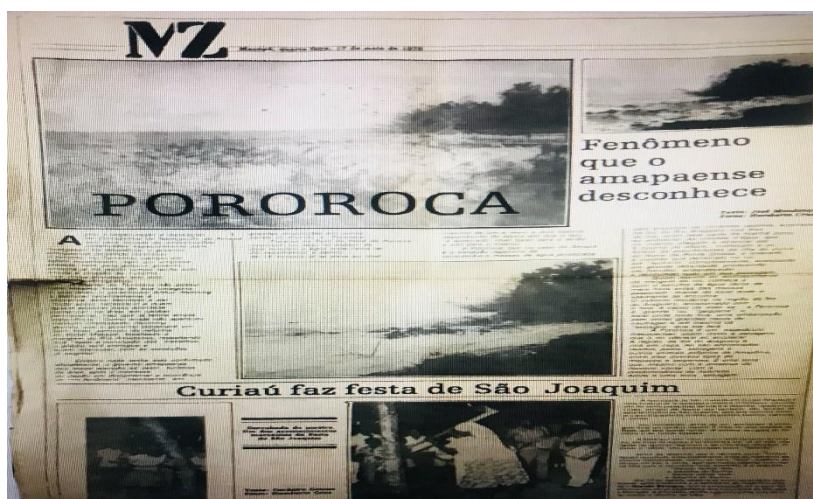
⁵⁰ Importante registrar que muito do que é tratado como amapaense, dando a ideia ampla de que era um acontecimento concernente ao Território Federal do Amapá, deve ser considerado como macapaense, pois aconteciam na capital, Macapá.

⁵¹ Curiaú; mais conhecido como *Vila do Curiaú* é uma comunidade tradicional formada por famílias remanescentes de quilombolas, localizada a oito quilômetros da cidade de Macapá, a capital do Amapá. Essas ainda guardam na memória a história dos seus antepassados, seja por meio dos relatos bem contados pelos antigos moradores ou pelas festas religiosas como a tratada na matéria do Marco Zero.

Como registrado nesta pesquisa na crônica em que Cordeiro Gomes comenta, no jornal Nôvo Amapá, o lançamento de uma obra poética de Arthur Nery Marinho “Cantigas do Meu Retiro”. A respeito do Festival Amapaense da Canção (FAC), sabe-se que aconteciam no auditório da Rádio Difusora de Macapá. Tendo poucas edições, inclusive, uma em 1975 e que seguiu o modelo dos festivais ocorridos no Brasil nos anos 60, com músicas compostas por artistas locais e com letras que ressaltavam a paisagem, os monumentos históricos de Macapá, ou eram engajadas, de protesto em relação ao regime ditatorial.

Diante dessas ponderações sobre a história do Território Federal do Amapá, segue imagem ilustrativa de uma das páginas do jornal Marco Zero:

Figura 14 – Curiaú sobre a Festa de São Joaquim



Fonte: *jornal Marco Zero*, 17 de maio de 1978 (2021).

O jornal, como mostra a imagem, dedica uma página inteira para tratar de assuntos relacionados ao Amapá, desde o fenômeno da Pororoca⁵² que na manchete especifica como sendo o “Fenômeno que o amapaense desconhece” e no final da mesma página, a matéria sobre a festa de *São Joaquim*, explicando a origem do festejo que são importantes destacar:

A festividade de São Joaquim em Curiaú (Macapá) é uma mistura de fé religiosa e mística. O batuque, a procissão do santo pelas ruas da vila e a ladainha, obedecendo rituais antigos da época dos escravos, são formas de agradecimento ao São Joaquim, pela boa colheita durante o ano e a sorte na criação de animais bovinos, caprinos e suínos.

⁵² “Trata-se do fluxo da maré de maneira incomum, ou seja, no espaço de dois minutos a água sobe cerca de 20 centímetros, e dentro de 15 minutos já se eleva ao nível máximo de um e meio a dois metros dependendo da época em que o fato é apreciado: nível baixo para o verão e alto para o inverno. A Pororoca, que no caso do Amapá é a elevação repentina de consideráveis massas de água provocada pelo encontro de correntes opostas, acontece na foz do Rio Araguary, nos dias de lua, tanto pela parte da manhã como ao anoitecer” (Fonte: jornal MARCO ZERO, 17 de maio de 1978).

Seus moradores, gente de cor, adicionam à paisagem local um cenário natural. É mais de uma semana de festas, que atraí grande número de pessoas da capital do Território e de outros Estados

A festa que tem início com o levantamento do mastro, dia nove de agosto e se prolonga até 18 do mês, são fartas de iguarias regionais e as principais refeições, almoço e jantar, são patrocinados pelos ‘festeiros’ (sic) [...] (MARCO ZERO, 1978, p. 1).

Essas matérias não são tratadas e destacadas por acaso -o que justifica trechos do texto sobre a festa do Curiaú – uma vez que se observa na mesma página, antes de explicar a *Pororoca*, uma notícia a respeito das intenções do governo amapaense de incentivar o turismo no Território, um campo, segundo a matéria, até então inexplorado. Assim, os textos têm um tom de propaganda, explorando o que há de exótico no Amapá, seja a *Pororoca* ou a “gente de cor”, descendentes de escravos, que “adicionam à paisagem local um cenário natural”. Sobre esse reforço sobre o aspecto exótico da natureza e principalmente sobre a festa de São Joaquim, o maravilhoso amazônico se especifica como lugar do extravagante, do incomum e sobre isso, interessante a reflexão de Paes Loureiro:

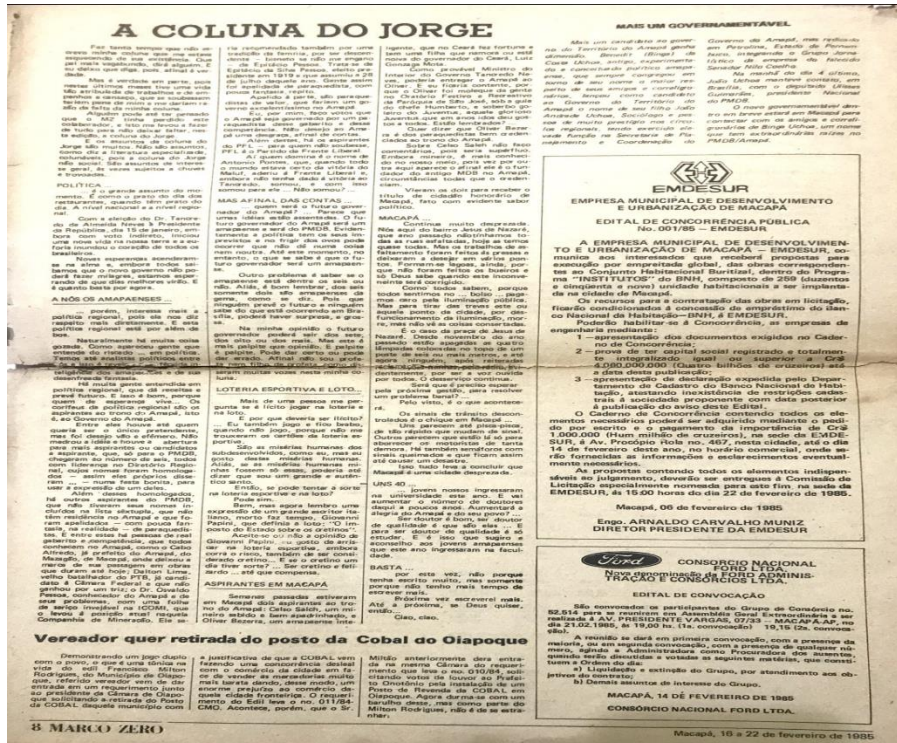
O folclore, cuja compreensão e cujo conceito foram transportados na bagagem do processo colonizador, implica uma forma de manifestação cultural reconhecidamente antiga, sem identificação de autoria, revelando peculiaridade de temperamento de uma sociedade numa fase de sua história cultural e representando uma forma de expressão social, tanto que a individualidade criadora está absorvida por sua expressão coletiva. Costuma-se defini-lo como um amplo conjunto de tradições e crenças, de lendas, de conhecimentos, de visões de mundo, expressas em provérbios, canções, contos, costumes, lendas, atividades artísticas representativas de uma época ou região (LOUREIRO, 2015, p. 50).

A festa de São Joaquim é essa representatividade de uma fase histórico-cultural “respeitando rituais antigos da época dos escravos”. Essas considerações importam, pois, a história do TFA e de Macapá aparecem nos jornais pelos mais diferentes motivos; para a criação de uma identidade, relembrando seus pioneiros, seus heróis desde os tempos do Contestado Franco-brasileiro, como propaganda política, ou turística, ou ainda como estratégia para fomentar a necessidade da criação do Estado, como ainda será retratado.

De 1978 para 1985, o salto é significativo e os motivos já foram mencionados. Na publicação de 16 a 22 de fevereiro de 1985, página 8, aparece um redator conhecido: Jorge Basile, do polêmico jornal *A Voz Católica*. Basile aparece assinando uma coluna denominada A COLUNA DO JORGE, assim, com letras maiúsculas que, em texto de quase página inteira trata sobre vários assuntos; política nacional e local, loteria esportiva, ruas sem asfaltamento

semáforos que não funcionam e o ingresso de 40 jovens na universidade. Parece um pouco caótico, então, para entender a estrutura da Coluna do Jorge, segue foto ilustrativa:

Figura 15 – A Coluna do Jorge



Fonte: Marco Zero, 1985 (2021).

Já nos primeiros parágrafos o texto identifica seu autor pelo tom irônico e meio anarquista que estiveram presentes ainda em “A Voz”:

Faz tanto tempo que não escrevo minha coluna que me estava esquecendo da sua existência. Que pai mais vagabundo, dirá alguém. E deixo que diga, pois, afinal é verdade.

[...] Alguém pode até ter pensado que o MZ tinha perdido este colaborador, e isto me levou a fazer de tudo para não faltar, nesta edição. A coluna do Jorge. E os assuntos da coluna do Jorge são muitos. Não são assuntos, como diz a literatura especializada, colonáveis, pois a coluna do Jorge não social. São assuntos de interesse geral, às vezes sujeitos a chuvas e trovoadas (BASILE, 1985, p. 8).

Tons esses que ele faz questão de materializar no texto quando autodeclara sua coluna como sendo “não social” de assuntos de interesse geral, “às vezes sujeitos a chuvas e trovoadas”. Logo após essa apresentação continua agora tratando sobre a política nacional e local:

POLÍTICA...

...é o grande assunto do momento. É como o prato do dia dos restaurantes, quando têm prato do dia. A nível nacional e a nível regional.

Com a eleição do Dr. Tancredo de Almeida Neves à Presidente da República, dia 15 de janeiro, embora com voto indireto, iniciou uma nova vida na nossa terra e a euforia inundou o coração de todos os brasileiros.

Novas esperanças acenderam na alma e, embora todos saibamos que o novo governo não poderá fazer milagres, estamos esperando de que dias melhores virão. E é quanto basta por agora (BASILE, 1985, p. 8).

De certo que o texto não será tratado integralmente, mas faz-se necessário alguns trechos que permitem pensar o cenário do Brasil e da cidade de Macapá, materialmente e emocionalmente constado na passagem destacada. O sentimento de esperança que passa a existir com a vitória de Tancredo Neves, por exemplo, configurando um registro histórico feito sob um outro olhar, que mesmo não considerado a voz de todos é uma voz que se fez ouvir nesse período no qual a circulação desse jornal foi importante como formadora de opinião, em um contexto sempre marcado por relações de poder e por isso tem-se uma “identidade legitimada: Introduzida pelas instituições dominantes no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais” (CASTELLA, 2006, p. 24). Compreendendo-se que a narrativa traz possibilidade de mais de um posicionamento, considera-se sempre que se fez um recorte e por isso, deve ser os posicionamentos apresentados devem ser analisados como “uma” voz somente. E o texto segue:

A NÓS OS AMAPAENSES ...

...porém interessa mais a política regional, pois ela nos diz mais diretamente. E está política regional está por além de boa.

[...]

MAS AFINAL DE CONTAS...

...quem será o futuro governador do Amapá?... Parece que umas ideias estão assentadas. O futuro governador do Amapá será um amapaense e será do PMDB. Evidentemente a política tem os seus imprevistos e no frígir dos ovos pode ocorrer que não dê numa coisa nem outra. Até o momento, no entanto, o que se sabe é que o futuro governador será um amapaense (CASTELLA, 2006, p. 24).

O que chama atenção é a certeza de Jorge Basile de que o futuro governador do Amapá, seria um Amapaense, algo que ocorreria pela primeira vez. Porém, Basile não acertou, e a esse respeito é importante registrar que governador do Amapá, em 1985, era o maranhense Jorge Nova da Costa que de acordo com Santos (2001, p. 84) só governou plenamente até o final de 1986, em razão de fortes articulações políticas, após a posse dos deputados constituintes Geovani Borges, Annibal Barcellos e Eraldo Trindade, todos do Partido da Frente Liberal (PFL), pelo fato de passarem a compor um aliança suprapartidária de amplitude nacional de

apoio ao então presidente José Sarney que, desta forma, garantia a governabilidade do país. Em contrapartida Borges, Barcellos e Trindade ganharam participação direta na administração territorial, nomeando partidários para ocuparem funções relevantes, deixando o governador com reduzido poder de decisão. Esse era o contexto vivido no TFA, e esse desgoverno que se anunciava já aparecia no caos retratado por Basile quando, na mesma COLUNA DO JORGE, ele denuncia:

MACAPÁ ...

Continua muito desprezada. Nós aqui do bairro Jesus de Nazaré, que ano passado não tínhamos todas as ruas asfaltadas hoje as temos quase todas. Mas os trabalhos de asfaltamento foram feitos às pressas e deixaram a desejar em vários pontos. Formam-se lagoas, ainda, por que não foram feitos os bueiros e só Deus sabe quando este inconveniente será resolvido.

[...]

Será que será preciso esperar pela próxima gestão, para resolver um problema banal? ...

Pelo visto, é o que acontecerá.

Os sinais de trânsito descontrolados é o chique em Macapá...

Uns parecem até pisca-pisca, de tão rápidos que mudam de sinal. Outros parecem que estão lá só para aborrecer os motoristas de tanta demora. Há também semáforos com sinais queimados e que ficam assim até causar um desastre.

Isso tudo leva a concluir que Macapá é uma cidade desprezada (BASILE, 1985, p. 8).

De acordo com o narrado por Basile, Macapá está longe de ser o canteiro de obras monumentais da época da Macapá Moderna. Serviços existem, mais são de péssima qualidade, o tom irônico do redator mais do que nunca se evidencia na frase “Os sinais de trânsito descontrolados é o chique em Macapá ...” o cenário é de desgoverno e como bem conclui diante dos fatos elencados que “Isso tudo leva a concluir que Macapá é uma cidade desprezada”.

Outro registro importante para visualização dessa sociedade que buscava ter identidade e voz, é a crônica histórica do professor Estácio Vidal Picanço, publicada na edição nº 288, 24 a 30 de novembro de 1985, cujo título é “Depois do Quinze de Novembro”. Nessa crônica o professor Vidal faz um apanhado desde o período do Império, passando pelo Estado Novo até chegar em 1985. Ele faz esse trajeto para lembrar que antes da intervenção getuliana, em 1937, que destituiu o Poder Legislativo, tanto federal, estadual quanto municipal, já se escolhia os governos municipais, então chamados de *intendentes*, por meio de eleição direta chamada *Paroquiais*. Todo esse percurso, para historiar a vitória do primeiro prefeito de Macapá, eleito pelo voto direto, assim narrado pelo professor Vidal:

[...]

A eleição de 15 de novembro deste ano representa por certo um dos acontecimentos da História Política do Amapá, dos mais importantes. Porque houve a participação do voto direto, que tanto o povo almejava. Os antigos tiraram seus títulos amarelados de seus baús; os jovens, que pela primeira vez tiveram a oportunidade de votar, se entusiasmará, por essa obrigação cívica por muito tempo votada pelo chamado casuísmo, oriunda da Revolução de 64. Quanto a eleição do macapaense Azevedo Costa, o povo o escolheu com grande maioria de votos sobre os seus opositores, cuja eleição ocorreu em um evento democrático de liberdade de pensamento, onde participou diretamente, confiante num bom governo do novo gestor do Município de Macapá.

Durante os comícios (por motivo de saúde a nenhum compareci), me contaram que o entusiasmo dos participantes era demais, se empolgando pelos pronunciamentos dos oradores à cata do precioso voto.

Tanto assim, que me contaram essa:

Em um dos comícios de Azevedo Costa e Raquel Capiberibe, um certo eleitor entusiasmado pelos pronunciamentos dos oradores, gritou bem alto para todos ouvirem: ‘Sou Azevedo, mas minha mulher e meus filhos são Gatos!’... (PICANÇO, 1985, p. 2).

Assim foi o registro desse acontecimento histórico, um encontro entre os velhos que, com seus títulos amarelados, puderam votar novamente e os jovens em sua primeira e eufórica primeira vez. Novamente a relação entre o passado e o presente vivido em 1985, não somente nessa relação entre os velhos e os novos, mas quando o texto do professor Vidal retoma o Império e o Estado Novo. Toda a caminhada necessária para que se pudesse chegar ao pleito democrático em que se tem o primeiro prefeito amapaense e negro. Santos (2001) afirma que a prefeitura de Raimundo Azevedo Costa foi marcada pelo empreguismo e nepotismo. Já Azevedo Costa afirmou em entrevistas concedidas para a imprensa local que, pelo fato de ser negro, sua administração sofreu perseguição ferrenha da oposição contando, exclusivamente, com o apoio da população que viu em sua figura de homem simples, negro, com a cara do povo, a possibilidade de se ver representada.

De toda sorte, essa euforia descrita na crônica de Vidal deu-se pela possibilidade do voto direto, democrático enfatizado na frase final de “um certo eleitor entusiasmado[...] sou Azevedo, mas minha mulher e filhos são Gato!”, ou seja, nada ilustraria melhor o espírito democrático que uma família com opções de candidatos diferentes. E assim o professor Vidal, usando a linha que une passado e presente, teceu com fragmentos de tempos diferentes da história uma memória sobre Macapá, uma identidade, pois:

Como a construção de identidades tem na memória um de seus pilares fundamentais, e como a memória - tal qual a História - é fonte de imortalidade, é possível afirmar-se que tanto o lembrar induzido como o espontâneo são elementos integrantes das identificações sociais e da produção do próprio conhecimento histórico (DELGADO, 2010, p. 69-70).

Assim, identidade e memória se constroem nesse rememorar induzido que retoma o final do século 19, os anos do Estado Novo até a eleição de 1985. Como se o passado justificasse permanência, retorno ou mudanças, desse modo, seja qual for o motivo, o passado nas páginas dos jornais macapaenses é sempre retomado.

Nessa tessitura de possibilidades, a necessidade de conhecer o município de Macapá se materializa em uma edição especial de 10 de julho, de 1986, com 11 páginas sobre a capital, intitulada “Monografia do Município de Macapá”. Essa edição funciona como uma espécie de resgate histórico construindo referências e identidade, ao mesmo tempo em que apresenta um cunho propagandista tanto da administração de Azevedo Costa, como turístico do município.

A matéria escrita por Hélio Guarani Penafort começa apresentando os limites geográfico de Macapá:

O MUNICÍPIO

A superfície do Município de Macapá concentra-se mais ao Sul do Território, indo da margem esquerda do Amazonas e do Atlântico, rumo Noroeste, até os contrafortes da Serra do Tumucumaque, estabelecendo fronteira Norte com o Oiapoque. O limite Leste é com os municípios de Amapá e Calçoene e a Oeste com Mazagão, ocupa uma área de 27, 795 Km², correspondendo a 19,9% da superfície do Território. A população é de aproximadamente 150 mil habitantes. O município apresenta com fartura minérios, madeiras, sementes oleaginosas e peixe[...] (PENAFORT, 1986, p.2).

A transcrição do trecho é historicamente importante, pois em 1986, os limites geograficamente descritos mostram que Macapá era composta pelos territórios de Santana, Tartarugalzinho, Ferreira Gomes e Laranjal do Jari que se desmembraram em 17 de dezembro de 1987, e viraram municípios. E assim a matéria segue trazendo logo em seguida relatos sobre a “Administração Municipal” lembrando que o município existe há 228 anos e que, com a criação do Território Federal, em 1943, pela Lei 6.550, de 1944, ficou estabelecido que a cidade de Macapá seria a capital da nova unidade federativa. Feito esse registro, o parágrafo seguinte chega ao seu intento:

[...] Eleito com uma votação sem precedentes na história política de Macapá, o Prefeito Raimundo Azevedo Costa tomou posse no dia 1º de janeiro deste ano, debaixo de grande ovação popular.

Azevedo Costa tem muita intimidade com administração municipal. Começou trabalhando como servente da Prefeitura, em 1985. Dois anos depois submeteu-se a um concurso interno e passou a extranumerário mensalista, uma categoria funcional de nível médio que existia na época. Ocupou algumas funções de destaque na municipalidade ao mesmo tempo em que iniciava a carreira política. Foi vereador, presidiu a Câmara Municipal de Macapá e suplente de deputado. E na eleição de 15 de novembro passado conseguiu uma votação superior a dos outros candidatos reunidos.

Assumi a Prefeitura com um déficit de 4 bilhões de cruzeiros, mas não esmoreceu. Desde o primeiro dia como Prefeito, Azevedo trabalha incessantemente, pois pretende nesses três anos de mandato, entregar o município mais evoluído e com todo o povo beneficiado pelos programas assistenciais e de desenvolvimento que fazem parte da sua plataforma de trabalho (PENAFORT, 1986, p. 3).

O texto não deixa dúvidas quanto a intenção de laurear a figura de Azevedo Costa e toda a matéria segue composta de imagens do prefeito com pessoas importantes como o governador Jorge Nova da Costa e do presidente José Sarney. Segue imagem da página 5.

Figura 16 - Prefeito Azevedo Costa entregando a chave da cidade ao Presidente José Sarney



Fonte: jornal Marco Zero, 10 de julho de 1986 (2021).

De acordo com a imagem, da esquerda para direita, estão o Governador do território federal do Amapá Jorge Nova da Costa, o Presidente José Sarney e o Prefeito de Macapá Raimundo Azevedo Costa. A imagem superior, ainda no aeroporto, ilustra a entrega da Chave da Cidade ao Presidente, logo abaixo apenas os cumprimentos entre José Sarney e Azevedo Costa, sob as vistas do Governador. Nessa edição do jornal, o ditado popular que afirma que “uma imagem vale mais que mil palavras” se confirma, todas as páginas estão compostas por imagens de Azevedo Costa e de Macapá, o texto verbal apenas ratifica o que se percebe nas imagens. Fotografias de praças, da Fortaleza de São José de Macapá, de grupos folclóricos e também dos bares da cidade convidando, por exemplo, aos futuros visitantes a começarem a noite pelos charmosos botequins “... Que tanto pode ser o Lennon, na praça da Bandeira; o Baby Doll, na rua Leopoldo Machado, ou o Balaio, na Jovino Dinoá. Todos dispõem excelente tratamento aos frequentadores”. Considerando os textos e imagens apresentadas, mesmo que não sendo a matéria integralmente, é possível entrever o que se afirmou; toda essa

edição resgata e constrói a história e simultaneamente é, sem dúvida, propaganda do Prefeito e da cidade de Macapá.

Não poderia ser diferente, Macapá teve outros prefeitos antes de Azevedo Costa, um total de 28 contanto com o primeiro, Eliezer Levy em 1944, até Jonas Borges Pinheiro, em 1985. Porém, como já exposto, as administrações municipais foram inexpressivas, pois os governadores fizeram as vezes dos Prefeitos não havendo, por consequência, informações materiais sobre as atividades realizadas desses 28 prefeitos.

A chegada de 1987 é registrada na edição de 10 a 16 de janeiro, página 12, na coluna “O AMIGO DO POVO”, sob os olhos de um cronista que assina Jean Paul Marat VIII, provavelmente um pseudônimo, pois Jan Paul Marat foi um médico, filósofo, teorista da Revolução Francesa, conhecido e respeitado por seu caráter impetuoso⁵³. Seja como for, a “CRÔNICA DIFÍCIL”, datada em 31/12/86, mas impressa no mês seguinte, imprime uma certa nuança desse caráter impetuoso do seu autor.

A última crônica do ano é a mais difícil de escrever. Há um turbilhão de acontecimentos no ‘écran’ da memória, dificultando a localização dos fatos no tempo e no espaço. Mesmo assim, sei o que se passou.

Desentendimentos, gestos de carinho, dificuldades, encontros, desencontros. Alegrias despedaçadas, doenças, momentos de ternura. A moça loira num bar da noite e a namorada morena que aquece os meus lençóis. Também o plano cruzado e outras aporrinhações do cotidiano. Muita coisa mesmo.

Sei o que se passou do Dia da Fraternidade Universal até o momento em que inicio esta página, sem inspiração e sem premonição.

Tudo pode acontecer, neste 1987 que chega. Um ente querido pode partir, deixando saudades infinitas. Uma filha pode se transformar em alguma coisa ou chegar mais um neto. Outra filha pode vencer a luta do vestibular ou um dos rapazes compor um samba dolente ou um rock de protesto. Sei lá.

Posso ficar realmente aposentado ou, o que é pior, inativo. Talvez ganhar muito dinheiro, não pelo trabalho, mas por sorte, acertando numa loteria qualquer.

Tudo pode acontecer, segundo a vontade do Pai e não a minha. Provavelmente, continuarei reincidindo em meus pecados e caindo em novas tentações.

E não tenho muitas esperanças, principalmente neste justo momento em que a inspiração não está e tenho que escrever para preencher este espaço, visando adicionar uns poucos cruzados aos proventos insignificantes de um funcionário público da União.

Os olhos míopes não divulgam o horizonte e o coração carbonizado condensa velhos sentimentos. A alma é grisalha e perdeu a luminosidade lustral do dia em que o cronista se tornou cristão e abandonou Satanás.

A esta altura da existência as esperanças vão ficando para trás, enquanto as desilusões caminham para frente, como disse o poeta, cujo nome me recuso lembrar.

⁵³ Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Jean.Paul.Marar>

Palavra de honra que esta crônica medíocre, foi a mais difícil de escrever. Êta, parto laborioso (MARAT, 1987, p. 12).

A crônica é assim, um ruído das dificuldades e necessidades do cotidiano, iguais às que o cronista apresenta, como ter de escrever para preencher o espaço do jornal e complementar o orçamento. Diante de tantas coisas que podem ocorrer no ano que se anunciava, essa crônica de tom difícil que tem um pé, ou os dois no cotidiano; que em meio a tantos acontecimentos banais e contrários, entre encontros, desencontros e as moças loira e morena, ainda tem “o plano Cruzado e outras aporrinhações”. Sim, “aporrinhações”, pois foi muito complicado entender o plano Cruzado lançado pelo presidente José Sarney, em 1986. Um plano econômico que fora apresentado como tentativa de fazer os salários acompanharem a inflação. Desse modo, indo dos episódios banais a um fato da história do Brasil, “tudo pode acontecer nesse ano de 1987”, e esse tudo, de tão ordinário, pesa nessa “crônica medíocre”, mas que ainda assim, ou por isso mesmo, acaba por representar o cotidiano.

Esse cotidiano não é tão pacífico em *A Coluna do Jorge*, em edição publicada em 13 de setembro, página 3, Basile começa comentando a popularidade dessa coluna e depois, sem mencionar nomes, comenta a respeito de atitudes desonestas, sobre traidores do povo. Enfim, sobre como ele via a politicagem em Macapá.

QUANDO COMECEI ...

... a escrever esta coluna para o MZ, disse que não garantia que saísse todas as semanas, mas somente quando me dava gana.

Aconteceu que fui escrevendo, a coluna teve sempre mais e acabei publicando-a quase todas as semanas. Certos leitores do MZ até não acham graça alguma no nosso jornal, quando não encontram a colunado Jorge. Isto não é soberba nem falsa modéstia. É constatação de fatos.

[...]

ISTO...

...porque tem sempre coisas para dizer. Entre parênteses: há mais coisas para dizer do que digo. Certos acontecimentos, que atingem diretamente pessoas e famílias da sociedade, que costumamos chamar de alta, não aparecem noticiados na colunado Jorge, que não é coluna de chantagista ...nem de chantagem. Se fosse, muita gente estava no mato sem cachorro... ou estava vendida a baixo preço ... (BASILE, 1987, p. 3).

Assim é todo o texto, entre subentendidos, Basile menciona um funcionário da secretaria do Governo que ao ser perguntado sobre o “fulano”, tem como resposta “Estou enojado da política do Amapá”. Uma política que corrompe funcionários com vistas às próximas eleições e acabam por “deixar atrás de si ... escândalos e mais escândalos” e alerta:

Hoje o povo não é besta de cabresto, que se deixa levar para onde o candidato a cargos eletivos quer; o povo hoje está um pouquinho mais politizado e sabe dar o dobro aos traidores do povo, que só quiserem ganhar e nada fazer em prol do povo.

NESSA HIST[ORIA TODA...

... a desonestidade e os interesses particulares campeiam e pessoas insuspeitas entram na jogada.

[...]

Gente da gente, gente querida, gente orientada por nós, gente pela qual dávamos a alma, como diria São Paulo, entrou nesta jogada suja, imunda e ganhou rios de dinheiro.

Será que seus sonos são sossegados como quando esta gente era pobre? ... Quando podia tomar somente cachaça?... Quando só podia andar de bicicleta?... Quando podia enfrentar uma assembléia eucarística sem temer alguém que lhe dissesse: “Cuida do rabo de palha que é muito comprido? ... (BASILE, 1987, p. 3).

E segue caminhando para o final do texto, em tom de ameaça, alerta “POIS É ... como sempre eu digo e ensino: quem tem rabo de palha, não tem de alardear muita santice e ameaçar Deus e o mundo, porque o mundo sabe mais do que se possa imaginar”. Essa é a atmosfera de um Território que se vê às vésperas de se tornar Estado.

Todos os textos encontrados reforçam, cada vez mais, esse interesse de transformação. O texto a seguir, “Nova da Costa se Congratula com o povo amapaense”, assinado pelo governador Jorge Nova, traz, novamente, um apanhado histórico desde 1895, quando Cabralzinho expulsou os invasores, passando pelo feito de o Barão do Rio Branco de ter consolidado a soberania do Brasil sobre as terras do Contestado, chegando em 1945, com a criação do TFA. A narrativa segue ressaltando as conquistas dos jovens espalhados pelo Território à fora, estudando, trabalhando na roça, na pecuária e até no garimpo, chegando àqueles que participaram dos desfiles cívicos do 13 de setembro. Esses, vistos como a maior vitória do Amapá, pois, no decorrer do tempo, vem se formando e “constituem o cerne do extraordinário povo amapaense”. Assim, entre fatos rememorados, apontados os sacrifícios, lutas e glórias o Governador finaliza:

Como a inspiração, que nos anima a memória daqueles que já se foram, com a vista e a ação dirigidas à realidade do presente e com o pensamento no futuro, Unidos, faremos um Amapá grandioso!
Unidos, construiremos o ESTADO DO AMAPÁ (COSTA, 1987, [n. p.]).

Outro texto comemorativo na mesma edição deste jornal chama atenção por explicar o porquê da necessidade de o Território transformar-se em Estado. O texto “O DIA DA PÁTRIA EM MACAPÁ” é longo; inicia comentando a respeito do desfile cívico do dia 13 de setembro, na Av. FAB. Desfile que ganhou força ainda na administração de Ivanhoé Martins e se manteve

com o mesmo entusiasmo ao longo da década dos anos de 1980. Por ser longo e para que não pareça repetitivo, serão transcritos somente os parágrafos que explicam sobre a necessidade do Amapá Estado:

O desejo de todo o povo presente na Av. FAB era fosse aquele o último desfile de 7 de setembro no Amapá Território e que o ano próximo seja o primeiro desfile no Amapá Estado.

Porque o povo sabe que se o Amapá não passar Estado, voltará a ser um município do Estado do Pará, pelo simples fato que o Território é uma excrescência cancerosa na legislação brasileira. Tanto assim que os atuais Territórios devem ser transformados em estados e não serão criados novos territórios. Por isso, então, o povão durante o desfile pedia a Deus que fosse o último desfile de 7 de Setembro (sic) no Amapá Território (MARCO ZERO, 1997, [n. p.]).

Voltar a ser Município do estado do Pará, ao mesmo tempo em que ser Território Federal era ser “uma excrescência cancerosa na legislação brasileira” não havia opção. Voltar ou continuar, possibilidades desonrosas. O que se perceberá de forma mais contundente nas páginas dos jornais é a divulgação da ideia de que manter o Amapá na condição de Território era o maior entrave para o seu desenvolvimento, pois não existia autonomia política, nem econômica e, por isso, a melhor alternativa era sua transformação em Estado. A ênfase na falta de autonomia aparece na crônica “PARABÉNS AMAPÁ”, não assinada, publicada na mesma edição do jornal Marco Zero:

Parabéns, Amapá, pelo teu aniversário!

Estás caminhando para o teu cinquentenário e tens prestado uma valiosa contribuição ao Brasil e à Amazônia com sacrifício do povo, desde a época pioneira.

Nos dias de iniciais, o trabalho de assentamento dos alicerces, sob a pressão do desconforto, da falta de recursos da civilização, sob a pressão das endemias tropicais, a malária, a boubá, a amebíase. Muitos dos teus pioneiros que ousaram enfrentar a natureza inviolada, tombaram à margem das estradas à beira dos lagos, nas barracas dos rios, mas suas cruces se transformaram em marcos de progresso.

Depois foram chegando outros colonizadores, que encontraram a terra lavrada, pronta para receber o plantio e para produzir.

[...]

Parabéns, Amapá! Nesta congratulação pretendemos colocar todo o entusiasmo que nos resta, tentando esquecer que ainda não chegaste a Estado, não tens autonomia política, nem administrativa e, por isso, demora demais a tua autonomia econômica.

[...]

Mas uma vez, temos a esperança de que esta data seja, pela última vez, comemorada sem que figures como uma estrela acima da legenda ‘Ordem e Progresso’, na bandeira da Pátria.

Isto sombreia as comemorações deste teu aniversário, mas não diminui a nossa fé no teu futuro, na tua destinação histórica (MARCO ZERO, 1987, p. 2).

A crônica, como se percebe, apresenta uma ação comum nos textos desse período, retoma o início do desenvolvimento do Território Federal do Amapá. Época de desbravamento em que a maioria dos que vinham ou estavam nestas terras morriam vitimados, a maioria, pelo impaludismo; tempos da chegada dos imigrantes, os Japoneses, mais especificamente, que vieram desenvolver a agricultura do TFA, mas o solo já os aguardava. Todo esse processo descrito como árduo e heroico lembra o quanto o Território desenvolveu e tem capacidade para mais pois, apesar da falta de autonomia, existe fé no cumprimento da “destinação histórica” do Amapá.

Existe nessa crônica uma preocupação para além da simples informação, ou explicação dos acontecimentos, percebe-se a preocupação em formar uma relação com os acontecimentos da trajetória, da história do Território relacionando com suas consequências para a comunidade amapaense. Aludir a importância do TFA para o Brasil e para a Amazônia estabelece uma relação simbólica com a terra onde é possível definir identidades, nesse movimento de identificações necessário e que, por meio da memória, permite vivenciar esse processo histórico e arregimenta o sentimento ufanista fundamental para que o povo queira e defenda o melhor para terra/território. Nesse sentido, a identidade territorial visa destacar o caráter único de um grupo, por isso importa considerar que:

A identidade territorial é construída valendo-se do reconhecimento de alguma origem comum, de características que são compartilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda, com base em um mesmo ideal. O que significa dizer que o passado se transforma em uma narrativa não fixa e permeável pelos interesses do presente (SOUZA, 2017, p. 146).

Assim, antes de ser um mero resgate histórico, o passado se apresenta como forma de entendimento dos desafios do presente. Outra crônica que reforça esse movimento, também personificando o TFA, é a assinada pelo ex-governador Annibal Barcellos, publicada, na mesma edição do jornal Marco Zero:

[...]

Num longínquo setembro de 1943, num memorável e inesquecível dia 13, nascia uma criança, tão ansiosamente esperada, começava então a viver e a ensinar os seus primeiros movimentos.

A princípio, insegura e relutante, ela se deixava conduzir e logo seus passos foram se tornando mais firmes e resolutos. Obstáculos e empecilhos como que se diluíam no tempo e no espaço.

Nosso menino não tardou a compreender a razão de sua existência. Intrépido e corajoso lançou-se a um árduo e penoso trabalho, tendo como objetivo supremo a construção de um futuro melhor.

Hoje, em clima de festa e euforia, o nosso Território completa 44 (quarenta e quatro) anos de profícua e gloriosa existência (BARCELLOS, 1987, [n. p.]).

Elencados os primeiros passos, a narrativa segue ressaltando as potencialidades do Território e por ter consciência de suas potencialidades o “Território do Amapá vem agora reivindicar os seus direitos, vem agora exigir a sua liberdade, através de uma emancipação justa, honesta e merecida”. Merecida porque o Território já um “pai vitorioso de uma grande e responsável família que se multiplica e se expande...”. Evidenciar as potencialidades do Amapá é extremamente necessário, porque é o que justifica sua autonomia, é imprescindível provar que “ele” pode autogerir-se para que não dependa nem do Pará, nem da União. Para que se entenda a força dada a esse poder de autogestão é indispensável a transcrição dos parágrafos:

[...] Parabéns, Território do Amapá! Nós sabemos quão grandes são as tuas riquezas naturais, como: Minérios, Madeiras, Castanhas, sementes Oleaginosas, Ouro, Diamantes Cassiterita, Manganês, Peixes e Camarão, além de água em abundância, proveniente do inesgotável manancial do majestoso Rio Amazona.

Tens ainda energia bastante, porto comercial, belas e úteis embarcações, eficientes aeronaves, rodovias asfaltadas, pontes, escolas, hospitais, bancos e comércios, belas praças de lazer e esporte, Aeroporto Internacional, casas de alvenaria, Distrito industrial, enfim, toda uma infra-estrutura bem planejada e bem construída.

O Território do Amapá se apresenta hoje com as características de uma região grande e bem desenvolvida, tanto na capital como nos demais Municípios o progresso é presente, palpável e indiscutível. (BARCELLOS, 1987, [n. p.]

Decerto que não bastaria dizer “Minha terra tem palmeiras/ Onde canta o Sabiá/ As aves, que aqui gorjeiam/ Não gorjeiam como lá”⁵⁴ porque os tempos são outros, mas a necessidade de exaltação é similar. O que precisa ser enfatizado é que essa necessidade de elencar as potencialidades do Território foi uma peleja muito mais interna pois, existiam os que defendiam a condição do Amapá Território, principalmente políticos, mas a população também se mostrava dividida. O final do texto de Barcellos, deixa essa relação bem aparente:

Amigos Amapaenses: Fazemos um apêlo a vocês na hora da decisão:
 Não se deixem impressionar por falsos e inescrupulosos argumentos, oriundos que são de mentes pouco esclarecidas, empenhadas na estagnação do sistema. Não vamos deixar fugir, não vamos deixar escapar esta abençoada oportunidade de maiores conquistas que nos é agora oferecida.
 Muitos Estados serão contemplados e a nossa ‘Estrela’ brilhante e reluzente, nunca esteve tão próxima de nós,
 Confiemos em nossa gente!

⁵⁴ Versos do poema Canção do Exílio, de Gonçalves Dias.

Confiemos no povo Amapaense!
 Confiemos e esperemos em Deus! (BARCELLOS, 1987, [n. p.]).

Lembrando que o que se alegava como motivo da estagnação do TFA era a sua condição de Território Federal o que acarretava em falta de autonomia, não defender sua transformação em Estado era, conseqüentemente, cooperar para a “estagnação do sistema”. Assim, em tom apelativo, ressaltando o desejo e o imperativo de alcançar a “Estrela brilhante e reluzente” na bandeira do Brasil se fortalece na repetição do verbo que, como demonstra a história desse povo, traduz o sentimento que esteve sempre presente no sentimento dos que construíram o Amapá: Confiar. O texto tem força pelo tom, por vezes poético, e por ser um apelo de alguém que tinha força e carisma. Somadas as duas condições pode-se afirmar que, “ A eficácia de um discurso, o poder de convencimento que lhe é reconhecido, depende da pronúncia [...] daquele que o pronuncia” (BOURDIEU, 1996, p.15)

No dia 12 de dezembro de 1987, na Coluna do Jorge, página 12, Basile trata também desse prélio:

...depois que foi amplamente notificado que o Amapá será Estado e depois que isto foi decidido, continuam os pássaros ougorentos a falar mal, a apresentar monte de razões contra.

As razões contra maximalizam as dificuldades que outros estados mais antigos enfrentaram e enfrentam, pouco se interessando, em apontar as vantagens e ao mesmo tempo soluções daquelas dificuldades.

Parece-me que não há mais tempo de recriminações e lamentações, de jeremiadas. A hora é de arregaçar as mangas, estudar, se empenhar no rumo do progresso do Amapá.

Antes de mais nada, saibamos eleger os nossos governantes a todos os níveis: bons vereadores, bons deputados estaduais, bons deputados federais, bons senadores, bons prefeitos, bons governadores. Desta escolha depende muito o futuro do Amapá Estado. E esta escolha depende de nós. Não nos deixemos comprar com belas promessas e com vantagens imediatas, não nos deixando comprar a consciência e a dignidade de seres livres, poderemos cumprir retamente este primeiro dever para com o Amapá Estado (BASILE, 1987, p. 12).

E assim seguem os registros deste contexto eminentemente político, como alias, sempre foi. Materializado em um jogo claro de interesse pelo poder com a formação de grupos de lideranças instalados já no final dos anos de 1970, formado em sua maioria por jovens já nascidos no Amapá, que passam, com visto em outros textos, a questionar criticamente o governo territorial:

Alguns deles vieram do movimento estudantil amapaense dos anos de 1960, e haviam cursado o ensino superior no Pará ou em outros Estados do país, a exemplo do amapaense Paulo Guerra e o do mazaganense Geovani Borges. Parte dessa liderança, que irá romper com o governo territorial, é quem conduzirá a luta parlamentar pela criação do estado do Amapá. Essa geração

de jovens políticos buscava se diferenciar das demais, justamente, por terem estabelecido laços identitários mais permanentes com a região (LEAL, 2017, p. 327).

A luta que se tratava era por uma nova estrutura administrativa, com a esperança de que essa nova administração elevasse o Amapá ao mesmo nível de desenvolvimento observados em outras regiões para isso era necessário que a administração fosse modernizada e se adequasse ao Brasil que surgia pós abertura política. E de forma ainda mais intensa esse jogo de interesses dos contras e dos favoráveis ao Amapá Estado se intensificará nas páginas do próximo jornal; o *Jornal do Dia*.

3.4 *Jornal do Dia: Estado à vista*

No dia 4 de fevereiro de 1987 saiu a primeira edição do *Jornal do Dia*, o primeiro jornal diário do Amapá, um empreendimento corajoso do grupo Otaciano Bento Pereira, capitaneado pelo jovem empresário e político Júlio Pereira, apesar da desconfiança de pessoas que puxavam para trás. O que consistia mais um visionário e arrojado empreendimento era também um ato de amor pela cidade e seus habitantes, ávidos por notícias quentes. Na sua primeira edição o JD traz o depoimento de várias personalidades locais e um belo texto do historiador Estácio Vidal, nascido em Macapá em 1936 e falecido em 2004, de saudável memória. (CANTO, 2010, [n. p.]).

Mesmo que em seu slogan os idealizadores o denominem como sendo “O Primeiro Diário do Amapá”, pelo levantamento feito, o *Jornal do Dia* em verdade é o segundo, pois o primeiro jornal diário teria sido o *Jornal do Povo*. Feita a ressalva, o dia é 4 de fevereiro de 1987, Macapá completava 229 anos, o prefeito, como já registrado no jornal *Marco Zero*, era Azevedo Costa, o governador do Território, Jorge Nova da Costa e o presidente da República José Sarney. No Congresso havia sido instalada a Assembléia Nacional Constituinte para o biênio 87/88, com 559 parlamentares, dos quais 487 deputados e 72 senadores, essa é a cena política destes anos. Na coluna social de Heloísa, na página 7, dessa primeira edição há uma solicitação para o poder público conceder mais apoio ao professor Estácio Vidal⁵⁵ - o que ocorre, inclusive neste jornal, intensificando-se a presença de matérias sobre a História do Amapá. Destaca-se, igualmente, a visita do Embaixador da República da Finlândia “que aqui veio conhecer o potencial madeireiro e turístico do Território” fato em que alerta para o fato de que; “precisamos melhorar a nossa infra-estrutura para acelerar o progresso”. Nessa linha a

⁵⁵ Professor, Historiador, Desportista e Radialista Estácio Vidal Picanço, nasceu em Santana-AP, em 28 de julho de 1936 e faleceu em, 17 de fevereiro de 2004. Dentre seus escritos, consta a autoria do Hino da Escola Estadual Alexandre Vaz Tavares, musicado por mestre Oscar Santos. (Fontes: *Jornal do Dia*, de 13 de junho de 1987 e <https://porta-retato-ap.blogspot.com>. Acesso em: 12 jul. 2019).

respeito das melhoras necessárias para a chegada do desenvolvimento, fotografias ilustram a página 2, na coluna intitulada “local”, a manchete “Chuvas Castigam Nossa Cidade”, registro interessante, quase um apelo para que o prefeito siga o “exemplo das formiguinhas, que “passam o verão armazenando alimentos enquanto a cigarra canta, pois com a chegada do inverno as formiguinhas ficam aconchegadas em seus lugares e a cigarra morre de frio e fome”. Assim, seguindo um raciocínio intertextual, também deveriam operar nossos prefeitos, construindo obras de drenagem no verão para dormirem tranquilos juntamente com nossos irmãos, no inverno.

Figura 17 – Chuvas castigam nossa cidade



Fonte: Jornal do Dia, fevereiro de 1987 (2021).

Representação necessária mais uma vez pela força das imagens, considerando que a matéria de capa desta edição traz como manchete “Parabéns, Macapá pelos 229 anos!” e que, associada à matéria sobre as chuvas e os buracos por elas ocasionados, as congratulações parecem ironia. Mas, a ironia é só aparente, pois todo o jornal, inclusive nas edições subsequentes, são um mosaico de registros que parecem destoar o tempo todo entre si. Um caos que registra a desordem dos ânimos provocada pelo momento que ainda traduz o desejo de alguns e de outros não, com relação ao Amapá Estado.

O que foi registrado no jornal Marco Zero se potencializa nas páginas do Jornal do Dia, pelo fato deste jornal está mais próximo do feito que causou este estado de ânimo, o Amapá Estado. Assim, suas páginas contam a história do Amapá, trazem depoimentos dos pioneiros,

homens simples, e dos agentes políticos em uma relação dinâmica de ora enaltecer, ora fragilizar o Amapá e sua capital, Macapá.

A mesma edição e página da matéria sobre o inverno Amazônico que castiga a cidade é composta por uma crônica, não assinada, cujo título é “E o destino do Amapá, como é que fica?”. Crônica que já inicia informando:

Tomaram posse no último dia 1º de fevereiro em Brasília, os novos representantes do povo amapaense no Congresso Nacional. Vamos passar por sérios momentos de discussões e reflexões sobre o destino, e os passos que os atuais Territórios Federais irão dar, na Assembléia Nacional Constituinte. Que as atuais estruturas dessas unidades da Federação estão esgotadas, não temos a menor dúvida. Que precisamos de maior autonomia administrativa e política, é a afirmação de todos que querem o bem-estar dessas unidades, entretanto como vão ser modificadas e quando vão ser modificadas, a população amapaense exige a participação direta. Queremos que os assuntos que digam de perto ao interesse amapaense sejam debatidos, discutidos e analisados para não incorramos nos erros cometidos até hoje (JORNAL DO DIA, 1987, p. 2).

Ao fazer importante ressalva de “Que o Território tenha nascido no ventre de um governo ditatorial e até hoje traga problemas para a nossa população é uma realidade incontestável” a narrativa segue exigindo a participação da população “porque somente assim poderemos afirmar no futuro que fomos responsáveis pelo destino que o Amapá tomou”, para que num futuro próximo a população não ser “taxada de covarde e traidores”. O apelo é visível, ainda mais quando o governo e oposição conclamando:

Vamos com altivez, governo e oposição, achar o vértice do progresso, do bem-estar social para os nossos irmãos sem radicalismos e sem ressentimentos, pois acima de qualquer querela ou divergências, o que está em jogo são os destinos de nossos filhos. Vamos propiciar a esses pequenos brasileiros a oportunidade de viverem um Amapá justo, mais humano e mais feliz para todos, vamos mostrar nossa competência, nossa inteligência de homes e mulheres civilizados, vamos dar as mãos no final deste simpósio e cantar o Hino Nacional Brasileiro cômicos que nossa tarefa foi cumprida com dignidade e galhardia, para ficarmos para a História como verdadeiros democratas (JORNAL DO DIA, 1987, p. 2).

O simpósio mencionado foi sobre o tema *Constituinte e o Amapá* e por isso a convocação da população para que se posicionassem e, como estratégia de persuasão, mais uma vez o passado é retomado. O passado da ditadura onde os Territórios Federais nasceram e as consequências desse momento em confronto com a democracia que já se vivia, ou pretendia viver, onde não cabe a omissão. A luta pela autonomia, ou não do Amapá precisa ser coletiva, ter unidade, integração demonstrada na consciência da necessidade de harmonia entre governo e oposição, na consolidação de amapaenses capazes de conduzir seu próprio destino e vencer

todos os tipos de atrasos, principalmente os econômicos, políticos e culturais. Enfim, participar das discussões sobre o futuro do Amapá é a representação de uma sociedade madura demonstrando ser autossuficiente para opinar sobre si.

E assim os registros da cidade seguem. Nesta mesma edição, de uma quarta-feira de fevereiro de 1987, página 5, o *Jornal do Dia* publica histórias narradas por alguns pioneiros do Território; o Professor Vidal Picanço, Duca Serra, Heitor Picanço, mestre Sacaca e outros. Cada um deles com um olhar peculiar sobre Macapá em um texto que começa observando que “Macapá cresceu muito e nós a vimos menina, numa pobreza terrível e atraso que dava dó, pode-se dizer que Macapá está bonita, acompanhando seu crescimento natural” relata Duca Serra e prossegue:

Macapá era só a Praça Barão do Rio Branco, Praça Veiga Cabral e algumas casinhas de madeira. Lembro de quando cheguei por volta de 1920 ou 21, vi o primeiro avião em Macapá. Era o avião Junkei D-218, alemão, foi logo depois da 1ª Guerra Mundial. Ele perdeu a rota e aterrissou no Rio Amazonas, em frente da cidade. As pretas velhas estavam por lá saíram gritando pelo amor de Deus que o mundo ia acabar. Padre Júlio Maria Lombard foi lá conversar com os pilotos. Tinha a irmã Catita que tentou subir no avião e como tinham que a carregar, esperneou e disse que não ia subir de jeito nenhum. Então as pretas velhas fizeram um “ladrão” para ela que dizia assim: ‘Êêê, é a irmã Catita/ Vê o salão assim / atracada eu não subo, não ...’. Esta é uma das milhares de histórias sobre ‘Macapá daquele tempo’ (SERRA, 1987, p.5).

É a história dentro da história, um fato sobre a 1ª Guerra Mundial e sobre o nascimento de um “Ladrão de Marabaixo”⁵⁶. Tudo era história, assim como o corria com os *ladrões* em suas inspirações do cotidiano, e por isso em suas memórias, Sandoval Oliveira, o “Sandó”, afirma que “Macapá de antes faz falta” e para o mestre Sacaca os problemas da cidade ocorrem porque “Falta Moralidade” afirmando no final de seus relatos que “o que falta para moralizar e acelerar o progresso dessa terra é vergonha o que falta na cara, pessoas competentes e sérias como o governador Nova da Costa”. Assim, as narrativas se desenvolvem todas em tom de saudade, apesar das dificuldades, de uma Macapá que deveria receber de presente a alegria, pois “Macapá vive em clima de tristeza”.

Já na edição do dia 05 de fevereiro, há o registro a respeito das homenagens feitas a “Rainha Yemanjá”, vale essa observação, pois os jornais sempre trouxeram,

⁵⁶ Marabaixo é uma expressão da comunidade negra praticada desde os tempos do Território federal do Amapá, manifestada especialmente por meio da dança e das cantigas denominadas ladrões. Os “ladrões” são uma espécie de poesia oral elaborada de improviso sobre acontecimentos do dia a dia, fatos “roubados” para tema das composições musicadas a partir dos toques das *caixas* (instrumento de percussão produzidos pelos próprios tocadores) (Souza, 2017, pp. 270-271)

informações sobre os eventos da Igreja Católica e esta reportagem sobre “Oferendas, pontos e muita alegria para homenagear a Rainha Yemanjá”- essa é a manchete- é de página inteira, com fotos e transcrição de um cântico que diz: “Meia noite tem exu na Encruza / Abrindo nossa gira / Pedimos com devoção/ Ao nosso pai Oxalá / Para cumprir nossa missão” . Essa matéria mostra, de alguma forma, uma mudança no trato com uma manifestação cultural que não era a da maioria da população da capital, que sempre se demonstrou eminentemente católica. Para exemplificar essa assertiva bastaria folhear as páginas dos jornais, inclusive as deste, para observar que os impressos constantemente reservaram muitas folhas para registrar a Festa do Padroeiro de Macapá, São José. Bem como destacar o apontamento do professor e pesquisador Manoel Azevedo de Sousa, que pontua e assim descreve a festividade do padroeiro:

As festividades de São José, também eram espaços privilegiados para as pessoas da comunidade manterem relações sociais, inclusive com as maiores autoridades do poder público (governador, prefeito, juiz de direito, etc.) visto que, em seu cotidiano, era difícil de acontecer. Essa ocasião possibilitava para que a comunidade integrasse com suas autoridades, dentro de um ambiente comum, que era denominado como ‘Os notários da Barraca de São José’, onde durante uma semana se transformava em um espaço de diversão e socialização (o espaço da festa era no espaço da igreja) (SOUZA, 2017, p. 169).

Na medida que se entende a importância das comemorações relacionadas à religião oficial, católica, se evidencia o quão era inusitado o destaque dado a outra crença. Como dito, página inteira de registro de outra prática religiosa reforça a necessidade imperativa de olhar para a identidade do outro com o qual convivemos, estabelece-se o diálogo, quando cada um tem sua função reconhecida, principalmente em um contexto da história do Brasil em que a luta era pelo diálogo, pela democracia o que só é possível, de fato, quando se movimenta em direção da percepção do outro pois, negar o outro seria negar a nós mesmos. Em sendo assim, tornam-se pertinentes as reflexões feitas por Homi K. Bhabha por asseverar que “Nenhuma cultura é jamais unitária em si mesma, nem simplesmente dualista na relação do eu com o Outro. Não é devido a alguma panaceia humanista que, acima das culturas individuais, todos pertencermos à cultura da humanidade” (BHABHA, 2007, p. 65).

Ressaltando que a construção do cotidiano da cidade perpassa pela necessidade de entender as identidades que a construiu e constrói. Por isso, não há possibilidade de apreensão de uma única identidade que se apresenta nos jornais, deste do início

desta pesquisa, por meio dos posicionamentos das autoridades constituídas, dos relatos dos pioneiros, dos registros das manifestações religiosas e culturais mesmo que sejam olhares que reforcem o tom exótico que possuem.

Em vista disso, a identidade pressupõe, portanto, uma relação de semelhança ou de igualdade, uma busca de reconhecimento que se faz frente à alteridade, pois é no encontro ou no embate com o Outro que buscamos nossa afirmação pelo reconhecimento daquilo que nos distingue e que, por isso, ao mesmo tempo, pode promover tanto o diálogo quanto o conflito com o Outro (HAESBART, 1999, p. 75).

É nessa relação entre diálogo e conflito, que as páginas dos noticiários materializam mudanças na cidade. Transformações que se apresentam em suas nuances de estranhamento e que não podem ser invisíveis uma vez que elas se impõem e modificam a rotina e a paisagem da cidade. É o que a impressão de sábado, 07 de fevereiro de 1987, registra por meio de uma crônica que merece ser assinalada, pois, se nos idos de 1944, ansiava-se pela “Macapá Moderna”, o que se registra é a consequência, pouco positiva, dos avanços da capital. A crônica, não assinada, tem como título “New Bossa”, o que já imprime a força do ‘novo’, mais especificamente em uma livre associação, da “nova mania” que chegava a Macapá e que aliança a rebeldia dos jovens a influências de filmes e a uma prática comum nas principais metrópoles do país, a pichação.

Uma nova mania que surgiu com força total em Macapá, nos últimos três meses foi a organização de turminhas de jovens, picham muros e residências com recados, desenhos e até mesmo palavões. A mania, talvez influenciada pelo filme ‘Os Guerreiros da noite’, levado ao ar pela Rede Globo a alguns meses atrás.

As pichações são feitas geralmente depois da meia-noite [...] As turminhas se intitulam como ‘Os guerreiros do bronx’, ‘Turma da máfia’, ‘BMX Spray’, ‘Greg e Sua Gang’ e outros, reunindo-se nas praças e lanchonetes à espera de hora de saírem às ruas à procura de muros ainda não pichados. Esse pessoal é engraçado, quando termina uma onda no Rio ou em São Paulo, a rapaziada que não tem o que fazer, começa a imitar uma coisa já ultrapassada. Os vigias é que sentem mais o peso da responsabilidade.

[...] Outro senhor, preocupado com essa ‘onda’ que invade a cidade, perguntou ‘por que esses meninos não aproveitam esse potencial artístico para iniciar no mundo da pintura e produzir obras, que além de desenvolver a criatividade, não prejudicam o patrimônio alheio, nem ofendem as pessoas. O fato está preocupando a PM e as autoridades locais. ‘Aí meu irmão, pintou sujeira’, já dizia o velho anúncio da TV (JORNAL DO DIA, 1987, p.2).

Para Macapá a pichação era realmente algo diferente, ‘novo’ ao ponto de ir às

páginas dos jornais e preocupar autoridades, uma vez que essa ação quebra a rotina de uma cidade até então considerada pacata. A preocupação não se dá exclusivamente pelo fato de os jovens serem os protagonistas do vandalismo mas, pela influência negativa dos filmes e por eles imitarem o que os grandes centros vivem, como se marcassem assim, inconscientemente, o desenvolvimento de uma cidade que cresce dia a dia com suas dores e os pendores da instalação do “progresso”.

Nesse mesmo tom, os registros das edições subsequentes continuam trazendo manchetes como “Socorro, nossas praças estão morrendo!” e “As potencialidades e riquezas do T.F. Amapá” mantendo uma relação dicotômica entre o caos da cidade ao lado da necessidade de “vender” a imagem do Território com suas riquezas e conseqüente potencial de autogestão para que possa tornar-se Estado.

Dentre tantas mudanças, há o registro do comportamento da sociedade em relação ao Plano econômico do presidente José Sarney, o “Cruzado”. A crônica publicada em 07 de março de 1987, novamente na coluna “local” e assinada por Raimundo Nonato de Oliveira, tem como título “Ficou um pouco” e começa poeticamente assim:

De tudo ficou um pouco. Do meu medo. Do teu asco. Dos gritos gagos. Da rosa ficou um pouco. Assim começa Drummond o seu poema de cunho existencial, ‘Resíduo’. Realmente, de tudo fica um pouco. E, se de tudo fica um pouco, porque não haveria de ficar um pouco também do enxovado plano cruzado? O que trouxe de ruim, isto esquecemos. Mas, o que trouxe de bom, de novo, isto deve nos servir de lições e de ensinamentos para caminharmos mais adiante na construção de uma sociedade verdadeiramente democrática.

O plano despertou a todo – principalmente as elites- para a realidade do país, onde milhares de seres humanos rastejam na miséria absoluta – sem pão, sem casa, sem chão a viver e conviver com a ilusão inflacionária; quando o povão tem condições de ir ao supermercado, bagunça com o estabelecimento da classe média, a especulação, o oportunismo está marcadamente enraizado no caráter do povo, seja rico seja pobre.

Muita gente acostumada a mamar nas tetas do governo e ter lucros astronômicos passou a boicotar o plano, sob a alegação que de a falta de produtos devia-se ‘as leis naturais do mercado’ (oferta e procura). Todo mundo sabe que essas leis de mercado não funcionam, porque, elas não são tão naturais assim. Elas podem ser manipuladas ao bel prazer dos especuladores. Por que alguns produtos são jogados nos rios? Por que alguns produtos em abundância continuam subindo? As leis de mercado, as ditas naturais, proclamam: aumento de oferta representa queda de preço; aumento da demanda significa aumento de preço. Mas a bem da verdade, isso não ocorre assim não. A manipulação aí é marcante.

O plano cruzado trazia na sua essência uma mudança profundamente qualitativa. A sua falência deveu-se ao tentar transformar a sociedade brasileira da ‘água pro vinho’. Foi, sem dúvida, um gesto que jamais deverá ser esquecido, pois representou uma ótima oportunidade para que os ricos resgassem a dívida que têm para com os pobres. Se levado a sério, representaria a grande revolução que o Brasil espera e sem sangue, onde os ricos e pobres começariam a traçar a geografia de uma nova sociedade e de um novo Brasil (OLIVEIRA, 1987, [n. p.]).

Sobre o autor da crônica não consegui informações. Mas, seu texto assim como os muitos desta época, também defende a construção de uma sociedade “verdadeiramente democrática”, por isso os escritos da ocasião, que tratam sobre a política nacional, aludem os ecos desse ardil em Macapá, o que nos faz citar novamente Bourdieu (1989) quando afirma que, os discursos políticos são proposições das “lutas simbólicas” que determinados agentes sociais travam entre si no campo político, e são duplamente determinados: revelam os interesses das classes ou grupos de classes da qual são partícipes e expressam, também, interesses específicos. E é esse o ponto o mais significativo das reflexões propostas pelo cronista, de que o plano cruzado acabou não dando certo, por não ter sido levado a sério e, conseqüentemente, tornar-se instrumento de manipulação no trato de interesses pessoais específicos.

Como se observará, a economia será tema recorrente. Porém, as edições que se seguem trazem várias páginas inteiras sobre as festividades do padroeiro São José, ratificando o que já fora mencionado a respeito das festividades que caracterizam Macapá, entre elas a mais significativa, a de manifestação católica. Mas dentre todas os assuntos que continuam oscilando entre a valorização da história e o caos da cidade. Importa trazer a reportagem do dia 25 de março de 1987, também na coluna “local”, cujo título é “Núcleo Universitário, a semente da Universidade” que traz vivamente a possibilidade da implantação da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Lembrando que essa discussão fora iniciada sob a coordenação da Prof.^a Mara Alves de Sá, ainda 1971, com a instalação do Núcleo de Educação em Macapá (NEM) - registrada quando tratei do jornal *Nôvo Amapá*.

A discussão retomada em 1987, marca o momento em que o ensino superior deixa de oferecer cursos de licenciatura curta, para proporcionar licenciatura plena. Evidentemente que essa mudança gerará polêmica, sobretudo, a partir do olhar de Jorge Basile, que voltará a escrever no *Jornal do Dia*. Retorno tratado mais adiante.

Registrar que, em 1987, a educação superior foi tratada como possibilidade de

desmembramento da UFPA é significativo, pois diante de um panorama em que se quer por todos os meios demonstrar que o Território Federal do Amapá pode ser um Estado, a implantação de uma Universidade pode ser mais um mecanismo de comprovação da maturidade e, por extensão, independência do Amapá. Independência que ocorreu parcialmente, em 1943, quando o Amapá é desmembrado do Estado do Pará e se torna Território Federal. Agora, o elo necessita ser rompido totalmente, então, a discussão do nascimento da Universidade, mais do que se justifica.

Nessa conjuntura, no afã de apresentar um Amapá autossuficiente, a ênfase nas riquezas do TFA foi tanta que a edição, do dia 31 de março de 1987, traz um texto cuja manchete é “Paulista propõe a venda do Amapá para os gringos”. Para entender melhor essa picardia, importa estabelecer um elo como outras formas de narrar. Em sendo assim, tal como diz a letra da música de Osmar Júnior, *Sentinela Nortente*⁵⁷ - que fez e faz muito sucesso nas terras *Tucujus*- “Nossa terra rica ainda fica/Na ilha de abril/Que nos vendam como de costume/Nos arranquem o Brasil”.

A letra de *Sentinela Nortente*, lançada em 1989, trata da situação periférica do Amapá na relação com outros Estados do Brasil, principalmente, quando o assunto é a exploração dos recursos naturais. Os versos destacados já deslocam o leitor/ouvinte para a condição inicial do processo de colonização do Brasil e do próprio Território Federal do Amapá. Esse deslocamento conduz a um ambiente percebido pela via da memória do eu lírico, o cenário referenciado pela alusão feita em “ilha de abril”, mês historicamente registrado como marco da descoberta do Brasil e a relação de compra e venda, que sustentou todo o processo de colonização, explícita nos versos “Nossa terra rica...” e “Que nos vendam como de costume”. Tais versos caracterizam como o Amapá ainda era visto em pleno século XX, ou seja, ele ainda não havia saído da condição de uma colônia de exploração.

Pelo menos é o que suscita a matéria em que a venda do Amapá é cogitada como possibilidade de pagamento da dívida externa do Brasil e, por essa razão, fazer referência a composição de Osmar Júnior é interessante uma vez que ela retrata muitíssimo bem essa polêmica e, reza a lenda, que sua inspiração teria sido justamente a referida matéria do Jornal do Dia. Enfim, sem mais delongas ou “milongas” eis a página que traz a polêmica questão:

⁵⁷ Letra Osmar Júnior; intérprete Amadeu Cavalcante (Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=st5Mv1l3Vy4>);

Figura 18 – Amapá como pagamento da dívida externa do Brasil



Fonte: *Jornal do Dia*, 31 de março de 1987 (2021).

A proposição da venda do Território feita por Ervino L. Viviam, por meio de uma carta publicada em 13 de março de 1987, no Painel do Leitor do jornal *Folha de São Paulo*, causou, conforme comenta o autor da matéria do *Jornal do Dia*, o professor Vidal Picanço, protestos não somente de amapaenses residentes em São Paulo, como também “de todos que ficaram sabendo da graciosa proposta” (VIDAL, 1987). E o mais deplorável, segundo o professor Vidal, é que a “negociata” foi proposta por um “Nordestino que foi para São Paulo e introjetou a ideologia dominante, sem ao menos lembrar-se que não passa de um mero transmissor de um germe que corrói os valores e a cultura nacional” (VIDAL, 1987).

É fato que não está se falando mais de uma visão colonizadora vinda do estrangeiro e sim, de uma visão de colonizador dentro do próprio Brasil, ou seja, do que chamo de “colonizador interno”. Pois são outros estados do Brasil estabelecendo suas relações de poder e superioridade sobre o colonizado, que nestas ponderações, está representado pelo extremo norte periférico, Amapá.

Considerando as devidas proporções, a ação e o sentimento do processo de colonização está estabelecido pelos seguintes fatores: o sujeito, morador da região Sudeste, branco e intelectual se posiciona como superior diante do subalterno Norte, selvagem, rico e mestiço. Pode parecer exagero esse posicionamento, essa forma de caracterizar as relações entre regiões e estados que compõem a mesma Federação. No entanto, há sempre de se considerar a história

e as próprias discussões teóricas bastando por hora estreitar o comentário de Celso Furtado que na obra *Capitalismo Global*, ao tratar da concepção que se tem sobre *centro*, afirma que tal compreensão nos remete às regiões que solidificaram suas hegemonias, principalmente, em termos econômicos, a exemplo dos países industrializados. Assim, substitui-se a palavra “países” pela palavra “estados” e a relação será a mesma.

O estado, colocado na posição de *Colonizador* nesta questão é São Paulo, na pessoa de Ervino L. Viviam, (mesmo sendo nordestino) e não se faz necessário recorrer a nenhum livro de História e a alguma teoria para saber da potência econômica, industrial e, porque não dizer, intelectual. Afinal São Paulo, desde a República Velha, torna-se um dos estados mais prósperos da Federação, pois o processo de industrialização estava ligado à expansão cafeeira o que favoreceu o crescimento econômico não somente do referido estado, mas de toda região sudeste.

No outro, literalmente, extremo, na condição de *colonizado*, está o Amapá que ainda, tanto na matéria em questão, quanto em *Sentinela Nortente*, está na condição de Território Federal. Fato que não se pode perder de vista, pois essa condição fortalece ainda mais sua falta de autonomia e o torna ainda mais *vendável*. Portanto, essa ausência de autonomia pode ser entendida na perspectiva do sujeito subalterno que, na discussão de Gayatri Spivak, é aquele pertencente “as camadas mais baixas da sociedade constituída pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 2010, p.12). Do conceito de Spivak a não representação política é a que mais atinge o pedaço do Norte em questão, principalmente, por se tratar, na época, de um Território Federal.

Importantes essas reflexões que retomam de certa forma a história do Brasil colônia, singularmente, do Território do Amapá e que afirmam o deslocamento deste torrão que parece nunca ter sido tratado como os outros *brasis*. Por isso, lembrar, lembrar sempre, uma vez que a importância de lembrar é ressaltada por Bosi (1987), ao assegurar que lembrar significa aflorar o passado, combinando-o com o processo corporal e presente da percepção, ao misturar fatos imediatos com lembranças. Desta maneira, fica evidente que a reminiscência aceita a relação do presente com o passado e, ao mesmo tempo, intervém no processo atual das representações.

Desta forma, é ratificada a percepção de que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. Então, adaptando sutilmente *Sentinela Nortente*, que *não* “Nos vendam como de costume”, *não* “Nos arranquem o Brasil”, que saibam que, como afirma o Prof. Vidal, no Amapá não existem “apenas algumas almas dispersas numa imensa área da Amazônia”, “Por quê?” Porque *não* “somos apenas planície no fim do Brasil”. Por tudo isso é

que essa proposta de venda do Amapá provocou indignação, pois, ressaltando que nos anos que compuseram a década de 1980, discutia-se que, ou o Amapá tornava-se Estado, ou voltava a pertencer ao Pará, saber que poderíamos ser moeda de troca fragilizava um processo que se pretendia identitário e autônomo.

Por esses e tantos outros acontecimentos é que pululavam nas páginas deste Diário da cidade narrativas de pioneiros que, sempre, ressaltavam a saudade de Macapá antiga e terminavam por constatar que “Macapá cresceu, mas não se governa”. Essa é a constatação advinda de um pensar sobre a cidade registrado no jornal, em 11 de maio de 1987, a partir das memórias de sr. Waldelor da Silva Ribeiro que chegou em Macapá em 1947, como tentativa de fugir das dificuldades enfrentadas em Breves, interior do Pará. Essa vinda para o Território de sr. Waldelor confirma todo o processo de migração já narrado nesta pesquisa. Bem como, por meio de seu relato se confirma o tamanho que a cidade tinha e como cresceu com o trabalho desses precursores.

Vim para Macapá porque diziam que acabavam de criar um Território e que havia muito trabalho. Como eu tinha uma responsabilidade muito grande, resolvi aventurar. Trouxe a mulher, minha mão e dois irmãos e reiniciei a vida. Macapá começava na Fortaleza e terminava ali por perto da praça do Barão. Era uma cidade cheia de caminhos, que foi crescendo como o trabalho dos pioneiros (JORNAL DO DIA, 1987, [n. p.]).

E justamente essa cidade cheia de caminhos na estrutura de suas ruas e avenidas, que se expandiu sem muita preocupação urbanística e em razão dessa falta de compromisso:

A população foi aumentando, os bairros nascendo e de repente deparamos com uma série de problemas que poderiam ser evitados caso houvesse à crença dessa Macapá que vemos agora. Cresceu muito, mas ainda não se governa. É como um filho que atinge a maioridade e é dependente do pai e não faz nenhum esforço para conquistar sua independência, sem perder seu referencial. (JORNAL DO DIA, 1987, [n. p.]).

A comparação feita com um filho que tem medo de sair da casa dos pais é a representação perfeita do sentimento que caracterizava os macapaenses. A insegurança sucedida de razões que eram sentidas no dia a dia da população uma vez que, de 1985 a 1988, a escassez foi pontual na mesa dos amapaenses, que enfrentavam longas filas em qualquer hora do dia, em qualquer dia da semana, para a aquisição de produtos elementares, como carne, leite, café dentre outros e, mais uma vez tem-se em pauta a questão econômica.

Fato que todo o país vivia essa realidade e os ânimos não eram os melhores, principalmente, depois do fracasso do Plano Cruzado. Mas “os macapaenses, que já sofriam

com as corriqueiras crises de escassez de alimentos em razão das políticas locais pouco eficazes no combate ao problema, sentiram de forma violenta essas medidas” (LEAL, 2017, p.311). Reforço que tamanha dificuldade sentida pela população se deu, também, pela geografia do Território – só se chega ou sai de barco, ou de avião- o que atravancava ainda mais a chegada dos produtos, além de encarecê-los substancialmente.

Relevante pensar que é difícil o exercício do poder em um regime capitalista, onde grupos econômicos exercem pressão muito forte sobre as decisões do governo e, em Macapá, esse fato sempre foi muito evidente. Os grupos políticos exigiram reforma no modelo econômico e, mais uma vez, o povo foi sacrificado e todo esse caos provocava dúvidas sobre a transformação do Amapá em Estado, pois havia o receio de que ele se tornasse mais um primo pobre da união.

Páginas afora, o JD continuava tratando de tudo um pouco, sobre as lendas do Território, bem como sobre “Quem foi Jovino Dinoá”, mas o que não deixava de ser assunto era o Amapá Estado. Primo pobre ou não da União, o assunto precisava ser pauta, pois nas ruas, nos bares da capital, praças e onde mais as pessoas estivessem reunidas o assunto era o mesmo. Tanto que o Jornal do Dia fez enquetes sendo a primeira divulgada na edição do dia 25 de maio de 1897, cuja legenda foi “AMAPÁ ESTADO: A polêmica volta à tona”:

A transformação do Amapá em Estado é uma velha e prolongada polêmica. Uns defendem a transformação exibindo argumentadíssimas teses sobre as vantagens e ascensão econômica do Amapá. Outros, repetindo temores, não menos antigos, alegam que o funcionalismo público será prejudicado e que, somente os políticos terão suas metas alcançadas. O JD fez sua primeira enquete popular sobre o assunto, entrevistando vários segmentos da sociedade. Dos oito entrevistados, cinco foram favoráveis; dois foram contra e um caminhou na linha prudente de verificar, primeiro, as condições de transformação. O fato que o Amapá Estado é um assunto a ser definido pela Subcomissão que trata do tema no Congresso Nacional. O JD ouvirá outros segmentos e colherá novas argumentações favoráveis e contrárias, com vistas a intensificar (JORNAL DO DIA, 1897, [n. p.]).

E assim ocorreu e outra enquete fora realizada – a segunda no dia 28 de maio. A tensão aumentava e nessa amálgama de opiniões o JD constrói história ao registrar como os que fazem o Território o veem. Assim, fazendo um apanhado geral dos posicionamentos que mais chamam atenção, tem-se: “favorável desde que seja uma mudança lenta. Fazer de uma hora para outra trará, sem dúvida, muitos problemas, porque no momento não há condições...”; “A transformação é inviável”; “O Amapá será autônomo e forte”; “Já está na hora”; “Teremos Tribunal de Justiça, Assembléia Legislativa e outros poderes aqui”; “Não tem cabimento precipitar as coisas” ou ainda “Não temos suporte”.

Já na edição do dia 05 de junho, na coluna “Local” o JD anuncia o encerramento da primeira etapa da enquete cuja manchete já anuncia o resultado: “Amapá Estado é Irrevogável”. Após ouvir políticos, empresários, professores, populares, secretários, gerentes, administradores e outros segmentos sociais, constata-se que o desejo e a determinação da grande maioria é ver a bandeira brasileira como mais uma estrela.

Reforçado os aspectos favoráveis, na edição de 06 de junho, o Prof. Estácio Vidal Picanço escreve uma crônica histórica com informações sobre os Territórios Federais desde suas origens em 13 de setembro de 1943, pelo decreto-lei 5.812. Todo resgate que faz dessa memória é pretexto para ele se posicionar sobre a “Emancipação Política do Amapá” – é o título de seu texto. O artigo de opinião caminha até destacar os dois Territórios Federais que em 1987, ainda não haviam se tornado Estado: Amapá e Roraima. Segundo o Prof. Vidal, ambos os Territórios já haviam cumprido suas finalidades básicas, para as quais foi criada a política de desenvolvimento e, a partir dessas elucidicações, o Prof. Vidal elenca as vantagens das transformações dos Territórios do Amapá e Roraima em Estados, que seriam:

[...] Ficarão livres da lei 411, que é a EX-VI orgânica dos Territórios Federais, tutelados pelo governo central da União, sob as ordens do Ministério do Interior, onde terão a autonomia de escolher o seu próprio governo democraticamente pelo voto livre e soberano da demografia eleitoral desses dois Territórios transformados em Estados; terão suas próprias Constituições, já que a primeira corporação de deputados estaduais eleitos, serão deputados constituintes, com a responsabilidade de elaborar a Constituição de seus respectivos à Assembleia Estadual Legislativa Constitucional, cujas definições de suas leis terão de ir de encontro os vários segmentos da nossa sociedade, dentro de um contexto de leis com a realidade de cada Estado; ainda mais o poder Legislativo na esfera federal será ampliado, com mais deputados e forçado pelos senadores da República; o Poder Judiciário aumentará o seu campo de ação com instalação de vários tribunais de julgamento e recursos quando agora se fala numa mudança nesse poder da Justiça.

Haverá com isto tudo o funcionamento harmônico entre os poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário (PICANÇO, 1987, [n. p.]).

Os argumentos mencionados pelo prof. Vidal realmente justificavam e representavam a autonomia política do Amapá. Porém o que saltavam aos olhos eram as condições reais de entraves que o Território ainda não havia conseguido superar como a infraestrutura precária em todos os Municípios, inclusive na capital Macapá. Ainda assim, a ideia de autogestão permanecia buscando tramar a formação da identidade regional, cujas bases estão nas representações relacionadas ao contexto social e histórico de dado território, sendo um processo de produção simbólica com o objetivo de realçar as características e os valores próprios de cada lugar. Por isso, como já mostrado e mencionado, as páginas do JD estão repletas de narrativas

históricas sobre personalidades ilustres, sobre os mitos, o folclore e as festas. Sobre essa concepção de identidade regional, Bourdieu (1989) considera que o discurso regionalista, voltado para erigir a identidade de uma dada região é performativo, ou seja, constrói a realidade que ele designa, pois são construções e representações simbólicas do mundo social.

Continuando essa representação simbólicas do mundo social que busca se formar, uma crônica chama atenção pela discussão proposta já identificada pelo título - “A mulher não é escrava”. A crônica em questão foi publicada em uma sexta-feira, 02 de outubro de 1987⁵⁸, assinada pelo comentarista Edgar Rodrigues, na coluna “Local”, e diz:

A respeito das declarações últimas, de autoridades competentes, sobre as causas mais contundentes que levam a grande incidência de divórcio, infidelidade conjugal, etc... o que se tem a afirmar, de autêntico, é que a mulher de hoje é mais esclarecida e mais mulher. Não podemos mais conviver numa sociedade historicamente machista, em que o homem sempre é o cabeça a ditar as regras do jogo. A emancipação da mulher, pois, nunca será a causa preponderante desta enorme saraivada de desquite a que os homens-da-lei estão reportando. Também, pudera; a nossa legislação brasileira sempre foi machista, defendendo sempre os brios do homem, e sua dominação perante a mulher, considerada sempre por ele, como o sexo frágil, ou o segundo sexo.

Numa retrospectiva, podemos verter isso para muito o ponto inicial: a pré-história. Aí a presença da mulher é zero, ampliando mais, na idade média em que o senhor feudal ou o camponês é sempre o guardião, e sempre quem atira a primeira pedra. Por que tanta pressão a mulher? Por que exigir-se coisas rocambolescas e perfunctórias como fidelidade, virgindade, se o homem é o primeiro a dar esse mau exemplo? No processo familiar, o homem nunca deve ser o guardião de sua esposa, ou vice-versa, pois os dois têm capacidade própria de gerência do lar. Não é a tarefa de um que se sobrepõe à dela e vice-versa...É absurdo que em pleno século XX, e já começando a entrar para o terceiro milênio, ainda encontrem-se já começando a entrar para o terceiro milênio, ainda encontrem-se pessoas, principalmente juristas, que pensem que, num lar, o homem é o senhor, e a mulher, escrava.

Para que o homem exija fidelidade da mulher com quem vive, é necessário que ele lhe seja fiel; e não se faça de engraçado, e não seja hipócrita. Basta de hipocrisia! Basta de subserviência! Vamos olhar o lado prático da coisa, e nos entender. O machismo sempre foi um veículo produtor de violência, e a violência da mulher é uma enfermidade que já está em processo final de cura.

Portanto tanto o homem e a mulher merecem o seu espaço. Não acredito em igualdade entre eles, mas também não deve haver desigualdade; e sim que os dois se sintam deferentes um do outro, sem

⁵⁸ Pertinente informar que não foram encontradas publicações do Jornal do Dia dos meses de julho, agosto e setembro de 1987, por essa razão os textos subsequentes serão dos meses de outubro e novembro, do ano já especificado.

a permanência e a constância da porção valorativa (RODRIGUES, 1987, p. 2).

“O machismo sempre foi um veículo produtor de violência” constatação interessante e ganha maior potência quando proferida por um homem. Assunto pertinente desde sempre, mas que registrado pela primeira vez, nesta crônica – considerando somente os jornais pesquisados nesta tese. Nessa relação de subjugação estabelecida entre homem e mulher, o que se tem é a estratégia de neutralização do outro que consiste em invisibilizá-lo, expropriando-o de nenhuma possibilidade de representação, silenciando-o. Para Spivak (2010), vai configurar-se como silêncio que liga o não-dizer à história e à ideologia, ou seja, significa, não é margem e tem implicações ruidosas sobre a vida dos sujeitos o que, na crônica de Edgar Rodrigues, aparece na própria afirmação destacada no início deste parágrafo, bem como em trechos como “(...) o ponto inicial: a pré-história.

Aí a presença da mulher é zero, ampliando mais, na idade média em que o senhor feudal ou o camponês é sempre o guardião, e sempre quem atira a primeira pedra” quando retoma pontos específicos da história afim de confirmar a subalternidade da mulher. Como já mencionei, esta crônica é polêmica e os aspectos que resaltei estão longe de terem sido encerrados. Porém, é necessário seguir para outras narrativas na certeza de que muito ficou por analisar deste texto.

Entre assuntos variados a política volta à tona, não a respeito o Amapá Estado, mas sobre a proposta de mudança de regime governamental. Em meio a tantas discussões, tantas polêmicas, mais essa! os brasileiros foram “escalados” para discutir se o melhor seria o Presidencialismo, ou o Parlamentarismo. Tal prélio foi devidamente narrado na bem-humorada crônica “O Calcanhar de Aquiles”, na coluna “Local”, no dia 03 de outubro, também assinada por Edgar Rodrigues.

Em sua narrativa, Rodrigues compara a peleja comparando-a ao jogo de futebol com seus devidos times montados; o “Parlamentarismo Futebol Clube” e o “Presidencialismo Futebol e Regatas” e todos os demais componentes da ação, com direito a menção à plateia ilustre tais como Lula que, “já reservou o seu lugar no camarote” e o presidente dos Estados Unidos da América, Reagan que assistirá a tudo “via-satélite”. Depois de apresentados os principais atores do jogo que aconteceu no “Estádio do Maracanalto”, o melhor é conhecer a crônica na íntegra:

A guerra está declarada. Por um lado, temos o time do Parlamentarismo Futebol Clube. Por outro, esquentando as canelas,

encontra-se o Presidencialismo Futebol e Regatas. O estádio está lotado, Lula já reservou o seu lugar no camarote, pois quer ver de perto. Adesão? Não. Ele prefere ficar na tocaia, para ver quem ganha, ou quem perde. Reagan prefere ficar assistindo via-satélite, aliás, Nancy está satisfeítíssima, pois só assim poderá curtir o maridinho de perto. O preparador físico Afonso Arinos dá os últimos detalhes ao bandeirinha. Bernardo Cabral, e o jogo tem início no Estádio do Maracanalto.

Brasil, o país do futebol. A terra dos “um dia dá certo...” Optar entre um regime e outro, mais valem sábias palavras do Odorico Paraguassú (O Brasil precisa de uma Democradura!). Enquanto os grandes decidem quem ganha ou perde, numa verdadeira e acirrada disputa, aumenta-se o quilo do trigo, a passagem do ônibus, o cafezinho da esquina, o combustível do automóvel, a passagem de avião, o acidente automobilístico, e o tráfico de maconha. A indústria da esperteza está girando por aí, produzindo mananciais de desfalques. Os prefeitos estão careando seus buracos profundos, com a pasta balsâmica dos impostos populares.

Marco Zero, linha do Equador, fortaleza de S. José... alguns aproveitam para esquentar o traseiro na rede, em frente ao bangalô da av. Amazonas. Os “Baby Docks” comemoram mais uma vitória da última competição milionária... e os pirilampos da vida resfolegam vertiginosamente cidade-adentro, para encarcerar a vista clara, e introduzir ganância e esperteza, neste grande lamaçal de ignorância e sonolência que sente o povo, drogado pelas essências de seus governantes (RODRIGUES, 1987, p. 2).

Como se percebe, o cronista é pândego do início ao fim do texto, a começar pelo elemento que ele escolhe como comparação: o futebol. Considerando que o futebol, no Brasil, é culturalmente estabelecido como “paixão nacional” por ser a principal distração do povo, há de se compreender que essa comparação não é aleatória, pelo contrário, aí é que se entende o tom irônico do cronista que põem em paralelo o caos político e econômico do país, com seus sujeitos reconhecidos nacionalmente-Lula, Afonso Arinos e Bernardo Cabral - e de Macapá, representada pelos seus pontos turísticos - Marco Zero, linha do Equador, fortaleza de S. José - espelhado ao jogo. Distração, esse é o ponto, afinal historicamente as questões importantes sobre o país são discutidas em épocas de carnaval e Copa do Mundo, ou se não os políticos não conseguem esperar tanto, uma partida durante a semana já é suficiente.

Assim, Edgar Rodrigues explora essas relações simbólicas representando-as no trecho “Enquanto os grandes decidem quem ganha ou perde, numa verdadeira e acirrada disputa, aumenta-se o quilo do trigo, a passagem do ônibus, o cafezinho da esquina, o combustível do automóvel, a passagem de avião, o acidente

automobilístico, e o tráfico de maconha...” e completa “A indústria da esperteza está girando por aí, produzindo mananciais de desfalques. Os prefeitos estão careando seus buracos profundos, com a pasta balsâmica dos impostos populares”, desvelando a intencionalidade de se propor a escolha de regime de governo como forma de tirar a atenção do povo para os reais problemas. Considerando tal situação e analogias, não teria como não usar o adágio que diz: “seria trágico, senão fosse cômico”.

Seguindo na linha do “maravilhoso”, na edição do dia 10 de outubro, há uma crônica em destaque sobre a lenda do Mapinguari. Já se fazia estranho tratar sobre identidade em um pedaço da Amazônia e não apresentar nenhuma lenda. Assim, Mapinguari é retratado na crônica do prof. Vidal Picanço:

Lendas amapaense - o mito do Mapinguari

Quando criança, antes de minha família se transferir para Macapá, onde morávamos às proximidades do rio Vila Nova, meus pais contavam várias histórias de duendes, que habitavam a selva amazônica, entre eles o pavoroso Mapinguari. Era o santo remédio para acabar com os nossos ‘berreiros’ de crianças choronas.

O paraense Ararê divulgou anos atrás em dois jornais Paraoaras a lenda do Mapinguari e a mesma faz parte das lendas amapaenses, onde ele se localiza aqui no Território na Região, principalmente do Jari.

O Mapinguari se caracteriza com gritos pavorosos ouvidos à distância, sonorizados na floresta virgem da Amazônia e o eco reproduz com mais intensidade, tornando-os mais aterrorizadores. Os caboclos-caçadores procuram lugar seguro para esconder-se com medo do temível assassino, quando ouvem seus gritos ou vêem suas pegadas no chão, em formato de fundo de garrafa. E exclamam apavorados: Mapinguari.

Ele é conhecido nesta região Amazônica, o Mapinguari habita várias regiões: Rio Tefé, Jari, Xingu e muitas localidades desta parte do Brasil, antigamente chamada de “Inferno Verde”, hoje, deve ser denominada Paraíso das Multinacionais! Ciclope, e de uma força extraordinária, tendo o seu corpo coberto de espessos pelos, tornando-o vulnerável a balas, ou golpes de qualquer arma pontuda, vagueia pelas matas este lendário Ser-Mapinguari. Quem ouve os seus gritos e se atreve a irritá-lo, pode considerar-se morto. Em raras ocasiões, caçadores que o enfrentaram, puderam vê-lo em sua elevada estatura, semelhante a um macaco, a dilacerar seus companheiros e a devorá-los em seguida, deixando bastante feridos ou mutilados os que conseguem fugir à fúria desta besta fera.

Assim é o Mapinguari, com suas formas humanas, e ao mesmo tempo, simiesca, tendo um só olho no centro da testa. Os únicos pontos vitais deste ser são: o olho e o umbigo, esta em formato circular e do tamanho de um pires. Quando ele se abre a fera grita, e essa é a oportunidade que o caçador aproveita para atirar no Mapinguari.

Assassino implacável e antropófago por natureza, vive errante na nossa Hiléia Amazônica (Hum) (PICANÇO, 1987, [n. p.]).

Ao ler, ou ouvir uma lenda, sentimentos singulares são acionados, nasce um embaralhamento de sensações, pois “há nas manifestações do imaginário amazônico uma constante poetização que é diferente da razão discursiva, assumindo formas livres de expressão” (LOUREIRO, 2015, p. 308). Nessa constante poetização em que constelações de imagens nascem paralelamente diante das conquistas práticas é que surgem figuras como as do Mapinguari. Criaturas que estabelecem um elo estranho entre o real e o possível em que a própria narrativa cria uma realidade complementar. Por isso, em um cenário tão exótico como a Amazônia, as lendas se caracterizam como inusitadas e formam essa identidade invulgar formada por uma

[...] surrealidade que faz brotar das profundezas do ser um poético que tem sentido ontológico. Em meio ao imenso silêncio que tudo envolve, esta surrealidade vai despertando realidades na realidade. Cria novos modos de ver a realidade objetiva, como se ela estivesse também convertida em uma realidade imaginal. Faz emergir o inesperado poetizante na paisagem (LOUREIRO, 2015, p. 119).

A Lenda é contada em um cenário tipicamente interiorano, naturalmente silencioso, criando assim a atmosfera perfeita para o mistério e para a possibilidade da “realidade na realidade” ao ponto de tornar-se um “santo remédio para acabar com os nossos berreiros de crianças choronas”, ressalta o prof. Vidal.

Necessário especificar que dentre outras lendas que poderiam ser analisadas, a do Mapinguari traz, sob o olhar do prof. Vidal Picanço, as relações identitárias de uma ramificação própria da região amazônica, pois mesmo que no título apareça especificado “lendas amapaense” o cronista informa que se trata de uma narrativa conhecida “nesta região Amazônica (...)” habitando “várias regiões: Rio Tefé, Jarí, Xingu e muitas localidades desta parte do Brasil” tendo sido, inclusive, publicada primeiro em dois jornais Paroaras. Isso é a região norte do Brasil, uma profusão de características que uniformizam seu povo, ao mesmo tempo que o especificam.

E é essa mesma região - antes chamada de “Inferno Verde”, hoje é o “Paraíso das Multinacionais! ”, exclama o prof. Vidal, que atíça a velha relação de cobiça e repulsa. Mais, seja como for, nenhuma dessas relações traz em si um traço sequer de afeto, pois, ou a querem “vender”, ou transformá-la em “lixreira atômica”.

“O Norte não é lixeira atômica” é título de mais uma situação polêmica trazida pelas páginas do Jornal do Dia, em 17 de outubro, assinada pelo Advogado Alípio Oliveira Santos. A cônica transparece o tom de indignação, o mesmo registrado em “Paulista propõem a venda do Amapá para os gringos”. Ao tratar do interesse de fazer

do Amapá um depósito para o lixo atômico, após o acidente ocorrido em Goiânia, o tom não poderia ser outro e, considerando as circunstâncias, o cronista ainda reforça a constatação de que o norte é imêmore ao afirmar: “Belo exemplo de tratamento para os esquecidos nortistas”.

O Norte não é lixeira atômica

Quando não se quer problemas, que não os criem. Mas querendo-se que se criem soluções, surge a resposta para o lixo atômico, de fora desastrosa. Não discuto o mérito da questão nuclear brasileira porque não somos engenheiro nuclear. Discuto sim, como nortista e por extensão como amapaense, o destino inglório que querem nos legar os senhores árbitros do destino, quiçá – querem eles – de nossas vidas e dos que advirão: fazer daqui do Norte, a lixeira dos rejeitos atômicos e/ou radioativos. Tenham a santa paciência: “Quem pariu Mateus que os mate”, diz o adágio popular.

Não podemos deixar passar ao largo algo que daqui a 800 anos – se o mundo até lá não tiver explodido pela insensatez dos homens – ainda estará pelo plano factível (leia-se explicações físico/científica) trazendo resultados danosos para a nossa enésima geração. Belo presente de fim de ano, Dr. Rex Nazareth. Belo exemplo de tratamento para os esquecidos nortistas. Que mal ou pecado fizemos para recebermos tão hediondo castigo?

Aqui reabro o questionamento pelo qual viemos nos batendo: precisamos criar uma consciência crítica. Veja-se, agora, de propósito, a ocasião para sua aplicabilidade. Devemos com urgência nos conscientizar do que isto representa, dos malefícios que isto nos trará – pior do que isto se atentarmos que toda a região Norte do Brasil é circundada por grandes mananciais de rios que banham esta parte do planeta – sem termos dado uma mínima parcela de contribuição para o discutido programa nuclear, e/ou termos quaisquer parcela de culpa com o acidente radioativo de Goiânia, - com quem pelo lado das vítimas/irmãos nossos, estamos solidários, - mas não podemos admitir que soframos as conseqüências daquilo que não criamos.

Somos pacíficos por cultura e natureza, mas não somos insensíveis nem somos inertes. Somos gente, de corpo e alma. Que pensa, respira e que sofre. Podem até dizer – como há pouco escutei, com incontida dor – “que nem sabe que o Amapá existe” – não sei se por ignorância do estudo de geografia (culpa da educação, isto é outra história), ou se humilhação pura e simples, de humilhação ferina de quem aqui desgosta deste chão tão generoso. Os nossos problemas temos que discuti-lo aqui e a ressonância tem que partir daqui, chega de irmos lá para dizer o que está acontecendo aqui. Temos que gritar, nem que nossos pulmões arrebentem.

Não importa observações escusas. Importa a nossa luta, o nosso acendrado amor por este solo/norte/amapaense que é nosso. Chega de sermos tratados como lixo. Pior do que isto: como lixeira atômica. Como amapaense conscientizemo-nos disto. Emprestemos solidariedade aos outros nossos irmãos da região que eventualmente sejam agredidos com a proposta de querer encher o Cachimbo da Paz da Serra com a excrescência imprestável do Lixo Atômico e/ou da radioatividade do raio que os parta.

Paciência tem limite.

Nossos filhos não merecem isto, e muito menos nós. (SANTOS, 1987, [n. p.]).

E nesse emaranhado de temas, o cotidiano se concretiza, pois ele é isso: uma profusão de acontecimentos que se misturam e formam “identidades local”, sempre vivas e por isso caóticas. É evidente que a mudança da cidade, além da ocorrida velozmente em sua arquitetura, se materializa na mudança ocorrida no comportamento de seus habitantes. Mudanças tão assombrosas que foi parar nas páginas do Jornal do Dia. Tal assombro dá-se pelo fato de o “Dia de Finados” ter uma movimentação que fez com que o articulista o comparasse com a festividade do arraial de São José, o santo padroeiro de Macapá.

O arraial, vale retratar para que se visualize a comparação, era o ponto alto dos festejos em louvor a São José. Barracas de vendas eram montadas, bem como o parque de diversão com suas canoas amarradas como balanço, nas quais as crianças se embalavam como se estivessem no meio do rio. A programação religiosa se confundia com o movimento dos camelos, com a música alta e com a troca de olhares entre os enamorados. A população vestia sua melhor roupa e vinham pessoas até de outras localidades do TFA. Eram os “Católicos de arraial” conforme denominação de Sidney Lobato que assim caracterizou os que “aguardavam ansiosamente a realização das grades festas religiosas a fim de usufruir exclusivamente da parte profana delas” (LOBATO, 2019, p. 287).

Mesmo com todos esses elementos mundanos, a intenção religiosa ainda predominava até o início dos anos de 1980. Porém, muita coisa havia modificado em 1987, principalmente a festividade que já se mostrava incipiente. Com o avanço do progresso, a tradição aos poucos foi tomando outras formas e por isso, a parte profana da festa começa a ganhar mais destaque e o clima de comércio evidencia-se tomando o lugar da religiosidade. A presença da família é cada vez menos percebida e a demanda de estudantes que saíam dos colégios e iam direto para a festa com a finalidade única de “paquerar”, maculava a reputação da festa que antes era vista como uma “festa de família”, inclusive pelo fato de São José ser padroeiro da família e dos trabalhadores. Todas essas transformações ocorrem dentro de um processo tão paulatino, percebido muito mais pelos moradores antigos da cidade.

É fato que o macapaense tem um temperamento festivo, mas a situação que provocou assombro mostra um certo exagero nessa necessidade que o povo tem de comemorar afinal, o Dia de Finados é marcado pela atmosfera de tristeza no qual se

reserva o silêncio como foram de respeito pelos que partiram. Porém, o que o JD registrou no dia 5 de novembro, na coluna “Local”, sem assinatura, está bem distante desse clima melancólico, pois o movimento das pessoas no cemitério lembrava e muito os festejos a São José, inclusive pela alegria que demonstravam, o clima de paquera que era igual ao que se instalava durante o arraial conforme se observa no texto:

Dia de Finados agitado como um arraial

Não parecia um dia em que os familiares e amigos iriam reverenciar seus entes queridos mortos. Centenas de vendedores ambulantes amontoados na frente dos cemitérios, davam a tônica de uma verdadeira feira ou festival arraial. Tinha de tudo: velas, coroas, grinaldas, lembranças, lancheiras e armadores, cada um gritando mais alto para atrair a atenção dos prováveis clientes, que passeavam descontraidamente, como estivesse numa grande festa popular, ao lado de suas famílias, namorados ou simples paqueradores, que armavam os botes às mocinhas que desfilavam alegremente em toda a extensão dos cemitérios.

Perdeu o sentido.

Além dessa festividade toda, desconcentrando as raras pessoas em oração, foram notados vários túmulos violados e outras sepulturas danificadas. Os vigilantes responsabilizaram “os moleques” que invadem o cemitério e vão roubando tudo: vasos, cruzes, coroas, terços, crucifixos e os vendem para outras pessoas. “Há também aqueles que acreditam que roubar um crucifixo de um cemitério, dá sorte no jogo do bicho. Só que eles esquecem que com as almas não se brinca. Aqui se faz, aqui se padece”, advertiu um vigilante. Outra senhora comentou que “essa gente de hoje em dia- não respeitam mais os mortos. Vêm com roupas vermelha, ficam brincando, passeando, conversando alto, rindo e até fazendo zombaria com quem vai fazer orações nas sepulturas. No meu tempo era muito diferente”, disse estalando os dedos, como quem desconjura a nova geração. “As pessoas vinham ao cemitério como quem vai para uma igreja. Hoje mais parece uma grande festividade”, lamentou a senhora. Um padre, também revoltado com o comportamento das pessoas no dia dos mortos, observou que não há a reverência e o sentido da oração. Vêm ao cemitério, dão uma olhada na sepultura dos seus familiares e buscam, imediatamente um divertimento. “Eles têm o ano todo para brincar. O dia dos mortos só acontece uma vez. Não me parece tanto sacrifício ficar um dia só, em momento de paz, oração e encontro com Deus, e pedindo a luz para os mortos e vivos”, zangou-se o padre (JORNAL DO DIA, 1987, [n. p.]

Pelo que o texto registra realmente o Dia dos finados “perdeu o sentido” e a descrição dessa mudança está materializada no comportamento das pessoas, desde o clima festivo até na violação dos túmulos caracterizando a total mudança de comportamento. A forma como a cena é construída marca no texto o tom próprio da

crônica que em linhas gerais, se configura por ser o relato de um ou mais acontecimentos em um determinado tempo. Como se observa nos textos tratados o que se propõe é falar de aspectos do mundo real, relatando de maneira criativa ao ponto de reproduzir uma conversa, uma interação mesclada ao teor jornalístico.

A mudança ocorre por meio de um aparente caos, pois não se reconhece o passado e as ocorrências do presente ainda causam estranhamento. Por isso, que a crônica descreve atitudes que promovem uma relação dinâmica de (re) construção e (re) conhecimento na procura de referências no passado para tentar entender o presente, ou seja:

É na busca de (re)construção e (re)conhecimento das identidades, que estimula os sujeitos a debruçarem-se sobre o passado pela procura de referência, imagens e resquícios temporais e/ou espaciais que lhes sejam a razão do ser no mundo. Desse modo, a memória encontra-se em múltiplos lugares, sejam esses materiais ou simbólicos - são os lugares da memória - cuja principal função é a de “parar” o tempo e impedir o esquecimento, e assim registrar os processos de identificações dos sujeitos (SOUZA, 2017, p. 237).

Seguindo este caminho, tudo na crônica é estímulo entre presente, passado e identidade. Todos os elementos são relevantes para desvendar a natureza da memória coletiva mesmo na linguagem realista da crônica. De acordo com Maria Turano, o papel da escrita em nossa cultura é fundamental e a memória do conhecimento passa também através dessa escrita. Na memória há um movimento que vai do presente em direção ao passado, pois “temos que nos interrogar acerca da maneira como os indivíduos e grupos recordam a si mesmos e ainda, de que maneira acontece a reconstrução das recordações” (TURANO, 2000, p. 03).

No entanto, o recurso à memória pode possibilitar muito mais, à medida que permite, como se observa no texto em questão, descortinar situações conflitivas, discriminações, jogos de poder entre pessoas e grupos sociais e processos como o de construção de identidades, uma vez que memória e identidade se entrecruzam. Assim sendo, a memória não pode ser vista como algo somente individual, mas como atuante no interior de grupos sociais, como já mencionado.

Assim termina o ano de 1987, pelo menos o que foi encontrado no acervo da Biblioteca Pública. Nada foi localizado sobre o mês de dezembro e a respeito do ano de 1988, somente edições a partir do mês maio. Essa ausência de edições é justificada na matéria cujo o título já explica essa interrupção “Jornal do Dia volta a circular” e esse retorno marca o regresso, ao cenário das discussões polêmicas impressas nesse diário, do pe. Jorge Basile. O retorno de ambos, Jornal do Dia e do pe. Basile, foi

assim registrado:

A convite dos amigos, dono deste jornal, eis-me aqui para dar minha colaboração. Coisa que faço com muito amor por dois motivos: primeiro, porque gosto da profissão de jornalista, que abracei por obediência e que exerço com paixão; segundo, porque convite de amigos a gente não pode recusar.

Está página será publicada aos domingos e será variada. Quem gosta do que escrevo, não se decepcionará da página do Jorge.

O Jornal do Dia, depois de uns meses de silêncio, volta regularmente, a começar deste domingo, 15 de maio de 1988.

Já estava na hora de isto acontecer, pois o Amapá necessita da imprensa para ser informado e de uma imprensa séria e diária.

O Jornal do Dia é o nosso jornal. Lê-lo e divulga-lo é um dever.

Jornal do Dia não é imprensa marrom. Di a verdade, somente a verdade, mesmo quando chega a doer em alguém. Afinal, imprensa que agrada a Deus e ao diabo, a gregos e a romanos, não pode ser uma imprensa que serve à coletividade.

Servir à coletividade frequentemente irrita os poderosos, os que pretendem dominar o povo, os que se querem apascentar, em vez de apascentar a grei Uma imprensa séria deve denunciar tudo quanto é contra os interesses da comunidade, também quando o que prejudica vem dos chefes, maiores ou menores que sejam.

Servir à coletividade, portanto não é tarefa muito cômoda. É tarefa de quem tem vocação para isso e para quem não tem medo de dizer a verdade.

Na minha longa vida de jornalista posso dizer que sofri bastante por ter dito a verdade e ter desgostado poderosos. Mas um olhar retrospectivo na vida do jornalista e na maneira como encarei a missão de jornalista me dá tranquilidade e satisfação do dever cumprido também em circunstâncias adversas, também sob ameaça de prisão, também sob pressão de calúnias descabidas.

O Jornal do Dia, abrindo espaço pra mim em suas páginas, deu-me possibilidade de continuar em minha missão de jornalista, que adoro. Como sempre, procurei não decepcionar quem me convidou e honrar o bom nome do jornal.

Não sei fazer jornalismo amordaçado. O Jornal do Dia me deixa de escrever, no respeito às pessoas e à justiça.

O que escrevo neste jornal leva minha chancela. Não por vaidade, mas por desejo de assumir a responsabilidade daquilo que afirmo. Não é justo que o jornal sofra algum vexame por causa daquilo que escrevo. Seria por minha parte uma covardia e eu não sou covarde.

E, para que todos saibam, assumir a responsabilidade desta página semanal e de uma coluna diária, que vocês poderão encontrar, todos os dias, na quinta página deste órgão de imprensa.

Embora não fosse necessário, pois todo vocês me conhecem através de outros jornais locais e programas radiofônicos.

Tendo lembrado que vocês me conhecem através de outros jornais, cabe-me esclarecer também que continuarei a escrever para outros jornais, porque não sou jornalista exclusivo de nenhum órgão de imprensa. Posição cômoda, sem dúvida, porque assim posso cumprir melhor minha missão de comunicador, muito consoante com minha missão primordial de padre, comunicador por vocação, por chamamento do próprio Deus.

Há tarefas não muito conforme com a vocação de padre, mas esta de jornalista é perfeitamente conforme, como é fácil compreender. Início este novo trabalho com a consciência da responsabilidade que assumo e com a confiança do Pai do céu, que me ajudará a servir bem os meus leitores. Assim aconteça (BASILE, 1988, p. 5).

Sempre com textos contestadores como constata o texto, Basile atuou no A Voz Católica, jornal Marco Zero e retorna no Jornal do Dia na “Página do Jorge”. Seus textos têm sempre por base questões políticas, ainda que escreva “Contos que são histórias” sua narrativa é eminentemente contestante e por ter consciência de seu posicionamento “O que escrevo nesse jornal leva a minha chancela [...] Não é justo que o jornal sofra algum vexame por causa daquilo que escrevo”. Eximindo o JD de qualquer responsabilidade, pe. Basile reforça a consciência que tem sobre a forma e a força de sua escrita, lembrando inclusive sua trajetória em outros meios de comunicação além do jornal impresso. Esse posicionamento do pe. Jorge Basile reforça o que já foi pontuado quando tratamos, nesta pesquisa sobre os “Periódicos como fonte de pesquisa”, em que ressaltamos o valor do jornal de uma determinada época como documentos importantes, como material de investigação por tratarem da dinâmica e do desenvolvimento da vida cotidiana e imediata.

Com o olhar na linha do dia-a-dia a respeito dos temas que interessam para entender o TFA - que continua em transformação – mesmo que com essa lacuna temporal devido aos cinco meses que o JD não circulou, o que se observa nos impressos encontrados é a permanência das mesmas inquietações. Desta feita, os textos a seguir continuarão tratando dos acontecimentos que têm em seu bojo a política, inclusive na polêmica sobre ter ou não a Universidade Federal implantada; greve de estudantes; a confirmação de que o Amapá tem estrutura para virar estado, os problemas econômicos causados pela inflação descontrolada e o consequente aumento do custo de vida. Enfim, uma cidade que pulsava freneticamente entre os sentimentos indigestos do mesmo e o insólito novo.

As páginas do JD registraram também problemas ainda mais ordinários como a inquietante crônica sobre “A mulata pobre”, o trânsito ainda mais violento e tudo o mais que caracteriza a dinâmica da cidade em seu processo de transformação e como tal, caótico, inquietante e ao mesmo tempo identitário. Todos agora sob a batuta desse jornalista que não sabe “fazer jornalismo amordaçado”: pe. Basile.

A exemplo desse pulsar pressuroso da cidade, trataremos de mais alguns de seus textos e para começar, tem-se suas reflexões sobre “A Universidade do Amapá”,

na crônica em que trata dos “senões” da criação da UNIFAP. Tratando assim de questões que são o painel de demandas sociais, como o fato de o mercado de trabalho não ter capacidade para absorver a mão de obra que a universidade “desenforará todos os anos”; ou ainda, o risco de se ter um corpo docente não qualificado e por aí corre a crítica. Para que se entenda a construção de seus posicionamentos mordazes é imprescindível a transcrição do texto publicado ainda em maio de 1988:

Jorge Basile COMENTA

A Universidade do Amapá!

Todos os jovens e as famílias dos jovens estão ansiosos para que haja a Universidade do Amapá e há políticos que trabalham nesse sentido, ou por convicção da justeza da causa ou por demagogia. Talvez a demagogia entre mais do que Convicção da justeza da causa, por uma razão muito evidente: com o voto dos jovens, estes descarregarão nas urnas seus votos a favor de quem defende a Universidade do Amapá. Eu, pessoalmente, já fui favorável a Universidade do Amapá. Hoje não sou mais por diversas e ponderáveis razões. A Universidade, quando funcionando a pleno vapor, desenforará todos os anos dezenas e dezenas de profissionais. Onde trabalharão, se já hoje o mercado está quase estourado?

O brilho de uma Universidade é dado pelo seu corpo docente. Arranjaremos entre nós professores competentes em número tão elevado, como é requerido por uma Universidade? E se não tivermos aqui, acharemos lá fora? Será que um carioca, um paulista, um gaúcho, um mineiro de real gabarito tenha vontade de vir trabalhar num ambiente provinciano como o nosso, de difícil acesso à cultura de outros países?

São razões fortes para eu ser contra a Universidade do Amapá, porque ter uma universidade só para dizer que temos, ter uma universidade de ínfima categoria, uma universidade que torne profissionais fracos, dificilmente aproveitáveis no mercado interno e particularmente externo adianta? Para mim não adianta nada.

Esta é uma alerta aos mais jovens, aos quais exorto e se acostumarem a ficar sempre com os pés no chão. Quem pretende voar sem ter asas, acaba se espatifando ao solo. Lembro aos mais jovens a verdade: nem tudo que brilha é ouro.

Por agora o núcleo universitário é mais do que suficiente para o Amapá. Está respondendo plenamente às exigências do mercado e todos os que lá estudaram ou estudam têm garantido trabalho. Por que e para que uma universidade inútil?

Tem mais ainda. O presidente Sarney reduziu as despesas, proibiu contratações, há universidade sem professores, por causa da lei do Sarney. Será que ele liberará verbas polpudas para a Universidade do Amapá, enquanto fecha as torneiras das verbas para outras universidades e, em geral, para o ensino em todo o Brasil? Não é provável e eu digo que é simplesmente impossível que isso aconteça. Minha conclusão é clara que é evidente: quem fala de Universidade do Amapá conhece tudo isso que acabei de dizer. Portanto, sua luta é ingloria, suas afirmações não correspondem à realidade e à sua

própria convicção. Conclui-se: falar de Universidade do Amapá nestas condições é mais demagogia do que desejo do bem do Amapá. O que os políticos devem fazer é trabalhar com todas as forças para que o Amapá tenha mais escolas, que possibilitarão a todos os filhos desta terra adquirir uma instrução boa para enfrentar a vida em nossa sociedade competitiva, onde não há lugar para burros, para analfabetos ou semi-analfabetos. A Universidade beneficiará uma elite, não a massa. E os políticos que se respeitam devem olhar para a massa, não para as elites, como geralmente acontece.

Sim, como geralmente acontece, porque os políticos se lembram da massa na hora do voto e depois se esquecem da massa para as tramoias de que elas são capazes para se beneficiar e beneficiar os seus.

A moral da novela da Universidade do Amapá é a seguinte: lutemos para mais escolas no Amapá e não acreditamos nos que falam da Universidade que não nos interessa, agora e já, aos amapaenses. Os futuros nossos representantes, sérios, desejosos do verdadeiro bem do Amapá e dos amapaenses, lutarão, em condições mais favoráveis, para a instalação ou criação da Universidade do Amapá.

Eu, pessoalmente, não acredito em político que agora luta para a Universidade do Amapá, seja qual for sua cor partidária. Lutem para coisas mais positivas e mais urgentes (BASILE, 1988, p. 5).

Muitos pontos dessa narrativa são importantes, porém interessa especificar o mote em que trata da qualificação docente, pois na relação estabelecida, Basile implicitamente aponta para real imagem de Macapá, ao questionar “será que um carioca, um paulista, um gaúcho, um mineiro de real gabarito tenha vontade de vir trabalhar em um ambiente provinciano como o nosso?”. Sim, Macapá, apesar de suas significativas mudanças, ainda era provinciana, pois trazia em suas características o aspecto simplório e conseqüentemente a atmosfera do atraso. Necessidade da qual sempre tentou se livrar, mas que sempre a assombrou, uma vez que por sua geografia somada a falta de interesse dos administradores havia significativa dificuldade de “acesso à cultura de outros estados e países”. Por isso, de acordo com Basile, defender a criação da universidade, passa por uma questão de demagogia mais do que “da justiça de causa...” e afirma que “A universidade beneficiará uma elite, não a massa”.

As ponderações de Jorge Basile são pertinentes, porém importa lembrar que a criação da universidade teria como motivo justamente dar a Macapá ares de desenvolvimento e independência, uma vez que a instituição deixaria de ser núcleo da UFPA e assim a separação do estado do Pará se daria por completo. Acrescentando que as discussões sobre o tema se tornaram um meio político de mobilização da população, em função de exigências e prioridades na direção de inclusão cultural e com a preocupação de atender às demandas da comunidade local. O fato é que mesmo entre polêmicas, a Universidade Federal do Amapá ganhará sua autonomia por meio

do Decreto nº 98.997 de 02 de março de 1990, assinado pelo então presidente da República José Sarney.

Mas, ainda nesse cenário turbulento, de 1988, tem-se o registro de uma greve de estudantes causada pela falta de professores. Fato que não passaria despercebido ao olhar atento de Jorge Basile que registra essa ocorrência como “um mal endêmico no Amapá”, especificamente, como se notará no texto, em Macapá, e cuja causa é “a política termo abstrato”, ou “os políticos termo concreto” – segundo esse articulista do cotidiano.

A distinção entre a política e o político se faz importante para entender um Território fortemente marcado por esses elementos. Assim, a política é a área funcional, na qual, por meio das instituições, se realizam atividades, enquanto o político, permanece frequentemente indefinido ao mesmo tempo que se faz perceber pelos elementos que perpassam a sociedade.

Esse jogo de palavras entre política e político é uma provocação, é uma dentre tantas outras feitas por Basile em seus textos, inclusive na crônica a seguir que traz no título o assombro, a indignação marcada pela exclamação:

Os estudantes em greve!

Melhor seria dizer os estudantes em passeatas. Protestam por quê? Porque os professores faltam, melhor, porque não tem professores. Estamos no fim do primeiro semestre e muitas disciplinas não foram administradas por falta de professores. Pela história, parece até mal endêmico no Amapá faltar professores para certas disciplinas por um bom tempo no primeiro semestre do ano letivo. Depois que o trem do ensino começa a nadar, as coisas vão se ajeitando devagar, devagar e no fim tudo dá certo. Este ano, ao que parece, tudo piorou. Qual a causa?... Eu digo que é a política- termo abstrato, ou os políticos- termo concreto, a mais correspondente à verdade. Quando, de fato, a antiga diretoria do ensino estava providenciando tudo para o início do ano letivo, até com visitas pessoais dos responsáveis às escolas e estabelecimentos outros de ensino, os políticos exigiram a troca e os novos não tiveram tempo de providenciar tudo, também porque foram obrigados a obedecer à orientação política, que só serve para estragar o ensino e o resto da coisa pública, apesar dos causadores de tudo isso pensarem diferentemente.

Não pretendo hoje buscar as causas do que está ocorrendo no ensino em Macapá, agora, pois, quero denunciar um fato que as autoridades devem conhecer – já conhecem melhor do que eu...- e deve ser resolvido.

Antes de mais nada, todos apelam para o decreto do presidente da República, que proíbe contratações. Que o decreto tenha sua razão de ser, ninguém duvida, mas que ele prejudique o ensino do Amapá, também é coisa certa e comprovada. Afinal, decreto de ordem geral nem sempre atendem interesses particulares e não se pode pretender

que legislador tenha presentes todas as exceções ou todos os casos possíveis. Entretanto, deve haver possibilidade de interpretar a lei, para que a sociedade seja bem servida e toda a lei deva admitir aquela que se chama, na moral cristã, de epiquéia, que nada mais é, como ensinam, os moralistas, que uma benigna, porém justa interpretação da lei. Os juristas me dirão que entrasse a epiquéia na “interpretação” das leis humanas aqui entre nós, haveria tanta confusão, tantos abusos tantas “benignas” interpretações, que a lei ia pro “brejo”...

Seja como for, os nossos filhos não devem ser prejudicados em seus estudos. Deve haver professores suficientes para ministrar todas as matérias. Não se admite que desde o início do ano letivo, em alguns estabelecimentos de ensino de Macapá, não se tenham dado aulas de Matemática, por exemplo. O governador Nova da Costa, cordado e ordeiro como ele é exorta os alunos que voltem às aulas, pois tudo será solucionado. Apesar da boa vontade do Sr. Governador não pode fazer uso da epiquéia, que não se admite na nossa lei, e não pode tomar a medida que deveria tomar, a única, por sinal, de contratar professores para preencher as faltas. E tem muita gente esperando para trabalhar.

Disso faço culpa aos políticos também, pois são eles que estão mais perto do povo - ou deveriam estar...- e conhecem os problemas do povo e deveriam fazer alarido junto à Presidência da República e dos órgãos legislativos para solucionar problemas tão graves, como os do ensino.

Falamos em progresso, mas não há progresso sem instrução. Por isso, eu afirmo, as calamitosas conjunturas que o ensino do Amapá atravessa prejudicam altamente o nosso progresso e esta nossa querida juventude pouco poderá fazer para o bem da coletividade toda, continuando a não estudar na idade mais importante da vida.

Belas palavras não resolvem problemas. Promessas... também! O povo diz que Santo Antônio está careca de tantas promessas. O que os alunos querem; o que os pais dos alunos almejam, é que o problema seja solucionado a curto prazo, pois já era tempo de ter sido solucionado (BASILE, 1988, p. 5).

O tom utilizado pelo pe. Jorge Basile é de repulsa, aversão, ainda mais quando a política, ou melhor, os políticos são, segundo ele, os responsáveis pelos acontecimentos desastrosos. Na crônica em pauta, o problema pela falta de professores até quase o final do primeiro semestre de 1988, se apoia em um Decreto⁵⁹ do Presidente Sarney que, conforme o texto de Basile, proíbe a contratação de funcionários. Mesmo que o tom seja agressivo, as ponderações do pe. Basile são coerentes pois, verdadeiramente “Que o decreto tenha sua razão de ser, ninguém duvida, mas que ele prejudique o ensino do Amapá, também é coisa certa e comprovada” e justifica; “Afinal, decreto de ordem geral nem sempre atendem interesses particulares e não se pode pretender que legislador tenha presentes todas as

⁵⁹ O referido Decreto, especificando tal proibição, não fora encontrado. Assim, a informação fica ao crédito do texto do Pe. Jorge Basile.

exceções ou todos os casos possíveis”.

Diante da narrativa de Basile, não há como negar que suas ponderações fazem sentido, afinal as realidades são incontestavelmente diferentes, e em um universo multifacetado, como o do Brasil, há de se considerar as especificidades regionais. Porém, apesar das diversidades, o fato é que para falar em progresso, independentemente da região, é necessário considerar o sistema de ensino, pois “não há progresso sem instrução”. Em suas ácidas reflexões, Jorge Basile aponta para um problema básico no ensino, especialmente em Macapá, que não deveria mais existir, mas que se tornou endêmico na história do Território: a falta de professores.

Dentre tantos problemas que saltavam aos olhos, um, mais especificamente, veio à tona como resultado direto da crise econômica promovida pela alta dos preços e pela inflação descontrolada, um cenário que se descortina é o da população negra. *Negritude*⁶⁰ que foi deslocada do centro da cidade para a periferia afim de que os bairros centrais da capital fossem habitados pelos brancos que, normalmente, vinham de outros estados para ocupar cargos administrativos.

Assim, os bairros centrais tornaram-se bairros nobres e esse processo de deslocamento e apagamento da população negra torna-se uma realidade visível nas palavras do pe. Basile, em uma crônica forte, intitulada “A mulata pobre”, publicada no dia 06 de junho de 1988, na Página do Jorge.

A mulata pobre

Não era inteligente, não era bela de rosto. Não era brancona, sem sangue. Era uma mulatona enorme, com um corpaço cobiçado por todos quando a viam.

Tinha um jeito de se apresentar que convidava a levá-la para a cama. Cara de besta, sentava de pernas abertas, convidativamente, quase a dizer: “só não entras, se não quiseres! ”.

Sempre acompanhada por dois ou três filhos de amores esporádicos e diversificados. De cara idiota como a dela, mas declarando que a mãe era boa matriz, fecundada e sadia.

E era mesmo. Sendo pobre e sendo que prazer do pobre é fazer filhos, ela não dispensava esse prazer: um no colo, outro no bucho.

- Pois é, minha senhora, assim não dá! A senhora se diverte e diverte os seus machos e depois vem aqui para eu ajudar a criar os filhos, que não são meus!... Acha isso justo? Ela se abria num sorriso do tamanho da cara, mostrando a dentadura estragada. Olhava com olhar incerto e, para dizer alguma coisa, assegurar que no futuro melhoraria, falava:

- Seu menino, a doutora disse que vai operar. Este é o último.

Não operou daquela vez e a família aumentava a cada ano. Com uma

⁶⁰ A palavra *Negritude* surgiu pela primeira vez em 1934 com Césaire no *Cahier d'un Retour au Pays Natal* e foi defendida por Senghor como o conjunto dos valores culturais do mundo negro.

regularidade espantosa, acabrunhante para mim, que via, a cada ano que passava, aumentava a carga da família, que não era minha, que devia ajudar a sustentar.

Por que não mandava a mulata filharenta para o diabo? E vocês teriam mandado? Frequentemente fazia cara feia, eu, para ela. Ela baixava os olhos, compungida, sempre com aquele sorriso idiota que a caracterizava; ou às vezes recusava de ajudar, mas a piedade invadia o coração da gente e a mulata levava alguma coisa.

Um dia me aborreci de verdade e lhe disse:

-Bolas... não me apareça mais na frente, estou cansado de ajudar a sua safadeza! Logo me arrependi, mas já tinha dito e não podia engolir a palavra. E a mulata por um bom tempo não apareceu em casa. E eu fiquei com remorso. Curtindo o arrependimento de ter negado ajuda a uma pobre infeliz, pensando nas necessidades que arrostava, a pobre e a sua família.

Depois de dias voltou com os dois ou três filhos, com mais um no colo e outro no bucho. Pensei com os meus botões: “A mulata gosta de ser mãe! Em contrariamente a tantas mulheres que estariam em condições morais e legais de ser mãe e não querem e matam os filhos concebidos, até...”

O mesmo sorriso idiota de sempre. A mesma conversa macia de sempre. O mesmo desfecho de sempre: levava alguma coisa para si e para filharada. E me sentia feliz, embora a situação continuasse a me acabrunhar.

Mas, o que mais me encucava era a idéia fixa, que redemoinhava na minha cabeça. Queria conhecer o filho da puríssima donzela que emprenha esta mulata enorme e depois tira o corpo fora. Merecia ser capado, pela felicidade eterna minha... e de todos vocês.

E não era só que encucava: há gente em condições físicas, morais e financeiras de filhos e não os tem ou porque não quer, ou porque não pode, enquanto esta mulata sem outras condições que as de boa matriz enche o mundo de filhos, que serão eternamente dependentes dos outros, poderão ser marginais, poderão enveredar pelo caminho do roubo para matar a fome, poderão ser os indesejáveis da sociedade humana. Isso me encuca muito mais.

A mulata não era sem-vergonha. Era simplesmente ignorante. Para mim não tinha culpa daquilo que fazia, pois se tivesse, procurava se emendar e, ao contrário, quando despejava uma barriga, já estava com vontade de se encher de novo. E se enchia.

Há muitas mulatas destas no nosso meio, usadas e abusadas por homens sem escrúpulos, que as procuram, as emprenham e as abandonam, só se lembrando delas quando lhes dá nova cobiça. Alguns dão nome ao menino. A maior parte dá uma banana a mãe e filho.

Isso é ser pai safado.

E a mulata se lasca! Batendo perna o dia todo e todos os dias, batendo às portas deste e daquele, pedindo comida e roupa, panelas e louças, pois em casa não tem nada e os filhos não tem força de reclamar da miséria e da fome.

A mulata avantajada, meio hebetada, assume sozinha a responsabilidade de alimentar a numerosa prole com resignação e constância, mas não se emenda. A próxima vez que é procurada abre-se de novo e nove meses depois mais um cidadão infeliz no mundo. São contos que são história.

Triste história que nós os homens escrevemos com leviandade e cinismo.
 Dolorosa história, pois é a história da perpetuidade da miséria e da marginalização.
 Hedionda história, porque é feita por homens hediondos sem o saber, talvez.
 A mulata pobre deve nos fazer meditar.
 A todos! (BASILE, 1988, p. 5).

Por todo o período da Escravidão e mesmo depois, os poucos negros brasileiros que conseguem elevar-se socialmente encontram uma cultura branca extremamente orgulhosa, arraigada aos padrões culturais europeus, cuja validade universal não era questionada por ninguém. Interessante registrar que o texto de Basile nos coloca diante da necessidade histórica de desqualificar os que foram subjugados, enfatizando que a preguiça, a pouca ou nenhuma inteligência, a irresponsabilidade, a rebeldia e, principalmente, a sexualidade são estereótipos que moldaram o negro.

A crônica é forte e sozinha daria inúmeras discussões. Porém, nos é forço para o momento considerá-la superficialmente pincelando o que fica explícito na superfície do textual, como a preconceção empobrecida da sexualidade. Desta forma, as desventuras da “Mulata pobre” e sua história devem ser compreendidas como teias tricotadas por símbolos que retratam um passado lamentável que se espelha no presente, sem que se saiba ao certo se é o presente refletido no passado. Seja como for, “A mulata pobre deve nos fazer meditar. A todos! ”.

E assim continua o ano de 1988 e, dentre as polêmicas recorrentes, não poderia faltar o posicionamento de Jorge Basile sobre o Amapá Estado. Um parecer importante não por sua postura contestadora, mas por se tratar de uma personalidade atuante, que viveu as mazelas administrativas e sociais de Macapá desde sua chegada ao Território, em 1948. Em sendo assim, segue mais um texto do pe. Basile que nos vislumbra um cotidiano que se movimenta tenso e inseguro:

Jorge Basile COMENTA

O assunto do dia e de todos os dias e em todas as camadas sociais é o Estado do Amapá. Muitos são a favor, outros são contra. Eu, que desde 1960 fui favorável ao Estado do Amapá, não poderia me omitir e deixar de entrar na polêmica. Por isso, eis as minhas considerações. Território é juridicamente obsoleto. Por isso, ou o Amapá passa a estado, ou volta a ser um pedaço do estado do Pará. O que vocês preferem, enfrentar a incógnita de Estado ou ser um pedaço esquecido do Estado do Pará? Não há outra alternativa. Ser ou não ser! Os que são contra ao Estado do Amapá dizem as razões pelas quais são contra. A primeira delas é que o Amapá não está em condições de ser

Estado, pois não tem agricultura, não produz nem farinha para matar a fome dos seus habitantes. Tudo vem de fora! A grande riqueza minerária deixa muito pouco ao Amapá, embora faça aumentar a renda percapita, que é de U\$ 150, enquanto o Estado do Rio tem uma renda menor.

Passando os funcionários de federal para estaduais, seus ordenados baixarão consideravelmente. Este é o maior espantinho dos que são contra o Estado do Amapá.

Que o Amapá não esteja, hoje, nas condições ideais para ser Estado, todos reconhecem, até que eu daria a vida para que o Amapá fosse Estado desde muito tempo. Aquele que chamam de setor primário, se não estou enganado que seria o setor da agricultura, está na estaca zero. A consequência disso é que devemos comprar tudo fora, desde a farinha, e desta maneira, as nossas riquezas minerárias escoam para fora e não deixam aqui senão buracos e mais buracos. Eu lhes faço uma pergunta: o Amapá, continuando território por mais 44 anos, chegará a ter as condições ideais para ser Estado?

É claro que o futuro do Estado do Amapá depende do nosso trabalho. É claro que com o Estado do Amapá acabará o paternalismo. Mas é também claro que seremos adultos, donos do nosso futuro, bastando para isso trabalhar, lutar, querer fazer.

No tempo em que cheguei aqui no Amapá, exatamente 40 anos atrás, em 1948, o governador da época, o saudoso Janary Nunes, cuja memória será eterna no coração dos amapaenses, queria que nosso superior, pe. Aristides Piróvano, que viria a ser o nosso primeiro Bispo em 1955, trouxesse famílias da Itália para fazer agricultura no Amapá. Devido às enormes dificuldades, pe. Aristides não se meteu na empreitada, mas a idéia do governador indica claramente que as possibilidades de uma agricultura no Amapá, só precisa de um governador arrojado, com idéia na cuca e com amor no coração (BASILE, 1988, p. 5).

O assunto é cíclico e a população continuava dividida e por isso, o Padre indaga o leitor “O que vocês preferem, enfrentar a incógnita de Estado ou ser um pedaço esquecido do Estado do Pará?”. Como se constata, as alternativas não são muito boas, se fossem não haveria dúvida. A população se via diante das incertezas da condição de Estado, ou voltar a ser um pedaço *esquecido* do Pará, como já fora em outro momento mencionado nesta pesquisa. A grande questão “ser ou não ser!” que envolve toda essa tensa discussão sobre o Amapá Estado decorre, necessariamente, do que incidiu ainda no início da experiência territorial, uma vez que os fatores de ordens estruturais, administrativas não consideraram ações eficazes que favorecessem uma economia autônoma capaz de garantir a criação do Estado.

A cidade de Macapá pulsava com seus assuntos rotineiros e por isso vivos. Uma cidade que fervia desalinhadamente deixando evidente, que o tal desalinho, era o que a retratava, a definia e define quando se pensa sobre a década de 1980, no Território Federal do Amapá. O cotidiano babélico de Macapá é materializado em

seus movimentos, não somente relacionado aos temas tratados, mas no “Trânsito caótico” da capital.

Como uma espécie de transferência, ou espelhamento, o movimento dos carros nas ruas e avenidas parecem personificar o sentimento de agonia, desassossego inerente na população que se via cada vez mais próxima do Amapá Estado e das consequentes incertezas. Assim a crônica já em seu primeiro parágrafo denuncia “o trânsito de Macapá continua violento e até mais violento do que nunca.”

Jorge Basile COMENTA

Pelo que a imprensa noticia todos os dias, o trânsito de Macapá continua violento e até mais violento do que nunca, tanto que podemos afirmar que os acidentes de trânsito, não mais frequentes, mas diários, não fazem outra coisa senão aumentar os acidentes. Por incrível que pareça é isso que acontece.

A esta altura dos acontecimentos, o único remédio é uma severidade até cruel da Polícia. Eu por mim sugeria quanto segue.

Em primeiro lugar, espalhar pela cidade, agente de trânsito com ordem de parar e punir todo e qualquer infrator. Eu sei que há filhos de papai rico, que são os maiores infratores e se tem medo de punir os filhos em vista da reação dos pais ou da reação violenta dos pais. Autoridade não deve ter medo disso. Não é autoridade que se respeita, aquela que só pune os pobres e deixa ricos bagunçarem à vontade... Autoridade é para ser temida e respeitada por todos cidadãos, de todas as camadas sociais e de todos os níveis econômicos. Dinheiro não deve comprar impunidade de claros infratores da lei. Uma sociedade que chega a esse ponto, está mal, muito mal...

Mas eu diria também que pais que pagam para filhos não serem punidos, quando merecem, traíram sua vocação de pais e estão criando marginais, elemento indesejáveis à sociedade, sem se dar conta disso. Pai bom é aquele que se deixa guiar pela cabeça e não pelo coração e sabe aplicar o justo castigo ao filho indisciplinado e fora de casa. Afinal, filho mal comportado envergonha os pais e não merece tanta consideração por parte deles.

É uma linguagem dura, mas é a única linguagem certa, que evitará dissabores aos pais e desgraça aos filhos. Melhor punir um filho vivo, que chorá-lo morto, tragicamente em acidente de trânsito.

Todos nós fomos jovens e todos nós experimentamos o prazer de guiar um carro. Nem por isso, devemos deixar os nossos filhos fazerem o que bem entendem e não nos incomodar quando roubam a chave do carro e saem, pondo em perigo a sua vida e a vida dos outros. Se a autoridade do trânsito é severa também com os “filhinhos de papai”, está fazendo um favor aos próprios pais, além de servir a coletividade.

Em segundo lugar, quando há mortes, retirar a carteira de motorista imediatamente. Assassino não tem direito de gozar dos direitos dos cidadãos honestos. Não deve ocorrer, como é comum em Macapá, que um assassino do trânsito, poucos dias depois de matar, é visto dirigindo carro nas barbas dos pais e parentes de vítima.

Objetam que a lei de trânsito não permite esta arbitrariedade... Respondo dizendo que devemos, então, pleitear que a lei seja abolida e se faça uma mais severa. Meio de transporte deve servir para viver, não para matar. Casos se darão sempre, mas diminuirão e viveremos todos mais tranquilos. Aqui em Macapá, com uma lei mais severa, se poderiam evitar mais de 50% dos desatinos de trânsito.

Em terceiro lugar, ainda continuo insistindo que na escola e em família, devemos educar os mais jovens ao trânsito. Devemos ensinar que o amor deve reger a sociedade, que do amor depende o respeito ao homem e às instituições. Se houvesse amor no trânsito, não haveria tanto desprezo da vida nossa e alheia.

Devemos ensinar o respeito às leis do trânsito. Lei é lei para todo mundo, não para uma categoria de pessoa. A lei foi feita para regular a vida da gente, não para atrapalhar a mesma. Muitos pensam que a lei é só atropelo, empecilho. Ela é um freio, pois se não existisse, os homens viveriam como feras selvagens cuja única lei é a do mais forte. Vocês já imaginaram uma cidade em que todos fizessem o que dava na telha de cada qual? Quem poderia viver numa tal cidade?

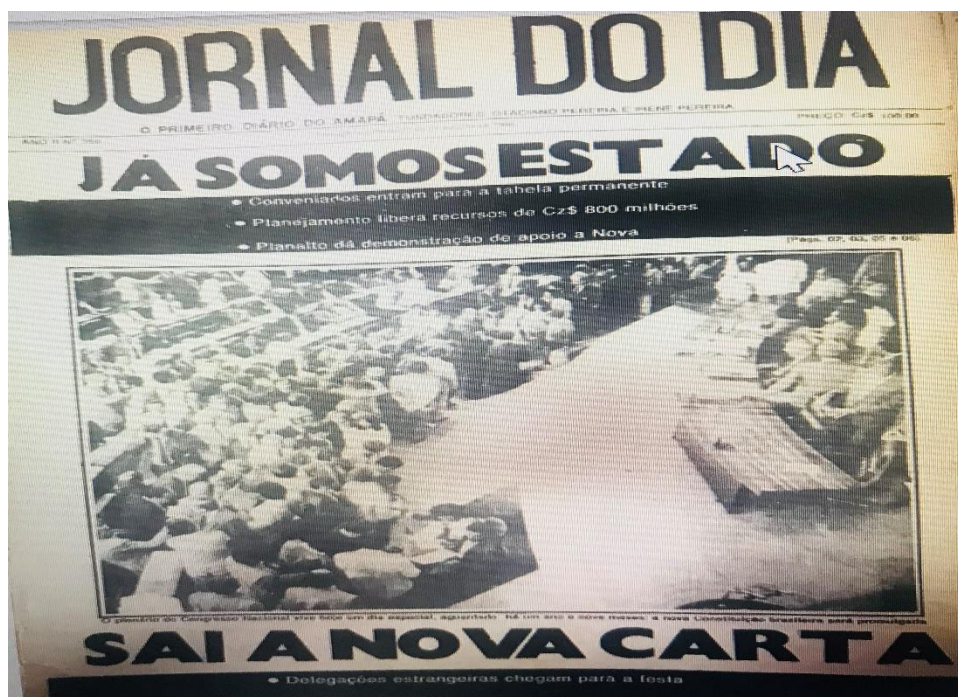
Devemos ensinar que donos dos logradouros públicos não são os administradores, nem uma determinada classe de pessoas e sim o povo todo. Por isso mesmo, devemos usar as ruas, avenidas e praças da cidade, não como propriedade particular do ciclista, do motoqueiro e do motorista, como frequentemente acontece em Macapá. O que é de todos, deve ser usada por todos. Quando o motorista faz da pista da rua, lugar de treino de velocidade, quando motoqueiros fazem das ruas, pista de corrida maluca, estes cidadãos consideram a cidade como sua propriedade particular e não respeitam o direito dos demais. Estas verdades devem ser ensinadas aos mais jovens, desde crianças, para, quando chegarem à idade madura, se comportem como cidadão que amam a sua cidade e sua comunidade.

Outras verdades a serem ensinadas cada qual descubra (BASILE, 1988, p. 5).

Como já mencionado, trazer um tema tão banal importa se considerado como uma peça desse contexto historicamente de transição em que tudo é representação simbólica da agitação vivida. Essa crônica é esse símbolo, pois trata de um trânsito caótico, um presente descontrolado ao mesmo tempo que, a partir desse presente, a reflexão visa o comportamento futuro e por isso Basile afirma “Estas verdades devem ser ensinadas aos mais jovens, desde crianças, para, quando chegarem à idade madura, se comportem como cidadão que amam a sua cidade e sua comunidade.” Assim, com textos entrecortados de assuntos diversos, o que salta aos olhos é a questão política que já seria ponto de reflexão pelo contexto da história do Brasil com a reabertura política, mas que somado a esse fato, o Território do Amapá ganha relevância pela transformação que vivia como imposição.

Sendo assim, saltamos do mês de junho de 1988, para o dia 05 **de outubro de 1988**. Como não poderia deixar de ser, a primeira página do Jornal do Dia é:

Figura 19 – Amapá Estado



Fonte: *Jornal do Dia*, 05 de outubro de 1988.

A legenda embaixo da imagem enfatiza “O plenário vive hoje um dia especial, aguardado há um ano e nove meses: a nova Constituição brasileira será promulgada”. Assim foi, e o Território Federal do Amapá torna-se *Estado do Amapá*. Com a promulgação da Carta Constitucional de 1988, tem-se o fim da República com Territórios, ao extinguir os três últimos Territórios Federais viventes. Eram eles: Amapá e Roraima, transformados em Estado e Fernando de Noronha, agregado ao Estado de Pernambuco. De acordo com Fernando R. Santos essas unidades federadas não mudaram de categoria jurídica por terem adquirido níveis de progresso que terminantemente as integrassem à comunidade nacional - mesmo porque esse progresso foi sempre questionado – mas porque enfim, o Governo Federal reconheceu a impropriedade dessa estrutura de administração, “imposta sobre essas áreas por quase quarenta e cinco anos, e a determinação de integrá-las à modernidade de organização política, econômica, social e administrativa para que, sob auto-governo, se tronassem democráticas e progressista” (SANTOS, 2001, p. 85)

Importante ressaltar que essa fase democrática, em que se apostava na autogestão como forma de progresso, crescimento, foi denominada de “Nova República” e sobre essa nomenclatura e seu complexo sentido é significativo entender que:

A Nova República teve início no Amapá, oficialmente, com o governo de Jorge Nova da Costa (julho de 1985 a maio de 1990), mas foi durante a gestão de Barcellos que se observou uma mudança pelo Estado brasileiro na condução política administrativa dos Territórios Federais que passaram a receber orientações para que iniciassem seus processos de transição em Estados.

Desta forma, o que se convencionou chamar de “Nova República” no Brasil vem sendo compreendido historicamente como o período em que o país entrou em uma nova fase da experiência política republicana. Assim como ‘transição’, ambos os termos vêm sendo utilizados para explicarem esse momento em que ocorreu uma mudança do regime autoritário para o democrático no país. Entretanto, os próprios usos dessas expressões, no sentido pelos quais são empregados, são problemáticos, não só por não conseguirem sintetizar esse momento ambíguo da experiência histórica brasileira, como pretendido, mas sobretudo, por não darem conta de abarcar todas as contradições e as complexidades que o período exige elucidar (LEAL, 2017, p. 296).

Essa “nova fase da experiência política republicana” ambígua retrata, como foi todo o processo de transição, a sociedade macapaense que teve de encontrar maneiras de resistir em meio as tensões e caos que se instalava.

Os textos a seguir fecham o retrato que se propôs construir sobre o Amapá, em especial, Macapá. Na primeira crônica, pe. Basile menciona a importância do tempo que nos oportuniza a qualquer momento construir sonhos, porém enfatiza os anos de singular significação 1943, 1988 e 1990, “quer na história universal, quer na história nacional e quer na história particular de cada um de nós e de nossa cidade e do nosso Estado”, pelas razões que fizeram por merecer a transcrição do texto.

Jorge Basile Comenta

Todos os anos da vida são importantes, pois em todos eles podemos realizar nossos sonhos, podemos merecer uma eternidade mais feliz, pois a cada instante de luta de sofrimento, de miséria enfrentando com determinação cristã e amor a Deus, corresponde um peso eterno de muita glória e de felicidade. É a fé que ensina isso, mas é válido também para os que não tem fé, pois a eternidade espera a todos, aos que crêem e aos que não crêem. Mas há anos de particular significação, quer na história universal, quer na história nacional e quer na história particular de cada um de nós e de nossa cidade e do nosso Estado.

Para não lembrar outros anos e outras datas mais ou menos distantes no tempo e no espaço, ninguém negará que o ano de 1943, quando foi criado o Território Federal do Amapá, não seja um ano mais marcante da história do Amapá; ninguém pode negar que o ano de 1988, quando, com a promulgação da Nova Constituição do Brasil, foi criando o Estado do Amapá não seja importante para a nossa história; ninguém pode negar, à nível nacional, que o ano de 1989, quando elegemos o Presidente da República depois de quase trinta anos, não

seja um ano importante para a história da nossa pátria.

O ano em curso, 1990, para nós amapaenses é extremamente importante e pode ser de desgraça ou de felicidade para o nosso futuro. Neste ano, e exatamente a 3 de outubro, se não estou enganado, ou se me informaram bem, elegeremos os nossos governantes representantes no senado, na câmara federal e na assembléia legislativa estadual. Imagino que já refletiram sobre a responsabilidade de nós amapaenses neste ano. Se ainda não atinaram para a responsabilidade, aqui vão as minhas dicas, que desejaria que todos, lessem e meditassem. Vocês sabem que quando falo e escrevo não o faço por interesses, por isso o que digo deve ser examinado e meditado por todos os meus leitores.

Seja dito sem vaidade e sem soberba.

Durante estes nove meses, quanto nos separam das eleições de outubro de corrente ano, falarei quase todos os dias dos nossos problemas relativos às eleições e todos os meios de comunicação social devem fazer o mesmo. Assim chegaremos ao dia “D” com o povo preparado e bem esclarecido, o que vale dizer que poderá este povo votar com mais consciência e poderá eleger os mais dignos cidadãos para cargos de tamanha importância, como são todos os cargos eletivos do próximo mês de outubro (BASILE, 1990, p. 5).

Esse tom de esperança é característico das passagens de ano e se fortalece ainda mais na mudança de década. Sobretudo quando o que finda é uma década marcada pela reabertura política e por tudo mais que caracteriza os momentos de transição política, econômica e, conseqüentemente, social. A nova Constituição promulgada trouxe em seu bojo a definição de uma fase política institucional amalgamada com o espírito democrático que deva prevalecer na liberdade da cidadania. Com a promulgação houve um desejo e uma certeza. O desejo que o novo texto em sua essência trouxesse para o povo brasileiro melhores dias, que não ficasse na esperança de que nada aconteceria ou na vã ilusão que a Magna Carta teria, por si só, o condão mágico de mudar tudo do dia para a noite.

Houve, sim, a certeza de que muito seria necessário para que o Brasil acionasse os dispositivos legais que compõem a lei Fundamental refletisse na prática, concretizando melhores dias para um povo que tanto esperou por um novo Brasil. Também com os votos de que o povo pudesse fazer escolhas conscientes, na mesma página da crônica de Basile, o texto assinado pelo professor Santa Cruz - sobre o qual não consegui outras informações - trata um pouco sobre o que foi a década de 1980 e das expectativas sobre os anos da nova década de 1990:

O ano de 1989 já faz parte da história da humanidade. Foi sem nos deixar muita saudade. Aliás marcou o fim de uma década em que o fiel da balança foi desfavorável a humanidade, apesar de conquistas, sucessos, vitórias e êxitos localizados. De modo geral, o homem

avançou muito no campo do reconhecimento científico e tecnológico, no último decênio, mas pouca coisa foi realizada em termos sociais, especialmente em relação aos setores mais desprotegidos das sociedades chamadas civilizadas.

Aqui no Brasil, vivemos dez anos de ‘mangas arregaçadas’, de lutas e sacrifícios; dez anos de expectativas e esperanças que sempre se renovavam a cada frustração. Foram 10 anos marcados pela fome, no sentido literal da palavra, mas fome também de liberdade de dignidade, de participação de sermos o ser que não deixa de ser. É verdade que, no crepúsculo da década, no ‘fechar das cortinas’, do ano que passou, conseguimos nos reencontrar com as idéias de liberdade que havíamos perdido há muitos anos: reconquistamos a democracia usurpada tiranicamente da nação, mas ainda estamos muito longe da sociedade que pretendemos ser e esperamos nunca mais voltarmos a ser o que um dia já fomos [...] (CRUZ, 1990, [n. p.]).

As reflexões do professor continuam trazendo questões gerais como o desejo que na nova década a cura para as doenças graves sejam descobertas e as grandes potências econômicas arrefeçam seus ímpetos de conquista. Mas, o que foi significativo registrar é o início do seu texto, pois, de forma simples, faz um apanhado do que foram os anos da década de 1980, com suas lutas e “mangas arregaçadas”. Sintetiza o que foi registrado nas crônicas e nos diversos textos analisados nesta tese. Em suas esperanças para a nova década que se fazia neófito, ainda comungamos da mesma ideia de liberdade e por isso, o desejo de “nunca mais voltarmos a ser o que um dia já fomos”.

Com o fim da ditadura militar e o reestabelecimento do Estado Democrático no Brasil, em 1985, o Amapá ainda teve três governadores indicados até 1990, ano da primeira eleição para governador⁶¹, depois de sua transformação em Estado da Federação, ocorrida com a Promulgação da Constituição de 1988, no governo José Sarney. Assim sendo, importa registrar que nesse processo de transformação de Território para Estado, a principal mudança ocorrida refere-se à autonomia política, econômica e financeira do Amapá.

Nesse panorama essencialmente político, a memória se fez proeminente, as páginas dos jornais fizeram questão de retomar o passado, buscando os fatos que enfatizaram a gênese do TFA. A história é a memória, é por meio dela que se relacionam os três tempos: passado, presente e futuro, em seus artefatos sociais. Desta forma é pertinente registrar que todas as relações registradas pelos jornais aqui apresentados, de alguma maneira representam o fato de que:

⁶¹ O primeiro governador do Amapá foi o Comandante Annibal Barcellos.

A substância social da memória reside naquilo que em nós só pode existir pela relação com o outro, com a família, com o mundo do trabalho, com um tempo, com um lugar, com espaços socialmente constituídos dos quais participamos. Assim lembrar é esforço e empenho em direção da construção de si. (BOSI,1987, p.100)

E por fim, considerando que o Amapá passou por três momentos de significativas rupturas- Contestado, Território Federal e Estado- pode-se afirmar que as narrativas e os dados históricos apresentados, refletem expressivos traços de construção da memória e das identidades macapaenses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso desta pesquisa, durante a sua execução, meu objetivo foi analisar as narrativas, em especial as crônicas, registradas nos jornais Nôvo Amapá, Marco Zero e Jornal do Dia, no recorte temporal de 1968 a 1990, e que trazem elementos significativos sobre a formação das identidades e, conseqüentemente, do cotidiano da cidade com seus movimentos de tensão e transformação. Desta forma, é necessário que desde já eu registre que escrever esta tese foi um movimento paradoxal de construção e desconstrução, de reconhecimento e estranhamento.

Somado a esses sentimentos que reconhecem e estranham, está a certeza de que o olhar lançado sobre um objeto de estudo deve ser sempre comprometido, sob pena de se perder no caminho, por vezes sinuoso, foi o que norteou esta pesquisa. Sendo assim, não há dúvida de que não me faltou comprometimento ao pensar e analisar as relações entre as narrativas repletas de memórias e seus suportes textuais, os jornais, e a cidade que se construía. Constatado que nossa identidade é tecida por identidades num processo que parece não ter ainda cessado, na certeza de que a identidade não é algo dado, mas sempre um processo constante de identificação. Por isso, o ânimo com o resultado obtido nesta pesquisa vem das palavras de Pauxy Nunes (1979, p. 4) quando afirmou que “A história é a vida desenrolando no tempo diante dos nossos olhos, submetida à nossa reflexão crítica e capaz de fornecer os elementos elucidativos da realidade social e cultural, seja ela adiantado ou atrasada. A história tem um longo passado e, também, um intensíssimo presente”. Sem dúvida, o presente sem o passado não tem vida dentro das conquistas e dos avanços da cultura, da sociedade. A memória não enclaustra o indivíduo no passado, mas o liberta de preconceitos e padronizações impostas, conduzindo ao enfrentamento dos problemas atuais com mais segurança, tornando o grupo social mais politizado e comprometido com seu espaço.

Macapá ainda é uma cidade onde as questões político-partidárias são muito presentes, a festa religiosa católica de maior mobilização social é a paraense, Círio de Nossa Senhora de Nazaré, em detrimento à do padroeiro de Macapá, São José. Ainda há um movimento acentuado de pessoas que vem de outros estados do Brasil, por um tempo, somente para trabalhar em cargos do alto escalão administrativo, como ocorria quando o Amapá ainda era Território Federal. O trânsito da cidade tornou-se um caos, a situação da *Mulata pobre* não é muito diferente da descrita pelo pe. Jorge Basile, ainda *Chuvam Castigam Nossa Cidade* e *Filomena* ainda tenta ser “compreendida e levada a sério”. Enfim, Macapá cresceu e ainda tenta se governar.

Na direção de entender como todo o processo de construção do Amapá Estado se deu é que o estudo sobre *O cotidiano da cidade de Macapá nas crônicas dos jornais macapaenses 1968 a 1989*, proporcionou uma significativa fonte de referências identitárias sempre consideradas como fontes de significados e vivências de uma comunidade. Sabendo que ao se definir o que é comum a um grupo e o quê, o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento. Desta forma não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais, narrados, se tornaram coisas.

Deste modo, o acompanhamento do cotidiano do passado se fez considerando a cronologia histórica inscrita numa sequência temporal que, inicialmente, precisou registrar a fase do *Amapá Contestado* para que as transformações subsequentemente relatadas pudessem ser minimamente compreendidas. Desta maneira, entende-se também o movimento basilar de toda essa escrita caracterizado pela oscilação passado/presente, presente/passado só foi possível com o registro de textos historiográficos referentes ao Amapá, a fim de verificar as interseções entre a história e as narrativas anunciadas pelos jornais.

Nas palavras de Souza (2017), é possível afiançar que o Amapá pode ser considerado como um espaço, onde as práticas e um conjunto de ideias sobre a memória são compreendidas e constatadas, como fato exemplar de como uma comunidade pode lembrar, se transformar e se organizar, a partir de suas narrativas, de seus relatos remanescentes sobre episódios remotos de suas vidas vividas. E assim, no transcorrer da história dessas vidas, a cidade e suas transformações vão construindo relações, desenvolvendo processos que se excedem no movimento do tempo e do espaço na sociedade e no lugar em que se encontra com os seus agentes. Assim, cada olhar contido nas páginas dos jornais reflete uma experiência capaz de fornecer memórias sobre as identidades da cidade de Macapá.

Dessa forma, olhar a cidade pelo território das crônicas e dos demais textos que as complementam significa poder reinventar, visitar, reavivar, reencontrar, reescrever, projetar as histórias, os fatos que produzem significados para seus habitantes. Portanto, as narrativas acabam funcionando como um espaço onde surgem outras representações sobre a cidade, pois “se na cidade tudo é símbolo, o olhar percorre as ruas como se fossem páginas escritas” (GOMES, 1997, p. 04). Assim, é possível perceber que a cidade, com suas múltiplas faces espaciais e temporais sempre em movimento, proporciona o encontro e/ou reencontro com os lugares do ontem com os sentimentos do hoje.

Nesse sentido, as inter-relações entre crônica, cidade, memória e identidades fazem do diálogo entre o passado e o presente, um recurso pleno de significados e vivências. Assim, a cidade, com as suas paisagens e enquanto espaço de experiências comuns, passa a oferecer-se

como assunto, como uma fonte privilegiada e rica de transcrições da memória. “A pena dos escritores faz dessas paisagens personagens vivas de narrativas” (DELGADO, 2010, p. 117).

Desta feita, esta narrativa construída em forma de Tese precisou por um ponto final. Na certeza de que o melhor teria sido um ponto e vírgula, ou reticências, pois muito fica por dizer. Escolhas precisaram ser feitas e se escrever uma tese é difícil em tempos “normais”, tornou-se um processo inefável em um período pandêmico. Ainda assim, foi possível ratificar acontecimentos e, ao mesmo tempo, construir novas leituras, novos olhares sobre a cidade de Macapá, a partir da produção dos jornais macapaenses, que nos remeteram ao movimento da figura do *flâneur* (observador) que, conforme Benjamin (1987), não possui somente a cidade a sua disposição, mas também suas histórias e a população que a compõem.

Desse modo, as narrativas desses jornais impressos, por um lado, nos convidam a lançar um olhar atento para um outro tempo, para o tempo de despertar os sentimentos, ato essencial ao indivíduo; por outro, abrem uma janela com reflexões e inquietações entre o passado e o presente. Se não escutamos o passado com seus ecos de sonhos, de acertos e erros não vamos conseguir imaginar um futuro mais esperançoso. Por isso, a memória é tão importante, porque ela traz pegadas do passado e possibilidades de se entender os legados.

Nesse dinâmico processo, a cidade é o encontro com o outro, é o organismo pulsante. Ela é feita por prédios, pessoas, por relações, por imaginários, é uma espécie de arquivo vivente e a memória histórica nela contida é parte desse arquivo. A cidade é uma forma de estar em casa, ela materializa a sensação de pertencimento e assim é Macapá, principalmente, para aqueles que a viram se transformar com suas profusões de características que uniformizam seu povo, ao mesmo tempo que o diferenciam.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. de A. Sobre a memória das cidades. **Revista da Faculdade de Letras – Geografia**, n. 1, v. XIV. Porto, 1998.
- ARRIGUCCI, D. Fragmentos sobre a crônica. *In: Enigma e comentário: Ensaio sobre literatura e experiência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- AUGUSTO, I. R.; TORRES, A. M. Anotações sobre imprensa e modernidade nas terras do Cabo Norte. *In: MUNARO, Luís Francisco (Org.). Rios de palavras: a imprensa nas periferias da Amazônia (1821- 1921)*. [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017.
- BACHELARD, G. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: edições 70, 2009.
- BARTHES, R. **A câmara clara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BENJAMIN, W. **Rua de mão única**. Obras escolhidas, v. II. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BENJAMIN, W. O narrador – Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In: Magia, técnica, arte e política*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- BORGES, M. S. L. **Terra, ponto de partida, ponto de chegada: identidade e luta pela terra**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1997.
- BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: EDUSP, 1987.
- BOSI, V. A imagem na Poesia: Jorge de Lima – leitura do Soneto X, Canto X de invenção de Orfeu. *In: BOSI, V. et al. (Org.). O poema: leitores e leituras*. SP: Ateliê, 2001.
- BOSSÉ, M. L. As Questões de Identidade em Geografia Cultural – algumas concepções contemporâneas. *In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). Paisagens, Textos e Identidade*. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CANDIDO, A. **A crônica**. O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas: Ed. da Unicamp/ Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.
- CANDIDO, A. **Literatura e sociedade**. 8. ed. São Paulo: T.A. Queiro, 2000.
- CADERMATORI, L. **O professor e a literatura para pequenos, médios e grandes**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

- CANTO, F. **Adoradores do Sol: Novo Textuário do Meio do Mundo**. São Paulo: Scortecci, 2010.
- CAPELETO, M. H. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: contexto/EDUSP, 1988.
- CAVALCANTE, M. J. **O jornal coo fonte privilegiada de pesquisa histórica no campo educacional** (Artigo). II Congresso Brasileiro de História da Educação. Natal, 2002.
- CHARTIER, R. **A beira da falésia: A história entre certezas e inquietações**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.
- COLFERAI, S. A. Entre Trilhos e Barrancos: a primeira fase da imprensa em Rondônia. *In: MUNARO, L. F. (Org.). Rios de palavras: a imprensa nas periferias da Amazônia (1821-1921)*. [recursoeletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017.
- COSSON, R. **Fronteiras Contaminadas: literatura como jornalismo e jornalismo como literatura no Brasil dos anos 1970**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.
- COUTO, J. **A construção do Brasil: ameríndios, portugueses e africanos do início do povoamento a finais de Quinhentismo**. Lisboa, Portugal: ed. Cosmos, 1995.
- DA MATTA, R. **Antropologia da saudade**. São Paulo: Acervo Folha de São Paulo – Caderno Mais (28/06), 1992.
- DARNTON, R. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DELGADO, L. de A. N. **História oral: memória, tempos, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- DE LUCA, T. R. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. *In: Fontes Históricas*. São Paulo. Contexto, 2005.
- FERREIRA, P. R. Mais de 180 anos de imprensa na Amazônia. *In: 3º Encontro de História da Mídia/História da Mídia Impressa*. Rede Alfredo de Carvalho/Feevale, abril de 2005.
- FIGUEREDO, A. M. de. Uma história impressa: os jornais paraenses, 1822-1922 (primeira parte). **ZYG360.com**. Publicação trimestral da Fundação de Telecomunicações do Pará. p. 36-38, Ano I, nº 4, nov. 2008.
- FURTADO, C. **Capitalismo Global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- GOMES, Renato. Cartografias Urbanas: representações da cidade na literatura. **Revista Semear**, n. 1- PUC/Rio de Janeiro, 1997.
- HAESBAERT, R. **Des-Territorialização e Identidade: a rede “gaúcha” no nordeste**. Rio de Janeiro, EDUFF, 1997.
- HAESBAERT, R. **Latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999.

- HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- HALBWACHS, M. **Memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2009.
- HALL, S. *et al.* A produção social das notícias: o mugging nos media. *In*: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja, 1999. P.123-142.
- HALL, S. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HELLER, A. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 1970.
- HOBBSBAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LEAL, M. A mística do Amapá: a invenção do cidadão amapaense – brasileiro. *In*: OLIVEIRA, A.; RODRIGUES, R. (Org.). **Amazônia, Amapá: escritos de história**. Belém: Paka-Tatu, 2009. p. 267-295.
- LEAL, M. **“O Território Imaginado”**: Amapá, de Território à autonomia política (1943-1988). 2017. Tese (Doutorado em História) - PPGHIS, na Universidade de Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br>. Acesso em: 7 jun.2021.
- LE GOFF, J. **História e memória**. São Paulo: E d. Da Unicamp, 2013.
- LEFEVRE, H. A produção do espaço. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Primeira versão: início – Fev 2006. (do original: La production de l’espace. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000).
- LINS, C. **Amazônia: as raízes do atraso**. Rio de Janeiro: Daudt Design, 2012.
- LOBATO, S. Federalização da fronteira: a criação e o primeiro governo do Amapá (1930-1956). **Revista Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, v. 7, n. 1, jan./jun., 2014.
- LOBATO, S. Experiências de exclusão urbana no cotidiano macapaense (1944-1964). **SECULUM- Revista de História**. João Pessoa, jan./jun. 2015, n.32, p. 113-126.
- LOBATO, S. **A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)**. Belém [PA]: Paka-Tatu, 2019.
- LOPES, A. C. M.; REIS, C. **Dicionário da teoria da narrativa**. São Paulo: ed. Ática, 1988.
- LOUREIRO, J. de J. P. **Cultura Amazônica: Uma poética do imaginário**. 5. ed. Manaus: Editora Valer, 2015.
- LUSTOSA, I. **O nascimento da imprensa brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

MACHADO, I. Gêneros discursivos. *In*: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin conceitos-chave**. São Paulo: Editora Contexto, 2005. p. 151-166.

MARTINS, A. L. Imprensa em tempos de Império. *In*: MARTINS, A. L.; DE LUCA, T. R. (Orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018.

MEDEIROS, O. de. **Administração Territorial**: comentários, subsídios e novas leis. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

MELO, J.M. de. A Crônica. *In*: CASTRO, G. de; GALENO, A. (Orgs.). **Jornalismo e Literatura** – A sedução da palavra. São Paulo: Escrituras, 2002.

MENDES, M. A. A. R. **Marcas da memória cultural nas crônicas jornalísticas de Xapuri – 1907 a 1917**. Dissertação (Mestrado em Letras) - Linguagem e Identidade, na Universidade Federal do Acre, 2008.

MENEZES, U. T. B. de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. *In*: **Arquivos, patrimônios e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1999.

MOISÉS. M. **Dicionário de Termos Literários Az**. São Paulo: Cultrix, 1999.

MOISÉS. M. **A criação literária**: Poesia e prosa. São Paulo: Cultrix, 2012.

MOLINA, M. M. **História dos jornais no Brasil**: da era colonial à Regência (1500-1840). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MORAES, P. D.; ROSÁRIO, I. S. **Amapá**: de Capitania a Território. Macapá: JM gráfica, 2009.

MOREL, M. Os primeiros passos da palavra imprensa. *In*: MARTINS, A. L.; DE LUCA, T. R. (Orgs.) **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018.

MUNARO, L. F. **Rios de palavras**: a imprensa nas periferias da Amazônia (1821- 1921). [recursoeletrônico]. (Org.). Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017.

NAPOLITANO, M. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. 6ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

NORA, P. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. São Paulo: Pioneira, 1993.

NUNES, J. G. **Confiança no Amapá**: impressões sobre o Território. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2012.

NUNES, P. G. Relatório de Governo do Território Federal do Amapá. **Arquivo Nacional**, Série Interior, IJJ2 – 402. Rio de Janeiro, 1958.

NUNES, P. G. **Mosaico da Realidade Amapaense**. Arquivo do Departamento de Cultura. Macapá, 1979.

OLIVEIRA, A. E. de. **Amazônia**: modificações sociais e culturais decorrentes do processo de ocupação humana (séc. XVII ao XX). Pará: Emílio Goeldi, 1988. Série Antropologia.

OLIVEIRA, M. J. S. dos S. O Estado do Amapá e a origem da UNIFAP: projetos de inclusão social. 2015. **Revista Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**, n. 7, p. 129-140. Disponível em: <https://periódicos.unifap.br/index.php/planeta>. Primeiro acesso em: 30 de jul. 2021.

PAZ, A. A voz do extremo Norte: crise, trabalho e desenvolvimento nas páginas do jornal Pinsonia (1895-1897) **Anais XXVIII Simpósio Nacional de História**: Lugar dos Historiadores: Velhos e Novos Desafios. Florianópolis-SC-2015.

PESSOA, F. Argumento do jornalista. *In*: **Idéias estéticas**. Obras em prosa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1998.

PICANÇO, E. V. **Informações sobre a história do Amapá**. Macapá: Imprensa Oficial, 1981.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *In*: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

PRADO; CAPELATO. **O Bravo matutino** - imprensa e ideologia: Jornal “O Estado de S. Paulo”. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do Poder. *In*: **Território e Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, A. C. F. **Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira**: a fronteira colonial com a Guiana Francesa. Volume 1, 1993.

REIS, C.; LOPES, A. C. M. **Dicionário de Teoria da Narrativa**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

RODRIGUES, R. A participação política dos estudantes amapaenses: da fundação da UECSA ao golpe de 64. *In*: OLIVEIRA, A.; RODRIGUES, R. **Amazônia, Amapá**: escritos da história. Belém: Paka-Tatu, 2009. p.105-142.

RONCARI, L. **Literatura brasileira**: dos primeiros cronistas aos últimos românticos. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SANTOS, D. da C. **O regime ditatorial militar no Amapá**: terror, resistência e subordinação 1964-1974. Campinas: 2001. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

SANTOS, F. J. dos. **Cem anos de imprensa no Amazonas**: (1851-1950): catálogo de jornais. Edição 2. ed. U. Calderaro, 1990.

SANTOS, F. R. **Da autonomia Territorial ao fim do janarismo (1943-1970)**. Macapá: Editora Gráfica O DIA S.A., 1998.

SANTOS, F. R. **História do Amapá**. Macapá. Valcan, 2001.

SANTOS, F. R. **História do Amapá: da autonomia territorial ao fim do Janarismo. 1943-1970**. Belém: Grafinoorte, 2006.

SANTOS, F. R. **História da conquista do Amapá**. Fortaleza: Premium, 2013.

SARNEY, J.; COSTA, P. **Amapá: a terra onde o Brasil começa**. Brasília: Senado Federal, 1999.

SCHWARCZ, L. M.. **Retrato em branco e preto: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. (Org.). *In: Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis Vozes, 2009.

SOUZA, M. A. de. **Relações interculturais Amapá/Guiana Francesa, no contestado Franco-Brasileiro: um olhar a partir do romance Saraminda, de José Sarney**. Macapá: UNIFAP, 2014.

SOUZA, M. A. de. **Histórias vividas e narradas: as identidades amapaenses no Jornal Amapá (1945-1968)**. Macapá: UNIFAP, 2017.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TURANO, R. M. **Memória e identidade nos contos de Teixeira de Souza: para uma antropologia da literatura: ensaios**. Lisboa, 2000.

VESENTINI, C. **Na teia do fato**. São Paulo: Brasiliense, 1997.